



Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Curso de Pós-Graduação em História

ROBERTO CARLOS OLIMPIO DE OLIVEIRA

AS GRANDES EMPREITEIRAS BRASILEIRAS E OS GOVERNOS PETISTAS
(2003-2014)

PROFESSOR ORIENTADOR: DR. PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS

SEROPÉDICA

2024

ROBERTO CARLOS OLIMPIO DE OLIVEIRA

As grandes empreiteiras brasileiras e os governos petistas (2003-2014)

Professor orientador: Dr. Pedro Henrique Pedreira Campos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro como requisito para obtenção de grau de mestre em História.

Seropédica

2024

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

048g Oliveira, Roberto Carlos Olimpio de, 1995-
 As grandes empreiteiras brasileiras nos governos
 petistas (2003-2014) / Roberto Carlos Olimpio de
 Oliveira. - Jaguaribara, 2024.
 208 f.: il.

 Orientador: Pedro Henrique Pedreira Campos.
 Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
 do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em História
 o Instituto de Ciências Sociais da Universidade
 Federal Rural do Rio de Janeiro, 2024.

 1. Grandes empreiteiras. 2. Governos petistas. 3.
 Bloco no poder. 4. Partido dos Trabalhadores. 5.
 Construção pesada. I. Pedreira Campos, Pedro Henrique,
 1983-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
 de Janeiro. Programa de Pós-graduação em História o
 Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal
 Rural do Rio de Janeiro III. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



TERMO Nº 207 / 2024 - PPHR (12.28.01.00.00.49)

Nº do Protocolo: 23083.016940/2024-29

Seropédica-RJ, 01 de abril de 2024.

Nome do(a) discente: ROBERTO CARLOS OLIMPIO DE OLIVEIRA

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM : 27 de março de 2024

Banca Examinadora:

Dr. JOÃO ROBERTO LOPES PINTO, UNIRIO Examinador Externo à Instituição

Dra. FLAVIA BRAGA VIEIRA, UFRRJ Examinadora Externa ao Programa

Dr. PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS, UFRRJ Presidente

(Assinado digitalmente em 01/04/2024 16:15)

FLAVIA BRAGA VIEIRA
DIRETOR DE INSTITUTO
ICHS (12.28.01.24)
Matrícula: 1331446

(Assinado digitalmente em 01/04/2024 17:15)

PEDRO HENRIQUE PEDREIRA CAMPOS
CHEFE DE DEPARTAMENTO
DepthRI (12.28.01.00.00.00.86)
Matrícula: 1570625

(Assinado digitalmente em 15/04/2024 16:48)

JOÃO ROBERTO LOPES PINTO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 955.234.997-49

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **207**, ano: **2024**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **01/04/2024** e o código de verificação: **300da00b52**

Ao meu pai, minha mãe e meu irmão: Antônio, Marlineide e Samuel que personificam a
minha saudade de casa... do Ceará.

A minha companheira de vida e de batalha, meu lar: Suelen

Aos atingidos e atingidas do Brasil e a organização e instrumento dessa luta: o MAB

Agradecimentos

À Pedro Campos, pela orientação, amizade e por tudo que representa como professor, orientador e militante pela transformação social. As reuniões de orientação, as indicações de leituras e a paciência e compreensão de sempre, foram fundamentais para a conclusão deste trabalho, os limites e equívocos contidos na dissertação são de responsabilidades essencialmente minhas. Pedro é daqueles que Gramsci conceituou como intelectual orgânico da classe trabalhadora.

Aos professores do PPHR da UFRRJ, abraçado-os e agradecendo-os, abraço todos os trabalhadores e trabalhadoras da UFRRJ.

À professora Flávia Braga e ao professor João Roberto, com quem compartilho ideias e lutas, pela participação na banca de qualificação.

Aos colegas do NECAP - Núcleo de Estudos Sobre Capitalismo, Poder e Lutas Sociais, pelas discussões e contribuições, principalmente no debate sobre o Estado.

Aos professores Eduardo Costa Pinto, Alexis Saludjian e Flávio Miranda pela disciplina “Acumulação, Estado e Mercado Mundial: interpretações marxistas para pensar a contemporaneidade” no Instituto de Economia da UFRJ.

Aos amigos e amigas com quem troquei ideias, pensamentos e angústias da pesquisa: Marina Calisto, Dalila Calisto, Cleiton Neto, Jhuan de Brito, Walmir, Evanilson Maia, Eduardo Supeleto, Gabriel Duarte, Breno Rodrigues e Yuri Santos. Citando esses, agradeço a muitos outros que contribuíram de alguma forma com este trabalho.

Aos amigos e amigas, encarnados e desencarnados que contribuíram de alguma forma nesse período todo, muito obrigado.

Ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), sua militância e a todo o povo atingido. Ao Fernando Fernandes, com quem dividi sonhos, angústias e ideais nessa trajetória política recente no Rio de Janeiro.

À minha família, que perto ou longe sempre estiveram ao meu lado. Minha mãe e meu pai, meus exemplos de vida, obrigado pela luta de vocês para que eu e meu irmão fossemos homens de bem. Ao meu irmão, que mesmo sem grandes demonstrações de afeto, sei que estará sempre ao meu lado.

À minha tia Tida;

À Jorge e Gercina, José Caboclo e Maria Neta, meus exemplos.

Aos amigos Silas, Raiene e seus filhos, Luiz e Maria, família que ganhei no Rio de Janeiro e que sempre posso contar.

À Suelen, minha amada companheira, minha melhor amiga e amor de uma vida. daquelas pessoas que nos fazem querer ficar para sempre. Sem sua força, compreensão, ajuda e acolhimento, seria inimaginável a conclusão desta dissertação.

À CAPES, pois o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.”

Conheço o meu lugar - Belchior

O que é que pode fazer o homem comum	Que eu quero a voz ativa
Neste presente instante	Ela é que é uma boa
Senão sangrar tentar inaugurar	Pois sou uma pessoa
A vida comovida	Esta é minha canoa
Inteiramente livre e triunfante	Eu nela embarco
O que é que eu posso fazer com a minha	Eu sou pessoa
Juventude	A palavra pessoa hoje não soa bem
Quando a máxima saúde hoje	Pouco me importa
É pretender usar a voz	Não você não me impediu de ser feliz
O que é que eu posso fazer	Nunca jamais bateu a porta em meu nariz
Um simples Cantador das coisas do porão	Ninguém é gente
Deus fez os cães da rua pra morder vocês	Nordeste é uma ficção
Que sob a luz da Lua	Nordeste nunca houve
Os tratam como gente é claro	Não eu não sou do lugar
Aos pontapés	Dos esquecidos
Era uma vez um homem e seu tempo	Não sou da nação
Botas de sangue nas roupas de Lorca	Dos condenados
Olho de frente a cara do presente e sei	Não sou do sertão
Que vou ouvir a mesma história porca	Dos ofendidos
Não há motivo para festa	Você sabe bem
Ora esta eu não sei rir a toa	Conheço o meu lugar
Fique você com a mente positiva	Conheço o meu lugar

Resumo

Essa dissertação teve como objeto a trajetória das grandes empreiteiras brasileiras nos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), entre os anos de 2003 à 2014, marco de início e maior estabilidade dos governos petistas à frente do executivo nacional. Para isso, objetivamos analisar a trajetória histórica dessas construtoras junto ao Estado brasileiro, a aproximação programática com o PT e seus governos e o espaço de privilégio desses grupos na monopolização de obras e orçamentos durante esses governos, sendo necessário, analisar os caminhos percorridos por essas empresas para lograr melhor espaço no bloco no poder do período, analisamos as interferências nos processos eleitorais e suas organizações de classe.

abstract

This dissertation had as its object the trajectory of large Brazilian construction companies in governments led by the Workers' Party (PT), between the years 2003 and 2014, the starting point and greater stability of PT governments at the head of the national executive. To do this, we aim to analyze the historical trajectory of these construction companies with the Brazilian State, the programmatic approach with the PT and its governments and the space of privilege of these groups in the monopolization of works and budgets during these governments, being necessary to analyze the paths taken by these companies to gain better space in the power bloc of the period, we analyzed interference in electoral processes and their class organizations.

Sumário

Introdução.....	2
Capítulo 1 - A burguesia das grandes obras no Brasil.....	17
1.1 - Formação e trajetória da burguesia das grandes obras no Brasil.....	17
1.2- Nacionalização e consolidação das empreiteiras de construção pesada: JK e ditadura militar.....	29
1.3 As grandes empreiteiras brasileiras de construção pesada.....	33
1.4 Empreiteiras e o neoliberalismo: negócios, política e ilicitudes.....	47
Capítulo 2 - A trajetória do Partido dos Trabalhadores e os governos pós 2003.....	73
2.1- Conjuntura e surgimento de um partido de trabalhadores.....	75
2.2- Encontros, resoluções e as inflexões da estratégia: o partido rumo ao governo.....	86
2.3- Governos petistas: interpretações sobre um Brasil recente.....	111
Capítulo 3 - Relações partidárias, organizações de classe, doações eleitorais e as grandes obras dos governos petistas.....	132
3.1 - Um panorama geral das doações eleitorais dos grupos empresariais da construção pesada entre os anos de 2003-2014.....	134
3.2 As organizações de classe do setor da construção pesada.....	149
3.3- A monopolização das grandes obras nos governos petistas.....	157
Conclusão.....	170
Referências.....	181

Lista de gráficos, tabelas, quadros e imagens

Gráfico 1.1 - Taxa de crescimento do PIB brasileiro 1930 a 1945.....	22
Gráfico 1.2 - PIB da Agropecuária e Indústria brasileira 1930 a 1945.....	22
Gráfico 1.3- PIB brasileiro a Preço de Mercado 1951 a 1954.....	22
Tabela 1.1 - Índice populacional Rural x Urbano 190 a 1980.....	24
Tabela 1.2- Origem das principais construtoras e ano de fundação.....	34
Quadro 1.1- Fatos relevantes da história da Odebrecht.....	35
Quadro 1.2- fatos relevantes da história da Camargo Corrêa.....	37
Quadro 1.3- Fatos relevantes da história da Andrade Gutierrez.....	40
Quadro- 1.4 Fatos relevantes da história da Queiroz Galvão.....	42
Quadro- 1.5 Fatos relevantes da história da Mendes Júnior.....	44
Quadro 1.6 - Fatos relevantes da Odebrecht (1991-2002).....	51
Quadro 1.7 - Fatos relevantes da Camargo Corrêa (1991- 2005).....	53
Quadro 1.8- fatos relevantes da Andrade Gutierrez (1990-1996).....	54
Quadro- 1.9- Fatos relevantes da Queiroz Galvão (1990 - 2000).....	54
Imagem 1.1 - troca de email entre FHC e Marcelo Odebrecht.....	59
Imagem 1.2 - troca de email entre FHC e Marcelo Odebrecht.....	60
Imagem 1.3 – troca de email entre FHC e Marcelo Odebrecht.....	61
Organograma 1.1: Os principais setores e agrupamento na fundação do PT.....	85
Tabela 1.3 - doações financeiras de cada empreiteira para as campanhas de 2002, 2006, 2010 e 2014.....	136
Tabela 1.4 - recebimento de doações de partidos políticos por empreiteiras (2010-2014).....	137
Gráfico 1.4 - principais partidos beneficiados por doações de empreiteiras nas eleições de 2010 e 2014.....	137
Tabela 1.5 - número de deputados federais principais partidos (2002, 2006, 2010- 2014) e valor de doações de empreiteiras (2010-2014).....	139
Gráfico 1.5- ilustrativa de como os deputados federais se entrelaçam entre as bancadas (2014-2016).....	144
Imagem 1.4 - Deputados federais e a bancada das empreiteiras e construtoras e as demais bancadas (2014-2016).....	145
Imagem 1.5 - partidos e número de parlamentares da bancada dos empreiteiros e construtores	

(2014-2016).....146

Tabela 1.6 - recebimento de doações de partidos políticos por empreiteiras (2014) número de eleitos e compondo a bancada das empreiteiras e construtoras.....146

Quadro 2.1 - principais obras do PAC.....161

Tabela 1.7- principais financiamentos do BNDES para empreiteiras em obras no exterior.....167

Introdução

A trajetória das grandes empreiteiras brasileiras junto ao Estado é traço marcante do modelo de desenvolvimento capitalista brasileiro ao menos desde as décadas de 1940 e 1950, período de fundação das maiores firmas do Brasil, a exemplo da Camargo Corrêa, empresa de São Paulo fundada em 1939, Odebrecht, fundada na Bahia em 1943, Andrade Gutierrez e Mendes Júnior, empreiteiras mineiras fundadas em 1948 e 1953, respectivamente e a Queiroz Galvão, fundada em Pernambuco em 1953.

Essa dissertação tem como objeto a trajetória das grandes empreiteiras brasileiras nos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), entre os anos de 2003 à 2014, marco de início e maior estabilidade dos governos petistas à frente do executivo nacional. Para isso, objetivamos analisar a trajetória histórica dessas construtoras junto ao Estado brasileiro, a aproximação programática com o PT e seus governos e o espaço de privilégio desses grupos na monopolização de obras e orçamentos durante esses governos, sendo necessário, analisar os caminhos percorridos por essas empresas para lograr espaço no bloco no poder do período, analisando as interferências nos processos eleitorais e suas organizações de classe.

A pesquisa surgiu a partir de duas motivações principais. A primeira, constituiu no interesse de compreender as relações desses grupos empresariais com os governos liderados pelo PT, o maior partido surgido a partir das lutas da classe trabalhadora nos últimos quarenta anos. O segundo interesse, se originou de uma motivação pessoal, uma vez que, essas empresas foram responsáveis pelas construções das maiores barragens do país, especialmente nos períodos identificados com o desenvolvimentismo capitalista. Esses motivos vieram após a operação Lava-jato, iniciada em março de 2014. O projeto de pesquisa surgiu a partir do

contato com a pesquisa do professor Pedro Henrique Pedreira Campos¹, que analisou as relações desses grupos com a ditadura empresarial-militar. Compreender como atuaram as grandes construtoras de barragens me interessava pessoalmente, a partir da minha trajetória de vida, como atingido por barragem e militante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que nos primórdios de sua existência, compreendeu essas empresas como principal inimigo imediato, já que eram elas que se apresentam nos territórios nas construções dos grandes projetos. Academicamente, mesmo anos após o início da operação jurídica e midiática que deu início a crise no segundo governo Dilma, culminando com o golpe em 2016 e o desmonte do setor de infraestrutura pesada no país, muitos questionamentos ainda persistem, sem respostas satisfatórias.

Sobre o setor de construção pesada, um aspecto bastante característico é o fato de que sua constituição enquanto grandes grupos econômicos se relaciona diretamente com as demandas e projetos do Estado brasileiro, caracterizado pelo desenvolvimentismo implementado no Brasil, uma vez que os negócios concentram-se majoritariamente em obras estatais. Essas empresas são de propriedades familiares em sua grande maioria, de famílias que, mesmo depois de diversos anos e com a diversificação de seus negócios, continuaram exercendo monopólio na propriedade e consequentemente na condução das firmas.

As grandes firmas de construção pesada conformam um segmento industrial importante na economia brasileira, uma vez que estão diretamente ligadas aos projetos desenvolvimentistas no Brasil, que no nosso entendimento, inicia na década de 1930 e se estende até a década de 1980. Esse setor industrial guarda características próprias, que segundo Campos (2014), seu produto ou mercadoria consiste em um produto não-multiplicável, na grande maioria dos casos, e são produtos que necessita de muito tempo em sua produção, o que demanda uma enorme quantidade de força de trabalho e na maioria dos casos necessita sempre de grande quantidade de equipamentos e volume de materiais, podendo ser qualificado como um setor industrial especial, pois sua mercadoria não se resume em uma mercadoria de consumo rápido, assim como a realização do capital não segue o mesmo modelo da maioria das demais mercadorias, que realiza-se ao capitalista quando consumida.

Entre as diversas características da construção pesada, que estão diretamente relacionadas com o desenvolvimentismo, podemos citar a capacidade de absorção de “mão de obra”, ou seja, a capacidade de contratação de trabalhadores em seu processo produtivo: as

¹ CAMPOS, P. H. P. Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil militar. Niterói: Eduff, 2014, entre outros trabalhos.

grandes obras. Entre essas, as especialidades das grandes firmas centram-se principalmente nas grandes obras de infraestrutura pesada, a exemplo das grandes hidrelétricas, rodovias, ferrovias, pontes, portos, aeroportos e etc. As duas características estão diretamente ligadas à visão econômica predominante na teoria do desenvolvimentismo –, uma vez que o desenvolvimentismo teve como grande contribuição ao debate econômico a premissa de que o crescimento é possível por meio da industrialização e segundo, por ser um setor que estimula o emprego direto, outra máxima dessa teoria.

A atuação desses setores juntamente ao Estado se deu por diversas formas e meios, incluindo as relações políticas entre empresários e políticos influentes em cada estado, o que foi importante para o início da atuação dessas firmas. Outra forma percebida na trajetória desses grupos, já no período de consolidação, foi a aproximação com militares e políticos durante o período militar, o que contribuiu centralmente para a nacionalização e atuação internacional das maiores empreiteiras, inclusive, com colaboração com a própria ditadura.

No período após a redemocratização (1988), foi perceptível o deslocamento da atenção de prioridade por parte do empresariado das obras públicas para os partidos políticos, com os financiamentos eleitorais, para o executivo e legislativo.

Importante destacar que a capacidade adquirida de execução de grandes obras, tornando essas empresas especializadas em empreendimentos de grande complexidade é um fator importante, mesmo assim, dando-se através das práticas monopolistas.

Segundo Lenin (2012 [1917]), uma das características fundamentais dos monopólios empresariais é o protecionismo estatal dando as garantias para o desenvolvimento desses grupos, tendo como uma das principais marcas a proteção dos mercados nacionais em detrimento de capitais estrangeiros. Ao longo da pesquisa, ficou evidente que tal característica pode ser percebida no governo de Juscelino Kubitschek (JK) e nos governos petistas. O governo JK, foi o auge da nacionalização das empreiteiras e a consolidação dos grupos nacionais na execução de obras públicas em detrimento das empresas estrangeiras, sendo a ditadura militar, além das muitas obras de infraestrutura garantidas a poucas grandes do ramo, o início da internacionalização (CAMPOS, 2014). Os governos petistas, seguindo as premissas assinaladas por Lenin, continuou em grande medida as práticas acumuladas pelos governos de JK e militares, tendo os financiamentos e estímulo à internacionalização como política governamental, a exemplo do Programa das Campeãs Nacionais, liderado pelo BNDES.

A atuação desses grupos e a posição que cumpriu nos governos petistas é o centro dessa dissertação. Uma vez que os governos liderados PT, mesmo dentro da ordem neoliberal

vigente no Brasil ao menos desde o início dos anos 1990, retomaram políticas de carácter desenvolvimentistas, o que, a partir de uma leitura do cientista político Armando Boito Jr (2018) e outros estudiosos do tema que seguem essa compreensão, caracterizamos como governos neodesenvolvimentistas.

Em resumo, essa caracterização enxerga que o neodesenvolvimentismo seria o desenvolvimentismo possível dentro do modelo capitalista neoliberal. Para tanto, se faz necessário compreender a trajetória de um partido surgido das lutas sindicais, dos movimentos populares, das alas progressistas do cristianismo e de setores advindos da luta armada se transformou no condutor oficial do programa neodesenvolvimentista, desenvolvendo profundas relações com setores burgueses, principalmente pertencentes à burguesia interna brasileira, a exemplo das grandes empreiteiras.

Durante os governos petistas, essas empreiteiras ganharam e exerceram grande poder econômico e político, com destacada atuação no Brasil e no exterior. Essas firmas desenvolveram uma profunda relação com os partidos do sistema eleitoral brasileiro, dando maior ênfase para os maiores, mas não somente, mantendo compromissos e financiamentos eleitorais para agremiações menores, reveladas após a Operação Lava-jato.

A Operação Lava-jato, iniciada em 2014, parecia ter desvendado o maior esquema de corrupção do país, ao menos era o que vinha nos enunciados jornalísticos. Uma operação que parecia colocar fim na impunidade “característica do Brasil”, que grandes empresários e políticos sempre se safam. Apesar dos esquemas trazerem à tona o fato dessas relações promíscuas e ilícitas não serem uma novidade dos governos petistas, não foi isso que figurou na capa dos principais noticiários, relacionando o processo de corrupção a uma característica intrínseca aos governos liderados pelo PT.

Conceitos e noções

Em primeiro lugar, nos parece necessário apresentar o debate sobre o conceito de Estado. As discussões que circundam definições e concepções sobre o Estado e seu papel conformam-se em um dos principais e mais pantanosos debates nas ciências humanas e consequentemente entre os historiadores da história social, política e econômica, entre outros. Não é nosso objetivo adentrar de forma profunda nessa seara, porém, se faz necessário algumas demarcações sobre o nosso entendimento, uma vez que a pesquisa percorre centralmente o desenvolvimento e as relações das grandes empreiteiras com o Estado

brasileiro e sua trajetória assenta-se nas obras públicas, tendo as relações com agentes políticos e as próprias formas de organização de classe – meios para influenciar em definições de políticas públicas e galgar espaços nas definições estatais.

Não objetivamos, portanto, identificar nem rever as principais teorias sobre o surgimento do Estado e sua equivalência anteriormente ao advento do capitalismo. Partimos de uma leitura a partir de Marx e Engels e dos marxistas, que continuaram o desenvolvimento da teoria do Estado burguês. No início da obra *A ideologia alemã* de Karl Marx e Friedrich Engels ([1932] 1998) – após um percorrido histórico da formação da propriedade privada – identificam que os estágios de desenvolvimento da divisão do trabalho representam, conseqüentemente, outras formas distintas de propriedade, com isso determina as relações dos indivíduos entre si. Esta identificação se faz importante, pois começa a traçar a construção do pensamento dos autores sobre o Estado, no qual se vê diretamente ligado à estruturação da sociedade a partir da divisão do trabalho.

Na sequência da obra definem “A estrutura social e o Estado nascem continuamente do processo vital de indivíduos determinados” (MARX, ENGELS, 1998, p.18), ou seja, a formação das relações sociais e do Estado se correlacionam com a existência real dos indivíduos, a partir da sua forma de produzir e trabalhar. As condições e limites materiais que são identificados independem da vontade individual desses sujeitos, ao contrário, elas se encontram condicionadas pela determinação das suas forças produtivas e, logo, das relações que correspondem, e tal fenômeno decorre de um processo de vida histórico (MARX e ENGELS, 1998).

A utilização da categoria “divisão do trabalho” é fundante nas obras de Marx e Engels. Na obra supracitada os autores compreendem que esta categoria implica em contradições entre os interesses individuais isolados e o interesse coletivo dos indivíduos que desenvolvem relações entre si, de modo que a partir do momento em que se estabelece uma divisão do trabalho cria-se uma esfera de exclusividade na atividade por cada uma desenvolvida, algo que lhe é imposto como um fim de sua sobrevivência e por vezes, contrariando as próprias expectativas e causando contradições. Assim, a contradição que se impõe entre o interesse público e o interesse coletivo, faz com que o segundo comece a tomar forma de Estado, se separa e se distancia do interesse individual (MARX e ENGELS, 1998, p. 28-29).

Marx e Engels, afirmam que “A propriedade privada moderna é a correspondente do Estado moderno” e o Estado a representação dos interesses de uma classe dominante (MARX, ENGELS, 1998, p.73/74), citamos como a trajetória histórica da formação da sociedade e as

transformações da propriedade privada acarretam na identificação do Estado apontada pelos autores:

Com a emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular ao lado da sociedade civil, e fora dela; mas o Estado não é outra coisa senão a forma de organização dos burgueses dão a si mesmo por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade e seus interesses, tanto externa quanto internamente (MARX, ENGELS, 1998, p.74)

Engels (1984) em seu célebre livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, defende que o Estado não é nem uma força imposta do exterior, nem a “verdade da ideia moral”, “nem a imagem e a realidade moral” como defendia Hegel. Seria um produto histórico da sociedade, própria das contradições internas, da divisão antagônica e inconciliável das distintas classes, e que para evitar que essas classes entrassem em confrontos mortais, surgiu a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, acima e se afastando cada vez mais, atuando na garantia dos interesses da classe dominante.

Importante destacar que Marx e Engels não fundaram propriamente uma teoria do Estado, o que é assumido por diversos estudiosos do tema. Porém, lançaram premissas para uma compreensão deste e abriu caminho para seus continuadores aprofundarem e ampliarem a análise. Um segundo elemento importante é que Marx e Engels não presenciaram as revoluções socialistas do século XX, experiências centrais para se pensar o tema.

Seguindo a estrada aberta por Engels e Marx, Lenin (2010) em seu livro *O Estado e a Revolução*, escrito em 1917, às vésperas da Revolução de Outubro, defende que o Estado é um instrumento por onde se manifesta as vontades de uma classe sobre outra, suprimindo assim, os antagonismos de classes, sem que eles deixem de existir. Para essa dominação, Lenin pontuou como central e mais cabal característica do Estado moderno o exército permanente e as polícias, ou seja, a força coercitiva armada como garantidores da ordem estatal e por consequência de uma classe sobre a outra. Importante salientar que o revolucionário russo também destaca outras características importantes, a exemplo da burocracia estatal, da centralidade na exploração da classe trabalhadora e, como um produto dos antagonismos inconciliáveis das classes, a exemplo do que já havia sido apresentado por Marx e Engels.

Lenin foi um dos principais teóricos do marxismo e um dos principais desenvolvedores das ideias lançadas por Marx e Engels sobre o Estado, porém, outros autores continuaram analisando a conformação e atualidades do Estado burguês, como é o caso do Italiano Antonio Gramsci, autor incontornável neste debate.

Para Gramsci (2000), o Estado não pode ser entendido estritamente como uma “chefia”, algo externo à vida social, mesmo que essa seja a forma como é apresentada. O autor defende que o Estado capitalista essencialmente é ampliado, enlaça-se e entranha-se em todos os espaços da vida social, assim como as organizações de classes, por exemplo. Portanto, Gramsci refuta as ideias que identificavam o Estado como algo estrito.

Virginia Fontes (2012), sustenta que Gramsci recria o conceito de sociedade civil, apresentado por Marx e Engels. Segundo a autora, uma das grandes inquietudes de Gramsci se revela em saber: “como se organiza e se exerce a dominação de classes nos países de capitalismo desenvolvido” (FONTES, 2012, p. 132). Ressalta Fontes que, para Gramsci a sociedade civil é inseparável do Estado, uma vez que o conceito se entrelaça com a vida real das relações sociais no campo da produção – ‘da vontade e da consciência’ – e a função que o Estado exerce. A autora defende que dessa noção nasce a noção do Estado ampliado, uma vez que para Gramsci o conceito de sociedade civil tenta dar resposta aos fundamentos da produção social, e dos esforços feitos para que as massas oprimidas “aceitem” a dominação, aí consiste no papel do Estado ampliado.

Ainda sobre a concepção de Estado desenvolvida por Gramsci, o Estado ampliado, a autora destaca que o convencimento, a persuasão e a pedagogia se tornaram tarefas permanentes do Estado, porém, lembrando das formulações de Lênin, “não dispensam, entretanto, as formas coercitivas, extremamente por estar a sociedade civil entremeada ao Estado” (FONTES, 2012, p.136).

A historiadora relata que nessa concepção:

A sociedade civil é o momento da formulação e da reflexão, da consolidação dos projetos sociais e das vontades coletivas. Sua imbricação com o Estado assegura que a função estatal de educação – o “Estado educador” – atue na mesma direção dos interesses dirigentes e dominantes, através da mediação dos partidos políticos, tanto os oficiais como os que, extraoficialmente, difundem e consolidam as visões de mundo, como a imprensa ou a mídia. (FONTES, 2012, p.138).

No caso brasileiro, demonstraremos de que forma esse Estado ampliado se manifesta na particularidade da atuação das empreiteiras, junto aos partidos, entidades de classe etc.

Ainda no debate sobre conceitos e noções e continuando na discussão sobre o Estado, é importante pontuar as contribuições de autores latinoamericanos que se colocaram na tarefa de analisar o Estado e suas características em países de capitalismo dependente, uma vez que, mesmo com toda a densidade e contribuição teórica ao tema por parte dos autores já citados, a maioria das leituras estão centradas principalmente em territórios de capitalismo

imperialista, caso de parte da Europa e Estados Unidos, dando pouca atenção para os países latinoamericanos e africanos, por exemplo.

Dentro dessa compreensão, temos como importante as contribuições dos teóricos da Teoria Marxista da Dependência (TMD), que em suma, enxergam outras características em Estados dependentes. Um dos expoentes desse grupo, foi o marxista Jaime Osório, que apontou entre as diferenciações:

Além das fissuras próprias de um Estado de classes, o Estado no capitalismo dependente está atravessado por pelo menos dois processos que definem suas particularidades e que, a um só tempo, redefinem as fissuras próprias do Estado capitalista. O primeiro processo se refere à condição dependente das formações sociais em que se constitui. O segundo se refere ao significado da particular modalidade de exploração no capitalismo dependente – a superexploração –, que determina as relações entre classes, frações e setores. (OSÓRIO, 2014, p.205).

Dentre estas diferenças citadas está o modelo de exploração que acontece nos países o capitalismo periférico que é a superexploração da força de trabalho. Para Ruy Mauro Marini em *Dialética da Dependência* (2000) ao tratar da superexploração não deve ser confundida com a mera elevação da jornada de trabalho, mas sim que a exploração já existente nos países capitalistas assume um papel especial nas economias dos países dependentes na busca pela compensação e pela desigualdade de trocas entre países centrais e periféricos, tendo como pressupostos principais o prolongamento da jornada de trabalho, os salários inferiores e a intensificação do trabalho.

Osório identifica dois elementos centrais que caracterizam o Estado dependente: a soberania restringida e o outro a particularidade da exploração nos países dependentes. A primeira não está relacionada a algum tipo de ausência nesse modelo de Estado, mas que suas ações seguem sendo subordinadas às decisões dos países centrais, acarretando desta forma uma espécie de sub-soberania. A segunda característica é relacionada à superexploração do trabalho presente nos países dependentes, como brevemente citado anteriormente.

Outra importante noção para esse trabalho, é a de bloco no poder. Esse instrumental de análise já estava previsto em outros autores, a exemplo de Gramsci, mas foi Nicos Poulantzas que desenvolveu, permitindo uma maior complexificação do conceito e da contribuição à teoria do Estado.

Poulantzas (1977) que afirma:

Que o Estado capitalista e as características específicas da luta de classes em uma formação capitalista tornam possível o funcionamento de um “bloco no poder”, composto de várias classes ou frações de classes politicamente dominante. Entre essas classes e frações pode ser caracterizado como papel hegemônico. Neste

segundo sentido, o conceito de hegemonia exprime a dominação particular de uma das classes ou frações dominantes em relação às outras classes ou frações dominantes de uma formação social capitalista (POULANTZAS, 1977, p. 137).

Bloco no poder para Poulantzas é a relação das classes ou frações cujos seus interesses políticos são prontamente atendidos pelo Estado, através de sua pressão e organização no interior do corpo estatal. Este referencial teórico é de suma importância para analisarmos o Estado brasileiro e as relações sociais ao longo do século XX e XXI. O autor ressalta que “a classe hegemônica é aquela que em si concentra, ao nível político, a dupla função de representar o interesse geral do povo-nação e de manter uma dominância específica entre as classes e frações de classe dominantes, e isto, na sua relação particular com o Estado capitalista” (POULANTZAS, 1977, p.137). Todavia, é importante ressaltar que o fenômeno do bloco no poder:

Parece realmente ser um fenômeno particular das formações capitalistas. Com efeito, se essa coexistência de várias classes constitui um caráter geral de toda a formação social, ela assume, contudo, formas específicas nas formações capitalistas. Podemos estabelecer, nestas formações, a relação entre, por um lado, um jogo institucional particular inscrito na estrutura do Estado capitalista, jogo que funciona no sentido de uma unidade especificamente política do poder de Estado, e, por outro lado, uma configuração particular das relações entre as classes dominantes: essas relações, na sua relação com o Estado, funcionam no seio de uma unidade política específica recoberta pelo conceito do bloco no poder (POULANTZAS, 1977, p.224).

Poulantzas enfatiza sobre a conformação do bloco no poder e a possibilidade do seu surgimento:

As razões para o aparecimento do bloco no poder podem já estar delimitados na estrutura do Estado capitalista: esta apresenta de particular o fato de ter como efeito uma coexistência de dominação política de várias classes e frações de classes. Em termos corretos, o Estado capitalista, através do jogo interno das suas instituições, torna possível, na sua relação com o campo da luta política e classe, relação esta concebida como fixações de limites, a constituição do bloco no poder (POULANTZAS, 1977, p.225).

Outro debate importante dessa linhagem, é o de fração de classes. Em síntese, essa compreensão refuta o entendimento de que os conflitos da luta de classes se estabelecem apenas no que conhecemos por capital versus trabalho, indicando apenas duas classes na arena de lutas. Sobre o conceito de frações de classes, que nos permitirá adentrar na compreensão sobre as classes e frações que estiveram no bloco no poder no período em questão. Poulantzas autor afirma que:

Em conjunto com a coexistência, no terreno da dominação política, de várias classes e frações de classe que constituem o bloco no poder, é possível constataremos a sua

incapacidade característica de se erigirem em unidade política sob a égide da classe ou fração hegemônica (POULANTZAS, 1977, p.294).

Complementando o entendimento e a relevância do conceito de frações de classes, Berringer (2015) acentua que “no geral, a posição do Estado em determinada conjuntura histórica é determinada pela fração hegemônica do bloco no poder” (BERRINGER, 2015 p.15). As posições do Estado são moldadas pelas relações e interesses entre as classes, em especial, as que detém maior força no bloco no poder.

Francisco Farias, afirma que dentro da estrutura política e econômica do Estado pode coexistir diferentes interesses e organizações da mesma classe social. Em alguns momentos uma ou algumas delas, podem hegemonizar as relações de poder dentro da estrutura estatal. Ele reitera a existência de diferentes frações burguesas, trazendo, como exemplos mais claros, a burguesia comercial, industrial e financeira (Farias, 2009).

A existência de diferentes frações de classes na luta política já havia sido identificada por Marx, que apresentou de forma detalhada as diversas classes e frações na luta política francesa, em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte e As Lutas de Classe em França de 1848 a 1850*. Como método de análise para a definição e distinção dessas, Marx propõe se levar em conta as dimensões políticas e ideológicas, para além das tradicionais análises, em que o fator econômico tinha enorme primazia. Nessa análise, um exemplo dessa identificação atuando na luta política é a identificação dos camponeses parcelares, do lumpemproletariado e da pequena burguesia, classes até então não consideradas na análise das classes.

A definição de frações de classes é fundamental nessa pesquisa, já que estudamos as empreiteiras de construção pesada brasileiras, um setor importante da burguesia interna. A esse respeito, por burguesia interna entendemos ser uma fração da grande burguesia que nem pode ser confundida com a clássica burguesia nacional, nem pode ser entendida como burguesia compradora. Essa formulação reaparece nas obras de Nicos Poulantzas (1978), mesmo já tendo sido desenvolvida por Mao Tse-Tung. No Brasil, esse enfoque teórico segue uma tradição de pesquisadores da Unicamp, como Décio Saes, Armando Boito Jr, Sérgio Silva, Francisco Farias e, mais recentemente, Tatiana Berringer, Caio Bugiato e Danilo Martuscelli. Para resumir, nos interessa nessa pesquisa o conceito de burguesia interna, que indica a fração da burguesia que ocupa uma “posição intermediária” entre a burguesia compradora, que é uma mera extensão dos interesses imperialistas no interior dos países coloniais e dependentes, e a burguesia nacional, que em alguns movimentos de libertação nacional do século XX chegou a assumir posições anti-imperialistas (BOITO, 2005).

Muitas incompreensões rondam o conceito de burguesia interna, facilmente nos deparamos com os que acreditam que a burguesia brasileira não se divide em frações, muito menos com objetivos próprios, e quando defendemos haver, no Brasil, uma burguesia interna, facilmente a associam a dita burguesia nacional, burguesia essa defendida pelos partidos comunistas nas décadas de 1930-1960 como uma força propensa a uma aliança nacional, por entenderem que estavam dispostas a desenvolver um capitalismo autônomo do imperialismo e construir bases para reformas de tipo burguesa, o que contribuía para a luta em países periféricos, compreensão já refutada por estudiosos como Caio Prado Jr e Florestan Fernandes.

Como dissemos, essa burguesia interna nem se trata da burguesia nacional, pois não goza de independência econômica e política do imperialismo, nem tampouco pode ser entendida como uma burguesia compradora, essa por sua se posiciona como uma fração representante dos interesses externos em espaço nacional. A burguesia interna, portanto, é essa fração composta pelo grande capital privado nacional, pelas grandes empresas estatais, e ocasionalmente, por algumas empresas multinacionais. Essa fração é heterogênea em sua formação, reúne diversos setores distintos, como a indústria de manufaturados, empresas de construção pesada, empresas do agronegócio, estatais, mineradoras, entre outras (BUGIATO, 2016, p. 16).

As empreiteiras, nesse entendimento, conformam um setor empresarial pertencente a essa grande burguesia interna, o que não significa que não defenda interesses próprios do setor, travando disputas dentro dessa grande fração e até mesmo no setor de obras.

Divisão do texto: capítulos

O primeiro capítulo, intitulado *A burguesia das grandes obras no Brasil*, se dedica a apresentação de um panorama da trajetória histórica da construção pesada e das grandes empreiteiras brasileiras, com foco nos modelos de desenvolvimento de cada período, sendo analisado a constituição de um mercado de grandes obras, ainda no primeiro quadro do desenvolvimentismo brasileiro – nos governos de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954), período em que inicia o uma inflexão no setor, com as firmas de origem nacional e privadas ganhando primazia nos negócios em detrimento aos grupos estrangeiros e órgãos executores

de obras, de propriedade estatal. No segundo momento, dedicamos ao debate sobre a nacionalização e consolidação das empreiteiras privadas nacionais no mercado brasileiro e posteriormente internacional, o que corresponde aos governos liderados por Juscelino Kubitschek (1956-1961) e militares (1964-1985). Ainda no capítulo inicial da dissertação, apresentaremos de forma geral e resumida a trajetória das principais empreiteiras durante os governos neoliberais, especialmente os governos liderados pelo PSDB, a partir dos principais negócios e de suas relações com o partido.

Seguindo esse trajeto e tendo a atuação dessas empresas nos governos petistas como centro desse trabalho, o segundo capítulo é intitulado ***A trajetória do partido dos trabalhadores e os governos pós 2003***. O objetivo do capítulo é apresentar a história do Partido dos Trabalhadores (PT), do seu surgimento a vitória ao governo federal e indicando caminhos para a interpretação de como um partido que surgiu como alternativa e defensor dos interesses da classe trabalhadora conduziu governos que proporcionaram o ascenso da grande burguesia interna brasileira – consequentemente as grandes empreiteiras, especializadas nas grandes obras públicas de infraestrutura estatal. Por fim, apresentaremos de forma sucinta os principais debates sobre os governos petistas, a fim de exibir interpretações de intelectuais e militantes políticos sobre o período estudado.

Após demonstrar a trajetória de nascimento, consolidação e atuação das empreiteiras no desenvolvimentismo e neoliberalismo ortodoxo – seguindo exposição das principais bases de surgimento do PT, suas inflexões estratégicas e algumas análises sobre seus governos, a terceira parte desta pesquisa dedica-se a analisar o caminho percorrido por esses grupos na procura por mais espaço no bloco no poder do Estado brasileiro. o Capítulo é intitulado ***Caminhos para o bloco no poder: Organizações de classe, doações eleitorais e as grandes obras nos governos petistas***. Os caminhos ou formas usadas por essas organizações para obter melhor espaço no bloco no poder do Estado brasileiro são diversos, incluindo suas próprias organizações de classe, as doações eleitorais e, finalmente, a concentração ou monopolização das maiores obras.

Metodologia e fontes

No primeiro capítulo, trabalhamos principalmente com fontes bibliográficas, a partir de autores que discutem a trajetória das empreiteiras junto ao Estado brasileiro e a perspectiva

de desenvolvimento do Estado proporcionando o avanço desses capitais no Brasil, entre os anos 30 a 80 do século XX. Ainda utilizamos como fontes, neste capítulo, informações produzidas e disponibilizadas pelas próprias empreiteiras em seus *sites*, a fim de evidenciar as maiores obras executadas por essas empresas em cada período.

No segundo capítulo deste trabalho, recorremos prioritariamente a fontes documentais organizadas pelo Centro Sérgio Buarque de Holanda, da Fundação Perseu Abramo, disponível de forma virtual no *site* da Fundação. Tivemos acesso a documentos de resoluções dos encontros e congressos do Partido dos Trabalhadores do ano de 1989 a 2001, observando as inflexões na estratégia hegemônica do Partido, no tocante às suas formulações sobre capitalismo brasileiro, o papel da industrialização, das empresas brasileiras, das burguesias e da infraestrutura pesada, entre outros temas importantes, como a democratização da política, da economia e do judiciário. Juntamente com referências bibliográficas de autores que debateram sobre a estratégia petista, conseguimos apontar um caminho: do PT da contestação, ao partido no governo. Ainda nessa parte, trabalhamos com referências teóricas que avaliam em conjunturas específicas o que representou os governos petistas.

O terceiro capítulo, intitulado Relações partidárias, organizações de classe, doações eleitorais e a monopolização das grandes obras dos governos petistas, trabalhamos majoritariamente com fontes primárias, em sua maioria, fontes jornalísticas, dados econômicos do BNDES, disponível no próprio *site* da instituição e algumas informações disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral, bem como, escassas informações sobre as grandes obras do período veiculadas em sites institucionais do Governo, a exemplo das obras do PAC. Para dar conta desse capítulo, que contou com a utilização direta de mais de 60 matérias jornalísticas, construímos um banco de dados, com as matérias/notícias sobre empreiteiras nos governos petistas, envolvendo obras, doações eleitorais, delações e etc. Com a preocupação de conservar esses materiais da imprevisibilidade dos sites jornalísticos, que por vezes retiram essas matérias do site, ou mesmo, limita o acesso, todas as matérias foram salvas em PDF e mapeadas em forma de planilha, com título, data de publicação, do acesso e o *link*, podendo servir posteriormente para a continuação da pesquisa ou contribuir com outros estudos sobre o tema. Ainda no terceiro capítulo, utilizamos documentos das entidades associativas da construção pesada, especialmente do SINICON, como o estatuto de fundação da entidade, seus deveres e objetivos.

A presente dissertação, procura se inserir nos estudos sobre o grande empresariado nos governos petistas, mesmo que, por uma opção, remonte relações históricas desses grupos com o Estado brasileiro. Nesse percurso, por se tratar de um tema novo e, por vezes estranho a

muitos historiadores, procuramos leituras e formulações que pudéssemos nos apoiar, uma vez que a pesquisa ambiciona analisar uma relação com raízes históricas no tempo presente, em um passado tão recente que, muitos fatos ainda se desdobram com grande peso nos dias atuais.

Leituras sobre a chamada História do Tempo Presente (HTP), nos ajudaram a refletir sobre o objeto e os desafios da pesquisa, que além do recorte temporal, dialoga com uma vasta bibliografia de outras áreas do conhecimento, a exemplo de economistas, cientistas sociais e cientistas políticos. É inegável que essa tem sido uma marca da história no século XX, especialmente a partir da chamada Escola dos *Annales*, ao introduzir no campo de reflexão dos historiadores diversas áreas do conhecimento, da produção intelectual e da pesquisa, a exemplo da geografia, das ciências sociais, da antropologia e até das chamadas ciências naturais.

Dois desafios se colocaram centralmente para essa pesquisa: o primeiro, o desafio do devido distanciamento entre o historiador e o objeto estudado, em primeiro, se tratando de temporalidades compartilhadas, ou, o que se tornou um exercício difícil, porém, necessário para analisarmos com a devida ética os processos estudados. O segundo desafio, consistiu nos usos das fontes, especialmente, aquelas advindas de meios midiáticos, grande maioria de forma virtual. Esse tipo de fonte, cruza ao mesmo tempo diversos gêneros e dimensões que desafiam o historiador. Muitas vezes, na mesma matéria, encontramos presente a oralidade, memória, dados institucionais e narrativas sobre o passado.

No século XXI, segundo a historiadora Sônia Menezes, estamos diante de dois novos domínios da história:

Denomino narrativas efêmeras, aquelas produzidas pelos veículos de comunicação, que tiveram uma conexão direta com a produção de notícias e acontecimentos, anteriormente narrados, e que serão novamente objetos de apropriação em suas produções. Refiro-me às constantes (re)inscrições dos acontecimentos em páginas de jornais, canais de televisão, rádios e sites que trazem a reflexão dessas ocorrências, ou processos passados, a cada novo ciclo temporal. Essas inscrições atualizam, ressignificam, reinterpretam esses episódios a partir do lugar dos veículos de comunicação no tempo e das redes de interesses, jogos de poder e controle nos quais eles se inserem (MENEZES, 2019, p. 69).

O historiador do tempo presente, ou o historiador que lida com os processos com um curto intervalo temporal com o hoje, precipita por novos caminhos, novos desafios e novas fronteiras. É importante destacar que nesta pesquisa, não analisamos as mídias e suas produções jornalistas, ao contrário, as reivindicamos como fontes possíveis para se refletir sobre os significados do passado e do presente, uma vez que, o passado não é propriedade dos historiadores, porém, necessitamos de atenção para a produção sobre esses passados, seus

símbolos, suas questões.

Lohn (2019), reforça um enorme desafio para a HTP, uma vez que o tempo presente ainda se configura em um grande incômodo para historiográfica, tratando problemáticas sobre percepções do tempo histórico e suas disputas políticas, em um emaranhado em que o objeto e o historiador se envolvem e, intrínseco a isso, suas posições e opções políticas. A HTP demarca temporalidades em construção, correspondente ao vivido e aos vivos. Esse é um dos postulados da História do Tempo Presente. Compreendemos como uma história que se entrelaça com os movimentos sociais e suas buscas e por lutas e conflitos da contemporaneidade.

Sua relação de construção juntamente a diversas áreas do conhecimento e temporalidades históricas, não invalidam a HTP como uma “história propriamente dita”, situando-se totalmente no campo da história, com forte interação entre narrativa histórica e campo político, dialogando com conceitos e métodos já “canonizados” no campo da história, bem como desbravando novos olhares e abordagens, constituindo-se em uma história vocacionada ao debate público (LOHN, 2019), a exposição e ao diálogo sobre temas muitas vezes em evidência política e forte disputa social, a exemplo de projetos políticos, governos e processos históricos anteriormente pouco frequentado pelos historiadores.

Capítulo 1

A burguesia das grandes obras no Brasil

Neste capítulo nos dedicamos a apresentação de um panorama da trajetória histórica da construção pesada e das grandes empreiteiras brasileiras, com foco nos modelos de desenvolvimento de cada período, sendo analisado a constituição de um mercado de grandes obras, ainda no primeiro quadro do desenvolvimentismo brasileiro – nos governos de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954), período em que inicia o uma inflexão no setor, com as firmas de origem nacional e privadas ganhando primazia nos negócios em detrimento aos grupos estrangeiros e órgãos executores de obras, de propriedade estatal. No segundo momento, dedicamos ao debate sobre a nacionalização e consolidação das empreiteiras privadas nacionais no mercado brasileiro e posteriormente internacional, o que corresponde aos governos liderados por Juscelino Kubitschek (1956-1961) e Militares (1964-1985). Ainda no capítulo inicial da dissertação, apresentaremos de forma geral e resumida a trajetória das principais empreiteiras, que consolidaram-se nos períodos já citados, durante os governos neoliberais, especialmente os governos liderados pelo PSDB.

1.1 - Formação e trajetória da burguesia das grandes obras no Brasil

A história da construção é muito antiga e poderíamos realizar uma longa digressão histórica para chegar às suas origens, pois acompanha o desenvolvimento das sociedades e passa pela “idade antiga”, “idade média”, “moderna” e “contemporânea”. Podemos, para exemplificar, buscar as grandes construções em cada período, que até hoje são parâmetros para definição ou ilustração de cada sociedade, porém é no surgimento do capitalismo que

temos os primeiros passos elaborados e da forma que conhecemos, ou ao menos o embrião desse setor, intrinsecamente ligado às necessidades dessa nova forma de organização econômica e social (PERES, 2015).

O desenvolvimento acelerado da grande construção, portanto, pode ser verificado a partir da Revolução Industrial (1760-1840), com as novas necessidades de produção e reprodução do sistema, como os portos para o comércio, estradas de ferro para escoamento de mercadorias, pontes para ligar regiões e diminuir tempo de conexão de mercadorias e trabalhadores, galpões para armazenamento de produtos ou para fábricas etc. (PERES, 2015).

Podemos identificar que sua trajetória está diretamente ligada às perspectivas de desenvolvimento ou as necessidades específicas do modo produção hegemônico, no capitalismo isso é nítido, porém, não é sobre a história da construção civil ou dos ramos que a compõe que objetivamos tratar neste trabalho, para interesse no tema, inclusive, existe uma área específica de pesquisa, a saber “A história da construção” (RIBEIRO, 2011).

Nossa procura é identificar e traçar a trajetória desse ramo industrial junto e correlacionado com o desenvolvimento econômico do Estado, que é em primeiro lugar a razão que as fazem burguesia, ao menos, o que procuramos evidenciar. É evidente a necessidade desse setor para o capitalismo, tendo em vista que se trata de um setor necessário para outros importantes setores do capital, podendo ser qualificado como um setor industrial especial, pois sua mercadoria não se resume em uma mercadoria de consumo rápido, assim como a realização do capital não segue o mesmo modelo das demais mercadorias, que realiza-se ao capitalista quando consumida.

Esse setor industrial guarda outras características próprias, que segundo Campos (2014), o seu produto ou mercadoria consiste em um produto não-multiplicável, na grande maioria dos casos, e são produtos que necessita de muito tempo em sua produção, o que demanda uma enorme quantidade de força de trabalho, na maioria dos casos necessita sempre de grande quantidade de equipamentos e volume de materiais.

Campos (2014) confirma essa noção, afirmando que nos países centrais, com a crise dos anos 30 a indústria de construção pesada passou a cumprir um novo papel – especialmente motivado pela alta do desemprego, esse ramo da indústria passou a ser um motor para a geração de emprego, impulsionado pelo Estado, realizando obras que a curto prazo não cumpria retorno lucrativo. O autor explica que o economista John Maynard Keynes, foi um inspirador dessas políticas, que em seu “Teoria Geral do Emprego, Juro e do Dinheiro”, já orientava para o investimento em obras públicas de infraestrutura, como a

construção de estradas – não só nos EUA, mas também nos pós-guerra, nos países dito subdesenvolvidos (2014, p. 38).

No Brasil a construção pesada pode ser considerada uma atividade nacional diretamente ligada e associada aos estímulos do Estado, variando sua centralidade a partir de cada perspectiva governamental, projeto ou modelo de desenvolvimento. O ascenso desse setor industrial está diretamente atrelado ao espaço/posição que ocupou nos governos de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961) e aos governos Militar (1964-1985), sendo o projeto desenvolvimentista em suas diferentes etapas e formas, um fator para a relevância dessas firmas em cenário nacional, processo este que é explicado a partir da busca pelas grandes obras de infraestrutura no país, como as ferrovias, portos, aeroportos, hidrelétricas, saneamento e etc., que garantiu o crescimento e consolidação de empresas como Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão e Mendes Júnior (LAGE, 2017). Esse período em questão remonta o processo de industrialização brasileiro, a partir de uma perspectiva de desenvolvimento que concordamos com a alcunha de *desenvolvimentismo* (BRESSER-PEREIRA, 2011; 2012; 2018; 2019)

Bresser-Pereira chama a atenção para o fato de que o desenvolvimentismo foi a forma padrão assumida pelo capitalismo em cada país que realizou sua revolução industrial, defendendo que essa premissa vale para os países centrais de desenvolvimento “original”, caso da Inglaterra e França, para os países centrais, porém tardio, caso da Alemanha e Estados Unidos e para os países periféricos que estiveram sob o domínio de países de indústrias desenvolvidas, podendo citar a Índia, Japão e o Brasil (BRESSER-PEREIRA, 2019).

O desenvolvimentismo teve como grande contribuição ao debate econômico a premissa de que o crescimento é possível por meio da industrialização. Bresser-Pereira (2019) sugere que essa afirmação é possível ser comprovada buscando a história dos países desenvolvidos que, segundo o economista, a industrialização foi condição para o desenvolvimento dos mesmos. Aqui, a questão não é se estamos ou não de acordo com as conclusões de Bresser-Pereira e dos desenvolvimentistas – a questão é – em primeira instância demonstrar que essa noção guiou as políticas estatais do período desenvolvimentista no Brasil (1930-1980), e que, sem essa perspectiva, seria difícil falar em grandes empreiteiras brasileiras.

Entendemos que a indústria da construção pesada exerce um caráter *especial*, ao mesmo tempo que é produtora de bens, muitas vezes para geração de outras mercadorias (exemplo das hidrelétricas, que gera a mercadoria energia) – exerce a função de, a partir desses bens, a exemplo dos portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, metrô, galpões e etc.,

desenvolver outros ramos da economia, sendo assim um setor necessário a expansão de políticas desenvolvimentistas, que se realizam a partir do comando estatal. De forma direta ela cumpre o papel de edificar as bases para o desenvolvimento industrial.

A construção pesada é um setor que fomenta a geração de emprego direta e indiretamente, aquecendo outros diversos setores da economia, a exemplo da produção de cimento, ferro, entre outros (MAGALHÃES, 2018, p. 26).

É verificável que o sucesso dessas empreiteiras está diretamente ligado ao desenvolvimentismo brasileiro, dos anos 30-80², e obviamente, mais a frente, no neodesenvolvimentismo de 2003-2014³, que trataremos em outra seção deste trabalho. É notável que a procura pela industrialização do Brasil criou uma necessidade desse tipo de indústria, que teve como base a criação de um parque industrial, necessitando de produção de energia, estrutura de escoamento e uma atenção no espaço urbano (MAGALHÃES, 2018, p. 18).

Fato é que as políticas de nacionalização dos principais setores estratégicos, como energia, extração mineral, siderurgia, petróleo e de infraestrutura e transportes, datados dos anos de 1930 a 1980 constituiu as bases materiais para a consolidação do ramo da construção pesada nacional, e assim, das firmas de construção pesada (LAGE, 2017)

Lage (2017) confirma que a construção pesada no Brasil foi estimulada pelas políticas públicas de 1930-1980, consolidou-se e resistiu à retração cíclica econômica. Portanto, é no Estado e pelo Estado que esse setor industrial brasileiro garante a sua reprodução a partir da sua atuação nas obras públicas.

Os governos varguistas⁴ tiveram um papel central para o desenvolvimento da indústria brasileira. Depois de 1930 (primeiro governo de Getúlio Vargas) houve uma mudança radical no eixo central no centro dinâmico da economia brasileira, saindo da centralidade agroexportadora para as diversas áreas da indústria e do serviço. Os resultados dessa política podem ser percebidos em comparação aos anos de 1950, quando o produto industrial superou o agrícola (EARPS e KORNIS, 2004).

² Gonçalves Junior (2007) na tese intitulada *Reformas na indústria elétrica brasileira: a disputa pelas fontes e o controle dos excedentes*; Campos (2014) em seu livro *Estranhas catedrais*, Lage (2017) na tese *A construção pesada brasileira*.

³ Sabença (2018) dissertação intitulada *As Grandes Construtoras e a Política Econômica nos Governos Lula e Dilma*; Moura (2020) dissertação intitulada *A internacionalização da Construtora Norberto Odebrecht: desenvolvimento e integração latino-americana*.

⁴ Aqui não pretendemos entrar nos meandros dessa discussão que conta com uma vasta bibliografia e disputa sobre de fato qual o período, atribuímos período *Vargas* ou *varguista* a todo o período que Getúlio Vargas esteve à frente do executivo nacional (1930-1945 e 1951-1954)

Getúlio Vargas não iniciou seu primeiro governo, em 1930, com uma forte agenda industrializante, esta política se desenrolou durante seus governos, dentro das mediações de poder e interesses no interior do Estado. Porém, podemos afirmar que a partir do seu primeiro governo, inicia as bases institucionais para a industrialização brasileira, mesmo que totalmente só podemos perceber em 1956 (OLIVEIRA, 2003).

Podemos perceber as novas bases para a industrialização brasileira nos órgãos e mecanismos estatais criados de 1930 à 1945, algumas delas exercendo centralidade para a política industrial foram: O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930); Conselho Federal de Comércio exterior (1934); Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional (1939); Companhia Siderúrgica Nacional (1941); Fábrica Nacional de Motores (1942); Companhia Vale do Rio Doce (1942); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI (1942) , um marco dessas novas relações foi a Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 (EARPS e KORNIS, 2004).

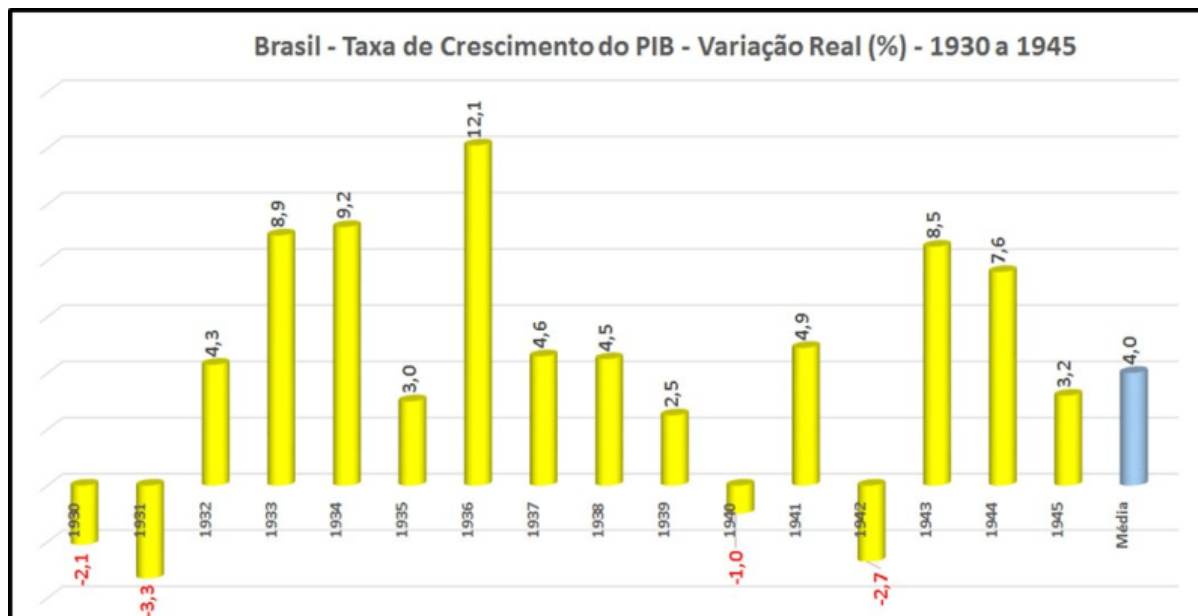
Oliveira (2000) argumenta que essas medidas de redirecionamento econômico no Brasil a partir dos anos 30, fizeram parte de uma transição mundial do capitalismo, que deixava para trás sua fase concorrencial para consolidar a dominação oligopolista. O autor argumenta que nessa nova configuração a poderosa classe rural perdeu espaço para a ascendente classe dos burgueses industriais, que por sua vez aumentaram o poderio dentro do Estado.

Para analisarmos como essas políticas surtiram efeitos reais na economia brasileira significando um novo modelo de acumulação, apresentamos alguns gráficos produzidos pelo economista Paulo Gala (2022) ⁵com o objetivo de ilustrar o que estamos assinalando – a mudança no Produto Interno Bruto do Brasil de 1930-1945 e posterior a relação de crescimento da indústria em comparação com a agricultura:

⁵ Disponível em:

<https://www.paulogala.com.br/o-modelo-de-desenvolvimento-nacional-no-governo-vargas/?subscribe=success#subscribe-blog-blog_subscription-10> Acesso em: 26 de Agosto de 2022.

Gráfico 1.1 - Taxa de crescimento do PIB brasileiro 1930 a 1945



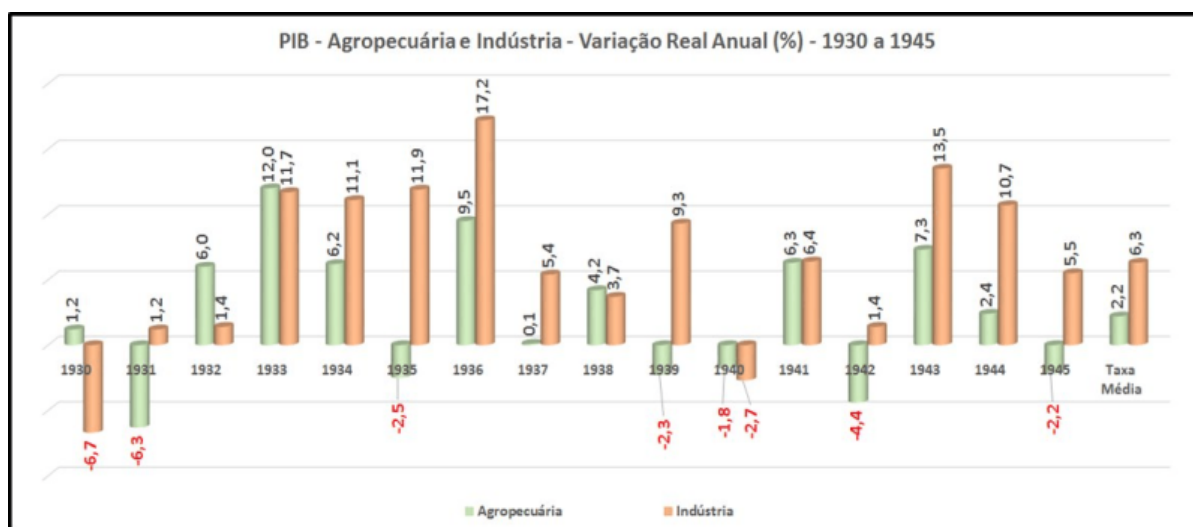
Fonte: www.paulogala.com.br [Paulo Gala / economia e finanças]

Tomando como referência o primeiro período de Vargas à frente do executivo nacional (1930-1945), podemos identificar uma taxa de crescimento médio de 4,0 %. É importante destacar que esse período foi marcado pela crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, efeito da crise é perceptível quando olhamos para o PIB negativo dos dois primeiros governos, ainda assim, é perceptível a recuperação da crise, chegando ao crescimento de 12,1% em 1936 (GALA, 2022)

Como vimos anteriormente, nas iniciativas do Estado em relação a criação de órgãos, institutos e leis que segundo a análise que seguimos priorizou a industrialização brasileira, é possível notar esse efeito quando analisamos o crescimento industrial na primeira fase do desenvolvimentismo brasileiro.

Neste segundo gráfico podemos observar o crescimento do setor industrial, onde a taxa média de crescimento do setor supera o setor agropecuário, nesse período a indústria teve taxa média de crescimento de 6,3%, enquanto a agropecuária fechou com uma média de 2,2%. Vejamos:

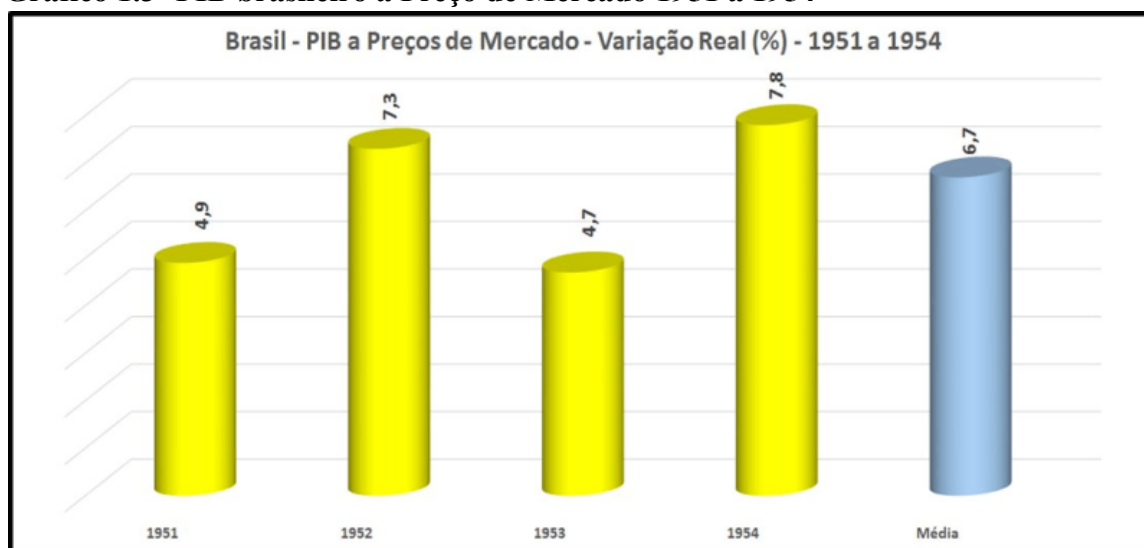
Gráfico 1.2 - PIB da Agropecuária e Indústria brasileira 1930 a 1945



Fonte: www.paulogala.com.br [Paulo Gala / economia e finanças]

No segundo governos Vargas (1951-1954) houve um forte aprofundamento dessas políticas industrializantes, e novamente o governo dedicou esforços para a criação de mecanismos para a industrialização brasileira, a exemplo do Fundo Nacional de Reparelhamento Econômico (1951); Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE (1951); Banco do Nordeste do Brasil (1952); Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1953); Carteira de Comércio Exterior (1953); Petrobrás (1953); Plano Nacional do Carvão (1953); Plano Nacional de Eletrificação e da criação da Eletrobrás (1954). Vejamos o gráfico:

Gráfico 1.3- PIB brasileiro a Preço de Mercado 1951 a 1954



Fonte: www.paulogala.com.br [Paulo Gala / economia e finanças]

No segundo período Vargas, podemos perceber um expressivo crescimento da indústria brasileira, tendo no ano de 1952 e 1954 resultados expressivos. Vale lembrar que o ano de 1954 foi o auge da crise em seu governo, levando Getúlio ao suicídio.

Quando avaliamos o desempenho por setor, podemos perceber uma alta significativa na indústria de construção, sendo o setor com maior crescimento, obtendo uma média de 9,0% nos anos de 1950-1954, índice esse atingido graças às grandes obras de infraestrutura que foram necessárias para edificar o projeto de desenvolvimento que estava em curso.

Outro dado importante que nos aponta para uma nova reorganização da vida nacional brasileira é o percentual da população oriundas do campo (rural) em direção às grandes cidades, o que Oliveira (2000) aponta como características do processo de industrialização, o centro da economia passou a ser a indústria, essa por sua vez, tem raízes profundas no mundo urbano.

Tabela 1.1 - Índice populacional Rural x Urbano 1940 a 1980

Década	Rural	Urbana
1940	69%	31%
1950	64%	36%
1960	55%	45%
1970	44%	56%
1980	34%	66%

Fonte: IBGE. IBGE, censo demográfico 1940/2000. ⁶

O deslocamento das populações rurais para o urbano esteve diretamente ligada a nova fase do Estado brasileiro, “urbano-industrial” que começou a se formar a partir de 1930, forjando um novo modelo de acumulação, que teve as leis trabalhistas como centrais para esse processo, formando assim um “exército industrial de reserva”, composto por sua grande maioria de trabalhadores vindo da subsistência rural para os empregos nas cidades, uma vez que o salário urbano, ou seja, industrial era mais alto que os ganhos dos pobres no mundo

⁶ Acessar no link: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13300-asi-estudo-revela-60-anos-de-transformacoes-sociais-no-pais#:~:text=O%20contingente%20de%20popula%C3%A7%C3%A3o%20urbana,habitantes%2C%20entre%20as%20duas%20%C3%A9pocas.> Último acesso em: 01/09/2023.

rural, tornando-se assim, um vasto campo para a acumulação desse novo modelo de acumulação (OLIVEIRA, 2003, p. 24-25-26).

Aqui, de forma tardia em comparação aos países desenvolvidos do centro capitalista europeu, podemos observar as similaridades do desenvolvimento capitalista industrial, podemos observar de fato, a centralidade urbana desse novo modelo de acumulação que se formou no Brasil pós 30, ano a ano esvaziando o rural em detrimento do urbano, as indústrias concentram-se majoritariamente nos centros urbanos, necessitando assim e cada vez mais de trabalhadores e trabalhadoras nos arredores dessas produções, as cidades ganharam outra centralidade, não mais o lugar do Estado burocrático e seu representantes, se transformaram no centro da vida social. Marx e Engels em 1848 em seu clássico escrito, o *Manifesto do Partido Comunista*, ao observar as mudanças na Europa, advindas das revoluções burguesas e do predomínio dessa classe, afirmaram: “A burguesia submeteu o campo à dominação da cidade. Criou cidades tentaculares, aumentou maciçamente a população das cidades em relação à dos campos [...] Aglomerou população, centralizou a propriedade em poucas mãos” (MARX e ENGELS, 2013, p. 31).

Oliveira (2003) aponta para uma questão importante sobre o debate da urbanização-industrialização brasileira, que revela o caráter desigual e combinado do tipo de expansão capitalista no Brasil. Por um lado, o sociólogo afirma que “As cidades são por definição, a sede da economia industrial e de serviços” (OLIVEIRA, 2003, p. 38), e que o crescimento urbano é intrínseco a industrialização, dessa forma refuta as teses que entendia que o processo de urbanização no Brasil acontecia desacompanhadas de industrialização. E afirma o caráter desigual, porém combinado dessa urbanização, convivendo no mesmo espaço sede da indústria, formas do que poderíamos chamar de “acumulação primitiva”:

“Uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o “mutirão”. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado – a casa – reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho – de que os gastos com habitação são um componente importante – e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho”

Segundo o autor, essa forma se deu no Brasil não como uma exceção, mas como modelo da expansão do capitalismo no país – produto de uma base capitalista rebaixada para

sustentar sua expansão e embora não seja uma novidade no capitalismo, o caso brasileiro guarda suas características próprias:

A originalidade consistiria talvez em dizer que – sem abusar do gosto pelo paradoxo – a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo” (OLIVEIRA, 2003, p. 39-40).

Essa forma desigual, foi combinada na medida em que o país iniciou um acelerado processo de industrialização, tendo o Estado como principal comandante, criando de forma acelerada as bases para essa expansão e modelo de acumulação capitalista.

De fato, o papel do Estado pós 1930, como assinala Oliveira (2003) é definidor para a mudança do modelo agroexportador para o urbano-industrial, fazendo com que essa economia capitalista possa seguir com incentivo e planejamento estatal, já que não dispunha ainda de mecanismos próprios, porém, essa conta não foi tão simples, a agricultura não foi simplesmente escanteada em detrimento do capital industrial, pois ela passou a cumprir um papel de fundamental importância para o processo de industrialização e consequentemente industrialização, em primeiro, ela ocupava com primazia as relações comerciais internacional do Brasil, segundo, que para esse Estado que favorecia o desenvolvimento acelerado do mundo urbano, é a agricultura a responsável por suprir essa crescente massa de urbanizados, sem elevar os custos de alimentação, matéria prima, logo não atrapalhar no processo urbano-industrial (OLIVEIRA, 2003).

Essas relações são mais complexa do que a aparente oposição entre o urbano e o rural, entre a agricultura e a indústria:

A solução do chamado "problema agrário" nos anos da "passagem" da economia de base agrário-exportadora para urbano-industrial é um ponto fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista. Ela é um complexo de soluções, cujas vertentes se apoiam no enorme contingente de mão-de-obra, na oferta elástica de terras e na viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado construindo a infraestrutura, principalmente a rede rodoviária. Ela é um complexo de soluções cujo denominador comum reside na permanente expansão horizontal da ocupação com baixíssimos coeficientes de capitalização e até sem nenhuma capitalização prévia: numa palavra, opera como uma sorte de "acumulação primitiva" (OLIVEIRA, 2003, p. 28).

Esse processo é significativo para entendermos o tipo de transição que permitiu a indústria se consolidar no Brasil. Essa forma de “acumulação primitiva” permitiu a sobrevivência lucrativa das camadas ricas rurais, a partir do abastecimento interno das

cidades, com baixo preço dos alimentos – garantido às custas da mão-de-obra camponesa superexploração e práticas de trabalho “pré-capitalistas”, sem assalariamento e renda flexível (variando a partir da produção desses camponeses em terras alheias), assim, essa agricultura que Oliveira chamou de “primitiva”, pôde concorrer com uma agricultura que contava com a incorporação e utilização de insumos e mecanização (OLIVEIRA, 2003, p. 29).

Esse modelo ao mesmo tempo preservou acordos com as elites agrárias e impediu o crescimento do custo da produção agrícola em relação a nascente produção industrial, desempenhando assim, um papel central na redução do custo da reprodução da força de trabalho nas cidades, rebaixando os custos de alimentação resolvendo assim, da forma local questões de ruptura que outrora teriam sido feitas em países centrais do capitalismo – como é o caso da distribuição da terra – tendo em vista os processos de reforma agrária realizadas por diversos países que caminharam para a industrialização, contrariando o dualismo de teóricos que previam a mesma como basilar para o desenvolvimento da indústria no Brasil.⁷

Nas palavras de Francisco de Oliveira:

A manutenção, ampliação e combinação do padrão "primitivo" com novas relações de produção no setor agropecuário têm, do ponto de vista das repercussões sobre os setores urbanos, provavelmente maior importância. Elas permitiram um extraordinário crescimento industrial e dos serviços, para o qual contribuíram de duas formas: em primeiro lugar, fornecendo os maciços contingentes populacionais que iriam formar o "exército de reserva" das cidades, permitindo uma redefinição das relações capital-trabalho, que ampliou as possibilidades da acumulação industrial, na forma já descrita. Em segundo lugar, fornecendo os excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da força de trabalho rural, combinaram esse elemento com o próprio volume da oferta de força de trabalho urbana, para rebaixar o preço desta. Em outras palavras, o preço de oferta da força de trabalho urbana se compunha basicamente de dois elementos: custo da alimentação' - determinado este pelo custo de reprodução da força de trabalho rural - e custo de bens e serviços propriamente urbanos (OLIVEIRA, 2003, p. 31).

É perceptível o papel do Estado nesse período, podendo atribuí-lo o papel central para a criação das bases do capitalismo industrial brasileiro, seja por meio das leis trabalhistas, da criação de órgãos e políticas de incentivo ou o papel de “conciliador das classes”. Sobre esse relevante papel do Estado na industrialização brasileira, Oliveira afirma que:

Aqui o seu papel é o de criar as bases para que a acumulação capitalista industrial, no nível das empresas, possa se reproduzir. Essa intervenção tem um caráter "planificador", ao modo do Estado inglês que editava tanto o *poor law* como o *cereal act*, isto é, no "trânsito", o Estado intervém para destruir o modo de acumulação para o qual a economia se inclinava naturalmente, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação. (OLIVEIRA, 2003, p. 27).

⁷ Leitura bastante comum nos teóricos do PCB e nos desenvolvimentistas, como Celso Furtado.

A oposição dualista de teóricos como Celso Furtado, de “atrasados” e “modernos” para a realidade brasileira não se realizava na prática, uma vez que esse modelo dual na aparência, carregava uma relação dialética, pois agricultura foi vital para a expansão do sistema – seja pelos enormes números de trabalhadores saindo do campo para as cidades ou fornecendo alimentos para assegurar a manutenção dos contingentes de novos trabalhadores urbanos, logrando disso as condições para um forte mercado interno de alimentos (OLIVEIRA, 2003, p. 31)

Várias medidas dos governos Vargas favoreceu diretamente o nascimento da indústria de construção pesada, a exemplo disso podemos apontar a centralização dos setores econômicos e estatização do controle de infraestrutura nacional; prioridade em geração de energia e transportes (Rodovia Nova Rio-Bahia; hidrelétrica Paulo Afonso I), Decreto 8.463/1945 – Reorganização do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, com a criação do Fundo Rodoviário Nacional, que em 1950 já contava com 968 km de rodovia pavimentada, o dobro do que tinha no ano de sua criação (LAGE, 2017, p. 74).

O Estado pós 30 criou as condições possíveis para o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil, lidando com todas as complexidades e exercendo uma autonomia relativa perante a classe que dominava até então – os grandes donos das produções agrícolas especialmente donos do café – que gozavam de grande espaço na economia nacional e no mercado mundial de exportações. Oliveira (2003, p.27) resume parte dessa afirmação:

Assim, assiste-se à emergência e à ampliação das funções do Estado, num período que perdura até os anos Kubitschek. Regulando o preço do trabalho [...] investindo em infra-estrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo de capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma da expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção (Volta Redonda e Petrobras, para exemplificar), o Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema.(OLIVEIRA, 2003, p.27, grifos nossos).

Na linha de Oliveira (2003), a função do Estado foi a de garantir o processo de industrialização e o mercado interno, uma vez que o nascente capitalismo industrial não dispunha ainda de bases concretas para isso. O Estado passa a controlar, como abordamos anteriormente, a coordenação e administração dos principais setores chaves, entre eles, o processo de infraestrutura nacional. Sobre essa afirmação, Oliveira explica que:

A tese é perfeitamente ilustrada como o caso do café: deixada entregue às leis automáticas do mercado, a produção de café no Brasil, após a crise de 1929, entraria

num regime anárquico, ora sendo estimulada, ora sendo violentamente contraída. Os estímulos e as contrações poderiam representar importantes desperdícios sociais. Foi preciso o controle governamental para fazê-la crescer ou diminuir guardando certa distância das flutuações do mercado, para o que tivesse de recorrer ao controle direto (IBC) e aos preços sociais em lugar dos preços de mercado (o confisco cambial era um preço social). (OLIVEIRA, 2003, p. 27-28)

É possível perceber a importância das prioridades estatais no que podemos classificar de plano de desenvolvimento, para um ambiente propício para o surgimento das empresas de construção pesada. Apesar disso, Lage (2017) afirma que o Plano de Metas de Juscelino (1956-1961), cumpriu grande papel na consolidação do setor no Brasil. A infraestrutura brasileira, calcada em um projeto de desenvolvimento nacional cumpriu um papel central na estruturação dessas firmas, a respeito disso, podemos encontrar detalhadamente em Campos (2014), em seu livro *Estranhas Catedrais*, onde aprofunda a atuação desse setor junto ao Estado na Ditadura militar.

1.2- Nacionalização e consolidação das empreiteiras de construção pesada: JK e ditadura militar

Aqui, examinaremos de forma sucinta esses dois momentos, com um olhar especial para os principais feitos que favoreceu o desenvolvimento do setor, consequentemente, as empresas que atuam no setor de obras. Nosso foco será as principais obras do período, dialogando com a política econômica de cada momento. Se os governos Vargas foram essenciais para a formação da indústria de construção pesada, foi nos governos de Juscelino Kubitschek que firmas ganharam espaço de atuação nacional, já na ditadura empresarial-militar, alcançaram a consolidação, entre os principais grupos empresariais do Brasil.

Juscelino Kubitschek

O período em que Juscelino Kubitschek (JK) esteve à frente do Governo de Minas Gerais (1951-1955) e posteriormente como Presidente da República (1956-1961), são marcos importantes para a história e todo o desenvolvimento da indústria de construção pesada no Brasil, em seu governo estadual, importantes obras de infraestrutura e criação de empresas marcaram sua gestão e a aproximação com o setor de construção. No governo estadual, sua gestão foi inovadora, em comparação com o restante do Brasil, sendo na sua gestão, por

exemplo, a criação da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, um marco na aposta de geração de energia, além da construção de hidrelétricas, a exemplo da usina hidrelétrica de Salto Grande (1951), a usina de Itutinga, finalizada em 1955, e obras para abastecimento de água e sem dúvidas a prioridade na construção de rodovias. Para coordenar essas ações, o governo investiu na criação de companhias de caráter regional, sendo a primeira delas a Companhia do Médio rio Doce.

O governo JK no estado de Minas Gerais adotou o padrão norte-americano de construção rodoviária, o que seria ampliado para o resto do país, posteriormente, já como presidente da República. Esse modelo previa que uma construção rodoviária deveria, necessariamente realizar três etapas: “1) abertura da estrada com exigências mínimas de curvatura, inclinação de rampas e largura; 2) melhoramentos com alargamento de pista, deixando-a pronta para a pavimentação; 3) quando o tráfego ficar superior a 500 veículos/dia, é feita a pavimentação de tipo poliédrico, asfáltico ou cimento portland” (CAMPOS, 2014, p. 61).

As políticas dos governos JK explicam o fato de que parte das principais empreiteiras do setor é oriunda do estado de Minas Gerais, a exemplo da Mendes Júnior e da Andrade Gutierrez, tendo como política importante para o fortalecimento desse setor o consórcio Ajax, que adquiria maquinário para as empreiteiras, maioria pequenas empresas, e passava contrato para as obras, que mesmo contando com atuação de firmas de outros estados, em sua maioria era composta por empresas mineiras (CAMPOS, 2014, p. 61). Importante destacar, que a partir dos anos 30 iniciou um processo de estatização da contratação das obras públicas de construção pesada, posteriormente houve uma mudança nesse modelo, passando o Estado a um mero contratante de obras. O governo de JK foi um marco para a divisão de tarefas entre a iniciativa privada e o Estado.

Segundo Campos (2014), o governo JK à frente da presidência foi central para o fortalecimento e alavancagem do setor de construção pesada, tendo sido seu governo um marco para a nacionalização dessas empresas. O Plano de Metas foi uma das mais ousadas políticas do governo JK, contemplando investimentos em setores como o de transporte, energia, alimentação, indústria de base e a construção de Brasília.

Segundo Lessa (1982, p. 27), o Plano de Metas, “constituiu a mais sólida decisão consciente em prol da industrialização na história econômica do país”. O plano tinha previsão de cinco anos de duração, contou com a participação do setor público e privado, sendo de maior responsabilidade do setor público, principalmente, os investimentos em infraestrutura, com a previsão de que isso beneficiaria a entrada de capitais privados. O Plano de Metas

centrou esforços em cinco setores principais, sendo: energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação. Os setores de energia e transporte, setores centrais no plano, foram os setores de maior interesse das empreiteiras (CAMPOS, 2014, p. 64).

O setor de energia, por ser uma centralidade do plano de JK, de longe foi um dos setores mais importantes para as empreiteiras, somente neste setor, 463% do investimento geral do plano foi alojado, sendo dividido em metas destinadas diretamente para energia elétrica, nuclear, carvão mineral, produção e refino de petróleo. O segundo setor mais importante foi o de transportes, que subdividia-se em reaparelhamento ferroviário, construção de ferrovias e rodovias, pavimentação de rodovias, serviços portuários e drenagem, transportes aeroviários e marinha mercante (MACHADO, 2019, p. 31).

Outro setor importante foi o da indústria de base, contando com 20% do orçamento do plano, se subdividida nos setores de: siderurgia, alumínio, cimento, álcalis, papel celulose, borracha, metais não ferrosos, construção naval, automobilístico, exportação de minério de ferro, mecânica e indústria de material elétrico. Os setores de educação e alimentação não tiveram os mesmos investimentos, ficando com 3,4% e 3,2% do investimento total, respectivamente (MACHADO, 2019, p. 31).

O setor de energia elétrica depositou grandes esforços na ampliação da estrutura, nas novas produtoras de energia e na expansão do parque já instalado, assim como na distribuição. Já no Plano de Metas, era previsto a construção da hidrelétrica de Três Marias, com capacidade prevista para 480 MW, e a Central Elétrica de Furnas S.A, com capacidade de geração de 1.100 MW de energia, ambas no estado de Minas Gerais, estado natal do presidente Juscelino. Ao todo, as metas no setor de energia previam a elevação da capacidade nacional de geração de 3.000 MW, para 5.000 MW até o ano de 1960, além da projeção de mais 8.000 MW instalado até 1965 (PLANO DE METAS, 1958, p. 27).

Em síntese, podemos atribuir ao governo de JK como presidente do Brasil, um salto importante na trajetória dessas empresas, uma vez que foi em seu governo, em especial o Plano de Metas, com relevância para a construção de Brasília que possibilitou uma expansão da atuação dessas empreiteiras por todo o Brasil, com projetos cada vez mais ousados e robustos, na maioria das regiões do Brasil, a exemplo dos projetos das obras realizadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). O poderio desses grupos empresariais veio a ser coroado na ditadura militar, com os grandes projetos em diversas áreas, com destaque para a geração de energia e projetos de expansão de rodovias.

Ditadura militar-empresarial

Com os governos ditatoriais foi construído um modelo econômico que em partes continuou o mote do desenvolvimentismo, tendo o Estado como centro das decisões e projetos econômicos, com grande peso na expansão da infraestrutura. Entre 1969 e 1973, período conhecido como ‘milagre brasileiro’, um período marcado por grande crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), as empreiteiras de construção pesada alcançaram patamares nunca visto antes no Brasil, no governo Geisel, por exemplo, o II Plano Nacional de Desenvolvimento - PND, investiu de forma maciça nas empresas privadas de produção de bens de capital, através do sistema de incentivo de créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

Nas políticas que beneficiaram o setor da construção pesada, a aposta na geração de energia elétrica, foi um dos fatores principais para o crescimento dessas empresas, foi um período marcado pela construção de grandes obras para a geração de energia, a exemplo das gigantes hidrelétricas: Itaipu (1984); Tucuruí (1975-1984); Ilha Solteira (1973); Jupia (1968) e Sobradinho no Rio São Francisco entre outras, são exemplos do investimento em obras nesse setor, que beneficiou diretamente às empreiteiras de grandes obras.

Além dos grandes investimentos na área de geração de energia, outras grandes obras figuram entre os feitos da ditadura militar. Na década de 1970, o Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), expandiu as grandes obras de rodovias pelo Brasil, com um discurso de garantir a unidade e soberania nacional, através das interligações regionais. Desse processo, nasceu a transamazônica Belém-Brasília, a construção da ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói), e muitas outras obras. Em 1980, o país possuía 47 mil km de rodovias pavimentadas (LAGE, 2017).

Esse período também marca o ascenso desses capitais em obras especializadas, com alta demanda de tecnologias, que antes era protagonizado por empresas dos países de capitalismo avançado. Como exemplo disso, podemos destacar as hidrelétricas e a própria ponte Rio-Niterói, considerada uma das maiores pontes do mundo, em extensão total de 13,29 km. As hidrelétricas de Itaipu e Tucuruí, por exemplo, correspondem a quase um quarto da geração de energia do Brasil. Itaipu, por exemplo, é a maior geradora do mundo, com capacidade de abastecer em média 50 milhões de residências (LAGE, 2017, p. 77).

No campo rodoviário, as obras da Transamazônica se destacam, tendo iniciado o projeto em 1968 e concluído em 1974, a obra possui 4223 km, sendo a terceira maior rodovia do Brasil, atravessando sete estados, três ecossistemas (caatinga, cerrado e floresta), e contando com enorme impacto socioambiental, tendo retirado comunidades inteiras por onde

a obra passou. A obra contou com a participação direta de mais de quatro mil trabalhadores, muitos dos quais vieram de outras regiões, com destaque para o Nordeste.

Outro importante investimento dos militares, foi na implementação das redes de metrô nas principais capitais. A primeira linha metropolitana foi inaugurada em 1974, em São Paulo- SP, depois de cinco anos, em 1979, foi a vez do Rio de Janeiro. A linha norte do metrô de São Paulo, para destacar, construída em 1968 e finalizada em 1974, foi a maior obra urbana da engenharia brasileira. Um fato relevante do avanço tecnológico das empreiteiras nesse período é que em 1971, a Camargo Corrêa introduziu no país as primeiras máquinas Shield, uma grande broca de perfuração que ficou apelidada de “tatuzão”, permitindo a escavação de túneis de forma mais rápida e sem prejuízo as construções já existentes no território (LAGE, 2017, p. 82).

A ditadura, entre 1964 a 1985 proporcionou um momento de consolidação das empreiteiras como gigantes da indústria brasileira, foi o momento em que esses grupos se converteram em monopólios, conglomerados com atuação não só no Brasil, mas em diversos países. O período militar pode ser dividido em várias fases, com maior ou menor grau de ganho para as empreiteiras, Campos (2014), afirma que o período comandado por Castello Branco, foi um período em que o setor da construção esteve insatisfeito, devido suas posições em rever contratos e suspender algumas obras (CAMPOS, 2014, p. 130).

No geral, com diferenças entre cada período, foi na ditadura que essas empreiteiras alcançaram um patamar de alta influência no Estado e grande crescimento. vejamos a variação anual do Produto dessas empresas: 1964 - 3,8%; 1965 -22,8%; 1966 - 2,5 %; 1967- 6,2 %; 1968 - 10,2 %; 1969 - 16,6 %; 1970 - 3,1 %; 1971 - 12,5%; 1972 - 8,6%; 1973 - 15,1%; 1974- 12,3%; 1975 - 13,3%; 1976 - 12,8%; 1977 - 9,0% (CAMPOS, 2014 p. 131). Podemos perceber que durante os anos conhecidos como o ‘milagre econômico’, essas empreiteiras foram bastante favorecidas pela política econômica do período, com a maior demanda por obras para a crescente infraestrutura.

Importante destacar que no período militar, essas empresas e seus proprietários gozaram de espaço privilegiado no aparelho estatal, construindo uma relação muitas vezes de grande proximidade com os militares que exerciam poder no regime, sendo essa uma das explicações apresentadas para o sucesso desses empresários, que não só estiveram como apoiadores, como também participaram de muitos momentos, inclusive em colaboração com a repressão comandada pelos militares.⁸

⁸ A esse respeito, já existem pesquisas discutindo essa questão, o Livro Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988, de autoria de Pedro Campos, descreve essa relação.

1.3 As grandes empreiteiras brasileiras de construção pesada

Identificar as maiores empreiteiras brasileiras de construção pesada é importante para entender o processo de desenvolvimento da construção pesada no Estado brasileiro, empresas essas que em sua grande maioria diversificaram seus negócios, mas foi nas grandes construções públicas que tiveram seus respectivos sucessos.

Essas empresas são: Odebrecht, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Mendes Júnior e Andrade Gutierrez. Quando observamos de modo geral o nascimento dessas firmas, podemos perceber diversos elementos em comum, tendo como primeiro o período de fundação, todas datam do final dos anos 1930 a década de 1950, período de consolidação do modelo desenvolvimentista no Brasil, sendo a maioria fundadas nas administrações de Getúlio Vargas. A seguir, veremos de forma resumida a história e feitos dessas empresas.

Tabela 1.2 - Origem das principais construtoras e ano de fundação

Construtora	estado de origem	ano de fundação
ODEBRECHT	Bahia	1943
Camargo Correa	São Paulo*	1939
Queiroz Galvão	Pernambuco	1953
Mendes Jr.	Minas Gerais	1953
Andrade Gutierrez	Minas Gerais	1948

Fonte: Site das empreiteiras

Odebrecht:

A história da empresa Odebrecht, como regra para as demais gigantes do setor é atrelada ao Estado e as obras contratadas pelo Estado brasileiro. A empresa surgiu no seio da família Odebrecht, família com larga tradição de engenheiros de construção civil, prova disso que Emil Odebrecht, avô de Emílio (fundador da empresa), foi um engenheiro alemão que mudou-se para o Brasil no ano de 1856. A empresa iniciou sua atuação sob o comando de

Emílio Odebrecht, em 1944, na Bahia, tendo como antecessor em obras a empresa de mesmo nome de Norberto Odebrecht, pai de Emílio.

A Odebrecht iniciou sua trajetória atuando em sua região de origem: o Nordeste brasileiro – palco de grandes investimentos estatais voltadas para o desenvolvimento da infraestrutura na região, a exemplo do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), companhia hidroelétrica do São Francisco (CHESF), Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (Codevasf), Petrobrás, e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Destaca-se nesses projetos perspectivas de desenvolvimento regional e combate aos efeitos das estiagens nordestinas e a criação de uma infraestrutura de estradas, pontes e açudagem, posteriormente a geração de energia, com a construção de diversas hidrelétricas. (CAMPOS, 2014; OLIVEIRA, 1978).

Esse foi o primeiro terreno de atuação da empresa, que se consolidou e passou a atuar em diversas regiões do Brasil, posteriormente com atuação internacional, chegando a ser considerada uma das maiores construtoras do mundo. Abaixo, segue um quadro com os principais momentos de atuação da empresa até a década de 1990, em capítulos posteriores trabalharemos a atuação dessas firmas nos anos 2000.

Segue:

Quadro 1.1- Fatos relevantes da história da Odebrecht

Ano	Fatos	Local
1944	fundação da empresa	
1946-1947 -1948	Construção do Circuito Operário, Estaleiro fluvial da Ilha do Fogo e o Cais de atração em canavieiras.	Bahia
1953	Primeira obra da Petrobrás, o acampamento do projeto oleoduto catu-candeias e o transporte de óleo do campo de Catu -refinaria Mataripe.	Bahia
1969	Obras no Sudeste: Edifício da Petrobrás, campus da UFRJ, Aeroporto galeão e a Usina Termelétrica de Angras	Rio de Janeiro

1976	Empresa de atuação nacional, com obras em diversos estados, passando a diversificar os negócios, atuando na área de perfuração de poços de petróleo com a criação da Odebrecht Perfurações Ltda e a aquisição da petroquímica de Camaçari-BA.	
Anos 70	Hidrelétrica de Charcani V (1979-1987), no Peru; Desvio do Rio Maule, no Chile.	Peru e Chile
1980-1981	incorporação da Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO); Criação da holding Odebrecht S.A	Brasil
1987	Construção da Hidrelétrica de Capanda	Angola
Anos 80	projeto de irrigação Santa Helena	Equador
1988	Compra da Construtora Bento Pedroso, de Portugal	Portugal
1989	construção da Hidrelétrica de Pichi Picún Leufú	Argentina

Fonte: Campos (2014); Lage (2017); G1: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/04/veja-evolucao-do-imperio-odebrecht-que-fez-primeira-obra-da-etrobras>. Acesso em: 01/09/2023.

Camargo Corrêa

A Camargo Corrêa, figurou por muito tempo no grupo das seletas grandes empresas privadas de construção pesada do Brasil, atuando em diversos setores, desde a engenharia e construção, concessão de energia, cimento, transporte e mobilidade urbana, indústria naval, entre outros ramos mais distantes da indústria, como roupas e calçados. A empresa chegou a ter atuação em 20 estados do Brasil e 22 países. Em 2013 contava com um número de cerca de 65 mil trabalhadores.⁹

O grupo é de origem familiar, que é marca desse ramo. Foi fundada em 1939, ainda como uma pequena empresa Camargo, Corrêa & Companhia Ltda. A empresa foi fundada por Sebastião Ferraz Camargo, que segundo conta Lage (2017), começou com duas carroças e entrou nas construções de estradas que avançavam no interior de São Paulo. Sebastião era

⁹ Camargo Corrêa. Disponível em: <https://construtoracamargocorreia.com.br/pt_BR/institucional/>. Acesso em: 02 de agosto de 2022.

filho de proprietários rurais e não completou o terceiro ano do ensino primário, posteriormente ganhou o sobrenome Penteado, sobrenome de uma influente família da burguesia industrial de São Paulo, após se casar com Dirce Penteado.

Campos (2014) demonstra que desde cedo a empresa teve relações com setores políticos. Em São Paulo, mantinha relação direta com Adhemar de Barros, que foi governador do estado e um influente e controverso político. Fato é que nesse período a empresa executou várias obras no estado (CAMPOS, 2014, p 97)

A empresa iniciou sua atuação no ramo dos serviços para empresas ferroviárias e nas construções urbanas. A Camargo atuou em grande parte das obras de rodovia de São Paulo, assim como, na área de infraestrutura para geração de energia, a exemplo da usina de Jupia, inaugurada em 1968, sendo a maior do Brasil até então (CAMPOS, 2014, p. 98)

A Camargo Correa chegou na ditadura militar figurando como a maior empreiteira do Brasil, fato que segundo Campos (2014), pode ser explicado pela ligação dos seus dirigentes com a burguesia e governos paulistas e grandes obras, a exemplo participação na construção de Brasília. Vejamos o quadro com os principais marcos e obras da empresa:

Quadro 1.2- fatos relevantes da história da Camargo Corrêa

Ano	Fatos	Local
1939	Fundação da empresa	São Paulo
1943	Terraplanagem/pavimentação das pistas da Base Aérea de Santos.	São Paulo
1944	Pavimentação da pista de pouso do Campo de Marte	São Paulo
1944	Participação na construção da Via Anchieta (SP-148)	São Paulo
1946	Fundação da Construções e Comércio Camargo Correa S/A, que substituiu a Camargo, Corrêa & Cia Ltda.	São Paulo
1947-1948	Obras de terraplanagem para serviço rodoviário (Tupão-Adamantina)	São Paulo
1948	Fundação da companhia Jauense de Fiação S.A, no setor de transformação	São Paulo

1951	Leilão de pedreira em Guarulhos (SP) – origem para seu ingresso no ramo dos produtos de concreto.	São Paulo
1952-1957	Obras da ferrovia Fernão Dias, São Paulo-SP a Belo Horizonte -MG.	São Paulo e Minas Gerais
1953	Pavimentação das ruas e avenidas de Campo Grande/MS	Mato Grosso do Sul
1953	Terraplanagem da nova pista do aeroporto Galeão	Rio de Janeiro
1953	A Imobiliária e Colonizadora Camargo Corrêa e Ribeiro S.A constrói o núcleo urbano “Rosa”, em homenagem a uma das filhas de Sebastião, que em 1990 passa a ser município.	São Paulo
1955-1965	Construção da Hidrelétrica Euclides da Cunha, no Oeste paulista, com capacidade instalada de 94.800 kw.	São Paulo
1955-1956	Adquire a Companhia Auxiliar de Viação e Obras (CAVI) fundada por capital inglês em 1922	Rio de Janeiro
1959	Contratada para executar obras de terraplanagem e pavimentação de ruas e avenidas na construção de Brasília	Distrito Federal
1959	Construção da barragem de Paranoá em Brasília	Distrito Federal
1961	Construção da pista de pouso do aeroporto Vilhena	Rondônia
1962	Início das obras da hidrelétrica Jupia	São Paulo
1965-1978	Usina de Ilha Solteira	São Paulo
1967	Construção do escritório central próprio	Rio de Janeiro
1968	Criação da Camargo Industrial – ramo de cimento	

1969	Terraplenagem, pavimentação e bases de tanques da Refinaria do Planalto Paulista (Replan)	São Paulo
1969	Adquire o Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores, a CNEC Engenharia	São Paulo
1971-1973	Início das obras da Rodovia Transamazônica, com atuação direta em terraplanagem e revestimento primário em trechos da obra	Pará e Amazonas
1971	Ponte Rio-Niterói em consórcio com outras empreiteiras: Mendes Júnior e Construtora Rabello.	Rio de Janeiro
1971	Construção da linha Norte-Sul do metrô de São Paulo, maior obra urbana do Brasil, com introdução de novas tecnologias para a escavação de túneis	São Paulo
1972-1975	Construção da BR-101, Rio-Santo.	Rio de Janeiro/ São Paulo
1972-1977	Obras na Rodovia dos Imigrantes (SP-160)-viaduto com mais de 1,5 km.	São Paulo
1975	Rede Ferroviária Federal S.A, realizando construções de terraplanagem, drenagens e túneis	Minas Gerais
1975	Obras do metrô de São Paulo (Leste-Oeste).	São Paulo
1975	Construção da hidrelétrica Itaipú	Paraná
1975	Hidrelétrica Tucuruí	Pará
1976	Rodovia dos Bandeirantes	São Paulo
1978	Hidrelétrica Guri	Venezuela
1980	Hidrelétrica Porto Primavera	São Paulo
1980	Aeroporto de Guarulhos	São Paulo

1984	Metrô de São Paulo entre os bairros Penha e Artur Alvim - 4,6 km de trecho.	São Paulo
1987	Metrô São Paulo Clínicas	São Paulo
1987	Anel Viário Metropolitano	São Paulo
1988	Túnel Jânio Quadros e Sebastião Camargo	São Paulo

Fonte: Site da empresa: https://construtoracamargocorrea.com.br/pt_BR/institucional/; Lage (2017); Campos, (2014).

Nos anos 90 a empresa iniciou um forte processo de expansão dos seus negócios em diversas áreas, especialmente nos setores de energia e transporte.

Andrade Gutierrez

Desde 1948, a Andrade Gutierrez ajuda a construir e desenvolver o Brasil. Participa desde então de algumas das obras mais importantes da história do país. Estamos presentes em projetos industriais, obras de infraestrutura, mobilidade urbana, energia, óleo e gás. Participamos de ações para a Copa do Mundo e para os Jogos Olímpicos de 2016. Construimos o desenvolvimento de uma sociedade. Inovamos todos os dias na forma de pensar e fazer engenharia para enfrentar grandes desafios. Somos éticos, respeitamos a sociedade, o meio ambiente e nossos colaboradores em cada projeto. Buscamos a excelência operacional respeitando os custos, prazos e a qualidade exigida pelos nossos clientes. Nós cumprimos o combinado.¹⁰

A mensagem acima é encontrada no site da empresa, onde é traçada uma linha do tempo com as principais realizações da empresa. O uso da mensagem “desenvolvimento do Brasil” é frequente na página da Andrade Gutierrez, se colocando como uma empresa chave para o desenvolvimento brasileiro. Sem entrar nos meandros dessa colocação, entendemos que não é para menos, pois a empresa fundada em Belo Horizonte, Minas Gerais, pela família Andrade e a família Gutierrez, pelos engenheiros Roberto e Gabriel Andrade e Flávio Gutierrez (Lage, 217, p. 137), esteve desde 1948 atrelada a importantes obras no Brasil, que visava a expansão da infraestrutura do país.

¹⁰ No site da empresa: < <https://www.andradegutierrez.com.br/quemsomos.aspx> >. Acesso em 05 de setembro de 2022.

Campos (2014) sugere que a trajetória da construção pesada em Minas Gerais tem o governo estadual liderado por Juscelino Kubitschek (JK) como ponto alto, assim como a formação do consórcio Ajax que garantiu a viabilização de mais de 3.000 km de rodovias em cinco anos e posteriormente as obras coordenadas pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), à época Juscelino já na presidência da República.

Os laços da empresa com JK são tão fortes que até na história da empresa, disponível no site da mesma, a importância de JK é cravada, ao afirmar que *JK é eleito e a construtora cresce com os planos de modernização do Brasil*.

Segue alguns fatos, incluindo obras e transações que marcaram a história da empresa:

Quadro- 1.3 Fatos relevantes da história da Andrade Gutierrez

Ano	Fatos	Local
1948	Fundação da construtora	MG
1950	Primeira obra da empresa para o DNER, obra de terraplanagem de um trecho da BR-3, atual BR-040.	MG
1956	Chegada de JK à presidência	Brasil
1957	Primeira obra fora do sudeste, a construção da rodovia ligando São Paulo a Curitiba	SP e PR
1958	Início das obras da BR-31	MG
1961	Construção de 80 km na rodovia Rio-Bahia	RJ e BA
1968	Construção da rodovia castelo branco - “marco da consolidação no mercado paulista”	SP
1971	Construção do metrô de São Paulo, linhas norte e sul	SP
1973	Construção da BR-319 ligando Manaus a Porto Velho	AM e RO
1975	Construção da hidrelétrica de Itaipu, primeira obra binacional.	Brasil e Paraguai

1976	Rodovia dos bandeirantes	SP
1977	Escolhida a empresa do ano pela Revista Exame	Brasil
1979	Conclusão do porto de Trombetas	PA
1980	Aeroporto Confins	MG
1983	Conclusão da rodovia Carajás	PA
1984	Rodovia Epena-Impfondo-Dongou, primeira obra internacional.	Congo
1986	Execução das obras civis na Bacia de Inundação da Usina Hidrelétrica de Três Irmãos, a maior já construída no Rio Tietê.	SP
1987	Reurbanização do Vale do Anhangabaú, com túneis, pontes e galerias	SP
1989	Novo contrato com o Metrô de São Paulo: realização das obras das estações Paraíso e Ana Rosa	SP

Fontes: Site da empresa <https://www.andradegutierrez.com.br/quemsomos.aspx>; Campos (2014), Lage (2017)

Importante destacar que para além das construções, a empresa também diversificou seus negócios, atuando em diversos ramos da economia, desde a energia, até o ramo de telefonia.

Queiroz Galvão

A Queiroz Galvão é outra grande nordestina, a empresa iniciou em Recife/PE em 1953. A empresa foi fundada pelos irmãos Dário, Antônio, João e Márcio e iniciou sua atuação com obras de saneamento e pavimentação de estradas. Assim como a Odebrecht, a Queiroz Galvão também aproveitou o cenário de obras federais no Nordeste brasileiro.

Ao longo do tempo a empresa diversificou seus negócios, passando a atuar nos setores de óleo e gás, Siderurgia, Cimento, Engenharia ambiental, e no mercado imobiliário.

Segue alguns fatos:

Quadro- 1.4 Fatos relevantes da história da Queiroz Galvão

Ano	Fato	Local
1950	Os irmãos Antônio, Dário, João e Mário de Queiroz Galvão fundam, em Recife, a empresa Queiroz Galvão Ltda. Dentre suas primeiras obras destaca-se a Estação de Tratamento de Água do Alto do Céu (PE)	PE
1963	Transfere sua sede para o Rio de Janeiro	RJ
Anos 60	A empresa conquista sua primeira obra para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), hoje Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT): a construção de um trecho da BR-262, rodovia ligando Belo Horizonte, em Minas Gerais, a Vitória, no Espírito Santo. Participa também da construção da Rodovia BR-376 (Curitiba-Ponta Grossa).	Vários/Brasil
Anos 70	Com sede no Rio de Janeiro e rebatizada como Construtora Queiroz Galvão S.A., a empresa, que já tinha atuado na Estrada Belém-Brasília, iniciou um projeto audacioso na região Norte: a construção da Rodovia Transamazônica. Além disso, participa de outros projetos desafiadores em barragens e hidrelétricas.	
Anos 80	Investimentos na atividade de fruticultura, com produção e comercialização de alimentos, na agricultura irrigada e na agroindústria são realizados por meio da Timbaúba Agrícola S.A., empresa da Queiroz Galvão sediada em Petrolina, Pernambuco.	PE

Fonte: site da empresa: <https://grupoqueirozgalvao.com.br/queiroz-galvao/historia/>

Mendes Junior

O grupo foi criado em 1953, pelo engenheiro José Mendes Júnior, em Belo Horizonte, Minas Gerais. A empresa viveu seu auge nas décadas de 1970, 1980 e 1990 (LAJE, 2017). O poder dessa empresa foi tanto que no início dos anos de 1990, a Mendes Júnior era a empresa de construção brasileira mais internacionalizada (CAMPOS, 2017).

A Mendes Júnior, assim como a Andrade Gutierrez, ambas mineiras, encontraram nas pioneiras obras estaduais voltadas para a infraestrutura de estradas e energia elétrica do estado uma oportunidade para alavancar seus negócios, especialmente no período em que JK esteve à frente do governo estadual, entre os anos de 1951 e 1955 (CAMPOS, 2014; 2017).

A empresa foi uma das principais na construção de hidrelétricas no país, participando do chamado ‘grupo da barragem’ ao lado da Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Norberto Odebrecht (CAMPOS, 2017). A empresa se notabilizou por essas construções a exemplo das hidrelétricas: Rio da Casa, em 1970, no Estado do Mato Grosso; Boa Esperança (1964-1970), no Piauí; Cachoeira Dourada (1971), em Goiás; Volta Grande (1974) entre os estados de São Paulo e Minas Gerais; Maribundo (1971-1977), em Minas Gerais e São Paulo; Moxotó (1971-1977), em Alagoas; Itumbiara (1971-1977), Minas Gerais e Goiás; Itaipu (1974-1985), Paraná e Paraguai; Itaparica (1979-1988), em Pernambuco (CAMPOS, 2017)

O grupo chegou ao seu auge atuando em diversos países, algumas obras foram: UHE Santa Izabel (1969-1973), na Bolívia, construções na Maurîtânia (1975-1979, 1980, 1978-1979, 1984, 1987, 1977), sendo construções de Rodovias, aeroportos e hidrelétricas; Hidrelétrica Palmar (1977) no Uruguai; diversas obras de túneis, hidrelétricas, rodovias, subestação de energia e viadutos na Colômbia; Rodovia no Paraguai e no Iraque (CAMPOS, 2017, p. 12).

A década de 1990 foi um marco para a derrocada da Mendes Junior, por diversas razões, uma delas foi a sua atuação no Iraque, onde os efeitos da guerra prejudicaram as receitas da empresa, quando da deflagração da guerra do golfo. Campos (2017) conta que a empresa retirou os trabalhadores do país por via de um acordo com o governo de Saddam Hussein, de que não teria cobranças futuras ao país, porém a empresa passou a cobrar do Banco do Brasil, que financiou parte das obras e do Resseguros do Brasil, porém, perdeu as ações na justiça. Além disso, a empresa se viu envolvida em vários processos criminais, a exemplo do envolvimento com o governo de Paulo Maluf em São Paulo, e um escândalo atrelado a Renan Calheiros (2017; p. 12-13)

No *site* da empresa, em uma parte dedicada a sua história, encontra-se dividida em seis partes (1953-1963; 1964-1973; 1974-1983; 1984-1993; 1994-2003; 2004-hoje). Em cada

período a empresa aponta os elementos mais importantes para sua consolidação e os principais feitos, vejamos:

Quadro- 1.5 Fatos relevantes da história da Mendes Junior

Ano	Fatos
1953-1963	Primeira obra de hidrelétrica, a usina hidrelétrica de Furnas. No site a empresa reconhece que essa obra abriu o mercado para as grandes construções e que até então a empresa só havia realizado projetos de pequeno e médio porte. A empresa ainda cita a importância do governo de JK, que tinha na geração de energia um empreendimento prioritário para o desenvolvimento.
1964-1973	“O processo de desenvolvimento econômico iniciado por Juscelino Kubitschek em 1956, que incluía o investimento em industrialização e infraestrutura, foi retomado em 1964. Enquanto isso, a Mendes Júnior buscava seu crescimento e expansão da atuação no mercado. De 1966 a 1972, a empresa construiu as hidrelétricas de Cachoeira Dourada, Rio da Casca III, Jaguará e Boa Esperança.”¹¹ Foi o marco da internacionalização da empresa, com obras da hidrelétrica Santa Isabel, em Cochabamba, na Bolívia.
1974-1983	“Podemos destacar a década de 70 como o período em que a empresa realizou projetos que consolidaram sua posição no mercado como empresa de engenharia reconhecida internacionalmente. O Brasil vivia um momento em que a iniciativa privada caminhava ao lado do Estado. Os investimentos governamentais se concentravam nas áreas de energia, telecomunicações, rodovias, siderúrgicas e petroquímica” (CORRÊA, [201-?]). Dois grandes projetos marcam a atuação da empresa no país, sendo a Ponte Rio-Niterói (1971) e a Rodovia Transamazônica (1971-1973) e internacionalmente as obras da rodovia da Esperança, em Maurîtânia.

¹¹ No site da própria construtora, nas décadas correspondentes à ditadura militar é descrito como o retorno ao desenvolvimento.

1984-1993	Esse período é marcado pela atuação da construtora no Iraque, na construção da ferrovia Bagdad-Akashat, da rodovia Expressa e de uma estação de bombeamento de água do rio Eufrates (Projeto Sifão)” (CORRÊA, [201-?]). Os números dessa atuação são surpreendentes: cerca de 10 mil trabalhadores brasileiros foram mobilizados para as obras no país. Foi montada uma estrutura de 725 casas, 744 acomodações, hospital, escolas, supermercado e clubes. A atuação da Mendes Júnior no Iraque consolidou a empresa entre os grandes destaques da construção pesada nacional e internacional (CORRÊA, [201-?]).
-----------	--

Fonte: <http://www.mendesjunior.com.br/site/portugues/default.aspx?cmp=empresa/historico.ascx> ;Campos (2017).

Com base nos principais marcos das empreiteiras selecionadas, com parte das informações de responsabilidade delas, podemos concluir que a hipótese se comprova, de que essas empreiteiras tiveram suas garantias no próprio Estado Brasileiro. Se olharmos os anos iniciais de cada uma, perceberemos que todas começaram no mercado de obras públicas, muitas vezes através de relações com políticos importantes na cena política brasileira.

As empresas do sudeste, nascem e se qualificam como grandes construtoras nitidamente embaladas pelas propostas de industrialização que avançaram na região pós-1930, com fortes relações com políticos, a exemplo da relação das mineiras e JK ou em São Paulo com Ademar de Barros. Já as grandes nordestinas nascem e se consolidam em primeiro momento através dos investimentos federais a partir das obras de combate às secas, ou mais tarde, na produção de energia, tendo em primeiro momento órgãos federais à frente desse processo.

Para realizarmos esse debate com qualidade e devida profundidade, carecemos de um estudo mais cuidadoso sobre a questão do Nordeste no desenvolvimento capitalista brasileiro e das desigualdades no processo de industrialização do país, debate que conta com uma variedade de produções. Porém, queremos chamar a atenção para a importância dos investimentos federais para as grandes obras na região e consequentemente na consolidação de empresas do setor.

Por essa razão podemos encontrar uma explicação plausível para o ascenso que a Organização Odebrecht teve, mesmo sendo uma empresa de origem nordestina. Órgãos como o Departamento Nacional Contra as Secas (DNOCS) fundado em 1909, a Superintendência

do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), fundada em 1959, do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), fundado em 1952 e a atuação da Petrobrás no Nordeste foram os principais indutores do desenvolvimento da empresa em seu primeiro momento, permitindo-a alçar outros voos em outras regiões do Brasil.

Lima (2018), confirma essa hipótese ao apresentar que as primeiras obras da Odebrecht foram realizadas na Bahia, tendo como fundamental a atuação da SUDENE na região, sendo um órgão de fomento do “desenvolvimento” regional. Ainda em 1953, a empreiteira realizou a primeira obra da recém criada Petrobras – um oleoduto, na Bahia, ainda no governo de Getúlio Vargas.¹²

Almeida (2007), também corrobora com essa linha, ao afirmar que em 1950 a empreiteira realizou sua primeira obra de hidrelétrica, a Usina de Correntina, na Bahia, uma pequena hidrelétrica, mas que abriu caminhos para a empresa se especializar na construção de hidrelétricas no Brasil. A construção foi possível graças aos investimentos federais, do Plano Nacional de Viação, que também incluía a construção de estradas na região. Outros investimentos foram importantes para os primeiros grandes negócios e para a qualificação técnica da empresa.

1.4 Empreiteiras e o neoliberalismo: negócios, política e ilicitudes

O período neoliberal no Brasil pode ser entendido como seus marcadores principais: os governos de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco (1992 - 1995) e os dois comandados por Fernando Henrique Cardoso (de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002). O primeiro governo a adotar uma agenda neoliberal foi marcado por fortes crises, culminando no *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello. Os principais acabamentos do modelo neoliberal podem ser melhor analisados nos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Sobre o período em questão, existe uma vasta produção bibliográfica, desde produções com um objetivo de análise da conjuntura política, até uma diversidade de produções acadêmicas, com as mais distintas preocupações, enfoques e que se inscreve em trabalhos das mais distintas áreas do conhecimento. Fato é, que não é de nossa pretensão exaurir os

¹² G1, Evolução do império Odebrecht. Acesso: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2017/04/veja-evolucao-do-imperio-odebrecht-que-fez-primeira-obra-da-petrobras.html>. Acessado em: 01/09/2023.

diferentes debates existentes sobre o assunto tratado, uma vez que nossa preocupação maior é demonstrar ao mesmo tempo, de forma até superficial, as principais características desse primeiro ciclo de implantação do neoliberalismo no Brasil e o papel ocupado por setores da burguesia interna, dentro do bloco no poder vigente à época.

Um segundo objetivo, é o de demonstrar as relações das empreiteiras com o principal partido no governo durante o período de maior acabamento das políticas neoliberais, o PSDB, uma vez que, segundo uma farta gama de notícias que circularam no Brasil, principalmente após 2014/2015, tais relações seriam um privilégio do PT.

O impacto do neoliberalismo no Brasil pode ser lido como um divisor de águas na política desenvolvimentista em curso desde os anos 1930, que perduraram até o final da década de 1980. Boito Jr (2002), argumenta que a implantação do neoliberalismo alterou as relações de classe e de poder até então existentes na sociedade brasileira, tendo atacado e desmontado o protecionismo acumulado nas décadas anteriores. As principais políticas, segundo o autor, foram a “abertura comercial e financeira, a política de privatização, a redução dos direitos sociais e a desregulamentação do mercado de trabalho” (BOITO, 2002, p. 13).

A política econômica neoliberal foi encarada de forma contraditória pelo grande capital brasileiro. Diversos segmentos ganharam muito com tais políticas, outros tiveram seu papel diminuído no bloco no poder do Estado brasileiro, todavia, não significa que esses setores que tiveram uma posição rebaixada no quadro geral dos beneficiários das políticas neoliberais não lograram ganhos. O setor financeiro nacional, por exemplo, aumentou significativamente seu poderio, beneficiado principalmente pelas políticas de juros elevados e maior abertura para entrada e saída de capitais no país. As empresas nacionais que se associaram a grupos internacionais para se apropriar das empresas estatais nas grandes privatizações também tiveram êxito nessa política, abrindo, inclusive, novos negócios e aumentando seus lucros, apostando em diversas áreas, com maior relevância para empresas de energia, educação, saúde, telefonia e etc (BOITO, 2018).

O autor chama a atenção para os grupos e setores da burguesia brasileira que relutam em aceitar tais políticas. Esse setor veio a formar o que entendemos como grande burguesia interna, sendo composto principalmente por grupos industriais, bancos nacionais, agronegócio, construção civil, construção pesada e etc., o que não pode ser entendido como insatisfação com a totalidade das políticas neoliberais dos governos Collor/Itamar e FHC. Esses setores se beneficiaram com as políticas de ataque aos direitos sociais e trabalhistas, a exemplo da desindexação dos salários, desregulamentação das relações de trabalho, redução e

cortes nos direitos sociais (saúde pública, previdência pública, educação pública). Porém, rejeitaram algumas das políticas centrais do neoliberalismo, a exemplo da abertura comercial, uma vez que atingia em cheio o “mercado cativo” criado pelos anos de desenvolvimentismo em prol da indústria brasileira, sendo levados a resistir a essas políticas, procurando manter o espaço a posição que conquistara no capitalismo brasileiro, agora ameaçada pelos grandes grupos econômicos internacionais (BOITO, 2018).

Pinto (2010), ao tratar desse assunto, destaca algumas questões de extrema importância para o debate, fazendo coro à afirmação de que o refinamento das políticas neoliberais no Estado brasileiro se fez com maior intensidade e refinamento nos governos de FHC:

Ao longo de toda a década de 1980, até os primeiros anos da década de 1990, não havia uma supremacia clara de uma fração de classe, quer seja nacional ou internacional, dentre os segmentos dominantes. Na verdade, aquele período fora marcado por uma forte disputa econômica, política e ideológica entre as frações de classe dominante da grande burguesia interna industrial – com vestígios de perspectivas nacionalistas – e a grande burguesia comercial e, sobretudo, a bancária-financeira (que vive de juros) – articulados a uma visão cosmopolita – que vinha ganhando força com o processo de globalização financeira. O primeiro grupo, em resposta à crise dos anos 1980, tentava consubstanciar um projeto neo-desenvolvimentista voltado à redefinição e à reforma do padrão de acumulação do MSI, ensejando a manutenção do Estado com funções de planejamento e implantação de investimentos estratégicos em desenvolvimento tecnológico; acalentando assim a ideia voltada à ampliação dos mercados internos. O segundo grupo tinha como proposta de desenvolvimento a configuração de um processo de liberalização comercial e financeira, integrando o país aos movimentos de globalização dos espaços, buscando aproveitar brechas existentes para a promoção de alguns setores dinâmicos da economia nacional (PINTO, 2010, p. 236).

Essa afirmação não nega em nada que os primeiros passos para a implantação das políticas neoliberais e as perspectivas de reforma do Estado tenham iniciado com o governo de Collor, porém, ainda não havia uma definição nítida dos rumos que esse novo projeto de desenvolvimento tomaria no Brasil e apesar da força cada vez mais crescente da fração bancária-financeira da burguesia brasileira, essa ainda não ocupava o espaço de fração hegemônica no bloco no poder. Uma característica dessa indefinição, pode ser lida, segundo o autor supracitado, foi as políticas “ambíguas e voluntaristas” do governo Collor (PINTO, 2010).

O governo Collor, segundo o autor, empenhou-se em diversas medidas para controlar a inflação, a exemplo do novo plano econômico (Plano Collor I), adotado em 16 de março de 1990, sendo uma reforma monetária, apoiando-se na substituição da moeda (Cruzado novo) pela Cruzeiro, causando grandes controvérsias, sobretudo no tocante ao bloqueio de

aplicações financeiras (PINTO, 2010). Para além das tentativas de controle da inflação pela via recessiva, o governo Collor adotou diversas medidas que segundo o autor, podem ser lidas como o início do projeto de “desenvolvimento” neoliberal no Brasil, foram:

(i) implantação de um programa de privatizações das empresas estatais e de reforma administrativa do Estado; ii) realização de uma reforma do comércio exterior pautada por uma política de liberalização drástica das importações; iii) instituição do “câmbio livre”, a ser fixado pelo mercado, por meio de agentes econômicos credenciados pelo Banco Central a operarem nesse tipo de mercado; iv) implementação de um ajuste fiscal visando à obtenção de superávit operacional de 2% do PIB, através, principalmente, da redução dos gastos e investimentos públicos e da extinção de incentivos fiscais (PINTO, 2010, p. 240).

Como já sabemos, as estratégias de estabilização dos preços fracassaram, somada a grande recessão econômica. Junto a isso, Pinto (2010) e Hirt (2017), chamam a atenção para a incapacidade estatal em organizar os interesses das diversas frações dominantes dentro do Estado. Com o *impeachment* de Collor, aberto em um grande movimento de rua, com acusações de corrupção e forte crise, Itamar Franco, seu vice, assume a Presidência, sem um projeto definido, tendo o combate à inflação como a principal bandeira do seu governo (PINTO, 2010).

Mesmo sem um projeto definido, foi no governo Itamar que iniciou um processo de estabilização monetária, com o Plano Real, que contava com reformas institucionais e administrativas. O Plano Real foi uma importante política de consolidação do modelo neoliberal no Brasil, iniciado no governo Itamar e melhor acabado nos governos de FHC, tendo como objetivos principais:

i) a estabilização dos preços, buscando criar instrumentos para o cálculo econômico de longo prazo; ii) a ampliação da abertura comercial – iniciada por Collor –, impondo uma maior concorrência aos produtores internos. Neste contexto, o câmbio valorizado teve um papel fundamental na consecução da política comercial; iii) o alargamento do processo de privatização, ensejando melhorar a eficiência industrial e reduzir os gargalos infra-estruturais; iv) o estímulo ao investimento forâneo e a liberalização da conta de capital do balanço de pagamentos, objetivando atrair fluxo de capital externo (diretos e de portfólio) tanto para financiar os déficits de transações correntes como para financiar o próprio crescimento econômico, dado que, para os defensores do modelo liberal, o Brasil não conseguiria crescer de forma sustentada devido à escassez de poupança interna; e v) a consecução de políticas sociais focalizadas, voltadas à eliminação da “pobreza” (PINTO, 2010, p. 241).

O Plano Real, muito para além da estabilização de preços, se constituiu como um modelo de “desenvolvimento” neoliberal, em uma política de abertura da competitividade de mercado, na diminuição do papel do Estado, apoiado em uma retórica de “demonização” da

intervenção estatal, o que segundo essa análise, seria a principal responsável pelos problemas fiscais e de inflação enfrentadas no Brasil, que seria o principal empecilho para o Brasil se desenvolver (PINTO, 2010).

Boito (2018), chama a atenção para a retórica neoliberal de Estado mínimo, que em contradição do conteúdo de tais afirmações, a burguesia não pleiteia um “Estado mínimo” para ela, pois esses grupos ganham e crescem com a ação do Estado, seja do protecionismo, da abertura para negócios no exterior e etc.

De todo modo, é válido afirmar que a fase neoliberal no Brasil ganhou maior intensidade nos governos de FHC. Pinto (2010) e Carla Hirt (2017) trabalham com a ideia de que somente no governo de FHC se definiu o bloco no poder de viés neoliberal, que se caracteriza pela hegemonia da fração bancária-financeira frente às demais frações burguesas. “Ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, houve a consolidação do bloco no poder com ideário neoliberal, cuja hegemonia era exercida pelo capital financeiro” (HIRT, 2017, p. 87).

Com a hegemonia da fração financeira no bloco no poder, e tendo as frações da burguesia interna assumido espaços de subordinação, foi uma época de menor poder das empreiteiras, como setor da grande burguesia interna. Importante destacar que as empreiteiras tiveram lucros nesses governos, inclusive em outras áreas de atuação, a exemplo das concessões (privatizações), com maior relevância nos governos de FHC.

Algumas características importantes da trajetória específica das empreiteiras nesse período são a diminuição de obras importantes no Brasil, a entrada em outros negócios através das privatizações e, para algumas delas, a maior relevância dos contratos no exterior. Essas características conduzem com a prioridade desses governos e a consolidação da fração financeira-bancária como hegemônica no bloco no poder do Estado brasileiro, consolidando a política neoliberal com maior atenção nos negócios dessa fração e uma menor importância para a política de industrialização e consequentemente de infraestrutura no país.

Veremos por empresa, os principais negócios e marcos da atuação dessas firmas no período em questão:

Odebrecht

Quadro 1.6 - Fatos relevantes da Odebrecht (1991-2002)

Ano	Fatos	Local
------------	--------------	--------------

1991	Primeira empresa brasileira a realizar obras nos Estados Unidos da América	EUA
1991	Adquire a SLP <i>Engineering</i> , especializada em construção de plantas e plataformas de petróleo.	Inglaterra
1992	Construção da barragem de Los Huites, Centro comercial El Lago, Ferrovia La Loma-Santa Marta	Colômbia, México e Venezuela
1992	Controle acionário da Copesul	Rio Grande do Sul
1993	Construção do Acesso a Buenos Aires	Argentina
1993	Construção da Plataforma P-18	Cingapura
1995	Criação da OPP Química, através do Programa Nacional de Desestatização.	Brasil
1995-1998	Construção da Ponte Vasco da Gama em Lisboa	Portugal
1996	A aquisição do controle acionário da CPC e da Salgema, ocorrida em 1994, através do Programa Nacional de Desestatização.	Brasil
2001	Reconhecida pela revista norte-americana <i>Engineering News Records</i> como a empresa número um em construção de hidrelétricas.	EUA
2001	Aquisição via leilão da Central de matérias-primas do Polo de Camaçari (Copene)	Bahia, Brasil
2002	Criação da Braskem, reunindo todos os ativos na área de petroquímicos da organização	Brasil
2002	Marcelo Odebrecht assume a presidência da empresa.	

Fontes: Forbes Brasil (2021).¹³ Moura (2020); OEC/Novonor: <https://www.oec-eng.com/pt-br/quem-somos/historia> .

¹³Acesso: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/07/de-ajudante-de-obras-a-ceo-a-trajetoria-de-um-brasileiro-self-made-nos-eua/>. Acessado em: 14: 04. 2022.

Camargo Corrêa

Quadro 1.7 - Fatos relevantes da Camargo Corrêa (1991- 2005)

Ano	Fatos	Local
1991	Rodoviária Governador Carvalho pinto	São Paulo
1992	Metrô de Brasília	Distrito Federal
1995	Usina termonuclear Angra II	Rio de Janeiro
1996	Obras da nova Dutra (restauração e melhorias na BR 116, SP ao RJ))	São Paulo e Rio de Janeiro
1997	Gasoduto Brasil-Bolívia	Brasil e Bolívia
1998	Construção da Hidrelétrica Machadinho	Santa Catarina e Rio Grande do Sul
2001	Hidrelétrica Barra Grande	Santa Catarina
2001	Novas unidades de processamento químico da Replan da Petrobrás	São Paulo
2001	Usina termelétrica Nova Ipiranga	São Paulo
2002	Hidrelétrica Campos Novos	Santa Catarina
2004	Metrô de São Paulo-linha amarela	São Paulo
2004	Hidrelétrica Salto Pião	Santa Catarina
2005	Hidrelétrica Porce III	Colômbia

Fonte: Site da empresa: https://construtoracamargocorreia.com.br/pt_BR/institucional/ ;

Andrade Gutierrez

Quadro 1.8- fatos relevantes da Andrade Gutierrez (1990-1996)

Ano	Fatos	Local
1990	Começo das obras para a construção do Aeroporto Internacional I de Nassau, nas Bahamas	Bahamas
1992	Início da ampliação do Metrô de Lisboa, uma das principais obras da AG naquele país	Portugal
1993	Construção da rodovia Tambo Quemado/Rio Desaguadero	Bolívia
1995	Entrega do lote 2 da Ferrovia do Aço um dos trechos mais importantes da malha ferroviária brasileira	MG e RJ
1996	O Grupo participa da montagem da segunda usina nuclear brasileira, Angra II	RJ

Fonte: No site da empresa: < <https://www.andradegutierrez.com.br/quemsomos.aspx> ;

Queiroz Galvão

Quadro- 1.9- Fatos relevantes da Queiroz Galvão (1990 - 2000)

Ano	Fato	Local
Anos 90	A Queiroz Galvão ingressa no setor de concessões rodoviárias, com a Concessionária Rio-Teresópolis (CRT). Executa o projeto da Hidrelétrica Miranda, no	SP, RJ, MG

	Triângulo Mineiro, da Rodovia Carvalho Pinto, em São Paulo, e da Linha Vermelha, no Rio de Janeiro.	
2000	A Queiroz Galvão participa do ressurgimento da indústria naval nacional, construindo petroleiros, plataformas de exploração e produção e navios-sondas nos Estaleiros Honório Bicalho e Atlântico Sul – o maior do Hemisfério Sul.	

Fonte: site da empresa: <https://grupoqueirozgalvao.com.br/queiroz-galvao/historia/>

Algumas constatações são perceptíveis quando verificamos os principais feitos dessas empresas durante os primeiros anos do neoliberalismo no Brasil. Houve uma diminuição considerável na quantidade e importância de grandes obras dentro do país, tendo uma maior atuação em empreendimentos no exterior, tendo como a principal executora de obras no país a Camargo Corrêa, fato que não conseguimos aqui identificar as razões para isso.

Outra característica importante, é a diversificação dos negócios desses grupos, embaladas pela onda privatista do período. Esses grupos adquiriram diversas empresas e ramos de negócios anteriormente de propriedade estatal, indicando parcialmente neste trabalho, a diversificação de negócios e atuação no mercado das privatizações como forma de se manterem como grandes empresas do capitalismo brasileiro em um momento de diminuição no investimento nacional em infraestrutura pesada.

Remontando uma relação polêmica: Empreiteiras e PSDB

“Eu não conheço nem um político no Brasil que tenha conseguido fazer qualquer eleição sem caixa dois”¹⁴

Sabemos que na Ditadura as empresas participaram de grandes esquemas e teceram relações profundas e promíscuas com representantes dos governos ditatoriais, porém, quando

¹⁴ Marcelo Odebrecht em depoimento de delação premiada da Operação Lava-jato em 2016.

se fala do pós-redemocratização, o noticiado seria que o PT e seus governos haviam inaugurado tais contravenções à ordem democrática em benefício próprio, como forma de enriquecimento e garantias de manutenção no poder. Veremos, de forma breve, as relações desse ramo de empresários com um dos principais partidos brasileiros em disputa eleitoral e ideológica desde o final dos anos de 1980 até 2014 com o PT. Por óbvio, estamos nos referindo ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).¹⁵

O PSDB foi um partido de extrema importância, tendo governado o Brasil por duas vezes, entre os anos 1995 - 1998 e 1999 - 2002. Também governou estados importantes, com destaque para São Paulo, reduto principal do partido na década de 1990 e 2000. O PSDB inscreveu o nome na história política recente do Brasil, tendo operado as principais reformas neoliberais sob os governos de Fernando Henrique Cardoso, com as conhecidas privatizações.

Nosso objetivo, ao demonstrar as relações próximas, questionáveis e até ilícitas envolvendo o PSDB e empreiteiras, é o de realizar uma aproximação dessa relação com um dos mais importantes partidos do pós redemocratização. O que se pretende é, demonstrar que não foi exclusividade do Partido dos Trabalhadores tais relações, já que o seu principal opositor no campo político durante todos os anos 90 e 2000 também tiveram ligações da mesma ordem, questionáveis igualmente, não tendo devida atenção pela imprensa, ao tempo em que a ficou nítido para parte significativa da sociedade a corrupção petista. Ao que veremos, a chamada corrupção, ou as relações próprias dos grupos privados empresariais com o Estado, representado por suas instituições ou com os agentes públicos é parte de um sistema, não sendo exclusividade de um partido ou de um governo em especial.

Em depoimento de “delação premiada”, feitas por Emílio Odebrecht em 2016, o patrono da empreiteira que carrega o sobrenome da família fundadora relata algo fora do *script* das notícias envolvendo a Operação, que centrava prioritariamente nas delações e “descobertas” que envolviam a corrupção petista. O líder da empresa Odebrecht relatou que as relações com presidentes e financiamento ilícitos de campanhas eleitorais vinham de longe, o mandatário declarou que “O que nós temos no Brasil não é um negócio de cinco anos, dez anos atrás. Nós estamos falando de 30 anos atrás”¹⁶.

Ainda na matéria, Emilio culpa os “poderes” e a imprensa por conivência a tanto tempo com práticas ilícitas e chama a atenção para o fato de essa prática não ser nova:

¹⁵ Fundado em 1988.

¹⁶ **Grupo empresarial se envolveu em vários escândalos e manteve proximidade com o poder, 2017:**
Acessado em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/14/politica/1492192630_931956.html# . Acesso: 18/06/2023.

"Tudo o que está acontecendo é um negócio institucionalizado. Era uma coisa normal", [...] em função desse número de partidos, onde o que eles brigavam, era por que, por cargos? Não, todo mundo sabia que não era. Era por orçamentos gordos [...] Os partidos então colocavam seus mandatários com a finalidade de arrecadar recursos para o partido, para os políticos. Isso é há 30 anos [...] "O que me surpreende é quando eu vejo todos esses poderes, a imprensa, tudo realmente como se isso fosse uma surpresa" (EMÍLIO ODEBRECHT, 2017).

Em vídeo de depoimento de Emilio Odebrecht sobre sua relação com FHC, o líder da família descreveu sua relação com o ex-presidente do Brasil:

Foi um uma pessoa que eu conheci logo depois que ele voltou, praticamente no ano seguinte que ele voltou do do exílio, quem me apresentou foi um um amigo de infância, ele era mais velho do que eu, chamava-se Waldir Pires que já foi inclusive governador [da Bahia], ele era se eu não me engano até procurador como formação [...] Isso nós tamo falando da década de setenta e nove e oitenta, por aí, oitenta e um, por aí. Antes disso talvez, até um pouco setenta e nove e setenta e oito, [...] eu comecei a perceber quem ele era depois do meu convívio com ele, o meio empresarial tinha um certo receio que ele vinha de um de uma fase de liderança da esquerda [...] E eu procurei inclusive combinado com ele um trabalho junto ao empresariado, mostrar, porque eu passei a conhecê-lo. (PODER 360, 2017)

Emílio chegou a comparar FHC com Lula, dizendo que “ele sempre foi como, apesar de a maioria não acreditar, mas eu sou testemunha, com o próprio Lula, era entusiasta”, e prossegue o depoimento abrindo suas relações de favorecimento entre a empresa familiar e políticos brasileiros. Chamo a atenção para o fato de Emílio em determinado momento não fazer diferença entre doações legais e ilícitas para campanhas, “Ajuda de campanha eu dei a todos e a ele eu também dei, a todos eles e a ele eu também dei. E com certeza teve ajuda de caixa oficial e não oficial”. Prossegue o depoimento afirmando que: “Eu não tenho dúvida que houve alguma coisa que teve de caixa dois e de caixa oficial. [...] Eu dava e dizia que era para atender mesmo.”¹⁷

Ao ser indagado sobre a forma como era feita essas relações para “ajudas” financeiras em campanhas eleitorais para FHC, se o empresário lembrava das pessoas que o procuraram em nome do ex-presidente,

Emílio frisa: “Ele me pediu [...] Emílio você pode me ajudar¹⁸.

O procurador indaga se antes de 1994, ao que **Emílio responde:** 94, 93 né? 94 ele tomou posse.

Procurador: presidencial, né?:

Emílio: “Presidencial. Também quando foi senador. Por exemplo, sem dúvidas eu

¹⁷ Conferir a partir do minuto 8:00 do vídeo, quando o procurador interrompe Emílio para diferenciar doações lícitas e ilícitas de campanha. **Grupo empresarial se envolveu em vários escândalos e manteve proximidade com o poder, 2017: Acessado em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/14/politica/1492192630_931956.html# . Acesso: 18/06/2023.**

¹⁸ Ibidem, 10:54 min.

ajudei ele quando foi senador.¹⁹”

Continuando a delação, o patriarca da Odebrecht revela que sempre contribuiu com o Brasil, naquilo que eles acreditavam ser o melhor para o país, afirmando as parcerias e relações com FHC, citando dois fatos inusitados de “assessoria” da empresa ao governo brasileiro. O primeiro, relata sobre a participação dele junto ao ex-presidente para a chamada “quebra dos monopólios do petróleo”, que aconteceu em 1997²⁰ e das telecomunicações:

Os temas com Fernando Henrique, eram todos, todos, ou eu mostrava determinada [pausa] por exemplo, na petroquímica, mostrando a ele o absurdo das coisas que a Petrobrás tava fazendo, dando ideias, levando para ele. Muitas coisas ele aceitava, fazia ou não. Por exemplo, quebra dos monopólios, nós ajudamos na quebra dos monopólios. Inclusive sobre a parte das telecomunicações, nós chegamos a montar uma sociedade privada, três ou quatro empresas, uma delas era até a globo, contratamos alguém de MG para ser o presidente dessa entidade, buscando todas as informações, embasamento do que acontecia no mundo, para que isso facilitasse aquilo que era decisão de governo, de quebra do monopólio da telecomunicação, do petróleo e outras coisas (PODER 360, 2017 [12:17-13:26 minutos]).

O vídeo do depoimento de Emílio sobre FHC, finaliza destacando que falaria de FHC sem proteção alguma, pois, segundo análise de Emílio, Fernando Henrique Cardoso foi o presidente que mais deixou a desejar no quesito de infraestrutura, finaliza citando qualidades dos governos de FHC no que ele intitula de crescimento positivo sobre a “mentalidade do brasileiro”, mesmo sem explicar a que se referia destacou que seu sucessor, Lula, manteve o padrão no primeiro governo, mas que no segundo começou a realizar mudanças, vejamos:

Foi o presidente na realidade, que não fez investimento [FHC]. A grande crítica a Fernando Henrique é que não houve investimento na área de infraestrutura. [...] agora ele fez o quê? cresceu qualitativamente a mentalidade do brasileiro e etc, isso ele teve um papel no governo dele fundamental e graças a Deus o outro [Lula] não destruiu isso no primeiro mandato, mas começou a achar outras coisas (PODER 360, 2017 [13:55 - 14:51 minutos]).

Se considerássemos somente essas passagens já destacadas, sobram indícios históricos de como essas organizações empresariais participaram da vida política brasileira e aprofundaram contatos e relações com lideranças políticas e partidos de vários matizes ideológicos. Porém, a relação com o PSDB e propriamente com a sua principal liderança, Fernando Henrique Cardoso, não se restringe apenas ao final dos anos de 1980 e 1990, se estende mesmo após o fim dos governos liderados pelo PSDB a nível federal.

¹⁹ Ibidem, 11:20 min.

²⁰ **Para quebrar o monopólio da Petrobras, FHC fingiu não saber de esquema (2015):** <https://vermelho.org.br/2015/10/21/para-quebrar-monopolio-da-petrobras-fhc-fingiu-nao-saber-de-esquema/>
Acessado em: 19/06/2023.

Em junho de 2018, a “Operação Lava-jato” fez mais uma divulgação que envolvia a principal liderança do PSDB, ex-presidente FHC. No título da matéria, em diferentes grupos de comunicação²¹, a chamada anunciava: “FHC pediu ajuda à Odebrecht para campanha de tucanos em 2010”. As mensagens pediam ajuda ao mandatário do grupo Odebrecht para dois candidatos ao senado pelo PSDB, sendo Antero Paes de Barros, do Mato Grosso (MT) e Flexa Ribeiro, do Pará (PA).

As mensagens foram trocadas por Fernando Henrique Cardoso e príncipe,²² Marcelo Odebrecht, mandatário da empresa na terceira geração. Examinando o Laudo da Perícia Criminal Federal, solicitado pelo Setor Técnico-Científico do Ministério de Justiça e Cidadania (MJC), da Polícia Federal do Paraná (LAUDO No 1054/2018 – SETEC/SR/PF/PR), é possível identificar na íntegra do documento o teor das comunicações, dando conta de pedidos de doações que nunca chegaram de forma oficial nas contas de campanhas dos candidatos citados.

Imagem 1.1 - troca de email entre FHC e Marcelo Odebrecht



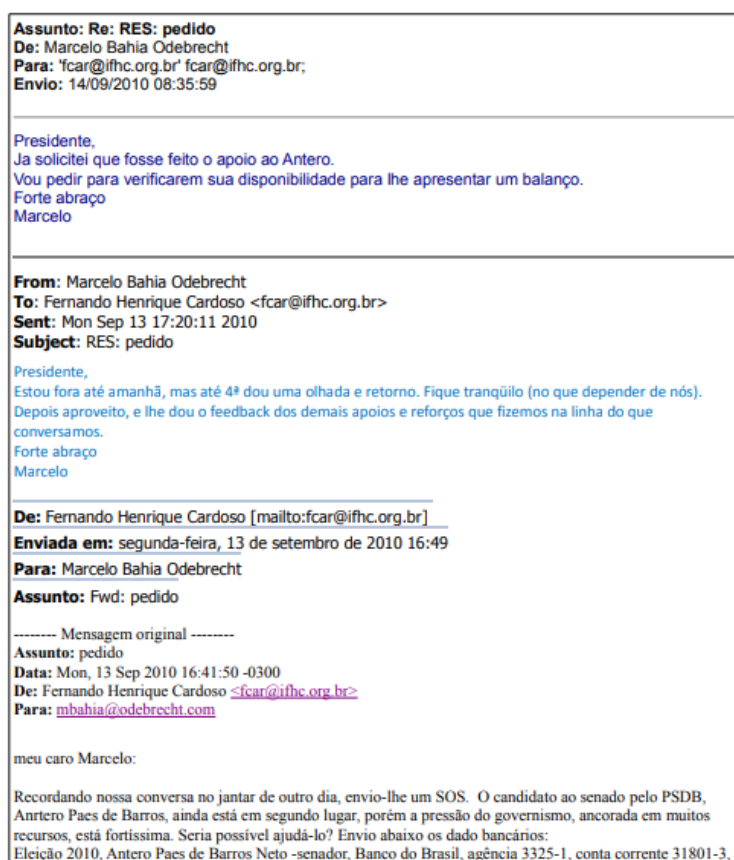
²¹ O título (com pequenas diferenças em alguns) foi utilizado pelos seguintes grupos de comunicação: Uol, Poder 360, Gazeta do Povo, Folha de São Paulo, Abril, O Globo, Exame, Correio do povo, Metropolis, Jovem Pan, Estadão, para citar os principais jornais.

²² Referência usada por Malu Gaspar em referência a Marcelo Odebrecht, no livro “A organização: a Odebrecht e o esquema de corrupção que chocou o mundo”, em 2020.

No email, o ex-presidente Psdbista lembra a Marcelo Odebrecht sobre um combinado feito pelos dois em um jantar e reafirma um pedido de ajuda da empresa para duas candidaturas do PSDB ao senado, inclusive, enviando contas de campanhas dos candidatos. O maior problema (além das relações de políticos e empreiteiros para ajuda financeira), é que as investigações não deram conta de recebimentos por parte das candidaturas, realizadas pela Odebrecht em contas oficiais, muito menos em prestações de campanhas dos candidatos referidos nos emails.

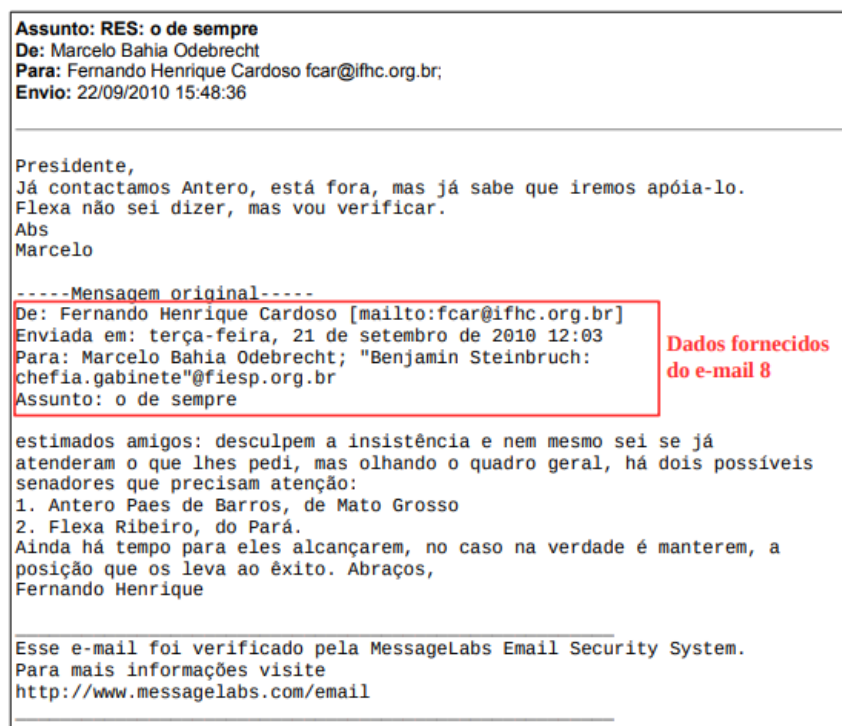
Na troca de mensagens entre os dois, Marcelo deu garantia de compromisso com o ex-mandatário, além de garantir “reforços” para outros assuntos na mesma linha, o que indica apoio para outras candidaturas, não deixando nítido se de forma legal ou ilícita. No dia seguinte (14/09/2014), o líder da Odebrecht enviou nova mensagem para FHC, como resposta do email original, intitulado “Pedido”:

Imagem 1.2 - troca de email entre FHC e Marcelo Odebrecht



Marcelo avisou a FHC, que um dos pedidos já estava sendo encaminhado, ou seja, o apoio ao candidato a senador, Antero Paes de Barros, do Mato Grosso já havia sido encaminhado diretamente por Marcelo.

Imagem 1.3 – troca de email entre FHC e Marcelo Odebrecht



Fonte: LAUDO No 1054/2018 – SETEC/SR/PF/PR 2018, p. 10.

No email, FHC cobrou a ajuda ainda pendente para os candidatos no Mato Grosso e Pará, dando um panorama bastante otimista sobre as chances de vitória dos dois postulantes: “Ainda há tempo para eles alcançarem, no caso na verdade é manterem a posição que os leva ao êxito. Abraços, Fernando Henrique”, o que foi respondido pelo mandatário da empresa no dia seguinte, confirmando o progresso do pedido com o candidato do Mato Grosso.

O candidato Antero Paes de Barros, do estado de Mato Grosso, não logrou êxito na campanha eleitoral, tendo melhor “sorte” Flexa Ribeiro, do Pará. Vale ressaltar que os processos contra Fernando Henrique Cardoso na Operação Lava-jato não foram à frente, sendo arquivados e pouco noticiados posteriormente as manchetes aqui citadas.

As relações do PSDB e empreiteiras são antigas, perpassam por diversos pleitos eleitorais e lideranças do partido. Em 1995, a Folha de São Paulo divulgou uma matéria com o título: “Empreiteiras e bancos financiaram Covas”²³, em referência a eleição do

²³ **Empreiteiras e bancos financiaram Covas.** Folha de São Paulo, 1995. Ver em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/15/brasil/32.html>. Acessado em: 16/06/2023

ex-governador de São Paulo e um dos fundadores do partido, Mário Covas Junior.

A campanha de Covas foi a mais cara de São Paulo no pleito e é considerada uma das mais caras da história de São Paulo até então, custando oficialmente (declarado) R\$10,3 milhões de reais. A empreiteira OAS liderou o ranking de doações, oficialmente tendo doado R\$620 mil, seguido pelo o Itaú, com R\$573 mil, Camargo Corrêa com R\$455 mil. As empreiteiras lideraram as doações também para demais candidaturas concorrentes ao governo de São Paulo. Barros Munhoz (PMDB) fez a segunda campanha mais cara, com gastos oficiais de R\$ 3,7 milhões tendo a Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO²⁴, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez como principais financiadoras oficiais da campanha. O candidato do Partido Democrático Trabalhista (PDT) teve Francisco Rossi, que disputou o segundo turno com Covas, declarando o total de R\$1,9 milhão, tendo a CBPO e Camargo Corrêa como doadores principais. O outro candidato foi José Dirceu, do PT, que também obteve doações de empreiteiras.²⁵

Vale destacar que os governos de Covas, a exemplo de FHC no plano nacional, foram responsáveis por uma forte política de privatização e concessões de serviços públicos a capitais privados, o chamado Programa Estadual de Desestatização - PED, criado em 1996. O programa foi comandado pelo engenheiro carioca David Zylbersztajn, à época, secretário de energia do governo estadual, cargo que exerceu até 1998, quando foi nomeado pelo então Presidente Fernando Henrique para diretor geral na Agência Nacional de Petróleo - ANP, posto que ficaria até setembro de 2001, quando renunciou após término com a esposa Ana Beatriz Cardoso, filha de FHC.²⁶ Outro responsável destacado pelo PED foi o então vice-governador, Geraldo Alckmin²⁷.

Entre as principais privatizações estiveram o Banco do Estado de São Paulo - (Banespa), as empresas estaduais de energia – Companhia Energética de São Paulo (CESP), Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), Companhia de Gás do Estado de São Paulo (Comgás), Eletricidade de São Paulo (Eletropaulo), Serviços de Eletricidade (Elektro) e a

²⁴ A Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO foi uma empreiteira brasileira antigamente parte integrante do Novonor, e inicialmente de propriedade do engenheiro Oscar Americano.^[1] A empresa foi criada em 1967.^[2] Em conjunto com a Construtora Norberto Odebrecht, construíram o Aeroporto Internacional do Galeão no Rio de Janeiro, sendo o campo de provas da nova parceria. Na década de 1980, a CBPO foi incorporada à Odebrecht.

²⁵ Já citamos no capítulo dedicado à história do PT e retornaremos ao assunto ainda nesta sessão.

²⁶ **Presidente nomeia genro para cargo de diretor-geral da ANP.** Folha de São Paulo, 1997. Link da matéria: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc311203.htm> . Acesso em: 14/06/2023.

²⁷ **Governo do estado de São Paulo:** <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/alckmin-passa-a-presidencia-do-ped-ao-secretario-andre-franco-montoro-filho/> . Acesso em 14/06/2023.

Empresa Bandeirante de Energia.²⁸ Outra área importante no PED, foi a concessão de vias estaduais, Rodovia dos Bandeirantes, Rodovia dos Imigrantes, Via Anchieta, Via Anhanguera e “Nova Dutra”.

A rodovia “Nova Dutra”, teve sua concessão passada para um grupo de empreiteiras, cada uma com 25%, sendo Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Soveng Civilsan e Norberto Odebrecht. Todas as obras de reforma da Via foram realizadas com financiamento do BNDES e empréstimos ao Banco Mundial.²⁹

Outra concessão assumida por consórcio de empreiteiras, foi a Rodovia Bandeirantes, assumida pelo consórcio Autoban, composto pela Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, CBPO, Serveng-Civilsan e SVE Participações. As empreiteiras também lograram espaço em grandes obras para recuperação das rodovias, para que as mesmas estivessem preparadas para a privatização, que muitas vezes, eram feitas para as próprias empreiteiras.³⁰

Nassif e Faermann (2015), em artigo publicado na Revista Fórum, propõe a seguinte reflexão em forma de pergunta: “As grandes empreiteiras envolvidas na Lava Jato são contratadas de grandes obras do governo paulista. Ao mesmo tempo, fizeram doações vultosas para campanhas eleitorais. Trata-se de um esquema de corrupção ou não?”. Essa questão se coloca com centralidade para a avaliação das relações entre empreiteiros e partidos na história recente do Brasil. Sem a intenção de discutir a questão da corrupção e suas pertencas para o debate que envolve relações entre grupos empresariais e a política brasileira, é importante destacar que há evidências de sobra para qualificar essas relações (no caso do PSDB), com empreiteiros para lá de “estranhas”, tendo em vista que essas empresas a medida que financiaram campanhas importantes do partido, também foram ganhadoras de diversas obras e se beneficiaram em privatizações de empresas públicas nas gestões do partido.

Seguindo a linha traçada até aqui, seguimos analisando essa relação a partir de São Paulo, que foi a grande vitrine da gestão do PSDB para o Brasil. Os autores já citados, apresentam dois casos relevantes para essa avaliação, o primeiro envolve a gestão de Geraldo Alckmin, em 2011, quando o então Governador convocou o Secretário de Transportes do estado, Saulo de Castro Abreu, para fazer um comunicado sobre a revisão dos contratos com

²⁸ Privatizações em São Paulo arrecadou mais de R\$ 77,5 bilhões. O Globo, 2006. <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2006/privatizacao-em-sao-paulo-arrecadou-775-bilhoes-desde-governo-covas-5002066> . Acesso em: 15/06/2023.

²⁹ **Via Dutra vira vitrine da privatização.** Folha de São Paulo, 1997. Link: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff060232.htm> . Acesso em: 18/06/2023.

³⁰ **Construtoras assumem bandeirantes.** Folha de São Paulo, 1998. Link: www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff02059818.htm . Acesso em: 18/06/2023;
‘Privatização’ de Covas privilegia parceiras. Folha de São Paulo, 1995. Link: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/17/brasil/41.html> . Acesso em: 18/06/2023.

as empresas e consórcios das concessionárias de rodovias de São Paulo. O Secretário de Alckmin anunciou a decisão do governo com alarde, a notícia não era desprezível, significava em termos financeiros, de R\$ 2 bilhões, já que o governador anunciou ir à justiça para reaver o valor, que segundo o que consta, teria sido apropriado endividamento até 2012 pelas concessionárias³¹

Nassif e Faermann (2015), advertiram, que poderia se tratar de um jogo político por parte do Governador Geraldo Alckmin, uma vez que, mesmo em pouco tempo como governador de São Paulo, se colocava para as disputas presidenciais de 2014, em choque direto com José Serra, outra destacada liderança do partido³². Segundo os autores supracitados, o que estávamos assistindo em 2011, poderia ser um “jogo” para mostrar as empreiteiras com quem deveriam conversar a partir de então, e assim, garantir gordos recursos para sua campanha presidencial.³³

Essa medida, se fosse à frente, impactaria diretamente os empresários da construção pesada que vencerá ainda na gestão de Mário Covas, as concessões de rodovias em São Paulo. Somente o consórcio Autoban, a revisão dos contratos significa perda na casa de R\$300 bilhões em seu lucro. Fato é que o processo só retornou às vésperas das eleições de 2014.

Para compreender essa história, é necessário adentrarmos no Grupo CCR, uma empresa criada em 1999 por três grandes grupos empresariais do ramo de obras, sendo a Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e a Soares Penido.³⁴ A empresa detinha participação em diversos consórcios de rodovias em São Paulo, em outros estados brasileiros e até no exterior. Estão na malha do grupo a Autoban (São Paulo), a NovaDutra (São Paulo), ViaLagos (Rio de Janeiro), RodoNorte (Paraná), ViaOeste (São Paulo), RodoAnel (São Paulo), Renovias (São Paulo), ViaQuatro (São Paulo), Actua (São Paulo), Engelog, Controlar (São Paulo),

³¹NASSIF, Luís; FAERMANN, Patricia. **Como as empreiteiras financiam o PSDB de São Paulo**. 2015. Revista Fórum. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2015/6/30/> . Acesso em: 23 jun. 2023;

³² José Serra já ocupou cargos de ministro das relações exteriores, saúde e planejamento, foi governador do estado de São Paulo, prefeito da capital do estado e deputado por duas vezes.

³³ Matérias sobre embate de Geraldo Alckmin e José Serra: <https://exame.com/brasil/escolha-de-vice-deflagra-embate-no-psdb-em-sp/> ; <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2009200802.htm> ; https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2011/05/08/interna_politica.226161/briga-interna-pelo-controle-local-do-psdb-empurra-serra-para-a-disputa-pela-prefeitura-de-sp.shtml ;

³⁴ A empresa Soares Penido fazia parte do Grupo Serveng, a empresa era especializada em obras e concessões de rodovias, já o grupo, com atuação de mais de 60 anos no mercado de construção de rodovias, hidrelétricas, mineração, transportes, concessões e desenvolvimento imobiliário. A empresa nasceu no estado de São Paulo, precisamente na região do Vale do Paraíba, tendo como fundador, o empresário Pelerson Penido, amigo de Juscelino Kubitschek e secretário de Viação e Obras no governo Adhemar de Barros, em São Paulo. Ler mais em: <http://www.brasilengenharia.com/portal/divisoes-tecnicas/372-13032012-pelerson-soares-penido-1918-2012> .

EngelogTec (empresa de tecnologia), Barcas (Rio de Janeiro - Rio - Niterói), SAMM (Tecnologia - transmissão de dados), STP, Transolímpica (Rio de Janeiro), Ponte Rio-Niterói (Rio de Janeiro), Aeroporto Internacional de Quito (Equador), Aeroporto Internacional de San José (Costa Rica) e Aeroporto Internacional de Curaçao (Curaçau).

Em 2010, as empreiteiras responsáveis pelo Grupo CCR fizeram robustas doações ao partido. Andrade Gutierrez doou mais de R\$ 16 milhões ao comitê nacional do PSDB, a Camargo Corrêa por sua vez, R\$ 8 milhões ao diretório nacional do partido e R\$ 3,15 milhões ao comitê de São Paulo do PSDB, e a Serveng doou R\$ 1,7 milhão ao PSDB nacional e R\$ 1,1 milhão ao comitê de São Paulo do partido (NASSIF E FAERMANN, 2015).

Em 2014, somente a Andrade Gutierrez fez doação de R\$ 25,9 milhões à campanha nacional do PSDB e a Serveng R\$ 3,25 milhões destinados à direção do partido em São Paulo. Essas empresas realizaram fartas doações às campanhas do PSDB nacional e em São Paulo desde o final dos anos de 1990, depois de serem contempladas com obras e concessões pelo governo de Mário Covas.

Em 2006, então candidato à Presidência, Alckmin se reuniu em São Paulo com 16 executivos de teles. O empresário João Dória Júnior, então colaborador da campanha tucana, chegou a falar da importância de contribuir para a candidatura do então governador. Como tratava-se de concessionárias, Dória recomendou que as doações fossem feitas por meio das controladoras ou dos fornecedores das teles. O caso das concessionárias que exploram pedágios em rodovias federais e estaduais é o financeiramente mais expressivo (NASSIF E FAERMANN, 2015).³⁵

Em São Paulo, o PSDB foi acusado na Operação Lava-jato por receber doações de “caixa dois” em 2010 e 2014, a delação foi feita por representantes da Odebrecht. Segundo a reportagem mostra, os pagamentos teriam sido feitos a duas pessoas próximas ao político tucano: uma delas seria o empresário Adhemar Ribeiro, irmão da mulher de Alckmin. Em 2010, ele teria recebido 2 milhões em espécie, pagos em seu escritório, em averiguações, podemos observar que de fato, não existem tais doações “legalizadas” nas prestações de conta das campanhas.³⁶

Fora de São Paulo, as relações “complicadas” entre empreiteiros e políticos do PSDB também tiveram contornos interessantes. Em 2016, em conversas vazadas da Operação Lava-jato, entre um dos principais articuladores do golpe contra Dilma Rousseff, o senador

³⁵ O encontro mencionado, se trata do jantar lembrado por FHC em email com Marcelo Odebrecht, que apresentamos anteriormente.

³⁶ Ver reportagem: **Delação da Odebrecht: Temer e Alckmin seriam beneficiários de caixa dois**. EL PAÍS, 2016. Link em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/09/politica/1481294723_838386.html . Acesso em: 18/06/2023.

Romero Jucá (PMDB) e Romero Jucá, ex-líder do PSDB no senado, cita José Serra e os senadores Aécio Neves (MG), Aloysio Nunes (São Paulo) e Tasso Jereissati (Ceará), todos do PSDB. "O primeiro a ser comido vai ser o Aécio", disse Sérgio Machado, que foi ex-presidente da Transpetro.³⁷

Vejamos o teor da conversa:

Machado: "A situação é grave. Porque, Romero, eles querem pegar todos os políticos. É que aquele documento que foi dado..."

Jucá: "Acabar com a classe política para ressurgir, construir uma nova casta, pura, que não tem a ver com..."

Machado: "Isso, e pegar todo mundo. E o PSDB, não sei se caiu a ficha já".

Jucá: "Caiu. Todos eles. Aloysio [Nunes, senador], [o hoje ministro José] Serra, Aécio [Neves, senador]".

Machado: "Caiu a ficha. Tasso [Jereissati] também caiu?"

Jucá: "Também. Todo mundo na bandeja para ser comido"

Machado: "O primeiro a ser comido vai ser o Aécio".

Jucá: "Todos, porra. E vão pegando e vão..."

Machado: "O que que a gente fez junto, Romero, naquela eleição, para eleger os deputados, para ele ser presidente da Câmara? [Mudando de assunto] Amigo, eu preciso da sua inteligência".

Jucá: "Não, veja, eu estou à disposição, você sabe disso. Veja a hora que você quer falar".

Machado: "Porque se a gente não tiver saída... Porque não tem muito tempo".

Jucá: "Não, o tempo é emergencial".

Machado: "É emergencial, então preciso ter uma conversa emergencial com vocês".

Jucá: "Vá atrás. Eu acho que a gente não pode juntar todo mundo para conversar, viu? [...] Eu acho que você deve procurar o [ex-senador do PMDB José] Sarney, deve falar com o Renan, depois que você falar com os dois, colhe as coisas todas, e aí vamos falar nós dois do que você achou e o que eles ponderaram pra gente conversar".

Machado: "Acha que não pode ter reunião a três?"

Jucá: "Não pode. Isso de ficar juntando para combinar coisa que não tem nada a ver. Os caras já enxergam outra coisa que não é... Depois a gente conversa os três sem você".

Machado: "Eu acho o seguinte: se não houver uma solução a curto prazo, o nosso risco é grande".

[...]

Machado: "É aquilo que você diz, o Aécio não ganha porra nenhuma..."

Jucá: "Não, esquece. Nenhum político desse tradicional ganha eleição, não".

Machado: "O Aécio, rapaz... O Aécio não tem condição, a gente sabe disso. Quem que não sabe? Quem não conhece o esquema do Aécio? Eu, que participei de campanha do PSDB..."

Jucá: "É, a gente viveu tudo". (O POVO, 2016).

Essas conversas, provocaram por dias, grande euforia, especialmente em setores de esquerda que viram, no “furo”, uma possibilidade de denúncia aos representantes de direita e

³⁷ A notícia teve ampla divulgação, em diferentes meios de comunicação. Matéria completa: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2016/05/o-primeiro-a-ser-comido-vai-ser-o-aecio-disse-machado-a-juca.html>

ao mesmo tempo, tirar o foco do PT, principal atacado pelas denúncias da Operação Lava-jato.

Aécio Neves, destacada liderança do PSDB em Minas Gerais, teve grande ascensão política, primeiro, vindo de família importante no cenário político, neto de Tancredo Neves.³⁸ Foi senador, deputado federal e governador de Minas Gerais. Tendo carreira política destacada e sendo um dos principais nomes do PSDB à nível nacional, também apareceu nos noticiários da Operação Lava-jato, aparecendo como um dos políticos da lista “suja” dos empreiteiros.

As delações davam conta de que Aécio teria recebido doações astronômicas, desde 2008/2009. Segundo consta, Aécio teria grande importância nas decisões do setor elétrico, especialmente a partir da influência que gozava nas empresas situadas em MG, a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) e Furnas Centrais Elétricas (Furnas). Outra parte das delações, demonstraram que parte das propinas vieram das construções da Cidade Administrativa do governo mineiro, entregue em março de 2010.³⁹

Em delação de Marcelo Odebrecht, o empresário e mandatário da construtora revela que a relação com Aécio iniciou por volta de 2000/2001, quando Aécio era deputado federal, inclusive, Presidente da Câmara de 2001-2002. O motivo da relação, tratada inclusive pelo próprio Marcelo, era justificada pela grande influência que o político mineiro tinha no setor elétrico. Vejamos o que o líder da Odebrecht revela sobre essa relação:⁴⁰

Que eu saiba a relação com Aécio, nossa e da organização como todo, vem do início dos anos 2000, 2001, ele ainda era deputado federal, nesse primeiro instante, não só o Aécio, mas o PSDB mesmo no início do governo Lula tinha uma influência grande no setor elétrico. Por alguma razão, que a gente não sabe precisar por que, mas Furnas continuava, mesmo no início do governo Lula, sobre forte influência do PSDB/Aécio, quer dizer, dos dois digamos assim, principalmente na diretoria do Dimas [Dimas Toledo], tá?, tinha a questão da Cemig que era uma *player* importante no setor, então dentro da nossa lógica empresarial, e também era uma relação que eu mesmo tava começando na construtora, quem cuidava com relação de contribuição de qualquer pedido, naquela época, era, estou falando do início de 2000, o Henrique, que era o responsável pelo nosso negócio de energia, que tinha interesse na época com o PSDB, e principalmente lidava com o Dimas, que na época era um operador

³⁸ Tancredo Neves foi um político mineiro de respaldo nacional, tendo ocupado cadeira de deputado estadual por MG (1947-1951), Ministro da Justiça de Getúlio Vargas (1953-1954), deputado federal por três mandatos (1951-1953; 1954-1955; 1963-1963 interrompido pelo golpe de 1964), na abertura democrática, foi senador por MG de 1979-1983, governador (1983-1984), Presidente do Brasil não empossado em 1985, vindo a falecer, assumindo seu vice, o maranhense José Sarney.

³⁹ **Delator revela propina para Aécio por obra na Cidade Administrativa:** <https://noticias.r7.com/minas-gerais/delator-revela-propina-para-aecio-por-obra-na-cidade-administrativa-22052020> . Acesso em: 27/06/2023.

⁴⁰ MARCELO Odebrecht fala sobre campanha de Aécio. Roteiro: Jota. 2017. (21 min.), son., P&B. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uamBhzX8I_4 . Acesso em: 28 jun. 2023.

informal do PSDB, e obviamente também era um cliente do Henrique lá de Furnas e tinha influência, era um contato que o Henrique usava para conversar sobre Cemig. [...] Eu vou detalhar um pouquinho como funcionava: A Cemig então, e essa diretoria de Furnas é apadrinhada pelo PSDB e o operador informal era o Dimas. Neste momento foram feitas contribuições relevantes. Praticamente, com a ascensão do governo Lula, passou a ser a grande interface nossa com o PSDB, tá? (MARCELO ODEBRECHT..., 2017).

O depoimento de Marcelo, escancara os caminhos percorridos por empreiteiros para acessar as decisões estatais, muitos desse caminho, se dava a partir de contatos políticos que de alguma forma tinham relações de poder e influência dentro de espaços privilegiados, como é o caso das empresas estatais de energia, como Furnas, uma grande geradora e contratante de obras no setor, que segundo o próprio Marcelo Odebrecht, continuava no domínio político do PSDB mesmo depois que Lula assumiu a Presidência, assim como a empresa mineira Cemig.

Na sequência do depoimento, o empreiteiro detalha a quantia astronômica repassada nesse período ao PSDB, principalmente na área dos negócios de energia da empresa. O empresário detalha que a relação com Aécio e a posição do PSDB em MG, seria, à época, o principal local de interesse que a empresa teria com o partido:

Eu não sei precisar quantas dessas contribuições, eu nem sei se Henrique sabe, foi pra PSDB, foi pro Aécio, pra outros candidatos, quanto foi pra caixa dois, isso com certeza, como foi coisas antigas, não sei precisar se a pessoa sabe quanto foi caixa dois, quanto foi pra oficial, quanto foi pra Aécio, uma parte para candidato. Eu sei que foi montantes relevantes, e a gente tá falando de montante de pelo menos 50 milhões, por que eu digo 50 milhões, porque Henrique me comentou uma época e eu até estimei ele, eu disse, ó Henrique, veja bem, é o único ponto que a gente tem de relevância com o PSDB, Aécio, que é uma pessoa que nós tem relação, é uma pessoa que tem importância, vai ser importante, eu acho que vale a pena você assumir essas contribuições, e pelo menos 50 milhões foi pelos negócios de energia pagos ao PSDB/ esse grupo, digamos assim, que tinha influência sobre Cemig e Furnas. Aí entra o governo estadual de Minas, Aécio é eleito governador, a partir daí, óbvio que tem um *overlap*, entre essas contribuições de Dimas e já Aécio como governador (ODEBRECHT, 2017).

O valor de R\$50 milhões de reais, seria de propinas, ajudas de campanha e etc. Um ponto importante e revelador sobre essa relação, é quando Marcelo relata que parte das ajudas passadas para Aécio, não foi somente pela devolutiva imediata à empreiteira, mas também, por compreender que futuramente, Aécio Neves “daria voos mais altos”, o que se revelou em sua tentativa de ser presidente em 2014, derrotado para a petista Dilma Rousseff no segundo turno do pleito.

Uma nova fase dessa relação, se deu com a chegada de Aécio ao governo de Minas Gerais (2003-2010),

A partir do momento que Aécio se tornou governador, quem passou a ser tesoureiro informal, era o Oswaldo Borges⁴¹, [...] a partir desse momento eu também comecei a criar uma relação crescente com Aécio, ter contato constante com ele, pra discutir política e todo tipo de coisa, a partir daí enquanto ele era governo e na candidatura dele pro senado e obviamente na sucessão dele. Como se deu as contribuições, aí eu não tenho ideia do valor, com certeza foi relevante, agora as negociações se deram com área de infraestrutura, com *overlap*, na área de energia ainda do Dimas, que foi diminuindo (MARCELO ODEBRECHT..., 2017).

O empresário da Odebrecht, relatou ainda, como Aécio agiu para ajudá-los em entreves e disputas com empresas do próprio ramo da construção pesada, como o exemplo relatado, sobre embates com a construtora Andrade Gutierrez, sobre construções de importantes empreendimentos no Norte do Brasil, na gestão de Lula à frente da Presidência,

O empreiteiro revela as muitas ligações que cercam o mercado de obras públicas no Brasil e os negócios empresariais e suas relações com o Estado brasileiro. Revela nessa parte do depoimento as relações nada pacíficas, quando envolviam as disputas por projetos e orçamentos estatais:

Eu me lembro de ter tido várias reuniões com Aécio, eu, em algumas reuniões teve o presidente da Cemig, presidente da Andrade Gutierrez, a gente tinha muito embate, nós e Andrade, por conta dos projetos Santo Antônio e Belo Monte, e a Andrade se usava do fato que ela tinha influência na Cemig para complicar nossa vida. A Cemig é um investidor importante na área desses projetos e a Cemig dizia, pra eu entrar de investidor nesses projetos a Andrade tem que vim junto e aí a gente usava nossa relação com Aécio para contrabalançar um pouquinho a influência que a Andrade tinha diretamente na Cemig. Teve algumas reuniões que com a presença de Aécio pra ver se apaziguava, alinhava as coisas (MARCELO ODEBRECHT..., 2017).

As disputas entre as empreiteiras por controle de grandes projetos não são novidade na trajetória desse ramo empresarial, muitas vezes se usando inclusive da judicialização, com denúncias envolvendo outras empresas, dando atenção às disputas até na imprensa, na tentativa de lançar ao público, esquemas de corrupção de concorrentes e etc. (CAMPOS, 2014, p. 142-143- 144). Nesse caso em particular, vemos como contatos com políticos foram mobilizados para “ajudar” a mediar disputas com outra grande empresa do setor, neste caso, a Andrade Gutierrez, empresa muito bem relacionada com o PSDB de São Paulo.

A relação da Odebrecht com Aécio, apesar de ter iniciado nos primeiros anos da década 2000, ganhou importância para a empresa um pouco depois, quando Aécio já ocupava o cargo de Governador de Minas Gerais, mais precisamente no seu segundo mandato (a partir

⁴¹ Oswaldo Borges escapou de indiciamento por ter mais de 70 anos. **Apontado como operador de Aécio, ex-presidente da Codemig escapa de indiciamento por ter mais de 70 anos**, ver: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/05/08/apontado-como-operador-de-aecio-ex-presidente-da-codemig-escapa-de-indiciamento-por-ter-mais-de-70-anos.ghtml> . Acessado em: 27/06/2023.

de 2007), gozando de influência no setor elétrico, principalmente em Furnas e Cemig. A importância da relação de Aécio e a Odebrecht foi acentuada pelos embates envolvendo o governo Lula e a empresa, principalmente na figura de Dilma Rousseff à frente da Casa Civil.

Gaspar (2020), retrata os bastidores da relação conflituosa entre Dilma e Marcelo, especialmente em embates sobre os projetos hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, em Rondônia. Segundo as informações da jornalista, o governo queria que a Odebrecht abrisse mãos de duas cláusulas no contrato da hidrelétrica de Santo Antônio, a primeira grande do rio Madeira, a primeira cláusula, seria a de não exclusividade com os fornecedores de turbinas para a barragem, a segunda, seria sobre o acordo com Furnas que limitava a participação de outras subsidiárias do sistema Eletrobras no contrato (GASPAR, 2020, p. 194 a 197).

O principal embate entre Dilma e Marcelo se dava em um campo que, segundo Gaspar, favorecia Dilma Rousseff, já que, após a saída de Palocci e Dirceu do quadro ministerial de Lula, a petista ganhava cada vez mais força e interferia em cheio nos negócios de energia do governo, área que Dilma tinha experiência na área, tendo sido secretária de estadual de Energia, Minas e Comunicações do Rio Grande do Sul (1993-1995) e novamente no posto entre os anos de (1999-2002), e já na gestão de Lula, assumindo o ministério de Minas e Energia de 2003 a 2005, quando deixou o cargo para assumir a Casa Civil, em 2005.

Dilma não abria mão das disputas no rio Madeira, uma vez que temia o monopólio por parte da Odebrecht, o que encareceria a obra e diminuiria a participação do governo. No mesmo momento, a Odebrecht se via em disputas com outras empreiteiras, a exemplo da Andrade Gutierrez, que pleiteou a participação no consórcio para a execução das obras da hidrelétrica de Santo Antônio, o que teria sido prontamente encarado como uma afronta por parte de Marcelo, justificando que a Odebrecht e Furnas já teriam realizado a parte mais difícil, que seria todo o estudo de viabilidade da obra e fechamento do projeto (GASPAR, 2020, p. 198-199).

É nesse cenário que consistiu a primazia da relação com Aécio Neves, mesmo sendo oposição ao governo Lula, o psdbista poderia usar suas relações em Furnas e Cemig para contrabalancear as investidas de Dilma sobre os negócios da Odebrecht. Gaspar, nos aproxima dos citados acordos entre a empreiteira baiana e Aécio, quando declara que em reunião entre os dois “príncipes” (Marcelo e Aécio), um acordo de ajuda teria sido firmado, em que o governador mineiro se comprometeu em ajudar a Odebrecht em meio a relação conflituosa com Dilma, em contrapartida, a empreiteira fechará o valor de R\$ 50 milhões em doações ao

partido, saindo R\$ 30 milhões da Odebrecht e R\$ 20 milhões da Andrade Gutierrez⁴², que faria parte do consórcio de construção de Santo Antônio⁴³

Ainda no depoimento de delação de Marcelo Odebrecht, o empreiteiro revela que teve reuniões com Aécio já na pré-campanha para presidente, em 2010, para tratar de valores, já que as relações com presidenciáveis seria responsabilidade do empreiteiro, pelo espaço hierárquico que ocupava na construtora. Ainda para a pré-campanha do PSDB à presidência, “aparentemente pode ter sido até por doação oficial PSDB ou por caixa dois, mas foram pra caixa pré-campanha, que a gente bancou assim por dez meses, valores por algo, 500 mil por meses, por dez meses” (MARCELO ODEBRECHT..., 2017).

Depois a gente fez uma doação oficial, a Aécio, que no montante era equivalente ao montante para Dilma, que era mais ou menos 5 milhões, deve ter sido feito uma contribuição que não lembro, por volta de 2 ou 3 milhões no comitê do PSDB pra ele [...], aí teve, nas véspera para o primeiro turno, tava naquela discussão se Dilma, Aécio tinha chance de ir pro segundo turno, mas ele precisava de fôlego na véspera, de recurso, e ele pediu encontro comigo [...] Eu falei, Aécio, é complicado, eu não posso aparecer na véspera doando pra você mais do que pra Dilma tá? e aí a gente combinou, é aquela história, nós [Odebrecht] tínhamos feito um compromisso de apoiar algumas candidaturas, e coincidiu que era pessoa que a gente tinha relação, gostaríamos de apoiar, então, a gente falou alguns nomes na época, lembro do nome de Agripino [José Agripino do RN] (MARCELO ODEBRECHT..., 2017).

Ao ser indicado pelo procurador sobre a importância do caixa dois em campanhas e se ele estava sempre vinculado a alguma obra, o empreiteiro deixa claro: “Um político que disser que não recebeu caixa dois está mentindo”, e segue “não necessariamente o problema tá no caixa dois, às vezes você tem doação oficial vinculada a alguma coisa. Com um tempo a ilicitude tava em como se acertou o valor, todo mundo tratava caixa dois como uma coisa que era necessária, fazia parte” e fecha dizendo que: “Um político que disser que não recebeu caixa dois está mentindo” (MARCELO ODEBRECHT..., 2017, grifos nosso ao vídeo original).

Importante destacar que a maioria dos processos da Operação Lava-jato contra mandatários do PSDB foram arquivados, a exemplo de Aécio Neves. Ninguém do PSDB foi preso. As investigações e denúncias de corrupção até respingaram em alguns tucanos e comprometeram suas biografias, judicialmente, pouco avançou. O caso mais notório é o do deputado Aécio Neves (PSDB-MG), que além de suas relações com empreiteiros, se envolveu

⁴² GASPAR, Malu. **A ORGANIZAÇÃO**: a Odebrecht e o esquema de corrupção que chocou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 210.

⁴³ O consórcio foi formado pela Construtora Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e Novanor Serviços e Participações, tendo furnas como principal acionista: Matéria em: <https://www.canalenergia.com.br/noticias/53221137/santo-antonio-energia-assina-acordo-com-construtoras>. Acesso em: 27/07/2023.

em um episódio no caso da empresa JBS.⁴⁴

Podemos observar nesta sessão, que mesmo partidos oposicionistas do PT, no caso em foco, o PSDB, manteve relações diretas com os empreiteiros e os negócios de obras, sempre em relações de “ajudas” mútuas, ora para beneficiar empreiteiros obras públicas, a partir do capital político do partido e de destacadas lideranças, ora quando recorriam aos construtores patrocínios de campanhas. As relações envolvendo o PSDB e empreiteiros, retomam ainda ao início dos anos 80, idos de sua fundação e pelo que tudo indica, se manteve mesmo fora do governo, o que desmistifica as premissas lançadas por muitos jornais, políticos oposicionistas ao PT e até mesmo, acadêmicos, que sustenta a relação envolvendo petistas e empreiteiros como sendo o grande escândalo pós-redemocratização.

⁴⁴ Aécio foi alvo das delações dos empresários Joesley e Wesley Batista, donos da Holding J&F, a época, o mineiro ocupava a cadeira de senador por Minas Gerais, e por unanimidade o senador virou réu no processo acusado de corrupção passiva e crime de obstrução da Justiça. Segundo a denúncia, Aécio solicitou a Joesley Batista, em conversa gravada pela Polícia Federal (PF), R\$ 2 milhões em propina, em troca de sua atuação política em favor do grupo empresarial: Acessar em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/aecio-neves-vira-reu-da-lava-jato-por-corrupcao-passiva-e-tentativa-de-obstruir-a-justica/>. Acesso em: 15/06/2023.

Capítulo 2

A trajetória do Partido dos Trabalhadores e os governos pós-2003

Neste capítulo pretendemos tratar alguns elementos da trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT), que figura entre os partidos políticos brasileiro mais importantes das últimas décadas, sendo o mais importante partido de massas da esquerda pós redemocratização. Oficialmente o PT foi fundado em 1980, precisamente no dia 10 de fevereiro de 1980 foi oficializado⁴⁵, a partir de grandes lutas que marcaram o final da ditadura, especialmente as greves que eclodiram no final dos anos de 1970. A proposta então, consiste em observar como o partido que nasceu “sem patrões e dos trabalhadores”, realizou grandes inflexões desde a sua fundação, até chegar à Presidência da república abandonando um projeto de construção do socialismo, para governos que desenvolveram o capitalismo brasileiro e grandes empresas, de capital brasileiro e estrangeiras.

Não é o objetivo deste capítulo apresentar de forma detalhada e profunda a história ou trajetória do PT, uma vez que esse tema desperta a atenção de numerosos estudos, publicações e interrogações, das mais diversas áreas do conhecimento. Verificamos a existência de estudos que se dedicam a sua origem, composição social, forças políticas internas, evolução enquanto força política e projeto de poder. Não iremos discorrer sobre as principais obras para não sermos injustos com outras, tendo em vista a grande quantidade de produções, porém, para ilustrar, existe um livro intitulado *Partido dos Trabalhadores: bibliografia comentada*

⁴⁵ Site do Partido dos Trabalhadores/sessão “nossa história”. Acessado dia 17/02/2023: <<https://pt.org.br/nossa-historia/>>

(1978-2002)⁴⁶, de autoria de Carlos Henrique Metidieri Menegozzo, que dispõe de mais de 1,2 mil referências bibliográficas sobre o PT, publicadas em trabalhos no Brasil e no exterior entre 1978 e 2002, acompanhadas de resumos.

Objetiva-se no primeiro capítulo, responder a hipótese de que as principais linhas dos governos petistas (2002-2014), sobretudo no campo econômico ligado a infraestrutura (grandes obras) e incentivo às empresas do setor, não foram descoladas da construção de sua estratégia enquanto partido, ou seja, a estratégia democrático-popular, e sim, um amadurecimento no curso dos debates internos, tensões externas, crises ideológicas e etc, com vistas na conquista do governo. Para tanto, se faz necessário um aviso: sabemos da incapacidade de explorar de forma detalhada e rigorosa a trajetória do partido e todas as inflexões, afirmações e amadurecimento de sua construção estratégica em um único capítulo, necessitando realizar recortes.

A tradição dos partidos políticos de esquerda é ampla e diversa, mas sobretudo, é um organismo que coesiona interesses de uma determinada classe social ou grupo, independente da sua composição ou formato, tem ele a missão de acumular politicamente para os projetos de uma determinada classe, ainda que em seu interior, nem todos os membros sejam economicamente partícipes da classe em questão. “o partido político, para todos os grupos, é precisamente o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado” (GRAMSCI, 2001, p. 24).

Lenin, um dos principais marxistas a aprofundar o debate sobre a organização, defendia que o partido revolucionário deveria ser profissional, ter uma direção firme e coesa, militantes dedicados a prática partidária, estratégia de poder e ser uma organização centralizada, inclusive, enquanto menor e mais clandestino o centro desse partido, mais possibilidades de levar a luta a frente. Afirmava que as lutas espontâneas dos trabalhadores não excluía a necessidade de construção de um partido proletário, que por sua vez, age em outro campo, o das lutas gerais, da revolução. É verdade que Lênin escrevia essas ideias para embates e orientações em um país sem abertura política alguma, onde militantes eram assassinados e organizações exterminadas, em plena autocracia czarista (LENIN, 2010 [1902], p. 203-204-205-206).

Sobre a estratégia política, trata-se de um termo de origem militar. Se falamos de estratégia, também precisamos falar de tática. Estratégia e tática são conceitos imbricados. Enquanto o primeiro determina um movimento amplo, um planejamento de longo prazo e está

⁴⁶ O livro foi publicado pela editora da Fundação Perseu Abramo em 2013.

ligado ao rumo das ações, ao seu objetivo final; o segundo conceito, a tática, associa-se às ações tomadas no calor do campo de batalha, ao plano mais imediato (MANSUR, 2021).

Peloso (2012), ao tratar da temática, resume da seguinte forma: “De forma simples, pode-se dizer que uma estratégia é um plano, um fio condutor que canaliza, dá sentido e coordena as diversas batalhas que fazem uma guerra em prol de uma causa. Por isso, toda estratégia tem um objetivo específico e um objetivo geral que lhe dá sentido.”

2.1- Conjuntura e surgimento de um partido de trabalhadores

*"Em 1979, esse sindicato fez uma das greves mais extraordinárias. E nós conseguimos fazer um acordo com a indústria automobilística que foi talvez o melhor possível. E eu tinha uma comissão de Fábrica com 300 trabalhadores. O acordo era bom. E eu resolvi levar o acordo para a Assembleia. E resolvi pedir pra comissão de fábrica ir mais cedo para conversar com a peãozada. Eu fazia assembleia de manhã pra evitar que o pessoal bebesse um pouquinho a tarde, porque quando a gente bebe um pouquinho, a gente fica mais ousado."*⁴⁷

O Partido dos Trabalhadores (PT), surgiu em um período histórico complexo na história brasileira recente. Primeiramente, remonta ao final da ditadura-empresarial militar, em um período em que as organizações de esquerda ou tinham sido dizimadas pela repressão ou estavam na clandestinidade e as organizações sindicais, controladas de perto pelas polícias políticas do regime vigente.

O surgimento do PT foi um dos fatos mais importantes na esquerda brasileira e na história recente do Brasil, ao menos nos últimos quarenta anos. A ditadura empresarial-militar foi danosa às organizações políticas e culturais de cunho crítico, fechando sindicatos, partidos políticos e organizações estudantis, perseguindo, exilando e assassinando militantes de esquerda. O movimento sindical foi duramente reprimido, vigiado pelas polícias políticas e suas sessões de investigação, especialmente após 1969, com o Ato Institucional número cinco, o AI-5.

⁴⁷ Último discurso de Lula antes da prisão, em 07 de Abril de 2018, no histórico sindicato do ABC.

As principais leituras sobre o nascimento do PT constataam a ação de quatro partes principais constitutivas do partido. Em primeiro lugar o crescente operariado fabril, especialmente e sobretudo o operariado do estado de São Paulo, especificamente do ABC paulista, o segundo agrupamento, foram os militantes do que podemos chamar da igreja progressista, grande parte oriundos da Teologia da Libertação e a outra parte vieram de militantes de organizações marxistas que sobreviveram à ditadura, muitos retornando do exílio.⁴⁸ Um quarto elemento constitutivo do partido, foram os intelectuais de esquerda, que apesar de não serem unânimes nas bibliografias que abordam o tema, tiveram participação importante na sua conformação.

A principal parte fundadora do partido e que concede o caráter operário em primeiro momento, foram dirigentes sindicais do ABC paulista que iniciaram ainda em 1978, um grande movimento grevista, após anos de “mordação” sindical promovido pelo regime ditatorial. As greves de 1978 se enquadraram em um processo que sacudiu o regime militar, desde meados dos anos de 1970, com a “abertura lenta, gradual e segura” do governo Ernesto Geisel⁴⁹, em um período em que a própria ditadura passava por diversas cisões internas, protagonizadas por empresários, militares e políticos situacionistas, que já duvidavam da continuidade do regime tal como posto até então (GARCIA, 2019, p. 490).

Esse quadro é de suma importância para entendermos a história do PT e em que bases foi fundado o partido. Em 12 de maio de 1978, foi desencadeada a greve dos trabalhadores da Scania, em São Bernardo, no estado de São Paulo. Com a eclosão da greve da Scania, milhares de operários pararam a produção em diversos lugares, no maior estado industrial do Brasil.⁵⁰ Os efeitos da greve foram disputados pelos mais diversos setores políticos, a exemplo dos opositoristas ao regime, que assimilaram as greves de 1978 ao projeto liberal de redemocratização, ou como uma grande aquisição à frente democrática que lutava pelo Estado de direito, o que era facilitado pelo caráter das reivindicações grevistas, que em suma era traduzido por reivindicações imediatas, a exemplo de melhores salários e condições de trabalho (GARCIA, 2019, p. 490).

⁴⁸ Diversas bibliografias consultadas defendem essas três partes como sendo construtoras do PT, incluindo arquivos do próprio partido. Para ilustrar destaque: Garcia, 2019; Cignachi, 2013; Secco, 2011; Iasi, 2006 entre outros.

⁴⁹ Ernesto Geisel foi o quarto presidente da ditadura empresarial-militar, entre os anos de 1974 e 1979.

⁵⁰ Houve paralisações parciais em São Bernardo nos setores da Mercedes Benz, Ford e vários movimentos no interior das fábricas, enfrentando enorme repressão da ditadura. Na Saab-Scania, os operários cruzaram os braços. Estas ações iniciaram um grande movimento grevista, que ficou conhecido como “Os movimentos de paralisação nas fábricas do ABC”, ou “As greves do ABC” e foi até dezembro de 1978. A greve da Scania ficou conhecida pelo lema “Braços cruzados, máquinas paradas”. Informações do Centro Sérgio Buarque de Holanda, disponível virtualmente em: <https://fpabramo.org.br/csbh/as-greves-de-1978-e-1979/>. Acesso em: 26/03/2023.

Junto às lutas dos ABC, surgiram também as referências do movimento sindical no estado de São Paulo, a exemplo de Lula, uma figura inseparável da história do PT, que em meados dos anos de 1970 começou a se destacar entre os dirigentes sindicais, liderando as greves, principalmente após o racha com antigas lideranças do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC⁵¹, tendo como principal exemplo o racha com o seu primeiro e mais importante aliado no começo da militância sindical, Paulo Vidal Neto, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP) até 1975, ano em que Lula assumiu a presidência do sindicato (GARCIA, 2019; CIGNACHI, 2013).

A greve de 1978 foi um grande marco, não só para a luta operária brasileira, mas entra no rol das grandes lutas contra a ditadura. Lula era o então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, dirigente destacado e já tido na região do ABC paulista como uma das principais lideranças da greve deflagrada na sexta-feira de 12 de maio, basicamente iniciada com reivindicações por reajuste salarial e melhores condições de trabalho, mesmo assim o movimento grevista representou enorme ousadia em um período ainda sem direito a greve, regido pela Lei 4.330, ainda do ano de 1964⁵².

Mesmo com todo o receio de deflagração da greve, um elemento impulsionou o movimento, um ano antes veio a tona o escândalo da manipulação dos índices de inflação, mecanismo usado para corrigir salários, ocasionando em grandes perdas salariais para os trabalhadores, e ainda em 1977 o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema iniciaram uma campanha pela reposição das perdas salariais, que segundo dados do movimento grevista chegariam a 34%, o que mobilizou os metalúrgicos, que compareceram em peso nas duas assembleias convocadas em setembro de 1977⁵³.

Além da reposição salarial, o regime militar havia substituído a estabilidade no emprego pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o que aumentou a insegurança dos trabalhadores, reverberando na maior procura pelo fortalecimento de organismos capazes de protegê-los de perseguições e demissões injustas⁵⁴ (CIGNACHI, 2013, p. 94 e 955). Fato é que as greves de 1978 interromperam o silenciamento imposto ao

⁵¹ A época Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema.

⁵² VITOR NUZZI. **Greve de 1978 enfrentou patrões e ditadura**. 2020. Elaboração de Vitor Nuzzi. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/greve-de-1978-enfrentou-patroes-e-ditadura-tem-de-se-repetir-diz-lula-c5ca>. Acesso em: 22 mar. 2023.

⁵³ SINDICATO DOS METALURGICOS DO ABC (São Bernardo do Campo - Sp). **Movimento de 1977:: reposição salarial de 34,1%. Reposição salarial de 34,1%. 2022**. Disponível em: <https://smabc.org.br/movimento-de-1977-reposicao-salarial-de-341/#:~:text=Em%201977%2C%20explode%20o%20esc%C3%A2ndalo,setembro%20para%20discutir%20a%20situa%C3%A7%C3%A3o..> Acesso em: 21 mar. 2023>

⁵⁴ CIGNACHI, 2013 argumenta que era uma prática comum nas grandes empresas demitir trabalhadores de idade avançada para manipular os níveis salariais.

movimento sindical após a Ditadura, abrindo estrada para outros levantes de trabalhadores, servindo de antessala para as greves de 1979, essa por sua vez, com maior experiência acumulada, mais articulação da categoria e maior organização (MOURA, 2010).

Esse processo vivido sobretudo pelos metalúrgicos do ABC em 1977 e 1978 contribuiu diretamente para o levante grevista de 1979, que teve o Sindicato como articulador e dirigente. A greve de 1979, além do tom firme do Sindicato no que tocante às reivindicações e as críticas aos governos militares, evidenciou com maior precisão as cisões internas ao movimento sindical Brasileiro, especialmente e sobretudo dos metalúrgicos do estado de São Paulo. Em São Bernardo (SP), as contradições foram mais pulsantes, essencialmente no tocante às dimensões do processo vivido em 1978 em que as greves se localizaram nas fábricas e 1979, com a construção de uma greve geral, onde as grandes decisões se passaram no estádio Vila Euclides, não mais através da diretoria sindical ou no “chão da fábrica” (GARCIA, 2019).

Garcia (2019), aponta outro aspecto importante da mudança de direção percebida entre a experiência da greve de 1978 e a de 1979 e que é central para a reconfiguração do movimento sindical e para a fundação do PT com as características que poderemos observar mais a frente. Na greve de 1979, fundamentalmente mudou o processo de tomadas de decisões, que impulsionada pelos números crescentes de trabalhadores, passou a tomar decisões e realizar consultas aos trabalhadores através de consultas plebiscitárias nas grandes assembleias que contavam com milhares de operários.

Em 13 de Março de 1979, foi iniciada a grande greve daquele ano, muito maior que em 1978 e com grande mobilização de trabalhadores em diversas fábricas, especialmente nas cidades de São Bernardo, Diadema e São Caetano, que juntas somavam 155.000 trabalhadores em greve. “Só em São Bernardo 42 fábricas e 90 mil operários estavam paralisados. Em Santo André, foram 60 fábricas e 38.622 operários. E, em São Caetano, foram mais de 25 mil operários” (MOURA, 2010, p. 40).

A grandiosidade da greve de 1979 era perceptível e suas dimensões extrapolaram o ABC paulista tomando grandes proporções, colocando a burguesia industrial de São Paulo e a Ditadura em uma situação nunca visto antes pelo regime:

Nesse ano a extensão da greve para fora do ABC é ainda mais visível do que em 1978. As greves criaram uma fratura política-social que permitiam o desencadear de novos movimentos contestatórios. Frente ao avanço do movimento grevista, o Governo e o Patronato reagem, no dia 20 de maio de 1979 tem-se uma série de prisões de operários e militantes. No dia 21, as manifestações públicas no estádio Vila Euclides e no Paço Municipal são proibidas pelo Governo Militar-burguês. Tem-se certamente uma nova configuração ofensiva da classe contra a política

imposta pela ditadura e contra o patronato industrial. A polícia vai para as ruas para dispensar, com pancadas, bombas e tiros as aglomerações operárias (MOURA, 2010, p. 40).

Em pouco tempo, mais de três milhões de trabalhadores entraram em greve em 15 estados do Brasil, em todas as regiões. A greve também expôs as divergências presentes no movimento sindical no tocante às concepções de luta, enfrentamento aos patrões e organização dos trabalhadores, surgindo nesse período diversas lideranças para além de Lula, acompanhando as críticas sobre a necessidade de se afastar dos “pelegos” e da necessidade de construir um “novo sindicalismo”, a exemplo dessas novas lideranças, podemos destacar Olívio Dutra, na época presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre.⁵⁵

A liderança de Lula cresceu e se consolidou indiscutivelmente no decorrer da greve (GARCIA, 2019, p. 500), que impactou politicamente o regime e a burguesia internacional instalada no Brasil, inaugurando um novo ciclo de lutas. Esse movimento por outro lado, reforça a necessidade de mudanças táticas de ação dos empresários e do governo, que atacam de muitas maneiras a greve, seus dirigentes e os trabalhadores⁵⁶. Essa reação levou os trabalhadores a usar diversas formas de enfrentamento, desde a piquetes até o enfrentamento a polícia e, especialmente, levando o movimento cada vez mais para fora do chão da fábrica, com organização de atos massivos e contando com o apoio de diversos setores da sociedade, tendo como grande importância a outra parte constitutiva do partido – a igreja progressista, ligada diretamente as Comunidades Eclesiais de Base, que serviram de “guarda-chuvas” para a proteção das lideranças sindicais perseguidas pela polícia (CIGNACHI, 2013, p. 96).

O movimento grevista de 1979 definiu questões importantes para a esquerda brasileira, a começar, a necessidade de projetar a luta para além do sindicato, portanto, a necessidade de um partido de trabalhadores, de outro, reivindicava a refundação do

⁵⁵ CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA (Brasil). Fundação Perseu Abramo. **As greves de 1978 e 1979. Documentação e Memória.** São Paulo, 23 maio 2006. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/as-greves-de-1978-e-1979/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

VITOR NUZZI. **Greve de 1978 enfrentou patrões e ditadura.** 2020. Elaboração de Vitor Nuzzi. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/greve-de-1978-enfrentou-patroes-e-ditadura-tem-de-se-repetir-diz-lula-c5ca>. Acesso em: 22 mar. 2023.

⁵⁶ O empresariado inicia processos de demissões, cortes salariais e ameaças aos trabalhadores em greve, por outro lado, o governo ditatorial prende dirigentes, coloca as polícias nas ruas para reprimir as ações e inicia juntamente com os empresários campanhas televisivas com objetivo de desmoralizar o movimento e colocar a sociedade contra as greves, na tentativa de parar também os crescentes movimentos de rua que ganhavam dimensões com o decorrer do processo. Ver: CIGNACHI, Henrique. **A METAMORFOSE DOS PARTIDOS COM ORIGEM NA CLASSE TRABALHADORA: O CASO DO PT NO BRASIL.** Dissertação de Mestrado. 2013.

MOURA, Alessandro. **MOVIMENTO OPERÁRIO DO ABC PAULISTA (1978-2010): contestação, intermediação e colaboracionismo.** Revista Aurora, [S.L.], v. 3, n. 2, p. 36-58, 10 ago. 2010. Faculdade de Filosofia e Ciências.

sindicalismo brasileiro, iniciando um processo conhecido como o novo sindicalismo. É nesse processo que se consolidou as relações dos operários, especialmente do ABC com os setores da igreja católica progressista, que posteriormente compuseram os grupos fundadores do PT, sendo assim esses setores serviram de “guarda-chuva – uma guarida segura e com credibilidade pública – para a ação dos militantes sociais, muitos dos quais que nunca compartilharam a crença cristã” (CIGNACHI, 2013, p. 90).

Essa relação entre integrantes de alas progressistas da igreja católica, o centro das lutas operárias do ABC e militantes de esquerda pertencentes a correntes marxistas produziu uma síntese entre o radicalismo marxista e o radicalismo cristão, expressado na teologia da libertação.

Esta basicamente pregava que os ensinamentos de Jesus não levavam à defesa de uma vida reclusa na Terra, mas na construção de uma sociedade mais justa e igualitária na Terra, na luta contra todas as injustiças sociais, econômicas e políticas. Para tanto, professavam o uso metodológico do marxismo para poder compreender, explicar e transformar a sociedade capitalista. Foi representada no Brasil por membros do clero como Leonardo Boff (que acabou sendo expulso) e Frei Betto, que teve profunda ligação ao PT e ao próprio Lula, afastando-se contudo do governo logo depois (CIGNACHI, 2013, p. 90).

A importância dos militantes progressistas católicos no final da democracia e na redemocratização foi de extrema importância para a reorganização da esquerda, não se limitando somente a criação do PT, mas também na organização da maioria dos movimentos sociais do campo, ligados a luta agrária e por direitos, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1985⁵⁷, do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)⁵⁸, fundado em 1991, entre outras iniciativas.

⁵⁷ O MST foi fundado em 1984, em Cascavel, no Paraná e teve como um dos seus principais parceiros a Comissão Pastoral da Terra (CPT), entidade que nascera em 1975 em encontro dos bispos e prelados da Amazônia, com o objetivo de se colocar ao lado dos camponeses pobres, contra a violência no campo protagonizada pela ditadura e para ser um agente de suporte à organização dos camponeses. Ver mais bibliografia sobre o tema: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) (Brasil). **Histórico**. 2010. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico>. Acesso em: 15 mar. 2023; MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Brasil). **O MST: nossa história. NOSSA HISTÓRIA**. 2012. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>. Acesso em: 15 mar. 2023; CORSO JC. A religiosidade presente no processo de formação do MST do Paraná: as relações entre CPT e MST (déc. 80 e 90). ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005; FERNANDES BM. **Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979 – 2005**. In: Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária. 18, 2006, Rio de Janeiro: UERJ, NEGEF, 2008; FERNANDES BM. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 2000; LOWY. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo, Ed. Cortez, 1991; MORISSAWA M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

⁵⁸ O MAB foi fundado em 1991, no primeiro congresso nacional dos atingidos por barragens, que ocorreu em 14 de março de 1991 em Brasília, com Delegados de todas as regiões do país, fundando então um movimento nacional, tendo como missão a junção de lutas locais contra as barragens em todas as regiões do país, embora, anos antes já tivesse sendo organizado a fundação do movimento, tendo ocorrido a primeira reunião nacional para sua articulação em 1987, em Chapecó, Santa Catarina. Informações disponíveis em: MOVIMENTO DOS

Esses militantes católicos, que ingressaram no processo de fundação do PT, tinham experimentado de forma trágica os anos de perseguições, prisões, exílios e mortes na ditadura. As atrocidades cometidas pelo regime militar, especialmente com membros da Igreja Católica, levaram a Igreja a iniciar uma mudança nas suas posições de outrora, em relação ao regime, tendo em vista que parte majoritária do alto clero católico no Brasil apoiou o golpe e consequentemente a ditadura (CIGNACHI, 2013, p. 90).

Cignachi (2013, p. 90), expõe um contexto de mudanças na opinião pública e na política da Igreja Católica no Brasil, o que proporcionou no final da década de 1970 e início da década de 1980 uma maior liberdade para as alas progressistas e de esquerda da igreja contribuírem com o ascenso das greves no país, para a fundação do PT e dos demais movimentos sociais, especialmente os camponeses. Sobre essa mudança de direção da igreja, o autor explica que:

A Igreja sofreu assim uma “dupla radicalização”. Em primeiro lugar, foi forçada a assumir a pauta dos direitos humanos (desde a década de 1960 jovens cristãos foram presos e torturados – com destaque ao caso do Frei Tito), tornando-se assim também defensora dos presos políticos. E, em segundo, de denunciar “radicalmente o tipo de capitalismo que os tecnocratas e seus mentores militares construíram no Brasil” e apostar no trabalho pastoral junto aos necessitados. Tornou-se assim a Igreja Católica “mais progressista do Mundo” (CIGNACHI, 2013, p. 90).

Os militantes oriundos da Igreja Católica contribuíram fundamentalmente em dois aspectos para a conformação do PT enquanto partido de massas, organizado e mobilizado: primeiramente, as formulações da Teologia da Libertação, a época profundamente calcada na “opção pelos pobres”⁵⁹. Em segundo lugar, essa concepção predominante fundou as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que teve forte atuação nas décadas de 1970 e 1980, prezando como modelo de funcionamento a formação e organização de base, que tinha como

ATINGIDOS POR BARRAGENS (Brasil). **QUEM SOMOS**. Disponível em: <https://mab.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 26 mar. 2022.

Ver mais bibliografia sobre o tema: NUNES, Leonardo André Felipe Carneiro; ROCHA, Humberto José da. **O CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB)**. In: VII JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 7., 2017, Erechim. **Anais** [...] .

Erechim:Uffs,2017.p.1-3.Disponívelem:https://www.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/pesquisa-e-pos-graduacao/pesquisa/jic-e-simpos-sul/edicoes_anteriores/vii-jic . Acesso em: 26 mar. 2022.

ALVES, Marina Calisto. **A reconstrução da dinâmica socioprodutiva em comunidades rurais atingidas por barragens**: uma análise do reassentamento Novo Alagamar. 2019. 157 f. TCC (Graduação) - Curso de Agronomia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019

BENINCÁ, Dirceu. **Energia & Cidadania**: a luta dos atingidos por barragens. São Paulo: Cortez, 2011.

⁵⁹ Noção amplamente defendida até a década de 1990 e consigna que baseia os pilares de atuação da Teologia da Libertação e consequentemente as Comunidades Eclesiais de Base no Brasil, o que Sofiati (2013) defende ser uma leitura do evangelho profundamente influenciada pela teoria marxista. SOFIATI, Flávio Munhoz. O novo significado da. **Tempo Social**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 215-234, jun. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20702013000100011>.

centralidade a organização de núcleos de famílias, prioritariamente em comunidades, seja urbana ou de bairros pobres das pequenas, médias e grandes cidades. Esses dois elementos, somando a experiência prévia de organização eclesial desses militantes, contribuíram fortemente para o enraizamento orgânico do partido em diversos locais do Brasil, expandindo a construção de núcleos locais do partido e indo além do operariado brasileiro (FARIA, 2015, p. 7-9; SOFIATI, 2013, p. 227).

Importante destacar a relação desses setores com as lutas populares e os movimentos que surgiam no período, aproximando essas organizações do partido, seja antes ou depois da fundação. Anteriormente já destacamos a influência direta desses setores, especialmente organizações como as CEB's e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), no processo de fundação dos movimentos do campo.

Até aqui, descrevemos dois processos importantes na trajetória de fundação do PT – as lutas do ABC e os militantes progressistas da igreja católica. Mas, outro setor importante e constitutivo dessa história são os militantes marxistas – grande maioria provenientes das organizações revolucionárias que lutaram contra a ditadura. É necessário destacar que esse processo aconteceu concomitantemente, tendo aqui apresentado de forma separada cada uma das partes constitutivas principais do partido de forma desassociada como uma opção metodológica para evidenciar mais a atuação de cada grupo, que em geral, participaram do mesmo processo com distintas experiências entre si.

Talvez essa seja uma das principais características do PT em sua fundação. Diferentemente dos partidos de tradição marxista, especialmente dos Partidos Comunistas, essa organização não surgiu a partir de uma teoria fundante (o marxismo), e sim, de conformações e disputas teóricas – de um contexto de muitas lutas operárias, dos movimentos camponeses e de militantes que haviam lutado de forma clandestina contra a ditadura, assim como intelectuais de esquerda, grande maioria advindos da universidade, mas, mesmo com a participação importante de militantes e intelectuais marxistas, não foi esse grupo ou essa teoria o elemento fundante do partido.

Como já apresentamos, o PT surgiu da combinação de lutas e de diversos agentes, caracterizados principalmente pelo movimento operário de São Paulo, sobretudo do ABC, a esquerda cristã, especialmente setores ligados à Teologia da Libertação e organizações marxistas pré-existentes a fundação do partido, muitas delas ligadas a história e anterior do PCB.

Diversos agrupamentos de esquerda participaram ativamente da fundação do PT. Grande parte desses grupos permanecia na ilegalidade até então, com diferentes perspectivas e

correntes entre si, essas organizações também variam nas formas organizativas, concepções de organização e linhas teóricas, algumas se definiam partidos, outras tendências e etc., todas viram na construção do PT um espaço com grande potencial e suscetível às disputas. Entre esses agrupamentos destacamos:

Ação Popular Marxista Leninista (APML), Política Operária (POLOP); Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP); Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR); Ação Libertadora Nacional (ALN); Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); Ala Vermelha (ALA); Convergência Socialista (CS); Democracia Socialista (DS). Mais tarde, um ano após a fundação, aderiu ao PT a corrente "Liberdade e Luta, O Trabalho". Em 1985, o Partido Revolucionário Comunista (PRC), grupo que rompeu com o PCdoB alguns anos antes, também ingressou no PT apesar de manter durante vários meses uma dupla militância no MDB e no PT, porta vozes públicos do PRC (LOPES, 2009, p. 52).

Essas diversas organizações estiveram presentes desde a fundação do Partido dos Trabalhadores e conviviam (ainda convivem) entre si das mais variadas formas, atuando em bloco ou individualmente, com seus programas e linhas de disputa, tornando o partido uma espécie de “frente de esquerda” composta por diversas organizações diversas organizações pré-existentes ou fundadas posteriormente. Lopes (2009), em sua dissertação, explica que a partir de 1983 dois grandes grupos se evidenciam na disputa do partido, sendo o primeiro a principal força desde a fundação: a Articulação, grupo que reunia militantes vinculados aos sindicalistas “autênticos”, os militantes cristãos, intelectuais e militantes de esquerda independentes, e alguns ex-militantes de organizações de esquerda que enfrentaram a ditadura, principalmente da Ação Libertadora Nacional (ALN). É também essa corrente que reúne o próprio Lula, José Dirceu, Olívio Dutra. Jair Meneguelli, Aloizio Mercadante, Plínio de Arruda Sampaio, para citar os mais destacados (LOPES, 2009, p. 52).

O segundo grupo, já destacado anteriormente, é o bloco das organizações marxistas, que muitas vezes integraram o partido pelo caráter frentista e democrático internamente e pela autonomia como se construía, com o objetivo de “conquistar” a linha partidária e ditar os rumos da nova organização. Importante destacar que nenhum desses dois grandes blocos (Articulação e agrupamentos marxista) foram homogêneos em momento algum dessa trajetória.

Um elemento nos parece central para atender a aderência desses diversos grupos e a sua construção: O entendimento de que as organizações de esquerda que representavam os anseios da classe trabalhadora brasileira até o golpe de 1964, havia esgotado, a exemplo disso, corroborando com Cignachi (2013), destacamos a esquerda tanto os trabalhistas, tido como

“reformistas”, personificado principalmente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁶⁰, ou o próprio Movimento Democrático Brasileiro (MDB).⁶¹ Como o próprio Partido Comunista Brasileiro (PCB), o principal partido de esquerda até o golpe de 1964, que gozava de grande prestígio entre os trabalhadores e intelectuais. O desgaste do PCB pode ser entendido pelos sucessivos rachas que se deu no interior do partido, formando diversas organizações, mas também pelas opções tomadas pela agremiação, que ao final dos anos 1970 não foi ao encontro do chamado “novo sindicalismo”, defendendo um bloco frentista liderado pelo MDB, contra a ditadura, sendo identificado dentro do movimento sindical como parte dos “pelegos” (CIGNACHI, 2013, p. 92/93).

Outro destacado grupo que compõe as frentes de fundação do PT, forma os chamados intelectuais de esquerda, muitos retornando do exílio e se empenham na fundação do Partido. Esse grupo de forma geral não estavam ligados à organizações ou agrupamentos, muitos se tratava de professores universitários, que já gozavam de grande credibilidade na esquerda, principalmente pelas formulações e escritos, entre eles, podemos destacar Florestan Fernandes, Francisco Weffort, Antônio Cândido, Francisco de Oliveira, Carlos Nelson Coutinho, Ricardo Antunes, Marilena Chauí, Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Freire entre muitos outros (DULCI, 2018).

Luiz Dulci, publicado originalmente no livro *Antonio Candido – Pensamento e Militância* de 1999, destaca o papel dos intelectuais na formação do PT, sugerindo que essa presença entre as pesquisas que versam sobre o partido é na verdade uma lacuna importante para a compreensão do conteúdo e forma que o partido assumiu. Destacando entre as principais contribuições desse grupo o modo inovador com que encaravam a tradição da esquerda no Brasil e no mundo, uma vez que “já eram quase todos abertamente refratários ao dogmatismo da esquerda tradicional”, o que classificou de “socialistas independentes”, críticos das experiências dos partidos comunistas pelo mundo (DULCI, 2018 [1999]).

Portanto, descrevemos quatro “partes” principais na história do PT: “operariado paulista”, destaque para as lutas do ABC, militantes da “igreja progressista” – ligados a Teologia da Libertação, agrupamentos marxistas e os intelectuais/ “socialistas independentes”.

⁶⁰ Histórico partido trabalhista brasileiro, partido de figuras como Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola.

⁶¹ O MDB foi o principal partido que abrigou políticos opositores à ditadura, fazendo frente a Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Organograma – 1.1: Os principais setores e agrupamento na fundação do PT



Fonte: CIGNACHI, (2013); (LOPES, (2009); FARIA, (2015); SOFIATI, (2013).

Importante destacar que esses foram os setores mais notáveis da fundação e primeiros anos do Partido, que não significa os únicos. Podemos destacar uma forte presença de artistas e profissionais da cultura de modo geral, profissionais liberais, a exemplo de diversos nomes ligados ao campo dos juristas, destacando-se a figura do jurista Hélio Bicudo, promotor durante a ditadura, destacando-se no combate aos grupos de extermínio da repressão conhecido como "esquadrão da morte".⁶²

⁶²Ver mais em: <https://www.estadao.com.br/politica/helio-bicudo-petista-historico-e-autor-do-pedido-de-impeachment-de-dilma/>. Acesso em: 06 de Abril de 2023.

2.2- Encontros, resoluções e as inflexões da estratégia: o partido rumo ao governo

Singer (2012), ao debater o fenômeno do *lulismo*, considera que o partido passou a conviver com o que o autor classificou de duas “almas”, respectivamente a de Sion⁶³ e a de Anhambi⁶⁴. A de Sion, representava a radicalização de um programa inicial, o radicalismo original do PT em sua fundação, fruto das greves, luta contra a ditadura e do marxismo presente nos principais intelectuais. Anhambi, representaria o pacto com a institucionalidade e com a governabilidade, ou mais ainda, um pacto com a burguesia, personificado na “Carta ao Povo Brasileiro” em 2002.

Uma das bases que se apoia o autor supracitado é a do empobrecimento de uma massa de trabalhadores, afetadas diretamente com a perda de direitos, e é levada para o que o autor denomina de “sobrepopulação trabalhadora super-empobrecida permanentemente” (SINGER, 2012, p. 19). Essa sobrepopulação é central para a explicação do fenômeno do *lulismo*, pois ela, segundo o autor, se transforma em sua principal base de sustentação. Nesse quadro, o pleito eleitoral de 2006 é central, pois é nesta ocasião que se pode observar uma mudança no eleitorado do petista, ganhando mais espaço entre as camadas mais empobrecidas, com destaque para as capitais periféricas do Brasil, pequenas e médias cidades e grande avanço eleitoral no Nordeste.

Uma das principais explicações do autor é que esse fenômeno se deve às políticas de redução da pobreza empreendidas no primeiro governo de Lula, a exemplo do Bolsa Família, expansão de crédito e aumento do salário mínimo. Juntamente à execução desses programas, o autor também destaca a políticas específicas voltadas para a expansão do mercado interno de consumo de massas, juntamente com uma maior estabilidade econômica, acertando em cheio essa população mais pobre, que passou a melhorar sua renda e consumir mais.

Contrariando ou ao menos contando com uma grande inflexão no “espírito ou alma do Anhambi”, Singer, aponta que o *lulismo* reposicionou sua visão sobre as reformas necessárias ao desenvolvimento do Brasil, que deveria ocorrer de forma lenta e sem conflitos, garantindo a estabilidade econômica e política, que seria para o autor, uma das chaves do que ele denomina “reformismo fraco”, que estaria atrelada às debilidades organizativas da principal base de sustentação do *lulismo*, que passava a conferir no presidente e seu governo os anseios

⁶³ O encontro de fundação do PT ocorreu no colégio Sion, em São Paulo, no dia 10 de fevereiro de 1980.

⁶⁴ Refere-se ao local do lançamento da Carta ao Povo Brasileiro, em junho de 2002.

de mudanças, sem conseguir organizar fortes processos de “baixo para cima” (SINGER, 2012, p. 52),

Portanto, para Singer o *lulismo* convive com essas duas “almas”, Sion e Anhembi, expressando no *lulismo* a síntese desse tensionamento. O primeiro espírito, compreende a alma mais a esquerda do PT, fortemente presente em seu surgimento, que encampou pautas como o combate ao capital internacional, impostas para as grandes fortunas e a reforma agrária, referia-se a um partido “sem patrões”, que não se empenhasse só na luta eleitoral, mas fosse um instrumento de organização e mudanças da classe trabalhadora (SINGER, 2012, p. 88).

Já a segunda “alma”, nasce com a “Carta ao povo brasileiro”, em 2002, em um claro compromisso com a ordem e com a manutenção capitalista, a fim de passar uma outra impressão ao eleitorado que via em Lula uma figura radical e representante do “socialismo real”, tão batido na disputa com Fernando Collor, em 1989. O *lulismo*, passará a ser representado pela contradição entre essas duas faces, de um lado a promoção de políticas de inclusão social, do outro de benefício ao capital. Essa mudança do primeiro para o segundo governo de Lula, garantiu, segundo o autor, as vitórias também de Dilma Rousseff, em 2010, mesmo com a perda de apoio na classe média após os escândalos do mensalão. (SINGER, 2012, p. 133).

Em suma, Singer (2012), entende o *lulismo*, não só, mas essencialmente como um fenômeno que se coloca central para a governabilidade, contando com uma base social de apoio calcada nos mais pobres, que pouco a pouco foram atendidos com as políticas de combate a pobreza, salário mínimo, poder de consumo, assim como o pronto atendimento às reivindicações burguesas. Em síntese, o *lulismo* pode ser representado por: a) construção de um mercado interno de massas, onde os mais pobres passariam a ser o principal agente de consumo; b) democratização do Estado e da política, com expansão de universidades, empregos e o PT eleitoralmente contando cada vez mais com representantes das classes populares, c) uma base eleitoral popular, centrada nos mais pobres, agora atendidas pelas políticas do governo e, d) um “reformismo fraco”, com avanços em inclusão “social cidadã” e ao mesmo tempo sem perspectiva de rompimento com a ordem.

Isabel Mansur (2021), no livro *Corda Bamba: o lulismo como metamorfose e realização da estratégia democrático-popular*, realiza uma rigorosa avaliação de todos os encontros e congressos do PT com o objetivo de compreender as mudanças, avanços e sínteses da estratégia do partido, denominada de estratégia democrático-popular. Destacamos dois pilares da construção do escrito: primeiramente, a questão da estratégia

democrático-popular, estratégia hegemônica do partido. Em segundo, a apresentação do *lulismo*⁶⁵ como síntese mais acabada das transformações dessa estratégia aos longos dos anos, representada pelas metamorfoses dessa estratégia em cada congresso.

Mansur (2021), inova em perspectiva as leituras sobre as raízes dos governos petistas, ao entender as “metamorfoses” de sua estratégia predominante ao longo dos anos, não como algo distinto das posições tomadas nos governos do PT à frente da presidência, mas como uma síntese do caminho traçado ao longo de intensos debates e inflexões sobre posições e concepções, algumas que foram centrais no nascimento do partido, exemplo da centralidade da luta, Estado, capitalismo brasileiro, populismo e burguesia. Diferentemente do que Singer (2012), acentua sobre o fenômeno do *lulismo*, que segundo o autor seria um fenômeno fruto da própria governabilidade, após anos de amadurecimento eleitoral do partido, após sucessivas derrotas, tendo sua completude verificada apenas em 2006, no segundo governo Lula. Mansur (2021), analisa que esse fenômeno foi a síntese das transformações dessa estratégia.

Essa visão é cara para a nossa pesquisa, pois ela nos ajuda a fincar um maior entendimento sobre as apostas dos governos petistas em setores da burguesia em detrimento de outras, ou, um certo privilégio e aposta na elevação de setores que se tornaram estratégicos para esses governos, a exemplo das grandes empresas de construção pesada, um segmento essencial na expansão da infraestrutura brasileira, voltada para atender as necessidades de expansão capitalista.

Sobre as metamorfoses da estratégia petista, a estratégia democrático popular, realizaremos uma breve síntese exposto pela autora, passando pelos principais momentos de inflexão ou de alinhamento dessa estratégia, que tem em sua forma mais acabada o *lulismo*.

De 1979 até 1985 é marcadamente o primeiro momento de consolidação do partido, com sua fundação, constituição de uma direção política, estatutos, e também o momento que se inicia a construção dos principais agrupamentos e tendências internas. Esse período também marcou o lançamento do partido nas disputas eleitorais, construção de plataformas de governos e posteriormente, já no seu terceiro encontro, realizado em 1984, as avaliações sobre o primeiro pleito que disputou e as lições do processo, tendo como mais marcante destacado pela autora, a indicação de sua plataforma eleitoral deveria identificar mais as mudanças a imediatas “conquistas para o povo” e menos as visões doutrinárias (MANSUR, 2021. p. 42-44)

⁶⁵ Assim como a autora, trabalharemos com o termo *lulismo* como significado do conceito cunhado por André Singer, ainda que haja diferenças na interpretação, aplicação e historicidade.

Em 1986, no 4º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, deu início a um processo de definição “mais sofisticada” da estratégia democrático-popular, com o refinamento da leitura do partido sobre o capitalismo brasileiro, o socialismo e os caminhos para o socialismo. Sobre a leitura do capitalismo brasileiro, o documento apontava em seu plano de ação política e organizativa, para os anos de 1986, 1987 e 1988 que:⁶⁶

O capitalismo encontra-se num alto nível de desenvolvimento no Brasil, neste final do século XX. Todavia, o capitalismo expandiu-se aqui de forma regionalmente **muito desigual**. No centro-sul e no sul do País há um capitalismo relativamente concentrado, que, principalmente em São Paulo, alcançou um razoável grau de centralização. Mas no resto do Brasil o capitalismo está disperso por pequenas empresas, com algumas poucas exceções, e aproveita-se, em medida considerável, de **formas atrasadas de produção**. **Em muitas regiões chega a predominar a economia mercantil simples e não a economia mercantil capitalista**. Mesmo nas áreas desenvolvidas é bastante disseminada a existência de cerca de 2,5 milhões de pequenas empresas familiares, industriais e comerciais, além de uma agricultura de pequenos produtores, que contrasta com as agropecuárias capitalistas e os latifúndios. [...] O capitalismo brasileiro desenvolveu-se de forma subordinada e dependente do capitalismo internacional, tanto com a penetração do capital estrangeiro no País, quanto com a quase completa dependência científica e tecnológica. [grifo nossos] (PT, 1986).

O trecho transcrito exprime uma visão conjuntural sobre o capitalismo brasileiro assentado no período em que a análise foi realizada (meados dos anos 80), mas o que destacamos é a visão sobre um capitalismo altamente avançado em sua expansão e desigual no seu ritmo, “num alto nível de desenvolvimento e regionalmente muito desigual”, apontando formas atrasadas de produção, não condizentes com o alto nível de desenvolvimento em outras regiões, apontando a subordinação e dependência ao capitalismo estrangeiro, indicando para além de uma análise conjuntural do capitalismo, uma concepção teórica de compreensão do marxismo, porém distinta das concepções hegemônicas na esquerda anteriormente, que seguiam as linhas da terceira Internacional Comunista, a exemplo do PCB, no programa da “Revolução Brasileira.

Essa formulação do PT, pode ser entendida como original para uma organização partidária no Brasil, não atribuindo ao partido a originalidade nessa análise, mas sem dúvidas no tocante a interpretação em um partido de massas. Podemos achar apoio teórico para essa análise a partir do marxismo, e no refinamento dado a essa compreensão sobre os desnivelamentos do ritmo do desenvolvimento capitalista nas elaborações do revolucionário

⁶⁶ Resoluções sobre os encontros e congressos do PT estão disponíveis no site da Fundação Perseu Abramo, organizadas pelo Centro Sergio Buarque de Holanda. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/novembro-negro-resolucoes-de-encontros-e-congressos-do-pt/>

russo Leon Trotsky, que a denominou de *desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo*, ou de leis da história do desenvolvimento.⁶⁷

Sobre o tratamento dado a essa questão nas formulações de Trotsky, elucidamos um trecho para melhor evidenciar as semelhanças com a base da análise apresentada sobre o capitalismo brasileiro pelo PT. Sobre o desenvolvimento capitalista, Trotsky afirma:

As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral dos processos históricos, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como, em geral, a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha (TROTSKY, 2017, p. 34).

Nos parece um tanto natural essa análise vinda do PT em seus primeiros anos, pois nesse período, o partido gozava de ter no seu interior, intelectuais como Florestan Fernandes, Francisco de Oliveira, Francisco Weffort, entre outros. tiveram ampla contribuição nos debates internos ao menos até a década de 1990 e particularmente os intelectuais que destacamos, mantiveram diversas aproximações com a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, com sérias críticas à estratégia do PCB a partir da concepção sobre o desenvolvimento capitalista no Brasil (DEMIER, 2012).

O sociólogo Francisco de Oliveira, um dos fundadores do PT e integrante do partido até a primeira vitória eleitoral de Lula, foi um dos autores que mobilizou abertamente a teoria do *desenvolvimento desigual e combinado*. No centro das similaridades teóricas formuladas por Oliveira, podemos fazer a aproximação da sua crítica ao esquema *dualista* que imperava na esquerda e, em parte, na intelectualidade acadêmica, que se configurou como o centro do seu livro *Crítica à razão dualista*, que foi lançado primeiramente como um ensaio em 1972 com o título *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Além da crítica ao esquema dualista, podemos aproximar o pensamento de Oliveira com as formulações de Trotsky, no tocante a dependência do Brasil enquanto país “periférico”, o autor ousou em sugerir que o “atrasado” e “moderno” no Brasil, ao contrário do que segurava a maioria da intelectualidade do PCB e CEPAL⁶⁸, centro das críticas respeitadas e sinceras de Oliveira, era na verdade uma

⁶⁷ As principais obra que encontramos de forma mais acabada essa idéia nas formulações de Trotsky foi: *A história da revolução russa*, publicada pela primeira vez em 1930, com três volumes e disponível no site da biblioteca digital do Senado: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/530450> Acesso em 08 de Abril de 2022.

⁶⁸ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

combinação original da expansão capitalista no Brasil. Ou seja, não tinha nada de anormal ou incompatível com um verdadeiro capitalismo – era a síntese da forma capitalista no Brasil, que através disso garantia o baixo custo da força de trabalho no campo para diminuir o custo dos alimentos nas cidades e, através do êxito rural proporcionar um enorme exército de reserva de assalariados nas grandes cidades, que aparentemente, sem uma análise mais sólida e dialética poderia dar razão aos que reivindicam o modelo “dualista” para essa formação social. Vejamos o exemplo que Oliveira nos oferece sobre esse desenvolvimento que combina o dual na essência do seu modelo de expansão, exploração e acumulação:

A indústria, como tal, nunca precisou do mercado rural como consumidor, ou melhor dizendo, nunca precisou de incrementos substantivos do mercado rural para viabilizar-se. Não é sem razão que, instalada e promovida ao mesmo tempo que a produção de automóveis, a produção de tratores engatinhou até agora, não chegando a uma vigésima parte daquela coirmã; a produção e o consumo de fertilizantes, que têm experimentado incrementos importantes no último quinquênio, é o tipo de insueto que não altera a relação homem/terra que é a base do modelo "primitivo" da agricultura ou, melhor ainda, intensifica o uso do trabalho. Assim, a orientação da indústria foi sempre e principalmente voltada para os mercados urbanos não apenas por razões de consumo mas, primordialmente, porque o modelo de crescimento industrial seguido é que possibilita adequar o estilo desse desenvolvimento com as necessidades da acumulação e da realização da mais-valia: um crescimento que se dá por concentração, possibilitando o surgimento dos chamados setores de "ponta". Assim, não é simplesmente o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores - agricultura e indústria - estejam distanciando-se, que autoriza a construção do modelo dual; por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética. A agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos no esquema já descrito, ela tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia. De outra parte, ainda que pouco represente como mercado para a indústria, está no seu crescimento, redefine as condições estruturais daquela, introduzindo novas relações de produção no campo, que torna viável a agricultura comercial de consumo interno e externo pela formação de um proletariado rural. Longe de um crescente e acumulativo isolamento, há relações estruturais entre os dois setores que estão na lógica do tipo de expansão capitalista dos últimos trinta anos no Brasil. A tensão entre agricultura e indústria brasileiras não se dá no nível das relações das forças produtivas, mas se dá ou se transfere para o nível interno das relações de produção tanto na indústria como na agricultura (OLIVEIRA, 2003, p. 31-32).

Nitidamente as posições desses intelectuais, da lavra de Francisco de Oliveira, exercia grande influência nas formulações partidárias. Em outro trecho do mesmo documento, sobre os caminhos para o socialismo (o objetivo socialista e sua construção eram centrais nos documentos petistas desse período), é abordado uma das questões importantes sobre a estratégia – a relação das frações da classe trabalhadora com a burguesia. O texto aponta que:

É impossível supor alianças estratégicas com a burguesia e com as forças políticas que sustentam a dominação e a hegemonia da classe burguesa e a perpetuação do

sistema capitalista. Certamente, em determinadas conjunturas, pode-se tornar imprescindível fazer acordos restritos e limitados em torno de pontos definidos, concretos e objetivos, com forças que não lutam pelo socialismo, mas é necessário abandonar de vez a ilusão de que seja possível manter uma tática antagônica à estratégia, ou de que, com palavras e discursos hábeis, seja viável enganar momentaneamente as forças sociais e políticas contrárias ao socialismo. As experiências históricas do Brasil e de outros países mostram que são os pretensos enganadores que sempre acabam logrados, e que as alianças da classe trabalhadora com a burguesia só favorecem os interesses desta, e atrasam ou impedem o avanço da organização daquela, bem como o caminho para o socialismo (PT, 1986).

Essas afirmações diferenciam a estratégia do PT (a democrático-popular), com a estratégia predominante entre os comunistas brasileiros até a ditadura militar-empresarial, que previa um caráter democrático-nacional à revolução brasileira, sendo então, indispensável uma aliança estratégica com a burguesia nacional, o que foi amplamente refutado diversos estudiosos, posteriormente, a exemplo de Caio Prado Jr e Florestan Fernandes, sendo o segundo um dos fundadores do PT e assíduo teórico nos debates internos até o final da década de 1980.

Neste momento, podemos observar um amadurecimento do partido no tocante a estratégia da organização, especialmente na construção de uma análise própria sobre a situação do Brasil, as raízes do desenvolvimento capitalista no país e os rumos da estratégia petista— o socialismo, a partir de uma construção de forças amplas com os diversos setores da classe trabalhadora e alianças com setores da pequena burguesia, más, nitidamente com o elemento da organização da classe trabalhadora como elemento central, recusando a possibilidade de alianças com a burguesia, que segundo a análise, agiria para travar qualquer processo de mudança.

Porém, nas Resoluções políticas do 5º Encontro Nacional do PT, Brasília (DF), que ocorreu dos dias 4 a 6 de dezembro de 1987, que algumas questões irão ficar mais nítida a respeito do da leitura do partido sobre o capitalismo brasileiro, da centralidade eleitoral e expõe algumas tensões que à época já se faziam presentes sobre a questão estratégica, centradas especialmente no debate sobre as táticas que o partido deveria desenvolver, o que remete diretamente a política de alianças.

No documento, a alternativa socialista volta a aparecer com centralidade, ainda que, sempre acompanhada da afirmação nítida sobre a necessidade de se construir um socialismo democrático, a despeito das experiências vigentes. “Trata-se, para nós, de retomar a mobilização, acumular forças e, ao nos apresentarmos como uma alternativa socialista e revolucionária, apontar para os trabalhadores o horizonte de um novo sistema econômico, político e social: o socialismo (PT, 1987)”. Mais à frente, a resolução torna evidente a

tentativa de distanciamento do socialismo democrático defendido pelo partido e as experiências de socialismo em curso, combatendo a perspectiva de burocratização e colocando a questão do socialismo e democracia como elemento central:

O PT rejeita a concepção burocrática do socialismo, a visão do partido único, por considerar incorreta a ideia de que cada classe social é representada por um único partido, e que outros partidos existentes na sociedade que emergir de uma revolução serão necessariamente partidos que representam interesses de classes diferentes dos da classe trabalhadora [...] A ausência de democracia, do direito à livre organização dos trabalhadores, é contraditória com o socialismo pelo qual lutamos. Ainda mais quando sabemos, a partir de várias experiências históricas, que essa ausência foi alçada quase que a um princípio permanente, cujas consequências podem ser vistas, hoje, num certo impasse que vivem vários países que fizeram a revolução e que está na base, por exemplo, da luta dos trabalhadores poloneses em torno do Solidariedade, que o PT tem apoiado. Solidário com as lutas dos povos por sua libertação, o PT defende o rompimento da relação com o regime racista da África do Sul e com a ditadura do general Pinochet, do Chile [...] Sem um tratamento correto dessas questões, no sentido de manter abertos os canais de participação das massas trabalhadoras no poder de Estado e a observância dos direitos individuais dos membros da sociedade e, ao mesmo tempo, garantir a existência do Estado socialista como instrumento fundamental para a construção socialista, será impossível transformar as liberdades políticas e a democracia formais, próprias do capitalismo, nas liberdades e na democracia real que deve ser própria do socialismo (PT, 1987).

Os trechos apresentados sobre o tema do socialismo e democracia, é um exemplo da transversalidade do debate em toda a resolução, indicando a centralidade dessa discussão dentro do que denominavam de socialismo, com duras críticas a burocratização das experiências socialistas pelo mundo, porém, equiparando as faltas de liberdades das experiências socialistas com o *Apartheid*, na África do Sul, e a ditadura de Pinochet ao regime de construção socialista na Polônia.

Para além das outras questões, outra concepção se faz importante, a ideia da incompletude do capitalismo brasileiro e as tarefas de um governo popular em direção ao socialismo, ou seja, na construção das bases necessárias para essa efetivação, assim como a apresentação de um acúmulo sobre a questão das alianças, que pode nos apontar uma direção para se pensar as posições do PT nos governos Lula e Dilma, a relação com a burguesia e o fortalecimento de determinados setores capitalistas.

Nessa direção, o 6º Encontro Nacional do PT, em junho de 1989, teve como missão principal a preparação do partido para as disputas eleitorais daquele ano, que ocorreu em novembro e dezembro de 1989, primeiro e segundo turno respectivamente, contando com 22 candidatos ao planalto, entre eles Lula, Fernando Collor, Leonel Brizola, Mário Covas e Paulo Maluf. Revisitando os documentos dos encontros do partido, verificamos a existência de três distintos documentos de orientação à militância do partido, sendo “As bases do plano de ação

de governo”, “As eleições presidenciais e a candidatura Lula” e “O Momento atual e as nossas tarefas”,⁶⁹

O encontro aconteceu um ano após as eleições municipais de 1988 – tendo o PT naquele ano conquistado importantes vitórias eleitorais, a principal sendo a campanha vitoriosa de Luiza Erundina à prefeitura de São Paulo-SP. Portanto, um encontro de ânimo e avaliações sobre o processo recente, apontando para iminente sucesso da legenda. O historiador Valério Arcary, à época membro do partido, destaca que aquele momento o partido passava pela primeira grande crise, tendo como palco a prefeitura de São Paulo -SP, que demonstrava para o recém criado partido as contradições de ser governo em um Estado burguês:

Erundina e outros prefeitos petistas, como o de Diadema no ABC, na região metropolitana paulista, se viram diante do dilema de ocupações de terrenos públicos e privados pelos movimentos de moradia, e de greves de funcionários públicos, e de trabalhadores de estatais, como a CMTC, empresa pública de transportes. Apelaram à repressão, uns mais outros menos, e houve episódios até de presos e feridos. Não houve rupturas no partido, mas as placas tectônicas do PT se moveram. O PT pagou a dívida pública dos municípios, escrupulosamente, e não hesitou em convocar a PM (Polícia Militar) contra a luta operária e popular [...] A burguesia brasileira compreendeu o gesto. Não por acaso, a direção do PSDB, liderada por Mário Covas, unanimemente, declarou o apoio a Lula contra Collor no segundo turno em 1989 (ARCARY, 2014).

Voltando ao encontro de 1989, sem a pretensão de estender longa análise sobre os documentos aprovados, chamamos a atenção para algumas características das deliberações desse encontro. A primeira delas, no fato de que o PT se coloca como alternativa popular e principal partido de esquerda, com ampla influência nos movimentos sociais, universidades e etc., sendo o único capaz de polarizar com as forças de direita no processo eleitoral, tendo a responsabilidade de romper com os pretensos acordos da direita para eleger um governo de continuidade, inclusive, importante destacar, como o partido capaz de resolver a crise econômica que o país se encontrava:

Contra o projeto das classes dominantes, o PT reafirma o seu caminho para resolver a crise do ponto de vista dos trabalhadores, que é a instauração de um governo democrático-popular, antiimperialista, antimonopolista, contra o pagamento da dívida externa, que realize a reforma agrária e que promova o desenvolvimento e no qual os trabalhadores detenham a hegemonia e possam avançar em direção ao socialismo [...] Contra esse plano e os projetos alternativos das classes dominantes, o PT reafirma que a única saída para a crise brasileira é aquela que enfrenta os problemas econômicos, sociais e políticos a partir de um ponto de vista dos

⁶⁹ Todas as resoluções dos encontros e congressos do PT citados aqui, encontram-se disponíveis no site da Fundação Perseu Abramo, organizadas pelo Centro Sérgio Buarque de Holanda. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/novembro-negro-resolucoes-de-encontros-e-congressos-do-pt/>

trabalhadores, na perspectiva de um governo democrático e popular (O MOMENTO ATUAL PT, 1989).

Para além da centralidade de um governo democrático e popular, em que as demandas dos trabalhadores sejam norteadoras para as ações, outro elemento marcante nas resoluções, podendo ser melhor percebido no documento intitulado “As bases do PAG (Plano de Ação de Governo)”, é a presença marcante da noção de democracia e liberdade, tornando-se um valor central para construção de um governo democrático-popular e imprescindível à construção do socialismo, apontando que “A defesa de uma democracia real e efetiva apóia-se na convicção, também, de que o socialismo se constrói com democracia, com pluripartidarismo e com ação decisiva dos trabalhadores. A experiência histórica nos legou a convicção de que o socialismo é obra dos trabalhadores ou jamais será socialismo (PAG, 1989), ainda vale destacar que:

O primeiro compromisso do governo do PT é o de construir uma democracia efetiva da maioria, com a mais ampla participação popular nas decisões do governo e da sociedade; é dar origem a um poder que seja expressão da vontade e dos interesses dos trabalhadores e de todo o povo. Somente assim as profundas mudanças contidas no Plano de Ação de Governo poderão ser viabilizadas (PAG, 1989).

O corpo do texto todo se divide em compromissos com diversos aspectos da democratização do Estado brasileiro, com a criação de bases para uma verdadeira democracia. É entendível essa questão em um momento em que o partido se lança pela primeira vez em eleição presidencial, justamente na primeira eleição direta para a Presidência da República, pós-redemocratização e ao mesmo tempo, “encurralado” pelas retóricas de direita sobre a crise do socialismo e as críticas existentes no próprio campo de esquerda, uma vez que o encontro antecipava em quatro meses a queda do muro de Berlim, símbolo do fim do chamado socialismo real, ao que Lopes (2009), explica:

As constantes críticas ao socialismo real e a social- democracia, presentes em seus documentos, indicam os novos rumos pelos quais o Partido dos Trabalhadores seguiria. A queda do muro de Berlim e o desmonte do bloco soviético representaram no pensamento e na atuação política da esquerda mundial, sobretudo na petista, a busca por novos paradigmas para a construção de uma nova sociedade (LOPES, 2009, p. 119).

Nos próximos encontros esse contraste entre as posições do partido com o chamado socialismo real ficará ainda mais evidente, especialmente com o refinamento do chamado socialismo petista, que coloca no centro desse socialismo a questão democrática, interna da organização e para o Estado.

Fato é que Fernando Collor levou a melhor na disputa contra Lula no segundo turno das eleições de 1989, proporcionando ao partido campo fértil para diversas inflexões em sua estratégia, em um momento em que a centralidade já era evidente. Sobre a situação do país após a vitória de Fernando Collor, Singer (2010), explica

Com a derrota da Frente Brasil Popular, em 1989, inicia-se, no entanto, uma espécie de “restauração”. Os governos seguintes buscaram reformar a Constituição recém-promulgada, retirar os direitos obtidos na década anterior e dar um conteúdo liberal à democracia reconquistada. A recessão, o desemprego e a quebra das cadeias produtivas durante o governo Collor demoliram as bases da “revolução democrática”: um segmento da classe trabalhadora virou suco (leia-se, exército industrial de reserva) e os sindicatos tiveram que recuar. Com isso, o número de greves nos anos de 1990 despencou (SINGER, 2010, p. 103).

Segundo Singer (2010), o significado da derrota de Lula nas eleições de 1989 foi bruscamente sentida dentro do partido e nas organizações em volta do PT, seja pelos ataques aos direitos da classe trabalhadora iniciado naquele momento pelo governo, abrindo um cenário de retrocesso nas conquistas populares iniciadas pelas greves do final dos anos 1970, seja pelo significado ideológico dentro das fileiras partidária ou mesmo da esquerda brasileira, que além da derrota eleitoral, sentia os efeitos ideológicos da ofensiva capitalista que ampliava-se com a queda do muro de Berlim, o autor comenta que:

No plano ideológico, a queda do muro de Berlim, ainda que libertadora para a esquerda democrática, somou-se à reação interna, fazendo dos anos de 1990 um momento de avanço dos valores capitalistas. Reconhecendo que o quadro havia se transformado, o Primeiro Congresso do PT, em 1991, elabora uma estratégia que busca ampliar o espaço para a luta institucional, uma vez que o movimento social se retraíra (SINGER, 2010, p. 104).

O Encontro Nacional de 1990, apresentou uma série de propostas para serem aprofundadas dentro do partido, com destaque para as alianças eleitorais; a relação do partido com a administração pública, a questão ambiental e ecológica e principalmente o socialismo, que deveria ser “radicalmente democrático”. No encontro, a figura de Lula como líder capaz de aglutinar força eleitoral fica mais nítida, em comparação aos encontros anteriores, um efeito da grande votação do líder petista na disputa eleitoral contra Fernando Collor um ano antes.

Em 1991, ocorreu o primeiro Congresso do partido em nível nacional, e no centro do debate estavam a questão partidária e o socialismo petista. Tivemos acesso a dois documentos de resoluções do partido no congresso, sendo um sobre a questão partidária “Partido”, outro sobre o socialismo petista, intitulado apenas de “Socialismo”. A resolução sobre o socialismo

coloca como objetivo do documento a circulação do debate nas bases do PT, simpatizantes, ativistas e movimentos, com o objetivo de "mobilizar as energias do Partido e mostrar alternativas a tudo isto que está aí". Este é o caminho para derrotar o Governo Collor, avançar nas lutas sociais e vencer as eleições de 1992, abrindo campo para, em 1994, assumir o governo do Brasil" (PT, 1991).

Mansur (2019) revela que o congresso foi realizado em meio a "intensa disputa antimarxista", tendo figuras importantes do partido como Aloizio Mercadante e José Dirceu em defesa da posição de abandono do socialismo (MANSUR, 2019, p. 92), o que se aprofundará anos seguinte, depois de mais uma derrota de Lula nas eleições presidenciais. Duas questões jogavam peso nas tensões sobre rumo e caráter do PT, sendo a primeira a grande crise enfrentada pela esquerda mundial com a queda do muro de Berlim, já comentada anteriormente e em segundo, a derrota de Lula nas eleições de 1989 contra Collor, onde o debate sobre o socialismo foi usada pelo candidato vitorioso contra Lula.

No documento sobre o socialismo, o texto chama a atenção para o grave momento vivido pelas esquerdas e destaca que naquele momento seria o fim de um ciclo de revoluções lideradas pela União Soviética:

O colapso dos regimes do Leste Europeu, a crise da URSS e dos demais países que compunham o bloco do chamado campo socialista não se constitui apenas no crepúsculo do stalinismo, da burocracia e do totalitarismo travestido de socialista. Num certo sentido, o que se está vendo é o desmantelamento de grande parte daquilo que o movimento socialista mundial construiu desde a Revolução Russa de outubro de 1917 [...] Se os ideais que moveram os movimentos sociais revolucionários ao longo deste século persistem como fonte de inspiração para o nosso Partido, temos que reconhecer que estamos assistindo ao esgotamento do ciclo de revoluções socialistas, iniciado com a Revolução Russa de 1917, e do modelo de sociedade por elas gerado. Se aquelas revoluções – bem como as mobilizações anticapitalistas e de libertação nacional que nelas se referenciaram – tiveram sucesso em expropriar as políticas sociais, por outro lado não conseguiram dar respostas a questões como a liberdade individual, a democratização nas relações Estado-indivíduo, desenvolvimento com preservação da natureza, hoje não se constituindo mais em ponto de partida ou caminho para o desenvolvimento do socialismo (PT, 1991).

Essa compreensão "empurrou" ainda mais o partido para as afirmações democráticas e de respeito às instituições do Estado burguês, pautando como tarefa do partido e de um governo democrático e popular uma espécie de alargamento da democracia, tendo no centro dessa tarefa a democratização do poder, apontando que "O PT está comprometido com a construção de uma nova ordem econômica, política, jurídica e ecológica, que tenha como exigência fundamental a democratização do poder." já que segundo continua no texto:

”Durante décadas, os regimes do socialismo real privaram povos inteiros da participação política e da democracia” (PT, 1991).

Essas afirmações procuravam dar respostas para os impasses do partido no que se refere ao equilíbrio entre a bandeira histórica do socialismo e da democracia. Ademais, a quase vitória de Lula evidenciou para o partido a possibilidade de governar o Brasil, e para isso, se colocara como capaz de sanar os graves problemas do país, neste sentido, nem a concordância com o modelo neoliberal apresentado por Collor, nem a radicalização de um programa socialista que pudesse ser assimilado ao socialismo soviético pareciam boa pedida para aquele momento.

Seguindo esse tom, com base nos documentos consultados dos encontros anteriores, o partido inicia uma guinada mais forte para o que pode ser entendido como um partido da ordem, com preocupação em garantir maior espaço popular na política, afirmando então, que a “democracia socialista que ambicionamos construir estabelece a legitimação majoritária do poder político, o respeito às minorias e a possibilidade de alternância no poder” (PT, 1991). Poderíamos aqui levantar um questionamento sobre a concepção de poder que se desenvolvia no interior do partido naquele momento, se o poder estaria personificado apenas na cadeira presidencial? – ou mesmo do que se tratava essa alternância– se seria dentro dos setores da classe trabalhadora ou se tratava-se da possibilidade de alternância com os interesses burgueses. Mas esse não é o centro da discussão, não pretendemos estender mais, já que não é a objetivação do presente capítulo.

Fica evidente para nós, que o congresso de 1991 apontou fortes tendências de mudanças na chamada estratégia democrática-popular, e que o objetivo de governar o país através de uma vitória eleitoral já se apresentava como centro dos debates internos no PT, com grande primazia sobre outros temas que outrora se colocavam como centrais, a exemplo do objetivo do socialismo, que a cada encontro passou a ser um objetivo distante e após a queda do muro de Berlim, um problema para o partido, aparecendo frequentemente como um tema sensível – daí surge a necessidade de repaginar ou reorientar o tal “socialismo petista”, entendido como parte de uma radicalização da democracia burguesa, negando cada vez mais as experiências de socialismo no Leste europeu.

Se faz necessário destacar mais uma vez, que essas posições adotadas pelo partido e expressas em suas resoluções não contemplam o todo da organização em cada momento, longe disso. Diversas correntes partidárias, especialmente aquelas ligadas ao pensamento marxista (Trotskistas e Leninistas) travaram diversos embates internos, porém, as resoluções são expressão das forças majoritárias do partido, especialmente liderados pela corrente

Articulação, que congregava as principais figuras do movimento sindicalista do PT e militantes que se firmavam em volta de Lula, a exemplo de José Dirceu, Aloizio Mercadante entre outros. É nesse interregno, que segundo Arcary (2014) o partido viveu sua segunda grande crise interna, a expulsão da tendência interna Convergência Socialista, uma corrente assumidamente trotskista que mais tarde empenhava-se na fundação do PSTU.

No pano de fundo da expulsão, estão elementos de críticas da corrente às políticas de alianças, ao modo que o partido governava as prefeituras conquistadas em 1988 e o “Movimento Fora Collor”, um importante elemento de massa para a deflagração do impeachment do então presidente (PSTU, 2009). Arcary enfatiza que a expulsão da corrente não teve efeitos externos ou eleitorais ao partido, mas sinalizava, “mas politicamente foi um aviso que as correntes revolucionárias seriam esmagadas” (ARCARY, 2014).

Em julho de 1993, em Brasília-DF, foi realizado o 8º Encontro Nacional do PT, resultando nos documentos “Por um governo democrático-popular”, em preparação para as eleições de 1994, e “Carta de Brasília” – sete meses após o *impeachment* de Fernando Collor, tendo Itamar Franco, então vice-presidente, assumindo a cadeira presidencial. No documento intitulado “Por um governo democrático-popular”, de início foi destacado a situação do Brasil naquele momento:

Cem milhões de brasileiros vivem na pobreza: 60 milhões em condições de miséria e nada menos do que 32 milhões em total indigência. De cada mil brasileiros que nascem, 90 morrem antes dos cinco anos; dos 910 sobreviventes, apenas 90 chegam a completar o segundo grau. O drama do País deriva das políticas implementadas por uma elite indiferente à miséria e à fome das maiorias nacionais. Presentemente, essas políticas materializam-se no atual modelo econômico, que, além de estar esgotado, é concentrador de renda. Após uma década de instabilidade, decorrente do agravamento dessa crise, o fracasso do projeto neoliberal deixou, mais uma vez, evidente a incapacidade das elites de gerarem um modelo alternativo. Nesse mesmo período, os setores populares ampliaram sua força política e eleitoral, disputando a hegemonia com as classes dominantes em condições até então inéditas na história do Brasil: na fundação do PT, na criação da CUT, na campanha das Diretas, nas eleições de 1989, no impeachment de Collor. Trata-se, agora, na disputa eleitoral, de impor uma derrota às elites, abrindo para o País uma alternativa de governo democrática e popular (PT, 1993).

Em consequência dessa análise, partindo da situação de crise que o Brasil se encontrava e ressaltando o acúmulo de força do partido, apontava para os grandes pontos norteadores a ser apresentados nas eleições de 1994:

O Programa deve, necessariamente, destacar: uma reforma agrária radical; a suspensão do pagamento da dívida externa e o alongamento do perfil da dívida interna; uma reforma fiscal que incida sobre as grandes fortunas; **a criação de um forte mercado interno de consumo de massas, com a conseqüente ampliação de**

empregos; uma elevação significativa e de curto prazo do valor real dos salários; a criação de mecanismos de controle social da economia, incidindo, particularmente, na redução da taxa de juros bancários; a quebra do monopólio dos meios de comunicação de massa; e uma profunda reforma do Estado que, a um só tempo, o desprivatize – desconstituindo os mecanismos protecionistas e de subsídios que hoje o mantém cativo e alicerçado dos lucros e oligopólios – e, por outro lado, desenvolva formas de participação e controle social, direcionando os recursos públicos para o enfrentamento da crise social (PT, 1993).

No encontro, a questão central esteve em torno das mudanças necessárias que o partido deveria adotar para ganhar a presidência na eleição de 1994. Aprofundando apontamentos do encontro de 1991, o partido reafirma que “seu jogo” será dentro das quatro linhas, com atenção para a superação dos problemas do país através de um governo que se propõe empenhar-se na democratização da economia, cabendo “ao governo democrático e popular tomar medidas que viabilizem a retomada do crescimento com distribuição de renda, a construção do mercado interno de massas, a radicalização da democracia, a recuperação da capacidade de investimento do Estado” (PT, 1993).

O que antes parecia polêmico, apareceu de forma sistemática nas resoluções. O PT conduziria um governo para fortalecimento do mercado interno, juntamente com aumento de salário mínimo e prevendo uma distribuição de renda que “[...] terá que ser acompanhada pela expansão da produção de bens de consumo de massa” (PT, 1993). A aprovação dessas resoluções marcou um alto ponto de inflexão na estratégia petista, a democrático-popular.

A resolução aprovada marca o amadurecimento de posições e distanciamentos de outras, e nitidamente, a força política do grupo majoritário, a Articulação. Temas como o socialismo e a ruptura com a ordem foram sendo substituídos nos documentos por democracia, hegemonia eleitoral e revolução democrática. O PT, assumiu para si, a responsabilidade de estabilizar o país, política e economicamente, através de um “desenvolvimento orientado para atender as demandas sociais, com a incorporação da maioria da população à cidadania e ao consumo”, essas por sua vez, devem se transformar em “metas nacionais”, colocando para o partido que surgiu questionando a ordem, a tarefa de:

Desenvolver um mercado interno de massas, que integre milhões à produção e ao consumo; explorando o peso regional (com destaque para a reorientação do Mercosul) e global de nossa economia, e as contradições interimperialistas, o governo democrático e popular enfrentará as resistências internacionais e viabilizará uma inserção soberana no mercado mundial. [...] Haverá necessidade de compatibilizar, num mesmo movimento, o atendimento ao mercado interno, expandido, com a inserção competitiva do Brasil na economia mundial. Trata-se de alimentar, vestir e calçar, garantir moradia, saneamento e transporte para dezenas de milhões de brasileiros, que se encontram, hoje, à margem do consumo, da produção e, por consequência, da própria cidadania (PT, 1993).

O tema da propriedade dos meios de produção também apareceram, e de forma categórica a resolução aponta que “Os imperativos dessa nova concepção de desenvolvimento obrigarão a articular uma pluralidade de formas de propriedade: privada, estatal, mista, cooperativa e outras”, estava aí a consolidação (não parada no tempo, ela se modifica durante todos os anos seguintes) da estratégia democrática e popular, ou democrática-popular, com a leitura sobre os desafios no Brasil e com amadurecimento do que seria o socialismo petista.

O 8º encontro apresentou os grandes eixos a serem aprofundados para o programa de governo nas eleições de 1994, sendo aprovado de forma mais acabada no 9º Encontro Nacional, em Brasília, apresentado em 1994 como “Lula presidente – uma revolução democrática no Brasil”. Não nos deteremos no programa de governo apresentado nas eleições de 94, uma vez que os programas eleitorais de governo não são apenas expressão dos debates e resoluções do partido, mesmo aquele que “encabeça” a chapa, são em grande medida, mediações de alianças e interesses dentro do leque de apoios angariados em cada momento.

As eleições de 1994 tiveram grande papel no amadurecimento do PT como um partido que se propôs a governar. A conjuntura das eleições foi marcada pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor, em 1992, como resultado, o vice-presidente Itamar Franco assumiu a Presidência em janeiro de 1993, compondo um governo com diversas forças.

O PT, diante desse cenário, permaneceu com a posição de oposição ao governo, abrindo grandes crises internas. Itamar Franco, procurou em seu governo formar uma grande coalizão, com a participação de diversos partidos, inclusive o PT, que recusou compor o governo, assumindo uma posição de autonomia, posição que não foi seguida por todos os petistas, a exemplo da fundadora do partido e ex-prefeita paulistana Luiza Erundina, que decidiu aceitar o convite de Itamar Franco e assumiu cargo de peso no novo governo, o de ministra chefe da Secretaria de administração federal.

A ida de Erundina para o governo de Itamar causou grande confusão no PT, pois além de descumprir as orientações do partido, Erundina à época era um dos principais nomes públicos que o partido dispunha. O resultado foi o afastamento da petista de todas as instâncias da organização por um ano, com cassação dos direitos políticos internos.⁷⁰

Com a aproximação do pleito eleitoral, essa não foi a única tensão interna do partido, que em seus documentos já discutia em 1993 a necessidade de expandir as alianças com outros partidos e organizações de esquerda, sem que isso modificasse circunstancialmente o

⁷⁰ **ERUNDINA DECIDE DEIXAR O PT E PODE ENTRAR NO PSB: Folha de São Paulo.** São Paulo, 04 set. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc040913.htm>. Acesso em: 07 abr. 2023.

programa de governo petista. Dentro dessas aproximações, estava o PSDB⁷¹, que manteve forte atuação conjunta com o PT durante o processo de *impeachment* de Collor. O próprio Lula admitiu a possibilidade da composição de chapa com o PSDB para a disputa presidencial. Ainda em 1993, Lula em entrevista à Folha de São Paulo, admitiu a possibilidade, inclusive, podendo ser rediscutida a candidatura de José Dirceu ao Governo de São Paulo em 1994:⁷²

O presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, disse ontem que o PT se dispõe a "rediscutir" a pré-candidatura do deputado José Dirceu ao governo de São Paulo, na tentativa de buscar uma aliança com o PSDB. -"O José Dirceu é um candidato forte, preparado, mas ele tem consciência de que, se houver possibilidade de fazer aliança nacional, nós poderemos rediscutir", afirmou Lula em São Luiz Gonzaga (RS), onde fez ato com a Caravana da Cidadania Para Lula, a esquerda não pode repetir, em São Paulo, a situação de 90, quando o petista Plínio de Arruda Sampaio e o tucano Mário Covas ficaram de fora do segundo turno, disputado por Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB) e Paulo Maluf, do então PDS. - "Precisamos estar alertas para saber quem vai sair candidato pela direita, se Maluf, se Quéricia", disse Lula (FOLHA DE SÃO PAULO, 1994).

As possibilidades de alianças para a disputa eleitoral causaram grande tensionamento no partido, sendo as organizações trotskistas as mais ferrenhas em condenar tais atitudes, que segundo eles, desrespeitaram as resoluções vigentes, especialmente sobre a abertura do partido em fazer alianças estaduais descoladas da aliança nacional, posição que era defendida por Lula, como possibilidade de atrair votos de composição estaduais para a chapa nacional.⁷³

A aliança com o PSDB para a Presidência não aconteceu, sendo dificultada com a oposição radical do PT ao “Plano real”, principal marca de Fernando Henrique Cardoso e que o alçou no cenário nacional, sendo então o candidato do PSDB e vencendo Lula e a frente composta por seis partidos ainda em primeiro turno. A frente intitulada “Frente Brasil Popular pela Cidadania”,⁷⁴ o que também enfrenta impasses na definição de como se chamaria, tendo os partidos que compunham frente (PT, PSB, PPS, PC do B, PCB e PSTU) optado pelo

⁷¹ Partido fundado em 1988, inicialmente com forte identificação social-democrata. Para acessar a história oficial do partido: Acesso em: <https://www.psdb.org.br/conheca/historia>.

⁷² **LULA ADMITE TROCAR CANDIDATURA DIRCEU POR COLIGAÇÃO COM O PSDB: Folha de São Paulo.** São Paulo, 21 fev. 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/2/21/brasil/10.html>. Acesso em: 06 abr. 2023.

⁷³ **RADICAIS QUESTIONAM AS ALIANÇAS DE LULA: Folha de São Paulo.** São Paulo, 26 jan. 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/26/brasil/5.html>. Acesso em: 06 abr. 2023.

⁷⁴ HOLANDA, Centro Sérgio Buarque de. **Coligação Frente Brasil Popular pela Cidadania (Brasil, 1994):** fundação perseu abramo. Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/coligacao-frente-brasil-popular-pela-cidadania-brasil-1994>. Acesso em: 06 abr. 2023

mesmo nome da disputa de 1989, “Frente Brasil Popular”, encontrando a resistência de Lula, que defendia se chamar “Frente Brasil pela Cidadania”⁷⁵.

Além da derrota eleitoral e sinalizações nítidas de flexionamentos, com crises internas ao partido, as eleições de 1994 abriram lugar a diversas crises na organização. As principais correntes e agrupamentos se dividiram em posições distintas, inclusive de culpabilização do “fracasso eleitoral” na campanha. Em agosto de 1995, foi realizado o 10º Encontro Nacional do PT, tendo José Dirceu sendo vitorioso à presidência do partido.

Nas resoluções aprovadas no encontro, é central as críticas ao governo de Fernando Henrique Cardoso, a caracterização do neoliberalismo, a conjuntura brasileira e os desafios do PT, assim como, pontos para avaliação da derrota eleitoral contra FHC. No documento de conjuntura, o partido reconhece que: “67- A vitória de Fernando Henrique Cardoso, no primeiro turno das eleições de 1994, constituiu-se em um duro golpe para o Partido dos Trabalhadores, para as esquerdas e para as forças populares no Brasil.” (PT, 1995).

O documento aponta uma dura avaliação sobre a derrota eleitoral:

69- A avaliação dos resultados das eleições deve ser feita no marco mais geral de uma análise profunda de suas causas, que seja capaz de determinar o peso de fatores conjunturais, as responsabilidades da Direção Nacional, em particular da Coordenação da Campanha, mas também os fatores estruturais que existiam há muito tempo, bem antes das eleições. Esta avaliação, já iniciada, deve ser dura, descarnada, não deixando espaço para atitudes auto-complacentes por parte do Partido. Não pode ser, no entanto, a ocasião para mesquinhos ajustes de conta. 70- Nesta análise, não podemos creditar apenas aos erros do PT e das esquerdas as responsabilidades pela derrota. É importante destacar que a vitória de FHC deveu-se à acertada estratégia de unidade das classes dominantes, capaz de constituir, no Brasil, o mais impressionante bloco de forças políticas e sociais da história republicana (PT, 1995).

Além de propor uma avaliação “dura” sobre a campanha e as fragilidades do partido, mais à frente o documento frisa a importância de avaliar profundamente a imagem do partido perante a sociedade, especialmente a imagem de radicalidade que transmitia, afirmando que “FHC elegeu-se presidente porque Lula era candidato”. O programa de reformas estruturais da Frente Brasil Popular ganhou milhões de corações e mentes, ameaçando privilégios seculares, o que foi decisivo para a unidade da direita com o cento”.

Seguindo nessa linha, avalia que:

⁷⁵ **COLIGAÇÃO SERÁ LANÇADA HOJE: Eleições 1994.** Folha de São Paulo, 13 maio 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/5/13/brasil/27.html>. Acesso em: 07 abr. 2023.

74- A derrota de 1994, entre outras lições, convida a uma reflexão mais crua sobre nossa imagem na sociedade, sobre o efeito exterior de nossas lutas internas, sobre as ambigüidades políticas e ideológicas que temos, sobre nossas dificuldades em realizar um ajuste de contas mais severo com as duas heranças socialistas deste século: o comunismo e a social-democracia (PT, 1995).

Novamente, a centralidade na disputa eleitoral impõe novas inflexões à estratégia democrático-popular, propondo refletir ainda mais sobre as heranças do socialismo. Como demonstramos, em todos os encontros, especialmente a partir de 1987 com o aprofundamento da crise do chamado “socialismo real”, essa discussão foi presente, sempre com inflexões, incorporações e aberturas, a exemplo da democracia, que passa a ser tida como sinônimo socialismo nas resoluções.

Durante a campanha, lideranças petistas, principalmente ligadas ao grupo de José Genoíno, propunham alterações no conteúdo apresentado à sociedade, se afastando do imaginário de uma campanha radicalizada. O então deputado federal petista, Eduardo Jorge, de São Paulo, pertencente ao grupo de José Genoíno, culpou Lula publicamente por não ter interferido nos rumos da campanha.⁷⁶ Mas o clima de tensão não parou por aí.

No encontro, duas candidaturas à presidência do partido estavam colocadas, de um lado, defendido pelos grupos majoritários do partido, ligados a Lula, estava José Dirceu, de outro, Hamilton Pereira, candidato dos setores tidos “mais à esquerda”. José Dirceu, exercia posição de destaque no partido e tinha sido candidato ao governo de São Paulo no ano anterior, derrotado por Mário Covas (PSDB) e ficando em terceiro, logo atrás de Francisco Rossi (PDT).

No acalorado debate sobre a presidência do Partido, Cesar Benjamin, integrante da direção nacional do PT e membro do grupo “Hora da Verdade” e tido como esquerdista dentro do partido, acusou a campanha de José Dirceu de recebimento de doações eleitorais da empresa Norberto Odebrecht, causando grande confusão durante o encontro, tendo que ser interrompido pelo clima de enfrentamento que gerou. A acusação foi sentida pelo grupo majoritário, segundo matéria da Folha de São Paulo⁷⁷ “A reação do grupo de Dirceu foi imediata. Enquanto Dirceu, sentado, começou a chorar, alguns de seus adeptos avançaram em direção a Benjamin. Luiz Inácio Lula da Silva também começou a chorar, assim como vários outros dirigentes petistas”⁷⁸.

⁷⁶ **IMPASSE COM GENOINO NÃO ESTÁ ENCERRADO: Folha de São Paulo.** São Paulo, 16 maio 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/16/brasil/15.html>. Acesso em: 07 abr. 2023.

⁷⁷ **Criticados por doação da Odebrecht Lula e Dirceu choraram:** <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/01/1846074-nos-anos-1990-criticados-por-doacao-da-odebrecht-lula-e-dirceu-choraram.shtml>. Acesso em: 14/04/2023

⁷⁸ **JOSÉ DIRCEU VENCE EM ELEIÇÃO TUMULTUADA.** Folha de São Paulo, 21 ago. 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/21/brasil/13.html>. Acesso em: 13 abr. 2023

Mesmo com todo o tumulto e desgaste no encontro, José Dirceu foi eleito pela maioria dos delegados presentes, recebendo inclusive apoio inédito de Lula, que até a ocasião procurava se abster das disputas internas do partido. Ainda em 1995, César Benjamin deixa o PT, publicizando sua saída em carta publicada na Folha de São Paulo. Em artigo escrito pelo ex-petista em 2004⁷⁹, Benjamin volta ao assunto, destacando que:

Em algum momento de 1995 fui surpreendido pelo noticiário dos jornais: a campanha presidencial de Lula no ano anterior fora fartamente financiada por grandes bancos e empreiteiras. Na primeira hora não acreditei, mas logo ficou claro que era tudo verdade. Eu integrava na época a direção do PT e havia participado da campanha. Mas, assim como quase todos, desconhecia esses financiamentos. Apenas um pequeno grupo informal, organizado em torno de Lula, tinha acesso a certo tipo de decisões e informações (é o grupo que hoje forma o chamado “núcleo duro” do governo e suas adjacências). Tentei, em vão, debater o assunto na direção nacional, onde o medo predominava. Resolvi então levar o tema à instância máxima do partido, o Encontro Nacional. Não pude concluir meu discurso. Quase fui espancado pelo grupo de choque da Articulação. Sai do partido. Compreendi que ele jamais seria o mesmo. Lula e seus companheiros mais íntimos haviam provado em 1994 as delícias do ambiente promíscuo que predomina amplamente na política brasileira. Haviam aceito as regras do jogo. O tempo do idealismo ficará para trás (Benjamin, 2004).

Outros dirigentes do partido confirmam as doações logo depois, inclusive, em tom de naturalidade, ao apontar que é uma prática normal, se os recursos forem de fato conduzidos para despesas legais de campanha. Diretores da própria empresa Norberto Odebrecht em entrevistas confirmaram as doações ao PT e também tratam em tom de normalidade, uma vez que a lei assegurava esse tipo de prática. Não vale aprofundar mais nesse capítulo, já que as doações eleitorais de empreiteiras é tema de outra sessão da presente dissertação, chamamos a atenção para o fato de que nesse caso em especial, podemos constatar uma inflexão na posição partidária, especialmente por seus porta-vozes, o partido sem patrões passava a ter campanha bancadas por grandes “patrões” da construção pesada brasileira.

Saltando para os próximos encontros do partido, encontramos relevância no cenário pré-eleitoral de 1998, tendo o PT realizado dois encontros em preparação das disputas eleitorais, com grande foco na preparação das alianças e programa de governo de Lula. Dos dias 29 a 31 de agosto ocorreu o 11º Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, Rio de Janeiro (RJ) e nos dias 23 e 24 de maio de 1998, um encontro extraordinário, para avaliação e afirmações do plano de campanha.⁸⁰

⁷⁹ BENJAMIN, César. **Não esqueçam o que escrevi**. 2004. Contraponto editora. Disponível em: <https://www.contrapontoeditora.com.br/arquivos/artigos/200711011648340.Nao%20esquecam%20o%20que%20escrevi.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2023

⁸⁰ Informações disponibilizadas no site da Fundação Perseu Abramo. Para acessar: <https://fpabramo.org.br/csbh/novembro-negro-resolucoes-de-encontros-e-congressos-do-pt/>. Acesso: 14/04/2023

As resoluções dos dois encontros caminharam no sentido de orientação à militância e as direções do partido, especialmente sobre o pleito eleitoral. Vale destacar que pelas resoluções, é possível identificar que foram encontros extremamente pragmáticos, com foco nas alianças e estratégia eleitoral, diferentemente dos encontros anteriores, com grandes quantidades de debates sobre concepções de luta, organização, teorias (socialismo, socialismo petistas), caráter do capitalismo e etc. Na resolução do encontro de 1997, de início é evidenciado o caráter da construção a ser feita naquele momento, com maior consolidação em uma perspectiva de reformas capitalistas, sem perspectivas de rompimento com a ordem.

As reformas que o Programa propõe, ainda que situadas no marco de uma sociedade capitalista, se chocam com o capitalismo realmente existente no Brasil. A implementação de um programa radical de reformas – por seus efeitos econômicos, mas sobretudo por sua capacidade política de agregar forças sociais – contribuirá para a refundação de uma perspectiva socialista no País (PT, 1997).

Não tinha mais a mesma “cara” dos documentos produzidos pelo partido durante os anos 80 e início de 1990, agora, a grande afirmação era de que “O Programa deve ser concreto, com objetivos e metas, se possível quantificadas. Deve mostrar de onde virão os recursos, que obstáculos jurídicos e políticos existem e como serão superados” (PT, 1998).

Em grande parte, as diretrizes de governo se consolidaram para as eleições seguintes, com grande semelhança em pontos chave, da postura e das políticas assumidas pelos governos petistas, especialmente Lula. Um exemplo disso é a resolução do Encontro extraordinário de 1998 sobre a política externa que um novo governo deveria seguir:

Nossa política externa privilegia relações com a América Latina e África Meridional, buscando articulação com países como a China, Índia, Rússia e África do Sul. Uma política mais ativa em relação à União Europeia permitirá aproveitar as contradições desta com os Estados Unidos e abrir mais espaços internacionais (PT, 1998).

As consecutivas derrotas eleitorais contribuíram para um reposicionamento do partido, assim como o governo de FHC e todas as propostas de privatizações, que em grande parte seriam aprofundadas no segundo mandato. Temas relacionado a expansão do mercado interno de consumo de massas, que apareceu nos encontros passados, estavam consolidados em 1998, assim como, as relações comerciais do Brasil, como debates tensos na esquerda e no próprio partido, a exemplo da abertura comercial:

A abertura comercial deve ser racionalizada, com o uso de salvaguardas e articulada a uma política industrial e de desenvolvimento científico e tecnológico. Não se quer voltar ao protecionismo cartorial, mas não aceitamos a abertura selvagem ou

casuísmos que favorecem lobbies próximos ao governo FHC. O País precisa de uma política de comércio exterior vinculada a um projeto de desenvolvimento sustentado (PT, 1998).

No tocante a visão de democratização da política e do Estado, estava prontamente refinado as concepções:

No plano político, é necessário um programa de democratização do Estado, que corrija as distorções no sistema de representação parlamentar, elimine o peso do poder econômico nas eleições, por meio do financiamento público das campanhas, e estabeleça uma lei de fidelidade partidária. É preciso garantir o acesso de todos à Justiça, além de fazê-la mais rápida e imparcial, com controle externo. [...] A reforma do Estado significa democratizá-lo, torná-lo mais transparente e socialmente controlado. Esse controle social é fundamental para combater a corrupção, hoje um componente estrutural do sistema [...] A radicalização da democracia passa por uma regulamentação do uso de MP e pelo uso de consultas populares, como plebiscitos e referendos (PT, 1998).

A proposta era de “melhoramento” do Estado e suas instituições, evitando os fraudes e a corrupção, sem a perspectiva de rupturas nem de grandes choques com a ordem, podendo ser constatada o refinamento da estratégia democrático-popular, que frente ao governo de FHC, pretendia com a vitória eleitoral da, a realização de um processo de transição no capitalismo brasileiro “ Esse processo de transição, que impõe desafios ao País, deve ser dirigido aos novos objetivos estratégicos de promover uma democratização radical da sociedade e do Estado, impulsionar um desenvolvimento econômico sustentável, solidário e soberano, orientado para um mercado de consumo de massas” (PT, 1998).

O debate sobre a soberania nacional é bastante presente nos documentos, uma vez que para a efetivação de um verdadeiro “projeto nacional”, o partido previa enfrentamentos com a desregulamentação do Estado brasileiro, que era penalizado pelos capitais estrangeiros, dificultando a realização de um mercado interno de consumo de massas, pilar fundamental para a democratização econômica prevista (MANSUR, 2021).

Mais uma vez a candidatura de Lula foi derrotada e FHC se reelegeu em primeiro turno. Ainda em 1999 o PT realizou seu 2º Congresso Nacional.

A importância desse congresso é seminal, do ponto de vista do coroamento dos processos de moderação estratégica que haviam se iniciado em 1990 e se aprofundado após 1994 com o cunho neoliberal dos governos de FHC. O texto de abertura busca apresentar-se como síntese política geral do movimento da estratégia petista. Remete, assim, ao 5º ENPT, ao 1º Congresso. Busca criar, ou ao menos se apresenta como se buscasse, um elo de continuidade entre a estratégia democrático-popular de 1987 e aquela do 1º Congresso (MANSUR, 2021).

No congresso, o partido colhia experiências de três derrotas eleitorais na disputa

presidencial e várias inflexões em sua estratégia ao longo dos anos. Após uma avaliação do legado dos governos neoliberais de FHC, o programa previa uma nova política econômica. “A nova economia, centrada na criação de um amplo mercado interno de bens de consumo, terá como consequência garantir posições cada vez melhores no mercado externo. Somente uma economia de escala pode hoje disputar posições no mercado mundial” (PT, 1999).

A criação de um novo poderoso mercado interno de bens de consumo permanece como marca dos documentos da década de 1990 como um pilar central para a democratização da economia. Sobre o programa da Revolução democrática, afirma: “25. O programa da Revolução Democrática parte do princípio de que a construção da democracia política no Brasil deve caminhar paralelamente ao aprofundamento da democracia econômica e social.”,

Sobre a democracia política almejada pelo partido e discutida nos encontros anteriores, especialmente após 1991, a resolução é categórica: “A democracia política tem três prioridades básicas: Direitos Humanos e cidadania, reforma das instituições, particularmente do sistema de representação política, e controle democrático do Estado pela sociedade” (PT, 1999). Ainda sobre as reformas necessárias, apontava para a necessidade de reformar urgentemente as instituições de Estado, a exemplo do sistema político (financiamento público de campanhas), Judiciário, meios de comunicação e etc., o documento afirmava a necessidade do controle social do Estado, combinando a democracia representativa com a democracia direta, em defesa do Estado de direito, e das conquistas sociais e da participação social:

28. O controle democrático do Estado pela sociedade caminha junto com a criação e/ou fortalecimento de um espaço público no qual a sociedade cria novos direitos e amplia as fronteiras da democracia, ao lado da representação parlamentar. Essas formas de controle pela cidadania, organizada e ativa, não se opõem ao Estado democrático de Direito. Elas são indispensáveis para que a democracia se amplie. A defesa do Estado de Direito – que reivindicamos firmemente – não pode ser, no entanto, pretexto para engessar a democracia e paralisar novas conquistas sociais. O PT tem sido pioneiro neste experimentalismo político que permite combinar democracia representativa com democracia direta. Os orçamentos participativos, difundidos em nível municipal, implantam-se agora em estados e devem ser no futuro um projeto nacional. A participação de trabalhadores, usuários e representantes da sociedade permitirá a democratização das políticas públicas, das empresas públicas e das atividades privadas essenciais à população. Com isso impedem-se o corporativismo e sobre tudo a apropriação do Estado por grupos privados. Um Estado democratizado – controlado socialmente – será chamado a desempenhar papel decisivo na nova política econômica. Sem desconsiderar a existência do mercado como elemento importante, não se pode aceitar que a ele caiba a regulação absoluta da vida econômica. As agências controladoras de setores produtivos e serviços devem ser radicalmente modificadas, garantindo-se a efetiva participação nelas de representantes da sociedade civil (PT, 1999).

De 14 a 16 de dezembro de 2001, ocorreu o 12º Encontro Nacional do Partido dos

Trabalhadores, Olinda (PE), em avaliação das eleições municipais de 2000 e em preparação para as eleições de 2002. No campo das avaliações o PT fazia análise positiva, de vitória, com aumento do eleitorado, centenas de prefeitos e vice-prefeitos e vereadores. “O PT se consolidou como partido nacional, majoritário eleitoralmente nas esquerdas e na oposição. Já no primeiro turno obteve 11.938.753 votos, um crescimento de 51,2% em relação a 1996. Com a vitória em 187 municípios, os prefeitos petistas vão administrar 28,8 milhões de habitantes. O PT elegeu ainda 131 vice-prefeitos e 2.485 vereadores” (PT, 2001).

Também foi a primeira vez que o partido elegeu seus representantes de forma direta, através dos votos de todos os filiados, através do Processo de Eleição Direta (PED). O encontro selou a possibilidade de alianças mais ao centro e até de setores (não caracterizados) descontentes com o governo FHC, que tenham contradições com a política neoliberal, frisando as alianças estaduais para disputa de governos que pudessem somar na construção de “palanques”, mesmo que não apoiasse Lula no primeiro turno:

47. A política de alianças deve orientar-se pelo respeito a um programa de governo anti-neoliberal capaz de propor a abertura de um novo ciclo de desenvolvimento para o país, que defenda uma mudança do modelo econômico assentada em um amplo programa de inclusão social, com radicalização da democracia e inserção soberana do Brasil no mundo. Ela deve articular forças políticas nacionais e estaduais que não necessariamente estarão juntas no primeiro turno. Terá enorme importância a eleição para a Câmara e para o Senado, na medida em que as esquerdas no governo necessitarão aumentar substantivamente sua atual representação parlamentar, que está nitidamente abaixo de seu potencial eleitoral. Ou seja, devemos construir alianças para o primeiro turno com os partidos de esquerda e com as forças que se opõem ao governo FHC, à coalizão conservadora que o sustenta e ao modelo neoliberal [...]. Nosso objetivo deve ser o de construir uma aliança ampla, com forças políticas de esquerda e de centro que estejam em oposição ao governo FHC e às políticas neoliberais (PT, 2001).

O objetivo de governar o país estava mais nítido que nos encontros anteriores, o desgaste da política privatista de FHC era uma aposta do PT para a construção de um novo pacto social, descrito por diversas vezes ao longo da resolução. Esse novo pacto era descrito como sendo:

68. Um novo contrato social, em defesa das mudanças estruturais para o país, exige o apoio de amplas forças sociais que deem suporte ao Estado-nação brasileiro. As mudanças estruturais estão todas dirigidas a promover a inclusão social – portanto distribuir renda, riqueza, poder e cultura. Os grandes rentistas e especuladores serão atingidos diretamente pelas políticas distributivistas e, nessas condições, não se beneficiarão do novo contrato social e serão penalizados. Já os empresários produtivos de qualquer porte estarão contemplados com a ampliação do mercado de consumo de massas e com a desarticulação da lógica puramente financeira e especulativa que caracteriza o atual modelo econômico. Crescer a partir do mercado interno significa dar previsibilidade e estímulo ao capital produtivo (PT, 2001).

O investimento em infraestrutura é um elemento marcante no documento, “O Estado deverá também desempenhar um papel estratégico nas atividades de infraestrutura, financiamento e ciência e tecnologia”, para essa realização, o Estado deveria investir na “simultânea reconstrução do sistema de financiamento de longo prazo que viabilize o novo ciclo de investimentos, tanto em infraestrutura quanto na produção interna de bens de capital.”. O financiamento a esse novo modelo de desenvolvimento aparece no documento como central para o êxito, sendo que também é central para esse “novo pacto social”:

63. O êxito desse novo modelo de desenvolvimento dependerá do dinamismo do investimento. O Estado deverá mobilizar os instrumentos disponíveis para ampliar seu papel de coordenador e indutor dos investimentos, orientando funções das empresas multinacionais, das privadas nacionais, das empresas estatais e do gasto público nas metas a serem alcançadas. Ao investimento estatal caberá a tarefa de ampliar a oferta de bens públicos, remover os obstáculos ao investimento privado e induzi-lo quando for necessário (PT, 1991).

A resolução apontava de forma direta: “O PT não pode dar-se ao luxo de desperdiçar uma oportunidade histórica de ganhar as eleições de 2002 e iniciar a grande transformação do país”.

Até aqui, é evidente que o PT nasceu como um partido ancorado em grandes lutas do povo brasileiro, com destaque para as lutas do operariado, dos movimentos camponeses e comunitários. É nítido a importância dos quatro setores destacados no início: operários de São Paulo, participantes da igreja católica com viés progressista, as organizações revolucionárias e os intelectuais de esquerda, com primazia de massas para os operários e igreja progressista.

Os setores com tradição de esquerda contribuíram fortemente para as primeiras bases teóricas, programáticas e organização partidária, mas, é perceptível que ao longo dos anos (representados por seus encontros), os setores tidos como “mais à esquerda” no PT perderam forças, sendo que os grupos que giraram em volta de Lula, com destaque para os advindos do movimento sindical e setores da igreja progressista, passam a dirigir o partido e suas principais decisões. Vale ressaltar que membros dos setores “mais à esquerda” também migraram para o grupo de Lula.

Os encontros demonstram o passo a passo das mudanças de rumo que a estratégia democrático-popular foi assumindo. O tema do socialismo é central para compreender essa trajetória, mas não colaboramos aqui que existiu o rompimento com essa estratégia. Na nossa análise, desde o seu surgimento até os governos petistas ela esteve em curso, o que aconteceu, ao longo dos anos, em cada encontro, tensão e disputa eleitoral, foi o desenvolvimento dela.

Não há, em nenhum texto verificado, posição de mudança, rompimento com a estratégia, ao contrário, mesmo refletindo e realizando mudanças de conteúdo, era afirmada a continuidade da estratégia.

A crise do chamado “socialismo real” tendo como marco a queda do muro de Berlim, afetou em cheio a estratégia petista, abrindo espaço para o revisionismo e para as tendências de cunho social-democrata e reformistas de diversos tipos. Os anos 90 é sintomático para entendermos o refinamento dessa estratégia e como esses desdobramentos chegam aos governos petistas. A leitura que o partido passa a realizar sobre a ampliação das alianças, fortalecimento de um forte mercado interno de produção de bens de consumo e de consumo de massas, da oposição ao capital estrangeiro (mesmo reconhecendo sua importância e propondo regulação) é indispensável para compreensão dos governos petistas como parte da estratégia democrático-popular.

Vale ressaltar, já que se faz central para essa pesquisa, a visão que o partido adotou em relação às empresas brasileiras e a primazia destas em contraponto às estrangeiras. As brasileiras, segundo os documentos, especialmente de 1994 a 2001, são necessárias para a realização do “poderoso mercado interno”, com atenção para aquelas do setor produtivo, especialmente de infraestrutura. Apresenta abertamente a tarefa do Estado em promover outro modelo de desenvolvimento, calcado no financiamento estatal para os setores indispensáveis, a exemplo da infraestrutura nacional. Percebemos aqui, que de fato, a estratégia democrático-popular do Partido dos Trabalhadores, apesar das disputas e tensões internas, pavimentou as diretrizes dos governos petistas, abrindo espaço para um “novo pacto social”.

É certo que esse caminho possibilitou a chegada do PT ao governo federal. Cabe-nos aqui, nesta última sessão do primeiro capítulo, abordar algumas linhas interpretativas que nos parecem importantes sobre os governos petistas.

2.3- Governos petistas: interpretações sobre um Brasil recente

Interpretar a trajetória de governos não é tarefa simples, por diversos fatores. Uma grande dificuldade, acreditamos se tratar das significativas diferenças entre as possibilidades de recortes que se pode fazer, influenciados pelo instrumental teórico que se faz uso para a análise, moldando enfoques, concepções, conceitos e até mesmo noções diferentes do período em questão. Um exemplo disso é as diferentes e férteis análises sobre os governos de Getúlio

Vargas e as transformações realizadas nesses governos, “pai dos pobres e mãe dos ricos”, “revolução de trinta ou golpe” e por aí vai... só para citar dois chavões que dividem opiniões, estudos e análises sobre os governos em questão.

Um peso maior recai para aqueles que enfrentam a missão de propor interpretações para períodos históricos tão próximos temporalmente do tempo presente, em que os desdobramentos estão acontecendo e muito provavelmente ainda estão por acontecer. Uma das tentações, por tanto, é propor estudos e na verdade entregar análises de conjuntura, longe de ser demérito o empenho a essa tarefa, porém, existem significativas diferenças entre análises de conjuntura e um trabalho científico mais elaborado, com fôlego e método de construção.

Por análise de conjuntura, a grosso modo pode ser entendido o esforço de leitura de uma determinada realidade, com nítido objetivo de indicar tendências e caminhos para uma determinada ação a “partir da leitura, organização e sistematização dos indicadores que caracterizam as fases, os movimentos, as ocorrências, as flutuações de curto prazo e os ciclos inerentes aos conflitos políticos, econômicos e sociais” (QUEIROZ, 2015, p. 15).

O trabalho científico, pretende superar o senso-comum do conhecimento, com “rigor da pesquisa, embora submetida ao tempo e espaço histórico, portanto, também revestida de provisoriade e dependente das evidências disponíveis pela cultura e pela história do tempo presente” (DEL-MASSO, 2012 p. 8). Dessa forma, o trabalho e pesquisa científica segue métodos e avaliações de demais pesquisadores e conhecedores do tema em questão. Entendemos que:

a atividade científica exige sustentação, demonstração, argumentação, metodologia. É o método que permitirá o conhecimento e o avanço do homem em sua sede inesgotável pelo saber, pelo conhecer, pelo inventar, pelo descobrir e pelo criar! Em todas as áreas, desde a ciência natural à social, revestidas da humanidade, da experiência com a vida e com a prática social, cultural e histórica, encontra-se uma nova forma de conhecer: a científica (DEL-MASSO, 2012 p. 9).

Sobre os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), várias análises ganharam destaque. Aqui destacamos algumas leituras e por fim, uma aproximação sobre o nosso entendimento a respeito do tema. Nesse universo de análises, balanços e avaliações, encontramos distintos grupos intelectuais que produziram sobre o tema, desde os campos marxistas, desenvolvimentistas ou Keynesianos e até as avaliações de intelectuais e grupos assumidamente liberais.

Vale destacar também, que entidades e organizações coletivas produziram avaliações nesse período, seja organizações de trabalhadores ou empresariais. Metodologicamente, adotamos um recorte centrado na produção de alguns intelectuais, especialmente do campo marxista, com exceção de análises realizadas por Bresser-Pereira, intelectual desenvolvimentista com larga produção sobre o tema.

Nos trabalhos consultados sobre as diferentes interpretações dos governos petistas, é comum encontrar uma divisão metodológica que diferencia dois principais grupos, tidos nesses trabalhos como “otimistas” ou de análises “positivas” e os de análises “negativas” ou “moderados” e “extremistas” sobre as experiências petistas no Governo federal.⁸¹ Em termos didáticos esse tratamento pode até ser interessante, porém, acreditamos que ao realizar essa opção, podemos cair no reducionismo sobre as diversas análises produzidas. Portanto, nessa sessão preferimos não tratar dessa maneira, mas sim, apresentar as diversas possibilidades de interpretação e de complementação entre as análises.

Na sociologia e na ciência política brasileira, o estudo sobre os processos políticos e o desenvolvimento capitalista, pode ser tido como um tema clássico (BOITO, 2018). Nossa pesquisa pretende realizar uma discussão sobre esse tema centrado na primeira e até meados da segunda década do século XXI, o que nos coloca diversas questões, em especial no tocante a uma pesquisa no campo da história, uma vez que essas pesquisas, pelo seu teor temporal, são comumente encontradas na ciência política e na sociologia.

Um dos grandes teóricos do desenvolvimento, o economista brasileiro Bresser-Pereira, sustenta em seus diversos artigos que a ideia de desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico, diretamente decorrente do surgimento das nações e formação dos estados nacionais, do acúmulo de capital e a crescente incorporação da evolução técnica ao trabalho e ao aumento da produção de mercadorias (BRESSER-PEREIRA, 2014). Portanto, o desenvolvimento é um fenômeno intrínseco ao surgimento do Estado, dos Estado-nação e dos mercados capitalistas (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Bresser-Pereira (2014) pontua que a noção de desenvolvimento que discutimos hoje, é fruto dos organismos internacionais criados ao final da Segunda Guerra (1945), com a constatação do efeito pós-guerra que “dava vida” a existência de países atrasados, essa noção surge como uma grande ideia de uniformização do mundo, tendo por base os países industrializados, carregando então, um forte viés econômico. A noção de desenvolvimento é caudatária de outra noção fundamental, que é a de progresso, enquanto a ideia de progresso é

⁸¹ Moreira (2023) em: A Esquerda Dividida: Os governos Lula e Dilma no Pensamento Político Brasileiro; Perlatto (2015) em: Decifrando o governo Lula: interpretações sobre o Brasil contemporâneo.

a marca do século XVIII o desenvolvimento é uma marca do século XX e continua no século XXI (BRESSER-PEREIRA, 2014).

Para resumir, essa ideia surge como uma guerra da razão sobre a supersticiosidade, da ciência contra os costumes, segundo Bresser-Pereira:

A ideia de progresso nasceu de um Iluminismo racionalista e antirreligioso. Se pudéssemos definir os filósofos do século XVIII por apenas uma reivindicação, esta seria a da secularização do Estado – a separação entre religião e Estado. Uma coisa é a ideia de providência, outra, a de progresso. Progresso e desenvolvimento são conceitos modernos, datam da Revolução Capitalista (BRESSER-PEREIRA, 2014, p, 35).

A partir dessa perspectiva, a própria ideia de melhoria de vida da população ou de “desenvolvimento humano está associada ao desenvolvimento econômico, envolve mudança estrutural e está relacionado a um determinado Estado- -nação, ao passo que progresso é um conceito universal.” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 37). Como vemos, é uma ideia histórica, ligada diretamente ao surgimento do capitalismo, caudatária da ideia de progresso e se faz enquanto noção teórica própria de uma época, com força política após a Segunda Guerra Mundial, com a efetivação da noção de países desiguais no alcance técnico e industrial.

Bresser-Pereira (2013), sobre o período em questão, afirma que é um equívoco reduzir esses governos a corrupção e a incompetência, como fez a ala política à direita, mas também afirma serem equivocadas algumas análises de parte da esquerda, que concebem esses governos como um período sem grandes mudanças na política econômica brasileira. Segundo ele, desde o primeiro governo, Lula da Silva “procurou liderar um novo pacto nacional” (BRESSER-PEREIRA, 2013, p. 22), criando o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da presidência da República, formado por representantes do empresariado, lideranças sindicais, líderes associativos, burocratas do setor público e intelectuais.

Boito Jr. (2018), alerta para as dificuldades de caracterizar projetos e modelos de desenvolvimento, situando-as como uma tarefa complexa. Segundo o autor, a primeira dificuldade é de ordem teórica, ela se apresenta no momento de definir os critérios importantes para dividir as etapas do desenvolvimento capitalista, implicando em caracterizar os modelos. A segunda dificuldade, seria de ordem empírica, que se apresenta no momento de detectar, na realidade histórica que, nem sempre se encaixa nos esquemas teóricos, portanto, de identificar o que cabe ou não em um modelo previamente definido do que seria desenvolvimento capitalista. Por fim, Boito Jr. apresenta uma dificuldade maior quando estamos diante de um objeto já caracterizado e conhecido, o que nos leva o problema principal de analisar o desenvolvimento capitalista brasileiro nas últimas décadas, que é,

entender se há uma modificação dentro do próprio modelo ou uma mudança de modelo (BOITO, 2018, p. 57).

Importante destacar, que mesmo entre os intelectuais de esquerda, há uma série de caracterizações do fenômeno, que influenciam até mesmo na maneira como intitulamos esse período.

Boito Jr, caracteriza esse período como sendo o *neodesenvolvimentismo*, entende que essa política começou a consolidar suas bases a partir dos anos 2000, depois de um período de grande estagnação econômica e de isolamento da grande burguesia interna em detrimento do capital financeiro internacional e associado, resultado das políticas econômicas das décadas de 1980 e 1990. Foi com a chegada de Lula da Silva do PT ao executivo nacional que pudemos verificar taxas mais altas de crescimento econômico para o capitalismo brasileiro.

Segundo Boito Jr, entendemos que o neodesenvolvimentismo só foi possível a partir de uma conjunção de fatores, a primeira delas, pela formação de uma frente política que teve sua conformação possibilitada pelo descontentamento da grande burguesia interna com o neoliberalismo ortodoxo, o qual não cedeu espaço de hegemonia para aqueles setores do capital interno. Soma-se a esse entendimento pelo fato de o neoliberalismo também ter sido compreendido enquanto inimigo pelas organizações da classe trabalhadora, a exemplo da Central Única dos Trabalhadores – CUT, do Partido dos Trabalhadores – PT e movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (BOITO, 2006).

Para o autor, quando analisado pela ótica da economia, podemos observar um maior crescimento econômico, nesse período, se comparado ao período anterior liderado por Fernando Henrique Cardoso. Podemos notar a existência de melhores indicadores de transferência de renda, privilegiando as camadas mais pobres e oxigenando o mercado interno, além de uma forte dotação orçamentária através do principal banco estatal envolvido diretamente nesse processo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES). Houve, também, uma forte política de apoio às empresas brasileiras, tanto no Brasil, quanto no mercado externo, assim como maior investimento do Estado destinado à obras de infraestrutura. Soma-se a esse conjunto que possibilitou crescimento econômico uma política cambial e de juros que beneficia as grandes empresas da burguesia interna (BOITO, 2012).

Boito e Berringer (2013) destacam que o neodesenvolvimentismo só foi possível no Brasil pela conformação da frente de caráter amplo e heterogêneo, que, apesar de muitos pontos internos divergentes, tinha no neoliberalismo ortodoxo um inimigo em comum do desenvolvimento brasileiro, o qual possuía interesses incompatíveis com os interesses de frações dessa mesma classe burguesa. Os autores explicam que essa frente:

É representada no plano partidário, principalmente, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Tal frente reúne a grande burguesia interna brasileira que é a sua força dirigente, a baixa classe média, o operariado urbano e o campesinato. A frente incorpora, também, aquele amplo e heterogêneo setor social que compreende desempregados, subempregados, trabalhadores por conta própria, camponeses em situação de penúria e outros setores que compõem aquilo que a sociologia crítica latino-americana do século passado denominou “massa marginal” (BOITO E BERRINGER, 2013, p.31).

Sobre a afirmação de que o partido dos trabalhadores representou o principal partido da frente, estamos de acordo, porém, nos capítulos posteriores pretendemos destinar um tópico para analisar essa relação, voltada diretamente para as empresas de construção pesada, a partir do financiamento eleitoral, defesa das empreiteiras por parlamentares, ligações políticas e favorecimentos.

O fato é que alguns momentos foram importantes para a conformação dessa frente, que desencadeou na frente neodesenvolvimentista com a vitória de Lula da Silva nas eleições de 2002. Um dos fatos importantes foi a luta contra a Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA). A Alca foi um dos principais temas da disputa eleitoral de 2002, mobilizando grande parte da sociedade brasileira, como setores da burguesia, em especial a burguesia interna, diplomatas, intelectuais, centrais sindicais, movimentos sociais, a ala progressista da igreja católica e diversos partidos políticos. Esse evento se traduziu, na cena política, na disputa entre projetos do PT e do Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB) (BERRINGER, 2014, p. 116).

Berringer (2014), demonstra que a luta sobre o tema da Alca foi tão importante que até mesmo a Federação das Indústrias do estado de São Paulo (Fiesp), realizou um estudo em 2002, onde demonstrava que o possível impacto da Alca para setor produtivo brasileiro seria a perda de saldo comercial de 1 bilhão de dólares. Essa pauta, certamente ajudou a posicionar a burguesia interna brasileira em torno do projeto liderado por Lula da Silva, que figurava entre a principal oposição à proposta, advertindo que seria a anexação das economias latino-americanas aos Estados Unidos, ao contrário de um projeto de integração.

Do lado das classes populares, a resistência à Alca representada pela primeira edição do Fórum Social Mundial (FSM), que reuniu diversos movimentos sociais do Brasil e da América Latina, em Porto Alegre, foi um fato importante na conjunção de interesses que deu base a essa frente. No Brasil, o lançamento da campanha no FSM reuniu 55 organizações, entre elas a CUT, MST, as pastorais sociais, a Consulta Popular, a Marcha Mundial de Mulheres, o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e o PT. Além do Brasil, a

luta reuniu diversas organizações na América Latina e contou com a participação de diversas lideranças políticas do continente, a exemplo do presidente venezuelano Hugo Chávez (BERRINGER, 2014, p. 117-118).

A partir de Boito Jr (2018), destacamos algumas das características dessa frente política:

- a) a frente foi dirigida pela burguesia interna brasileira;
- b) tal frente envolve classes trabalhadoras que se encontram excluídas do bloco no poder— baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal;
- c) a frente entretanto uma relação de tipo populista com a massa marginal;
- d) a frente se constituiu no principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder;
- e) ela enfrenta, no processo político nacional, aquilo que poderíamos denominar o campo neoliberal ortodoxo, campo esse que representa o grande capital financeiro internacional, a fração burguesa brasileira integrada e subordinada a esse capital, setores dos grandes proprietários de terra, e a alta classe média, integrada as empresas privadas e estatais (BOITO JR, 2018, p, 103).

Em resumo, ao destacar todas essas características, recorreremos ao autor para resumir a conformação dessa frente, entendida como heterogênea, na sua conformação social e nas distintas pretensões das classes. Porém, podemos afirmar que a conformação da frente se deu a partir das conjunturas econômicas e políticas das décadas de 1980 e 1990, quando o movimento popular viveu momentos difíceis, já que o desemprego e a carestia aumentava no campo e na cidade e a fração da burguesia interna se viu desvalorizada, tendo, tanto os setores organizados dos trabalhadores, quanto a burguesia interna, aglutinado em torno de uma proposta de desenvolvimento que, por um lado beneficiava a burguesia interna frente às demais frações e por outro, atendia, mesmo que timidamente os interesses das classes populares (BOITO, 2018).

Em síntese, com base em Boito JR e o grupo de orientandos⁸², podemos afirmar que o neodesenvolvimentismo é um programa econômico e social que busca o crescimento econômico nacional, com alguma transferência de renda as classes populares, embora, dentro do modelo econômico do neoliberalismo vigente no Brasil. Portanto, o neodesenvolvimentismo não é uma substituição ou superação do neoliberalismo, esse segue sendo vigente no Estado brasileiro, hegemonizando o bloco no poder. Podemos atribuir essa hegemonia ao grande capital financeiro, hegemonia essa que se mantém ao menos desde a

⁸² A exemplo de Tatiana Berringer, professora da Universidade Federal do ABC (UFABC), Caio Bugiato, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Mariana Sabença, só para citar.

década de 1990, e se mostra na prática ao atender os interesses prioritariamente dos bancos e dos investidores internacionais (BOITO, 2006).

Sobre a trajetória do período neoliberal no Brasil, Sabença (2018) afirma:

O período capitalista neoliberal no Brasil – iniciado em 1990 e que se estende até os dias atuais – pode ser dividido, grosso modo, no plano político, em quatro 4 fases até o período em que analisamos. A primeira fase – a de implantação do modelo (1990-1996) –corresponde aos Governos de Collor, Itamar Franco e aos dois primeiros anos do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. A segunda representa a consolidação do modelo (1996-1999), a terceira contém uma etapa de crise do mesmo – que se configura nos últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso – e, por fim, outra etapa de reforma do neoliberalismo correspondente aos anos do Governo Lula e Governo Dilma (SABENÇA, 2018, p.13).

A autora divide o período neoliberal no Brasil em três fases: de implementação, consolidação e crise do modelo. Outra etapa que se faz central para nossa pesquisa consta sobre o período em que o Brasil foi governado por Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do PT. Não reivindicamos que essa fase seja uma cópia do “velho desenvolvimentismo” de 1930-1980, que teve outras bases para seu desenvolvimento. Em poucas palavras, Boito (2006) descreve o neodesenvolvimentismo como “o desenvolvimentismo da época do capitalismo neoliberal”, com diferenças significativas do período desenvolvimentista anterior. Dessa forma, Boito (2006) aponta, entre elas, seis diferenças fundamentais:

O neodesenvolvimentismo: a) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo, b) confere importância menor ao mercado interno, posto que mantém a abertura comercial herdada de Collor e de FHC, c) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local, d) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro, e) tem menor capacidade distributiva da renda e f) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força social nacionalista e antiimperialista (BOITO, 2006, p. 6).

Essas características apontadas acima pelo autor, nos alertam para um caráter muito menos ambicioso do neodesenvolvimentismo em comparação ao desenvolvimentismo dos anos 30 a 80. Essa diferença está diretamente ligada ao fato desse “novo” desenvolvimentismo ser submetido à lógica do modelo capitalista neoliberal, com fronteiras e limites delimitados. Essa frente lançou mão de um programa que teve como objetivo a busca pelo desenvolvimento econômico brasileiro, com uma política econômica voltada à transferência de renda para as classes trabalhadoras. Embora ainda inseridas nos marcos do

capitalismo neoliberal, tais políticas estiveram fora das prioridades dos governos de FHC. Algumas delas são:

a) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres, isto é, daqueles que apresentam maior propensão ao consumo; b) forte elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento das grandes empresas nacionais a uma taxa de juro favorecida ou subsidiada; c) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de mercadorias e de capitais d) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica e, e) incremento do investimento estatal em infraestrutura. Mais Recentemente, o Governo Dilma iniciou mudanças na política de juro e cambial, reduzindo a taxa básica de juro e o spread bancário e intervindo no mercado de câmbio para desvalorizar o real, visando a baratear o investimento produtivo a oferecer uma proteção – muito tímida, é verdade - ao mercado interno (BOITO, 2006, p. 5).

Observa-se que esse “programa” dialoga, principalmente, com os interesses das frações da burguesia interna, a qual logrou do Estado, através de financiamentos, taxas de juros baixas e até subsidiadas e políticas econômicas que resguardou esses capitais em momentos de crises, prova do papel dirigente da burguesia interna na frente. Ainda destaca-se o fato de que diversos setores da burguesia interna compuseram a frente, tais como “mineração, construção pesada, a cúspide do agronegócio, a indústria de transformação e, em certa medida, os grandes bancos privados e estatais de capital predominantemente nacional” (BOITO, 2006, p, 15).

É importante destacar que, nesse período, diversos setores, que não apenas advindos das frações burguesas, ganharam com a “redução de desemprego, moderada melhoria na distribuição de renda (maior nos rendimentos de trabalho e menor ao se incluir rendas de capital e de propriedade) e um maior acesso dos segmentos de mais baixa renda a serviços públicos” (PAULA; SANTOS; MOURA, 2019, p.4). Porém, se essa parcela da frente, que são, em suma, representações de diversos setores dos trabalhadores, ganharam pouco, os setores dos industriais, em especial da construção pesada, tiveram seus interesses amplamente atendidos nesses governos por meio de suas políticas. Nesse sentido, Sabença (2018) afirma que:

Para essas grandes empreiteiras, algumas políticas são particularmente importantes: a disposição do governo para investir em obras públicas, a política de juros, a política de crédito do BNDES, as normas relativas à licitação de obras públicas e o apoio do Estado brasileiro para que essas grandes empresas nacionais disputem a obtenção de obras em outros países da América Latina, da África e do Oriente

Médio. Queremos evidenciar, entre outros, que esses pedidos são atendidos durante o período de nossa pesquisa sobre esses governos (SABENÇA, 2018, p.14).

As empreiteiras foram um dos setores mais atendidos pelas políticas neodesenvolvimentistas, entre os setores da burguesia interna. Diversas medidas já citadas cumpriram papel importante para toda a burguesia interna, porém, algumas políticas, especialmente voltadas para a infraestrutura brasileira tiveram grande impacto no setor.

Singer (2018) caracteriza como *lulismo*, apresentando uma evidente continuidade entre os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff. Segundo o autor, esse período pode ser entendido, em síntese, como a inclusão das camadas pobres no capitalismo sem enfrentar um aberto confronto de classes, porém, afirma que em vários momentos esses governos enfrentaram os capitais neoliberais rentistas e financeiros quando optaram por caminhar para uma “nova matriz econômica” com uma plataforma anticíclica com notada intervenção do Estado (SINGER, 2018, p.18).

O autor enfatiza que Dilma Rousseff foi ousada diante da hegemonia das teses neoliberais, pois “a nova matriz implicava comprar brigas inéditas, [...] confrontava o poderoso setor financeiro para manter o crescimento e obter a reindustrialização” (SINGER, 2018, p. 48). Para Singer, esses enfrentamentos foram necessários para que o lulismo conseguisse avançar em seu programa, que também contemplava a erradicação da miséria. Ele destaca também que, nesse período, houve a dupla migração de classe, quando as camadas mais pobres conseguiram empregos, passando a serem massa trabalhadora que, por sua vez, ingressaram na classe média baixa.

Gonçalves (2012), apresenta outra visão sobre o período em questão e sobre o processo de desenvolvimento empunhado pelos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff, segundo ele “a experiência de desenvolvimento econômico brasileiro durante o governo Lula expressa um projeto que se pode denominar ‘Desenvolvimentismo às Avessas’, ou seja, é ausência de transformações estruturais que caracterizam o projeto desenvolvimentista” (GONÇALVES, 2012, p.2).

O autor argumenta que o novo desenvolvimentismo “é mais uma versão do neoliberalismo enraizado” (GONÇALVES, 2012, p.22) e compara com a formulação do “Pós Consenso de Washington” e as formulações da “nova CEPAL”, que segundo ele, o neoliberalismo enraizado:

Expressa o compromisso entre as diretrizes estratégicas do liberalismo e a intervenção estatal orientada para a estabilização macroeconômica. Este

compromisso aparece no século XX, mais precisamente no Pós- Segunda Grande Guerra. Os países desenvolvidos, sob a hegemonia dos Estados Unidos, geram o “liberalismo enraizado” que expressa o compromisso entre, de um lado, o livre comércio de produtos, a livre circulação de capitais no sistema econômico internacional e a promoção de uma ordem internacional assentada no multilateralismo; e, de outro, a intervenção do estado nas suas funções alocativa, distributiva, reguladora e, principalmente, estabilizadora (GONÇALVES, 2012, p.12).

Gonçalves (2012), enfatiza que as correntes teóricas do novo desenvolvimentismo têm raízes diretas das concepções da CEPAL e assegura que o novo desenvolvimentismo não apresenta nenhuma concepção distinta do desenvolvimento, comparado, por exemplo, ao nacional-desenvolvimentismo e afirma que:

O novo desenvolvimentismo parece ser, portanto, a versão brasileira de formulações conhecidas como Pós-Consenso de Washington ou Consenso de Washington Ampliado. Assim, se o Pós-Consenso de Washington é o revisionismo do Consenso de Washington, o novo desenvolvimentismo é o revisionismo do revisionismo. Mais precisamente, o novo desenvolvimentismo é a forma de liberalismo (melhor dizendo, de social-liberalismo) que é compatível com as políticas de estabilização macroeconômica; isto é, o novo desenvolvimentismo é mais uma versão do liberalismo enraizado. (GONÇALVES, 2012, p. 20).

As contribuições de Bresser-Pereira e Singer, apontam prioritariamente para uma mudança na política econômica brasileira, assim como, o retorno a um processo de desenvolvimento brasileiro, amparado por uma um entrelaçamento de interesses, do empresariado brasileiro, em especial os setores industriais e as classes populares. Essa visão comunga em partes com as interpretações feitas por Boito Jr.

Ainda nesse campo de interpretação com maiores concordâncias sobre os limites e mudanças/avanços dos governos petistas, destacamos as formulações de Nelson Werneck Vianna e Emir Sader.

Werneck Vianna (2011)⁸³, realiza uma leitura em que apresenta a tese de que o Brasil sob os governos Lula (e em parte Dilma), viveu um processo já experimentado na história do Brasil, a “modernização conservadora”, ou seja, um processo de modernização e eliminação do atraso dirigido e implementado pelo Estado, sem grande participação da sociedade civil, vivendo assim uma espécie de “capitalismo politicamente orientado”:

Nesse sentido, ele assevera que, com o lulismo, estabelece-se no Brasil um “Estado de compromisso”, quer dizer, um Estado que se autodeclara acima dos interesses de classes, um árbitro entre as elites industriais, agrárias e uma parcela dos

⁸³ Werneck Vianna, Luiz (2011), A Modernização sem o Moderno: Análises de Conjuntura na Era Lula. Brasília: Contraponto.

trabalhadores assalariados, como uma reedição, ainda que com alguma especificidade, de nosso passado autoritário, vivido com Vargas, Jango e os militares em 1964. Sem-terra e ruralistas sentam-se, lado a lado, nos fóruns decisórios do Estado lulista, de composição, pois, pluriclassista, a “zelar” por todos eles (VIANNA *apud* MOREIRA, 2023, p. 9).

O autor chama a atenção para o fato de o governo Lula ter governado sem a sociedade civil, e em contraponto a isso, ter desmobilizado as grandes massas, na medida em que programas como o Bolsa família, teve um papel de arrefecer as lutas e demandas populares, o que seria uma grande contradição se levarmos em conta a história do PT e as razões para seu surgimento, que negava o estatismo sindical, as políticas de governo sem participação política da classe trabalhadora e etc, inclusive, com duras críticas ao populismo varguista. Nas palavras do autor:

O Estado como condomínio aberto a todas as classes traz também para si os movimentos sociais, como os de gênero e os de etnia. Articula-se igualmente com as Organizações Não Governamentais (ONGs), boa parte delas dependentes do seu financiamento, e, por meio de programas de assistência social, como o bolsa-família, vinculam-se diretamente os setores socialmente excluídos. Dessa complexa articulação, apequena-se o espaço para o exercício da política a partir das motivações e expectativas da sociedade civil, inclusive por parte dos partidos políticos, convertidos em partidos de Estado, destituídos de relações vivas com seus representantes. Na prática, a política se reduz a ser mais outro monopólio do Estado, e o fluxo da sua comunicação parece conhecer apenas um sentido: o de cima para baixo (VIANNA, 2009. s/p).

Werneck Vianna (2011), defende que os governos petista funcionaram como uma reedição do estatismo brasileiro, levado a cabo com Getúlio Vargas, levando ao PT recuperar fortemente o elemento nacional sem conteúdo popular, fazendo uso deliberadamente do aparato estatal, realizando extrema centralização político-administrativa no Estado, se afastando da lógica de um partido de esquerda, com largas críticas a esses tipos de governança, esquecendo portanto, a tal democratização da política, da economia, que foi marca dos programas do partido outrora, nesse sentido, ele defende que o PT no governo inverteu a lógica da “revolução passiva” de Gramsci (VIANNA, 2011, p. 29-30-31-32).

O autor argumenta que mesmo com avanços nos governos Lula, através de um processo de modernização estatal, as similaridades com os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), são grandes, o que segundo ele, não deveria ser motivo de assombro. Werneck Vianna encontra como raiz das similaridades a conformação dos próprios partidos de ambos, PT e PSDB, partidos com origem em São Paulo, antivarguistas em sua fundação, que tinha como defesa um capitalismo com maior democratização da política (VIANNA, 2011, p. 71). O autor considera os avanços nas políticas lideradas pelos governos Lula, a exemplo da

valorização do salário mínimo, crédito popular e de programas como o Bolsa Família. Porém, defende que esses avanços não podem ser atribuídos somente às gestões petistas, pois, foram possíveis graças aos anos de estabilidade democrática no Brasil, uma vez que a constituição federal de 1988 abriu espaço para demandas históricas da classe trabalhadora e consolidou enormes avanços e garantias sociais.

O sociólogo Emir Sader, nos parece um dos intelectuais mais otimistas sobre o desempenho e a experiência histórica dos governos petistas. Filiado ao PT desde a primeira década de história do partido, defende que as gestões petistas foram um divisor de águas na política recente do Brasil, constituindo uma ruptura com o passado recente, constituindo uma nova era, a do pós-neoliberalismo. De todos os autores, a análise de Sader sobre a profundidade das mudanças operadas pelo PT, é uma das que se destaca, ao enxergar com maior profundidade tais mudanças, operando de fato mudanças estruturais no país.

O autor argumenta que esses governos representaram a construção da hegemonia pós-libera no Brasil, aponta que:

os governos de Lula e Dilma podem ser caracterizados como pós-neoliberais, pelos elementos centrais de ruptura com o modelo neoliberal de Collor, Itamar e FHC e pelos elementos que têm em comum com outros governos da região, como os Kirchners na Argentina, da Frente Ampla no Uruguai, de Hugo Chávez na Venezuela, de Evo Morales na Bolívia e de Rafael Correa no Equador (SADER, 2013, p. 138).

Argumenta ainda que esses governos seguiram uma linha de ruptura com o modelo neoliberal, mesmo que em escala mundial essa não seja a toada dominante. No Brasil, segundo Sader (2013, p. 141), Lula e Dilma rumaram na contramão da corrente hegemônica, tendo a centralidade da política estatal como indutor da economia e a prioridade nas políticas sociais, levadas a cabo nos governos de Lula e Dilma.

Sader (2009), salienta a necessidade de compreender o “enigma Lula” é condição necessária para quem se coloca no debate político, especialmente os setores de “ultra-esquerda”. Para isso, argumenta que é importante compreender os elementos de continuidade e rupturas na história do Brasil das últimas décadas, “rearticulada pela globalização neoliberal e pelas emergentes forças pós-neoliberais” (SADER, 2009 s/p). O autor reconhece que o peso dos exitosos governos petistas se deve muito por causa da figura política do próprio Lula, que com sua intuição e pragmatismo político conseguiu avançar em meio a tantas dificuldades impostas por difíceis conjunturas (SADER, 2013, p. 139).

Por fim, vale destacar os textos em que o autor inclui Lula na categoria de grandes líderes latino-americanos que operaram grandes mudanças, especialmente Getúlio no Brasil e Perón, na Argentina. Destaca que todos eles foram atacados pelas direitas latinoamericanas, que encarnam “as velhas oligarquias, decrépitas, odiosas, antinacional e antipopular” (SADER, 2009 s/p).

Marcos Nobre, professor de filosofia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em diversos trabalhos também apresenta análises críticas sobre os governos comandados pelo PT. No livro “Choque de Democracia – Razões da Revolta”, ainda em 2013, no calor das mobilizações em pleno governo Dilma, aponta uma crise do lulismo no período das grandes obras da copa do mundo, resultando em movimentos de rua expressivos. Sobre as chamadas “revoltas de junho” – mobilizações que tomaram as ruas do país ainda no governo Dilma em 2013, o autor explica que:

É o fato de que a sociedade não estava encontrando caminhos para expressar o seu protesto, a sua insatisfação, da maneira como o sistema político estava operando, e se revolta também contra essa falta de canais de expressão. Quando aconteceu a repressão policial, as pessoas se disseram: ‘não conseguimos mais influenciar esse retorno político, de maneira alguma; ele se fecha nele mesmo, funciona segundo suas próprias regras e não presta conta à sociedade; e quando tentamos, o sistema quer, ainda por cima, soltar a polícia’ (NOBRE, 2013b s/p).

Ainda sobre a análise:

É uma revolta pelo direito de se manifestar, pela abertura de canais entre a sociedade e o sistema político. Por isso, é mais do que um protesto. Coloquei no plural [revoltas] e isso é muito importante, porque não há uma unidade de reivindicações, de foco, a organização é diferente. As pessoas estão expressando insatisfação de muitos tipos, de muitos níveis, como posso encontrar uma unidade e um traço de união? O que encontrei foi essa revolta contra o sistema, tal como ele está operando, com essa blindagem contra a influência da sociedade (NOBRE, 2013b s/p).

Neste pequeno ensaio (Choque de democracia, 2013b), escrito no calor dos acontecimentos, o autor defende a tese de que o sistema político brasileiro “colapsou diante das rápidas e complexas demandas de uma sociedade civil, cada vez mais avançada e complexa”. Para Nobre (2013), às mobilizações seria um nítido sintoma do descompasso crescente entre o Estado brasileiro (já estagnado) e fechado em torno de seus interesses e a sociedade.

O autor defende, em outro livro publicado (Imobilismo em Movimento: Da Abertura Democrática ao Governo Dilma, 2013), que desde o processo de redemocratização (1988), o país convive com uma “cultura de baixo teor democrático” (NOBRE, 2013c, p. 9), que

blindou o país contra as transformações sociais mais profundas, a exemplo da possibilidade de redução das desigualdades sociais. O autor defende a concepção de que a democracia é mais que a existência de instituições, mas se constitui em um verdadeiro “modo de vida” (NOBRE, 2013c, p.21).

Nobre (2013c) defende a tese de que a cultura política brasileira, desde a luta contra a ditadura militar pode ser definida pelo *peemedebismo*, justificado pelo fato de que o MDB, que depois mudou para PMDB e novamente para MDB – Movimento Democrático Brasileiro, ter sido o partido polo onde aglutinou as variadas forças contrárias à ditadura, por isso, o representante maior do que ele chama de “ideologia oficial de uma transição morna para a democracia” (NOBRE, 2013c, p. 11). Por *peemedebismo*, o autor entende ser um fenômeno que vai além do partido político em questão.

Para Nobre (2013b), “*Peemedebismo* é o nome que dou para essa blindagem do sistema contra a sociedade”. Segundo a análise, o impeachment de Fernando Collor foi um marco importante no processo de redemocratização do país, pois “Por um lado, esse processo mostrou que as ruas queriam retomar o poder que achavam ter sido usurpado, mal utilizado. De outro lado, pelo sistema político, houve certo pânico”, uma vez que a transição do regime militar para a democracia passou através de um processo “morno”, pactuado pelas elites.

O impeachment de Fernando Collor é emblemático para a leitura que o autor faz do chamado *peemedebismo*, pois segundo ele, mesmo que tenha demonstrado uma vontade da sociedade que saiu às ruas por mudanças (ou reivindicando a falta delas), escancarou uma questão fundamental:

Boa parte da opinião pública aceitou a versão de que o presidente caiu porque não tinha base parlamentar suficiente. Daí nasceu o mito das “supermaiorias”, de que é necessário, para qualquer governo se manter e não sofrer impeachment, construir não só a maioria, mas a supermaioria, alguma coisa que atinja para além dos três quintos de votos necessários para fazer reformas constitucionais. Assim, o sistema político podia continuar operando como sempre e, ao mesmo tempo, com o fato de que os governos eleitos estariam presos a essa supermaioria, todo presidente teria a obrigação de fazer um pacto com esse sistema político (NOBRE, 2013c, s/p).

Segundo essa análise, encontra-se aí a matriz do que atribuiu ao *peemedebismo*, pois o PMDB que ainda na década de 1980 “inventou essa tecnologia”, ressalta o autor o resultado das eleições de 1986, em que o PMDB elegeu uma maioria esmagadora para a Assembléia Nacional Constituinte, em aliança com o então Partido da Frente Liberal (PFL), hoje, Democratas (DEM). Os partidos haviam constituído o bloco para eleger Tancredo Neves, em

1985, “Ali se criou na Constituinte uma coisa chamada “Centrão”, que era justamente uma maneira de neutralizar ao máximo as reivindicações populares (NOBRE, 2013c S/P).

Nobre (2013c) argumenta que esse sistema, de caráter elitista, se organizou para impedir que as forças de transição que enfrentaram a ditadura se unissem, “essa ‘tecnologia’ começa no MDB, durante a ditadura, que obrigou todo mundo a ficar num único partido de oposição. Forças completamente heterogêneas e incompatíveis tinham que se entender dentro do mesmo partido”. O problema, segundo o autor, é que esse tipo de sistema é incompatível com o social-desenvolvimentismo levado a cabo pelo PT, esse seria, em síntese, o grande descompasso que gerou a crise do lulismo. Nas interpretações de Nobre, é visível uma defesa de que o PT e seus governos foram capitulados pelo peemedebismo, demonstrando mais uma vitória desse sistema ou “tecnologia”, que apesar de viver crises durante sua história, sempre consegue sobreviver.

Importante destacar duas questões: a primeira que embora os estudos de Nobre sobre o assunto não serem novos, tendo interrompido um livro sobre a história política do Brasil, de 1979 até a eleição da Dilma Rousseff (2010), por conta dos protestos de 2013, diversas questões desenvolvidas pelo autor, nos parece um tanto apressadas, configurando mais em tendências conjunturais, é o caso das interpretações gerais sobre as chamadas “jornadas ou revoltas de junho de 2013”. A segunda questão, não menos importante, é que o autor lança uma tese bem curiosa sobre a história recente do Brasil, reconhecendo os avanços do PT, por exemplo, mas expondo um sistema permeia o Estado brasileiro independente dos governos de plantão, o chamado “peemedebismo”.

Fechando a lista dos intelectuais que se colocaram no desafio de “decifrar os governos petistas”, vale ressaltar as posições e formulações do sociólogo Francisco de Oliveira, um dos mais importantes sociólogos brasileiros e que esteve no PT desde os seus primórdios, desfilando-se em 2003, primeiro ano do governo Lula e participando da fundação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Oliveira é conhecido como um feroz crítico dos governos petistas, com ideias afiadas e interpretações “fora da caixa” sobre a produção marxista e debates importantes sobre a formação econômica brasileira e o subdesenvolvimento. Sobre os governos petistas, organizamos algumas das principais ideias do autor, todas elas tidas como polêmicas dentro dos espaços acadêmicos e políticos.

Uma das teses mais inovadoras e ao mesmo tempo, mais polêmicas do autor, é que no Brasil “de Lula” teria conformado uma nova classe social. Essa nova classe, segundo o autor, consiste em uma modificação truncada, própria do “ornitorrinco”. Ela é formada pelas “capas

mais altas do antigo proletariado ... são administradores de fundos de previdência complementar oriundos das antigas empresas estatais, dos quais o mais poderoso é o Previ⁸⁴” (OLIVEIRA, 2003, p. 94-95 grifos meus). Esses fundos, não teria sido invenção dos governos petistas, pelo contrário,

Durante a ditadura, os militares inventaram os fundos de pensão de cada empresa estatal. Não havia isso antes de 64. Suponho que o Banco do Brasil sempre teve, porque sempre foi uma corporação muito forte. Depois, virou regra geral. Todas as empresas estatais constituíram seus fundos de previdência privada. Podem pegar todos eles, todos têm origem em empresas estatais: Previ, Eletros, Petros, Portus, esse da Caixa Econômica, todos fundos de Previdência complementar. Como foi feito? A ditadura fez assim: o funcionário bota R\$1 e a empresa bota R\$1. Veio a Constituinte de 88, que criou o FAT, o Fundo de Amparo ao Trabalhador. Esse FAT é a principal fonte de recursos do BNDES. Então, você tem duas coisas: a principal fonte de recursos para acumulação de capital a longo prazo no Brasil é o FAT, via BNDES, e a principal fonte de recursos para investimento patrimonial, não necessariamente investimento de capital, mas pode ser, é de trabalhadores⁸⁵

Oliveira (2003) sustenta que os trabalhadores que são elevados à categoria de administradores desses fundos, passam a se preocupar com a rentabilidade, “que ao mesmo tempo financia a reestruturação produtiva que produz desemprego” (OLIVEIRA, 2003, p. 95). Não só sindicatos de empresas públicas, mas também as privadas já organizavam seus fundos.

Para o autor de o Ornitórrinco, essa nova classe tem unidade em objetivos, é formada no “consenso sobre a nova função do Estado, trabalha no interior dos controles de fundos estatais e semi-estatais e está no lugar que faz a ponte com o sistema financeiro”. (idem, 2003, p. 96). Avancemos no pensamento do autor sobre a ideia:

A questão da formação dessa nova classe no capitalismo globalizado na periferia - embora Reich teorize principalmente sobre os fenômenos no centro dinâmico do sistema - deve ser mais perscrutada. De fato, tanto há um novo lugar da nova classe no sistema, sobretudo no sistema financeiro e suas mediações estatais, o que satisfaz um critério de classe de extração marxista, quanto há uma nova "experiência" de classe, nos termos de Thompson: o caso da comemoração do aniversário de ex-tesoureiro da CUT mostra que essa "experiência" lhe é exclusiva, e não pode ser estendida aos trabalhadores em geral; de fato já não são mais trabalhadores. O aniversário seria os novos pubs, lugar de frequentação da nova classe. Se nessa frequentação ela se mistura com as burguesias e seus executivos, isso não deve levar a confundi-los: **seu "lugar na produção" é o controle do acesso ao fundo público, que não é o "lugar" da burguesia. Em termos gramscianos também a nova classe satisfaz as exigências teóricas: ela se forma exatamente num novo consenso sobre Estado e mercado sustentado pela formação universitária que recebeu, e por último é a luta de classes que faz a classe, vale dizer, seu movimento se dá na apropriação de parcelas importantes do fundo público, e sua especificidade se marca exatamente aqui; não se trata de apropriar os**

⁸⁴ Fundo dos funcionários do Banco do Brasil.

⁸⁵ Em entrevista à Folha de São Paulo, em 22 de dezembro de 2003: Acesso: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2209200313.htm> . Acessado em: 24/05/2023

lucros do setor privado, mas de controlar o lugar onde se forma parte desse lucro, vale dizer, o fundo público. Uma démarche de inspiração weberiana veria a nova classe como se formando numa "ação com sentido racional", que é, em última análise, a forma de sua consciência (OLIVEIRA, 2003, p. 96 grifos meus).

Essa nova classe, para Oliveira (2003), escancara a “rigorosa simetria entre os núcleos do PT e do PSDB no arco político”, a síntese dessa simetria, para o autor, é a nova classe social. Vejamos em um trecho da entrevista de Oliveira (2003), para a Folha de São Paulo, o que seria essas simetrias personificadas na nova classe sociais, entre PT e PSDB:

O que são os expoentes maiores do PSDB? De um lado você encontra concretamente gente que passou do aparelho de Estado para o sistema financeiro. Sem muita explicação teórica: Edmar Bacha virou banqueiro, Pêrsio Arida virou banqueiro, os Mendonça de Barros viraram banqueiros, até João Sayad tinha sido banqueiro até pouco tempo atrás. Banqueiro é uma expressão máxima, mas, todos eles, de alguma maneira entraram para o sistema financeiro. Por quê? Porque, à semelhança dos que simetricamente estão do outro lado, eles conhecem o caminho das pedras também e eles têm relações profundas com o Estado, com o governo, têm interesses mesclados e fazem uma espécie de outra metade da laranja. Podem pensar que estão ideologicamente opostos, mas, do ponto de vista real de seus objetivos e interesses claros, são a mesma coisa.⁸⁶

Continuando a entrevista, aproximando com exemplos o que já havia debatido em seu ensaio supracitado.⁸⁷

É a mesma coisa. Eles se sentem parte do mesmo jogo. Eles se sentem fazendo parte dos mesmos grupos de interesse. É forte, não é uma coisa banal. Eu usei no "Ornitorrinco", só não dei o nome, mas todo mundo reconhecerá, esse sr. Delúbio Soares [secretário de Finanças do PT, ex-representante da CUT no conselho de administração do FAT no BNDES]. Esse rapaz era um metalúrgico. Foi a Folha que noticiou, e eu tomei a notícia daí, que o aniversário dele foi comemorado numa fazenda em Goiás, numa festa de arromba, e a reportagem contou 18 jatinhos na tal fazenda. Isso é trabalhador? Ou estamos enganados... Eles se sentem parte do mesmo grupo social, dos mesmos interesses e é por isso que a política brasileira está nesse impasse. Todo mundo é situação.

A tese sobre a nova classe social figura entre as mais polêmicas de Francisco de Oliveira. Não é o intuito desta discussão lançar profundas reflexões sobre o conteúdo e a assertividade de tal ideia, até por merecer um grau de aprofundamento que demandaria bastante leitura e cuidado, que possivelmente não seria alcançável neste trabalho e, provavelmente encontraria de minha parte lacunas expressivas para tal compreensão. De todo modo, apresentaremos de forma sucinta duas outras ideias do autor, que originaram títulos de dois artigos autorais de Oliveira.

⁸⁶ Entrevista citada na página anterior com acesso na nota de rodapé.

⁸⁷ O Ornitorrinco, ensaio lançado em 2003, em um livro da editora Boitempo juntamente com a reedição do livro de 1972/1973 intitulado “Crítica à razão dualista”.

A primeira, consiste na ideia de que o que estaríamos vivendo, seria uma espécie de hegemonia às avessas⁸⁸. A ideia consiste nas palavras de Oliveira (2010a, p. 24) “A perspectiva para o futuro requer uma reflexão gramsciana. Talvez estejamos assistindo à construção de uma “hegemonia às avessas” típica da era da globalização. **Enquanto as classes dominadas tomam a ‘direção moral’ da sociedade, a dominação burguesa se faz mais descarada**”. Segundo essa análise, para acompanharmos o pensamento do autor, as classes populares lograram a posição de direção moral da sociedade na resistência à ditadura, elevando a questão da pobreza e da desigualdade na vanguarda do debate político brasileiro.

Complementando a chave de interpretação dessa tese, a ideia segura que a vitória de Lula e sua elevação ao posto de “mito”, despolitizou a questão da pobreza e da desigualdade, transformando essas questões em problemas de administração. “Funcionaliza a pobreza”.

Já no primeiro mandato, Lula havia sequestrado os movimentos sociais e a organização da sociedade civil. O velho argumento leninista-stalinista de que os sindicatos não teriam função num sistema controlado pela classe operária ressurgiu no Brasil de forma matizada. Lula nomeou como ministros do Trabalho ex-sindicalistas influentes na CUT. Outros sindicalistas estão à frente dos poderosos fundos de pensão das estatais. Os movimentos sociais praticamente desapareceram da agenda política. Mesmo o MST vê-se manietado por sua forte dependência do governo, que financia o assentamento das famílias no programa de reforma agrária. (OLIVEIRA, 2010a, p. 25).

Em síntese, a hegemonia às avessas descreve uma sociedade em que “parece que os dominados dominam”, pois são esses que fornecem a “direção moral” e, até estão nos postos de comando das organizações do Estado e das grandes empresas estatais,

Parece que eles são os próprios capitalistas, pois os grandes fundos de pensão das estatais são o coração do novo sistema financeiro brasileiro e financiam pesadamente a dívida interna pública. Parece que eles comandam a política, pois dispõem de poderosas bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado. Parece que a economia está finalmente estabilizada, que se dispõe de uma sólida moeda e que tal façanha se deveu à política governamental, principalmente no primeiro mandato de Lula. [...] Estamos em face de uma nova dominação: os dominados realizam a “revolução moral” – derrota do apartheid na África do Sul e eleição de Lula e Bolsa Família no Brasil – que se transforma, e se deforma, em capitulação ante a exploração desenfreada. Nos termos de Marx e Engels, da equação “força + consentimento” que forma a hegemonia desaparece o elemento “força”. E o consentimento se transforma em seu avesso: não são mais os dominados que consentem em sua própria exploração; são os dominantes – os capitalistas e o capital, explicita-se – que consentem em ser politicamente conduzidos pelos dominados, com a condição de que a “direção moral” não questione a forma da exploração capitalista (idem, p.26-27 grifos meus).

⁸⁸ OLIVEIRA, Francisco de. HEGEMONIA ÀS AVESSAS. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. HEGEMONIA ÀS AVESSAS: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 1-385.

Confirmando essa ideia e a aprofundando, defende Oliveira (2010b), em um artigo intitulado “O avesso do avesso”, que a era neoliberal, com o auge no governo FHC, se desfez de todos os avanços cunhados pelo Estado na sociedade brasileira desde 1930, o que segundo ele, toda essa desestruturação neoliberal, também aprisionou os governos do PT, e Lula, que ganhara a disputa presidencial com a “missão” de reverter o quadro neoliberal, descumpriu as promessas e seguiu o caminho neoliberal (OLIVEIRA, 2010b, p. 373).

O “avesso do avesso”, se mostraria na economia, com um crescimento econômico operado pelos governos petistas em que “retornava a vocação agrícola” do Brasil, especialmente representado pelas exportações de grãos com a China, “em um país de famintos”, com grande aumento das desigualdades. “Do ponto de vista da política, o avesso do avesso é sua negação. Trata-se da administração das políticas sociais” (OLIVEIRA, 2010b, p. 374). Sobre as lutas populares e os movimentos sociais e sindicais, o autor reafirma o que já havia tratado e enfatizado em 2003 e 2007, aqui já debatido: “Cooptam-se centrais sindicais e movimentos sociais, entre eles o próprio Movimento dos Sem-Terra, que ainda resiste” (Idem).

O “avesso do avesso”, é a leitura de que “Se FHC destruiu os músculos do Estado para implementar o projeto privatista, Lula destrói os músculos da sociedade, que já não se opõe às medidas de desregulamentação. E todos fomos mergulhados outra vez na cultura do favor” (Idem, p. 375). As classes sociais, segundo essa leitura, “desapareceram”, com o operariado formal encurralado e os desempregados (não desocupados), crescendo um do lado do outro “de maneira espantosa”. Oliveira fecha o artigo com mais um trocadilho sobre o lulismo, que em suas palavras: O lulismo é uma regressão política, a vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda” (Idem, p. 376).

Neste capítulo, partindo do objetivo de entender como os governos dirigidos pelo PT se transformaram em agentes importantes para garantir os interesses do empresariado brasileiro, destacadamente das frações da burguesia interna, vimos de forma resumida o percurso de construção do partido que liderou esses governos. Originado nas lutas populares, com destaque para o sindicalismo, militantes ligados à igreja progressista, especialmente a Teologia da Libertação, agrupamentos marxistas que estiveram na resistência à ditadura e intelectuais independentes, podemos observar, nesse percurso, as inflexões realizadas ao longo dos anos, aproximando a visão de desenvolvimento brasileiro entendido pelo partido, as interesses do empresariado brasileiro, nitidamente das frações da burguesia interna. Entendemos esse processo de inflexões ocorridas no partido, como um processo de tensões, amadurecimento de análises, interesses diversos e disputas internas, influenciados também

por questões externas, a exemplo da crise ideológica das esquerdas após a queda do Muro de Berlim e pela necessidade de adequação ao modelo de disputa eleitoral brasileiro. Esse processo analisado no capítulo, pode ser, em partes, confirmado pelas análises sobre os governos petistas, mesmo a partir de diferentes análises, com distanciamentos e discordâncias entre si, apontam a centralidade dos governos petistas no empenho em desenvolver o capitalismo brasileiro, resguardando um aspecto desenvolvimentistas.

Capítulo 3

Relações partidárias, organizações de classe, doações eleitorais e a monopolização das grandes obras dos governos petistas

A Operação Lava Jato iniciada em 2014, apresentou de forma detalhada e com grande relevância na imprensa um verdadeiro escândalo que ao que parecia à época, tinha como propósito “varrer” a corrupção das entranhas do Estado brasileiro. A Operação desvelou grandes esquemas que afetaram em cheio o Legislativo e Executivo federal e estaduais, com destaque para a chamada corrupção petista. No início da Operação, diversas posições vieram à tona, em diferentes espaços da sociedade brasileira, gerando empolgação em meios de comunicação, setores acadêmicos, partidos políticos e até movimentos sociais, que enxergaram na Operação um momento de prestação de contas com esses grupos empresariais tido como intocáveis.

Não parece adequado entrarmos aqui em avaliações sobre as posições tomadas por grupos e organizações sociais em 2014, especialmente com um distanciamento temporal de quase uma década, com diversos acontecimentos e desdobramentos do processo, revelando arbitrariedades e estratégias políticas e econômicas para desestabilização de governo e ataque deliberado à indústria brasileira e ao projeto de desenvolvimento em curso. O que nos cabe, é analisar algumas facetas da trajetória dessas empresas durante os anos em que o PT esteve à frente do Executivo federal. Para tanto, retomando o que já explicamos em sessões anteriores, nos interessa analisar esse processo entre os anos de 2003-2014, anos em que, segundo nossa perspectiva, os governos petistas tiveram maior estabilidade, anterior, portanto, à Operação Lava-jato.

Nos interessa nesta parte do trabalho, compreender de que forma as firmas de construção pesada se relacionaram com a institucionalidade do Estado através de suas

relações com partidos políticos, especialmente através de doações eleitorais e a atuação de lideranças advindas do próprio setor, “quadros orgânicos” do setor que alçaram voos à cargos eletivos e atuaram em prol dos interesses empresariais do ramo da construção.

Com o objetivo de manter o seu poder e influência política, os empreiteiros de obras públicas empreenderam mais esforços em suas ações junto à imprensa, às eleições, aos partidos e ao Parlamento.

Campos (2018), fornece caminhos para a chave de investigação deste tema, ao abordar as inflexões feitas pelos empreiteiros para se manterem com poder e influência no Estado, durante a transição para a democracia (1985-1988), com a diminuição de força centrada nos militares, com atuação “junto à imprensa, às eleições, aos partidos e Parlamento”, uma vez que “Sob a ditadura, os partidos foram esvaziados de poder e o Legislativo perdeu força em favor do Executivo [...] além de retirar funções do Parlamento” (CAMPOS, 2018, p. 483 [6] grifos nossos).

Seguindo na linha do autor, a investigação situa-se na relação desenvolvida por empreiteiras e partidos políticos, com foco nas doações eleitorais. Muitas dessas informações só foram divulgadas amplamente após a Operação Lava-jato, dando destaque especial para as transações envolvendo o PT. Para além das doações eleitorais, muitas outras relações foram abertas, de transações que envolviam partidos, personalidades políticas, ministros e etc.

É de conhecimento comum que as estruturas financeiras desempenham papel importante nas campanhas políticas eleitorais no Brasil, além de ser fundamental para a manutenção partidária. Ter grandes estruturas financeiras tem se mostrado fundamental para vencer eleições para os Executivos e Legislativos, e isso é o que garante a sobrevivência dos partidos profissionais (CERVI, 2016). Além das doações para campanhas legais, previstas em lei, vale destacar que as formas de doações de campanhas ilegais são marcas dos processos eleitorais brasileiros – Maioria tidas como forma de *lobby* de grupos privados, que empregam recursos financeiros em campanhas a fim de lograr benefícios dos governos (no caso do executivo) e bancadas comprometidas com suas pautas (nos legislativos).

As empreiteiras são um caso significativo de grupos econômicos que encontraram na aproximação com partidos e políticos formas de garantir seus interesses. Porém, mesmo que a Operação Lava-jato tenha permitido verificarmos que essas relações se deram com diferentes organizações partidárias e políticos de vários partidos, o PT foi o principal a ser relacionado com as práticas ilícitas envolvendo empresariado e eleições.

Acreditamos e tentaremos demonstrar, que de fato esses grupos não se guiavam por nenhuma posição ideológica ou preferência política em suas transações com partidos e

políticos, uma vez que, mantinham contatos, relações e favorecimentos com as mais variadas agremiações partidárias, o que significa que, em modos práticos, as empreiteiras não tiveram partidos cativos ou representantes próprios do setor.

Figueiredo Filho (2009), pesquisa o papel dos interesses privados nas formulações das políticas públicas, tendo como recorte metodológico a aproximação de grupos empresariais com parlamentares, bancadas e partidos através de doações eleitorais, demonstrando a importância dos desembolsos empresariais para o êxito eleitoral de cada candidato. De fato, a pesquisa revela uma maior chance de êxito eleitoral para aqueles candidatos com maior receita recebida nas campanhas. O contraponto a isso, pesquisado pelo autor já citado, é que “é possível afirmar que os grupos de interesses se engajam no financiamento das campanhas com o objetivo de garantir influência, seja para receber favores políticos, seja para evitar desfavores dessa natureza” (FIGUEIRA FILHO, 2009, p. 88).

No auge da Operação Lava-jato, os principais veículos de comunicação do país noticiaram que o “cartel” de empreiteiras e relações escusas com políticos durava ao menos desde 2004 (2004-2014), dando ênfase para o período em que o PT esteve na Presidência da República. Esse tipo de notícia se tornou comum e até certo ponto, uma “verdade irrefutável”, porém, quando aproximamos a pesquisa das premissas lançadas a época, é possível que essa afirmação seja colocada em xeque, ao menos no que desrespeita a temporalidade em que essa relação foi estabelecida.

3.1 Um panorama geral das doações eleitorais dos grupos empresariais da construção pesada entre os anos de 2003-2014

Um dos caminhos percorrido pelos grupos empresariais na busca por maior espaço nas decisões governamentais, apoios para projetos e defesa de seus interesses, pode ser entendido como as doações eleitorais,

A redemocratização também aumentou os custos de campanhas, expandindo oportunidades para a corrupção. Quanto mais caras as campanhas, mais importantes as doações eleitorais. E, quanto maior a renda a ser apropriada na relação com o setor público, maior o valor de fazer doações cuja contrapartida é, explícita ou implicitamente, rendas a serem concedidas pelo candidato se eleito (MELLO; MELLO, 2018, p. 135).

Algure (2021), defende que, com a elevação cada vez mais crescente dos custos de campanha, pós-redemocratização, “adveio o fomento da prática ilícita do *lobby*, do tráfico de

influências e outras formas de corrupção que se prestam a estabelecer o liame entre os financiamentos de campanhas eleitorais e as vantagens pretendidas pelos doadores.” (ALGURE, 2021, p. 6). Não estamos de acordo com a premissa de que os preços elevados das campanhas eleitorais e por consequência, as doações de grupos privados sejam as únicas causas para a malversação que possam existir daí por diante, mas, estamos de acordo que, com o advento da redemocratização e com a volta dos partidos políticos, restituição do voto direto, poder do parlamento e etc., os grupos empresariais transferiram parte do seu foco de atuação para garantia de interesses próprios frente aos governos, instituições de Estado e empresas públicas.

Para além dos relacionamentos dos empreiteiros diretamente com os governos estaduais e federais, outro *locus* importante para as investidas desse setor empresarial passou a ser o Parlamento federal, pois, para além da influência dos deputados em prefeituras dos seus respectivos estados, as bancadas partidárias dispõem de peso em indicações de cargos importantes dentro dos ministérios e empresas estatais. Porém, a primazia dessa relação se dá pela importância do legislativo em legislar a favor de interesses empresariais, pressionar governos e fazer “vista grossa” em casos de denúncias e possíveis Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI).

Retomamos a sugestão de Fernando Mello e João Mello (2018, p. 135), ao afirmar que: “quanto maior a renda a ser apropriada na relação com o setor público, maior o valor de fazer doações cuja contrapartida é, explícita ou implicitamente, rendas a serem concedidas pelo candidato se eleito”, é justificável as empreiteiras figurarem entre as maiores doadoras para campanhas eleitorais. É sabido que a principal fonte de recursos desses grupos empresariais, advém das obras públicas, aquelas contratadas pelo Estado, por isso, se justificaria os empreendimentos em “época de campanha”. Vejamos os valores repassados pelas principais empreiteiras e doações eleitorais para campanhas, nos anos de 2002, 2006, 2010 e 2014, anos de eleições presidenciais, todas vencidas por candidaturas petistas, duas vezes Lula e duas vezes Dilma Rousseff.

Tabela 1.3 - doações financeiras de cada empreiteira para as campanhas de 2002, 2006, 2010 e 2014.⁸⁹

Empresas	(R\$) 2002 *	(R\$) 2006 *	(R\$) 2010 **	(R\$) 2014 **	(R\$) Total **
OAS	16.908.579,00	17.467.510,00	52.787.301,00	80.293.630,00	167.457.020,00
Queiroz Galvão		3.739.968,00	75.128.520,50	80.685.924,95	159.554.413,45
Andrade Gutierrez			64.667.500,00	91.605.926,05	156.273.426,05
Camargo Corrêa	3.976.705,00	23.133.171,00	114.573.920,00	11.195.328,00	152.879.124,00
Odebrecht	17.931.856,00	6.665.032,00	15.930.000,00	93.097.700,00	133.624.588,00
UTC Engenharia	2.182.261,00	4.833.586,00	20.994.666,00	53.017.256,08	81.027.769,08
Galvão Engenharia		1.535,00	25.255.730,00	15.993.300,00	41.250.565,00
Engevix	618.259,00	2.254.417,00	7.261.600,00	9.957.500,00	20.091.776,00
Mendes Junior	4.193,00	2.306.595,00	13.825.000,00		16.135.788,00
IESA		1.798.622,00	3.260.000,00		5.058.622,00
Toyo Setal				2.510.000,00	2.510.000,00
Promon			R\$ 150.000,00		150.000,00
Total	41.621.853,00	62.200.436,00	393.834.237,50	438.356.565,08	936.013.091,58
Valores (IPCA)	87.150.686,91	96.404.132,31	504.907.031,82	438.356.565,08	1.126.818.416,12

Fonte: Congresso em Foco/Uol

Importante notar que eleição após eleição as empreiteiras aumentaram o valor das doações, não coincidentemente, são anos importantes para os grandes projetos de infraestrutura do governo Federal, com destaque para o Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), Minha Casa, Minha Vida, Obras das Olimpíadas, Copa do Mundo e etc. Entre os anos de 2002 à 2014, é perceptível o aumento em doações por parte dessas empresas.

⁸⁹ AS DOAÇÕES DAS EMPREITEIRAS DA LAVA JATO, DE 2002 A 2014. Brasília, 23 abr. 2015. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/as-doacoes-das-empreiteiras-da-lava-jato-de-2002-a-2014/>. Acesso em: 19 jun. 2023.)

Tabela 1.4 - recebimento de doações de partidos políticos por empreiteiras (2010-2014)

Partidos	Doações 2010 (R\$)	Doações 2014 (R\$)	Total
PT	125.347.101	147.920.750,00	273.267.851
PSDB	83.520.720	82.312.300,00	165.833.020
PMDB	67.030.020	76.530.000,00	143.560.020
PSB	29.966.700	32.222.181,05	62.188.881
PP	17.734.000	16.770.000,00	34.504.000
PR	11.600.000	15.317.500,00	26.917.500
DEM	7.208.000	19.028.300,00	26.236.300
PDT	15.053.780	6.671.245,00	21.725.025
PTB	5.404.000	6.338.978,00	11.742.978
PCdoB	3.390.000	6.265.015,08	9.655.015
PSD		9.044.081,00	9.044.081,00
PPS	4.637.751	1.590.000,00	6.227.751
PSC	3.321.766	2.839.790,00	6.161.556
PV	4.420.000	1.690.000,00	6.110.000
SD		5.210.000,00	5.210.000
PRB	2.400.000	1.585.000,00	3.985.000
PROS		1.520.000,00	1.520.000
PRTB	20.000	1.463.000,00	1.483.000

PTN	665.000	690.000,00	1.355.000
PMN	520.000	613.030,00	1.133.030
PEN		1.117.880,00	1117880
PTdoB	390.000	675.774,45	1.065.774
PTC	581.400	250.000,00	831.400
PSL	164.000	373.840,00	537.840
PHS	220.000	60.000,00	280.000
PSDC	87.000	166.900,50	253.901
PRP	53.000	36.000,00	89.000
PPL		55.000,00	55.000,00
TOTAL	383.734.238	438.356.565,00	822.090.803

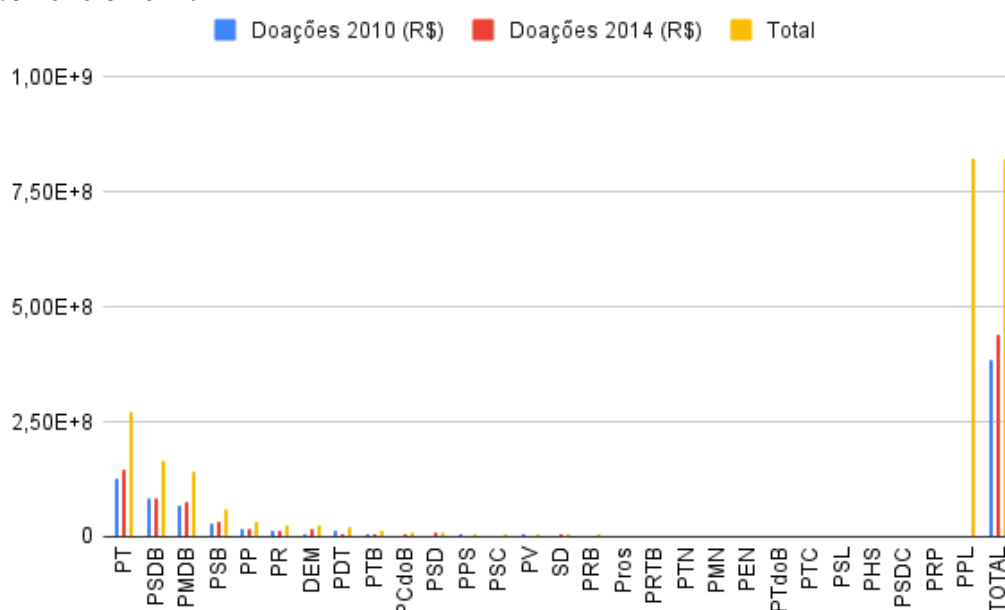
Fontes: TSE; Congresso em Foco/uol

Para sistematizar melhor, podemos observar no gráfico a seguir, nitidamente a diferença em termos de montantes de valores para as doações “legais” recebidas pelos primeiros três partidos (PT, PSDB e PMDB) e os demais, tendo um bloco intermediário (PSD, PP, PR, DEM, PDT e PTB).

O primeiro bloco, é de longe os mais beneficiados pelas doações, são: PT, PSDB e PMDB, os dois primeiros, polarizaram todas as últimas eleições presidenciais desde 1994, quando Fernando Henrique Cardoso (55,22%) se elegeu em primeiro turno e Lula da Silva (39,97%) como segundo colocado. Na eleição seguinte, em 1998, o resultado se repetiu e FHC venceu as eleições em primeiro turno, com 53% da votação e Lula logo atrás, com 32% dos votos do primeiro turno. Em 2002, Lula se elegeu pela primeira vez, em segundo turno, contra o candidato do PSDB à sucessão do partido na Presidência, José Serra. Em 2006 novamente os dois partidos polarizaram o cenário, confirmando a reeleição de Lula no segundo turno contra o psdbista Geraldo Alckmin. Em 2010, novamente a eleição foi

resolvida em segundo turno, com a vitória da sucessora petista a vaga presidencial, Dilma Rousseff, derrotando o candidato do PSDB José Serra. Em 2014, figurou como uma das disputas mais acirradas entre os dois partidos, desde 1994. Contra a Presidente Dilma, o PSDB lançou Aécio Neves à presidência, sendo derrotado por votação apertada em segundo turno.

Gráfico 1.4 - principais partidos beneficiados por doações de empreiteiras nas eleições de 2010 e 2014.



Fontes: TSE; Congresso em Foco/uol

No quadro a seguir, estão descritos apenas os montantes destinados aos partidos, sem detalhamento de valor destinado a cada candidatura em particular, porém, observando os valores repassados às siglas partidárias, podemos comparar com o número de parlamentares eleitos em, especialmente 2010 e 2014. Vejamos um quadro com o número de eleitos por cada partido, em 2002, 2006, e 2010 e 2014 por partido, para a Câmara Federal. Compreendemos que o número de deputados federais é insuficiente para indicativos mais precisos nas prioridades de doações eleitorais, porém, acreditamos ser um bom termômetro para entender a força de cada sigla, já que o legislativo federal, e a câmara principalmente, goza de muita força no plano político, podendo dificultar ou facilitar planos de governos presidenciais e a relação com a “casa” é quase sempre enxergada como conflituosa e de desgaste para qualquer governante.

Tabela 1.5 - número de deputados federais dos principais partidos (2002, 2006, 2010-2014) e valor de doações de empreiteiras (2010-2014)⁹⁰

Partido	2002	2006	2010	2014	Doações de empreiteiras (2010-2014)
PT	91	83	88	70	R\$ 273.267.851
PFL-(Democratas)	84	63	43	22	R\$ 26.917.500
PMDB	74	89	79	66	143.560.020
PSDB	71	66	53	54	165.833.020
PSD	4			36	9.044.081,00
PPB (Partido Progressista)	49	41	41	36	34.504.000
PTB	26	22	21	25	11.742.978
PDT	21	24	28	19	21.725.025
PPS (Cidadania)	15	22	12	10	6.227.751
PSB	23	27	34	34	62.188.881
PCdoB	12	13	15	10	9.655.015
PR (Partido Liberal)	26	25	41	34	26.917.500
PV	5	13	15	8	6.110.000

⁹⁰

Congresso em Foco/Uol - Link: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/pt-psdb-e-pmdb-ficaram-com-70-das-doacoes-das-investigadas/>.
Exame.com - Link: <https://exame.com/brasil/as-doacoes-de-bancos-e-construtoras-a-pt-psdb-pmdb-e-psb/>

PSC	1	9	17	15	6.161.556
PRB-Repúbli- canos		1	8	21	3.985.000
Psol		3	3	5	
PHS (Podemos)		2	2	5	280.000
SD		-	-	15	5.210.000
PROS		-	-	11	1.520.000

Fonte: Congresso em Foco/Uol; Exame/veja; TSE:
<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002>

Quando observamos os principais partidos em montante de dinheiro advindos de doações de empreiteiras, percebemos que essas organizações são em suma principais partidos em número de deputados eleitos nessa quadra, de 2002 a 2014. Alguns partidos menores, com pouca relevância ou que deixaram de existir, optamos por eliminar do quadro, privilegiando as agremiações com deputados eleitos e que receberam doações de empreiteiras, fazendo destaque que o Psol foi um dos únicos partidos com deputados que não recebeu doação por parte desses grupos empresariais, ao menos, não consta.

Além do PT e PSDB, com histórico presidencial já mencionado, contando com grandes bancadas nos legislativos municipais, estaduais e federais, além de prefeitos e governadores, o PMDB de longe é o partido com maior valor recebido. O PMDB nesse tempo, contou com grandes bancadas na Câmara e Senado, nas Assembleias Legislativas, maior número de prefeitos do país sucessivas vezes⁹¹ (1193 em 2008 e 1025 em 2012), maior número de vereadores, (8475 em 2008 e 7825 em 2012) com cinco governadores eleitos em 2002, sete em 2006, inclusive com Sérgio Cabral no Rio de Janeiro, um dos estados com maior número de obras importantes da agenda de infraestrutura nacional. Em 2010, o partido elegeu cinco governadores, diminuindo em dois estados, nas disputas de 2014 o partido foi o maior entre os governos estaduais, liderando a lista com sete governadores⁹².

No segundo bloco de partidos com maiores doações, estão PSB, PP, PR, DEM e PDT, esses receberam no total em declaração ao TSE, o valor acima de R\$ 20 milhões em doações,

⁹¹ Vale ressaltar que em 2011 o partido teve o Vice-presidente de Dilma, Michel Temer.

⁹² Site do TSE: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2002>

correspondente às campanhas de 2010 e 2014. Ao comparar as bancadas desses partidos, podemos observar que segue a lógica do tamanho das bancadas para valor doação declarado. O Partido Socialista Brasileiro (PSB) elegeu 34 parlamentares em 2010 e 34 em 2014, recebeu R\$ 62.188.881, o Partido Progressistas (PP), elegeu 41 parlamentares em 2010 e 41 em 2014, recebeu R\$ 34.504.000 de doação das empreiteiras, já o Partido da República (PR), elege 41 deputados em 2010 e 34 em 2014 e recebeu R\$ 26.917.500 de doações, o DEM, com 43 cadeiras em 2010 e 22 em 2014, recebeu de quantia declarada o montante de R\$ 26.917.500 e por último dessa lista, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), que em 2010 elegeu 28 deputados federais e 19 em 2014.

Os demais partidos, também contaram com expressivas bancadas legislativas, municipais e federais, com executivos municipais e algumas ocasiões estaduais, porém, o que vale ser observado, ainda que, como amostra incompleta, é a proporcionalidade de recursos e números de deputados federais de cada agremiação partidária. Outras métricas poderiam ser usadas para esse cálculo, se aproximando muito mais entendimentos sobre a lógica das doações, mas parece não ser necessário para a dimensão desse trabalho. Outra relevante informação, a nível de comparação, se fosse possível, é na passagem do depoimento de Marcelo Odebrecht em cooperação de delação a Operação Lava-jato, na passagem o empreiteiro lança um cálculo, difícil de ser averiguado, mas curioso: “Eu não conheço nenhum político no Brasil que tenha conseguido fazer qualquer eleição sem caixa dois, caixa dois era $\frac{3}{4}$ que eu estimo. Não existe ninguém no Brasil eleito sem caixa dois. O cara pode até dizer que não sabia, mas recebeu dinheiro do partido que era caixa dois” (Marcelo Odebrecht, ... 2017)

Se as estimativas do empreiteiro estiverem corretas, as doações, incluindo as chamadas “ilícitas”, quando não são declaradas oficialmente, o valor chegaria a cifra de R\$3. bilhões e 288 mil. Sendo que o montante, só das principais empreiteiras de construção foi de R\$822.090.803 milhões, somando as campanhas de 2010 e 2014. Difícil acreditar que tamanhas remessas repassadas a partidos e candidatos tenham sido feitas apenas para bom desempenho eleitoral em benefício da democracia. O que nos parece é que esses grupos empresariais investem cada vez mais em financiamento eleitoral com previsão de se beneficiar e alavancar cada vez mais seus negócios.

O depoimento de delação do executivo e ex-presidente da Odebrecht coopera com essa leitura, em depoimento, Novis afirma que entre 2006 e 2014, a Braskem (empresa do ramo de petroquímica pertencente a Odebrecht) pagou cerca de R\$ 480 milhões em caixa dois, a maioria dos financiamentos teria sido destinado para os principais estados que a

Braskem mantinha negócios, Bahia e Rio Grande do Sul.⁹³ Inusitadamente, entre os vários nomes delatados que, supostamente receberam doações de caixa dois da empresa, Novis incluiu o nome da ex-deputada do Psol, Luciana Genro, uma das grandes defensoras da Operação, inclusive, criticada por diversos setores de esquerda. Vale ressaltar que as acusações a ex-deputada não vigorou, por falta de provas e indícios, a mesma se defendeu das acusações, porém, confirmou troca de emails, com pedido de ajuda financeira para Alexandrino de Alencar, ex-executivo da Odebrecht, para uma Organização Não Governamental (ONG) Emancipa, fundada por Luciana Genro. Na troca de e-mail, Alexandrino “não fala sobre a contribuição para a ONG, mas queixa-se que o “pessoal da DS” (ala do PT) atrapalhava a atuação da Foz do Brasil, uma subsidiária do grupo para a área de saneamento, no Rio Grande do Sul.”⁹⁴ No período das mensagens entre Luciana Genro e Alexandrino, Tarso Genro (PT) pai da ex-deputada do Psol era governador do Rio Grande do Sul.

Em 2016, a Agência Pública, dedicada ao jornalismo investigativo, produziu uma reportagem sobre as bancadas do Congresso Nacional, com foco nas mais atuantes e a posição de cada uma durante o processo de Impeachment de Dilma Rousseff. De longe, a dos ruralistas se destacam, por terem encontros semanais, pautas pré-definidas líderes e “prestações” de contas na imprensa, além de se dividirem por comissões de interesse do agronegócio, a exemplo da Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) e o de Meio Ambiente. Porém, outras fortes bancadas na Casa se destacam, a maioria delas passando por todas as últimas legislaturas, mesmo com troca de deputados e senadores.⁹⁵

Não são todas as bancadas que possuem o mesmo nível de organização semelhante aos ruralistas, com coordenadores, agitadores e negociadores pré-definidos, “em muitos casos a formação da bancada só fica clara com o desenrolar de pautas específicas ou com a ajuda dos dados de doação de campanha.” (MEDEIROS; FONSECA, 2016). A Agência adotou como método para “classificar” entre as demais bancadas, as posições defendidas pelos deputados,

⁹³ Pedro Novis: Braskem pagou R\$ 480 milhões em caixa 2 entre 2006 e 2014. Valor Econômico, 2017. Acessar em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2017/04/14/pedro-novis-braskem-pagou-r-480-milhoes-em-caixa-2-entre-2006-e-2014.ghtml> . Acesso em: 01/07/2023.

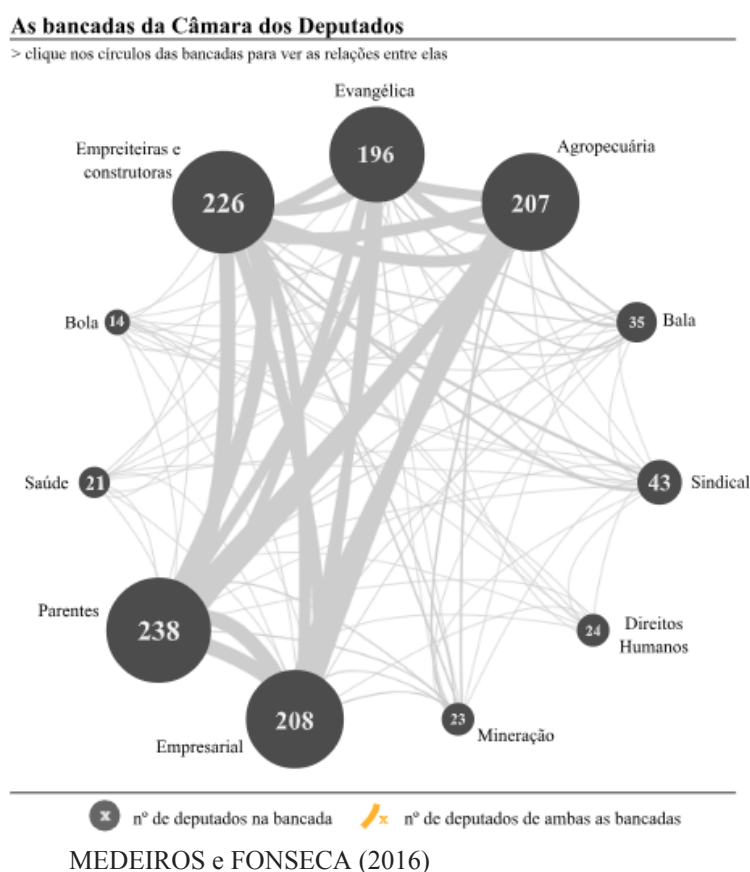
⁹⁴ O que o caso Luciana Genro diz sobre as delações da Lava Jato?. Carta Capital, 2017. Link em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-o-caso-luciana-genro-diz-sobre-as-delacoes-da-lava-jato/> . Acessado em: 01/07/2023.

⁹⁵ MEDEIROS, Étore; FONSECA, Bruno. **As bancadas da Câmara**: maiores grupos de parlamentares da câmara são pautados por interesses corporativos, conservadores ou por ambos; mapeamos quem defende o quê. Maiores grupos de parlamentares da Câmara são pautados por interesses corporativos, conservadores ou por ambos; mapeamos quem defende o quê. 2016. Agência Pública/ Jornalismo Investigativo. Disponível em: <https://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/> . Acesso em: 12 jun. 2023.

em plenário ou nas comissões de interesses de cada setor/bancada e por último, as principais fontes de doações eleitorais declaradas, usando dados da Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap). O levantamento apontou para as seguintes bancadas: Evangélica (196), Ruralistas (207), a Empresarial (208), a das empreiteiras e construtoras (226) e a dos parentes (238).

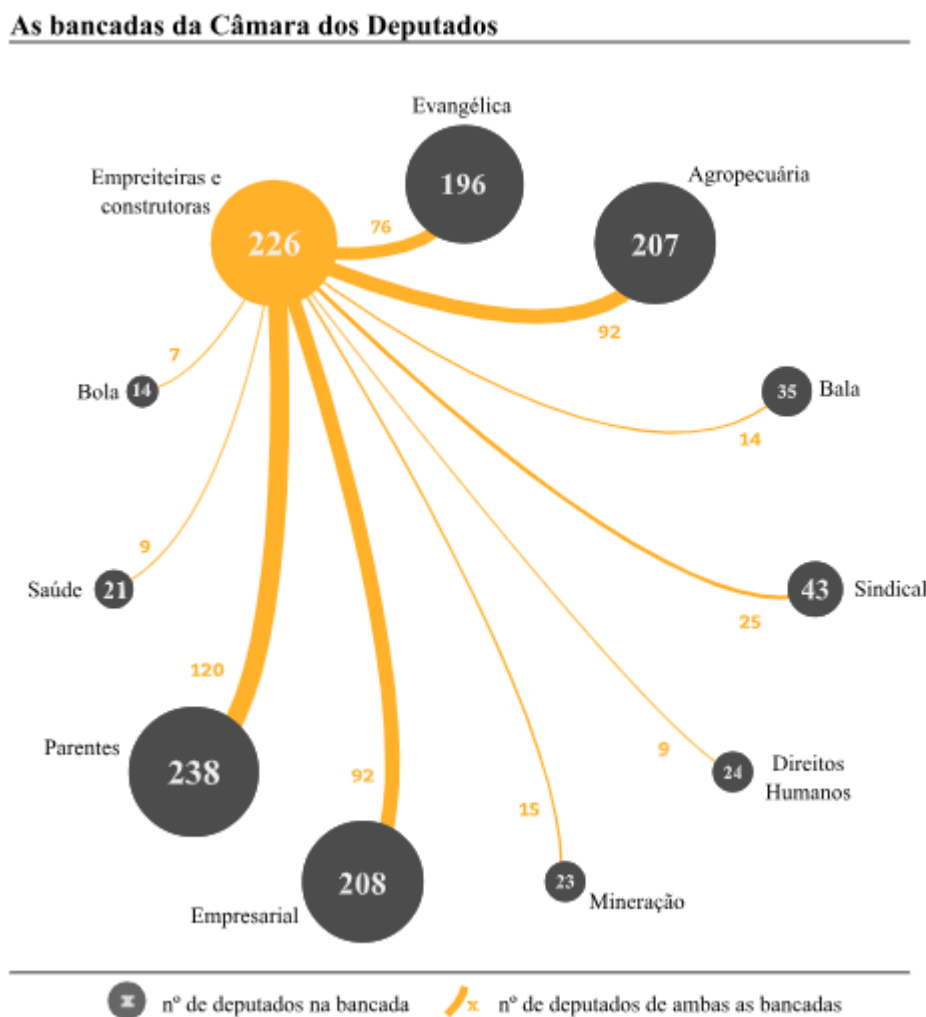
Os deputados que compõem as referidas bancadas, participam quase sempre de outras mais, seja por ligações com bandeiras históricas defendidas por partidos ou parlamentares, vinculação ideológica ou defesa de interesses próprios ou de financiadores. O esquema subsequente ilustra esse entrelaçamento de interesses:

Gráfico 1.5- ilustrativa de como os deputados federais se entrelaçam entre as bancadas (2014-2016)



Agora, projetamos a mesma imagem com a quantidade de cada parlamentar que também participa ou compõe outras bancadas:

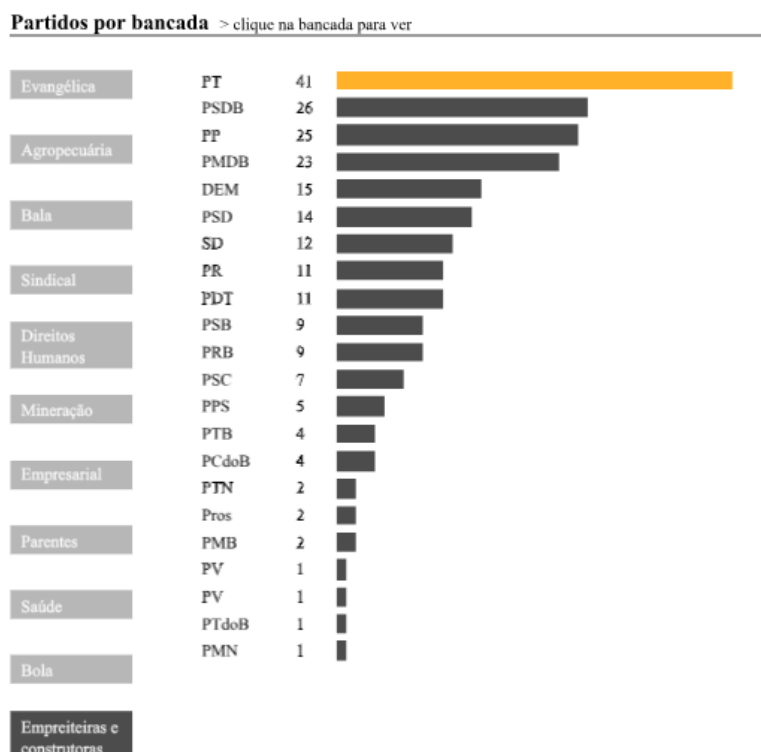
Imagem 1.4 - Deputados federais e a bancada das empreiteiras e construtoras e as demais bancadas (2014-2016)



Fonte: MEDEIROS e FONSECA (2016)

Dos 226 parlamentares identificados como pertencentes à bancada das empreiteiras e construtoras existe grande entrelaçamento, contendo deputados partícipes em todas as outras bancadas, com grande número em todas. Se retornarmos ao enfoque anterior, que analisamos as doações eleitorais recebidas por cada partido, o cruzamento é plausível, já que as empreiteiras financiaram quase todas as legendas com representação no Congresso Nacional, sem distinção de posicionamentos ideológicos ou posições “morais”, perante temas sensíveis. Essa linha de análise se torna mais compatível ao observarmos quais os partidos e números de parlamentares a compor a referida bancada, que representa os interesses do setor das grandes obras. Vejamos:

Imagem 1.5 - partidos e número de parlamentares da bancada dos empreiteiros e construtores (2014-2016)



Fonte: MEDEIROS e FONSECA (2016)

Os deputados pertencentes à bancada das empreiteiras e construtoras, estão divididos na maioria dos partidos com assento na Câmara, com maior número de participantes vindo dos maiores partidos em número de deputados. Vejamos agora, essa participação de parlamentares por partido, fazendo o cruzamento com as doações eleitorais com fonte nas empreiteiras, no ano de 2014 para cada partido e o número de deputados eleitos no pleito em cada sigla:

Tabela 1.6 - recebimento de doações de partidos políticos por empreiteiras (2014) número de eleitos e compoendo a bancada das empreiteiras e construtoras

Partidos	Doações 2014 (R\$)	Nº. Parlamentares eleitos	Nº.Parlamentares bancada empreiteiras e construtoras
PT	147.920.750,00	70	41

PSDB	82.312.300,00	54	26
PMDB	76.530.000,00	66	23
PSB	32.222.181,05	34	9
PP	16.770.000,00	36	25
PR	15.317.500,00	34	11
DEM	19.028.300,00	22	15
PDT	6.671.245,00	19	11
PTB	6.338.978,00	25	4
PCdoB	6.265.015,08	10	4
PSD	9.044.081,00	36	14
PPS	1.590.000,00	10	5
PSC	2.839.790,00	15	7
PV	1.690.000,00	8	2
SD	5.210.000,00	15	12
PRB/Republicanos	1.585.000,00	21	9
PROS	1.520.000,00	11	2
PRTB	1.463.000,00	1	Não consta
PTN	690.000,00	4	2
PMN	613.030,00	3	1

PEN	1.117.880,00	2	Não consta
PTdoB	675.774,45	1	1
PTC	250.000,00	2	Não consta
PSL	373.840,00	1	Não consta
PHS	60.000,00	Não elegeu	Não consta
PSDC	166.900,50	Não elegeu	Não consta
PRP	36.000,00	Não elegeu	Não consta
PPL	55.000,00	Não elegeu	Não consta
TOTAL	438.356.565,00	500 Eleitos	224 + 2⁹⁶

Fonte: Cruzamento de informações já apresentado anteriormente

Ao observarmos os dados, é possível identificar uma relação direta entre contribuição de campanha vindo das principais empreiteiras e o número de deputados de cada partido, evidenciando que, esses grupos empresariais investem proporcionalmente, de acordo com o peso de cada bancada partidária. Ao analisarmos quais a proporção de deputados eleitos no pleito de 2014 advindo de partidos que receberam doações de empreiteiros, podemos observar que quase metade desses integram politicamente a chamada bancada das empreiteiras e construtoras, sendo essa a maior mancada da Câmara dos deputados, se considerarmos que a chamada bancada de “parentes” é identificada prioritariamente pelas ligações familiares dos eleitos, que em sua maioria é de famílias políticas importantes eleitoralmente. Os partidos são tensionados por diversos grupos empresariais, não só as construtoras, porém, como focamos aqui na trajetória desse ramo empresarial, o objetivo foi demonstrar a centralidade dos investimentos desses grupos nos processos eleitorais, com prioridade nos partidos políticos, não se limitando unicamente nesse campo.

⁹⁶ Isso deve-se à migração de deputados para o Partido da Mulher Brasileira, fundado em 2015, portanto, não participando da eleição de 2014.

3.2 As organizações de classe do setor da construção pesada

Outro importante destaque a se fazer, é sobre as formas de organização desses grupos empresariais. Como objetivamos demonstrar anteriormente, essas firmas não possuem ou possuíram, pelo que podemos verificar, partidos definidos para centrar sua atuação, ou privilégio de pré-estabelecido com qualquer sigla partidária. Ao acompanhar a trajetória desses grupos e as investidas sobre as instituições “legais” do Estado para viabilizar seus interesses, fica evidente que pode ser feito de diversas formas, assim, nos parece que no período recente, com marco inicial no retorno dos diversos partidos políticos a arena política eleitoral, os empreiteiros passaram a investir cada vez mais na atuação com os partidos a fim de viabilizar financeiramente campanhas eleitorais, “subornos”, propinas, indicações para cargos e posições nas instituições estatais e etc.

As empreiteiras mantiveram relações próximas com diversos políticos e partidos, muitas vezes, distantes ideologicamente e em disputas entre si. O exemplo disso, pode ser observado pela enormidade de remessas financeiras repassadas a quase todos os partidos com cadeiras na Câmara Federal, e mesmo, as relações históricas com o PSDB e figuras importantes do partido, mesmo sendo, por muitas vezes, no período recente – sobretudo depois da Operação Lava-jato, atreladas prioritariamente ao PT.

Lazzarini (2011, p. 41-56 apud CAMPOS, 2018) classifica duas formas principais de atuação das empreiteiras junto ao aparelho estatal, a primeira sendo a coletiva, por meio das associações e sindicatos do setor, a segunda é realizada de forma individual, que traria maior êxito nas garantias de interesses particulares, uma vez que por vezes as disputas se dão de forma intra-setorial. A atuação de empreiteiros junto a partidos políticos e lideranças políticas e agentes do Executivo e Legislativo pode ser tida como uma forma individual de atuação junto ao aparelho estatal, mesmo que muitas vezes entrem em negociatas “consórcios” de financiamentos, principalmente quando se trata de acordos ou propinas envolvendo negócios específicos.

Sobre a forma coletiva de atuação das empreiteiras, Campos (2018), adverte para duas escalas principais de atuação, a primeira, seria através das entidades que representam todo um conjunto de segmentos empresariais, a exemplo da Fundação das Indústrias de São Paulo - Fiesp, Confederação Nacional da Indústria - CNI. com maior grau de atuação voltada para a arena política geral. Se dedicando prioritariamente na defesa dos interesses de classe da burguesia (e suas frações), a exemplo das questões fiscais em benefício das grandes empresas,

subsídios custeados pelo Estado, queda de juros para exportação (BOITO, 2018). Os interesses mais imediatos ou específicos, a exemplo da preparação e pressão para aprovação de leis para o setor, formulação de propostas para governos, comissões e etc, passam principalmente por entidades setoriais, a exemplo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (Abdib), fundada em 1955.

Para apresentar, mesmo que de forma breve a atuação dos empreiteiros de forma coletiva, através das entidades do setor, se faz importantes as formulações de Antonio Gramsci, sobre o Estado ampliado e as implicações sobre a atuação de interesses privados para atingir o “consenso”, conhecidamente tratado por Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs).

Governar com o consentimento dos governados, mas com o consentimento organizado, não genérico e vago, tal qual se afirma no instante das eleições: o Estado tem e pede o consenso, mas também “educa” este consenso, **utilizando as associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa particular da classe dirigente** (GRAMSCI, 1995, p.45 grifos nossos).

A perspectiva de Estado ampliado em Gramsci, nos permite o entendimento mais elevado sobre a problemática, não concebendo-o como um monolítico, blindado das lutas de classes, se afastando da concepção de sujeito, portador das próprias vontades. No plano geral, o Estado aparece como aparência de “universalidade e caráter metafísico”. Tampouco é uma coisa, ou um mero instrumento na mão de burguesias, mesmo com todo o poder que essas dispõem (FONTES, 2018, p. 21; POULANTZAS, 1980, p. 46). A sociedade é permeada por brutais contradições, essas, atravessam todos os tipos de organização, inclusive a do Estado. “até mesmo a mais feroz ditadura apenas expressa de maneira imediata (e pouco elaborada) o enfrentamento brutal a tais contradições. Não consegue eliminá-las ou apagá-las” (FONTES, 2018, p. 21).

Segundo Fontes (2018), essas são as razões para a existência dos Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) no interior do Estado ampliado.

As questões referentes à hegemonia não são meramente culturais, embora incorporem o tema da sociabilidade de maneira consistente. Remetem às lutas constantes intra e entre classes sociais e aos momentos em que uma forma de dominação estabiliza (instavelmente) sua própria direção, com o assentimento (ou sob o silêncio) de grande parcela dos dominados. Essa estabilidade instável é a própria forma de ser da vida social sob o capital: a concorrência interna entre seus setores dominantes não se desfaz; e a própria expansão de uma certa forma de dominação, mesmo hegemônica, cria novas contradições e tensões (internas e externas aos âmbitos nacionais) (FONTES, 2018, p. 22).

As possibilidades de atuação dos APHs no campo concreto da vida social são diversas e tomam formas distintas de existir conforme as dinâmicas locais de cada país ou ainda, sistema político vigente. Consideramos, portanto, APHs as entidades empresariais dos empreiteiros de obras públicas que se dedicam à defesa dos interesses próprios da categoria, passamos agora por algumas das principais.

A primeira entidade organizativa do setor foi o Clube de Engenharia, em 1880, composto por engenheiros e técnicos do setor, dirigido por empresários que já atuavam no ramo da engenharia, principalmente no Rio de Janeiro (CAMPOS, 2014). Fundado oficialmente por Conrad Jacob Niemeyer, com a primeira sede na Rua da Alfândega, 6, no Centro do Rio de Janeiro -RJ, ainda em um espaço cedido por seu fundador. Sua primeira diretoria foi eleita somente no ano seguinte, após a aprovação do estatuto social pelo Imperador D. Pedro II. (CLUBE DE ENGENHARIA, 2018).

No site da organização, dedicada a história da entidade, uma seção é reservada para exposição da participação do Clube de Engenharia nos “grandes debates nacionais”⁹⁷, entre eles, estão: O apoio à abolição da escravatura, com participação ativa dos engenheiros André Rebouças e Paulo de Frontin; Participação na reforma urbana da Cidade do Rio de Janeiro, realizada pelo então Prefeito Pereira Passos, principalmente em relação à abertura da Avenida Central (atualmente Avenida Rio Branco) em 1904, cuja coordenação de sua Comissão Construtora coube ao engenheiro Paulo de Frontin, então presidente do Clube de Engenharia; Discussão sobre as secas do nordeste em 1907; Adesão à campanha “O Petróleo é nosso” em 1948; Adesão à campanha “Diretas Já”; Ato sobre “ O petróleo é nosso/ o minério é nosso”, coordenado pelo jornalista Barbosa Lima Sobrinho; seminários sobre a “Retomada do Desenvolvimento” e “Desenvolvimento da Engenharia no Rio de Janeiro”, todos em 1988; Apoio às manifestações contra a privatização das empresas estatais: Petrobras, Vale do Rio Doce, Furnas e Embratel no período de 1994 à 1998; Evento sobre Diretrizes e linhas de ação para o Setor Elétrico Brasileiro, ambos em 2002; Campanha e audiência pública a favor de Angra 3, ambos em 2007; Ato de apoio ao Pré-Sal com a presença do presidente da Petrobras em 2009; Ato contra o leilão do petróleo brasileiro; passeata em apoio ao pré-sal (CLUBE DE ENGENHARIA, 2018).

Nos anos seguintes, outras entidades foram formadas. Campos (2018) acrescenta que a Associação da Indústria da Construção Civil (AICC), formada em 1919, foi a primeira

⁹⁷ ENGENHARIA, Clube de. **Nossa História.** 2018. Disponível em: <https://portalclubedeengenharia.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

entidade setorial da construção civil, que apesar de “mais restrito que o Clube de Engenharia, abrangendo exclusivamente empresários vinculados à construção civil da cidade do Rio de Janeiro, comportava tanto empreiteiros de obras públicas como os empresários vinculados à construção imobiliária urbana, com predomínio destes últimos.” (CAMPOS, 2018, p. 466).

Com o passar dos anos, várias entidades surgiram, a exemplo do Sindicatos de indústria de construção estaduais e regionais (Sinduscon), em 1942, da Associação Paulista dos Empreiteiros de Obras Públicas (Apeop), de 1947, Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic), fundada em 1957, Associação Brasileira das Empresas de Engenharia e Manutenção Predial (Abempi), a Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (Aneor) e o Sindicato da Indústria de Construção Pesada do Estado do São Paulo (Sinicesp), fundado em 1968 (CAMPOS, 2018).

Em 1959, no Rio de Janeiro, foi fundado o Sindicato Nacional da Indústria de Construção de Estradas, Pontes, Portos, Aeroportos, Barragens e Pavimentação (Sinicon), que mudou o nome depois de 1998 para Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada -Infraestrutura (Sinicon), o que Campos (2018) classifica como de extrema importância para entender a atuação das organizações das empreiteiras. Em 1960 passou a ser oficialmente um sindicato patronal, das empreiteiras de construção pesada.

Examinando o Estatuto Social do Sinicon, algumas passagens apontam para o caráter da entidade, vejamos o que diz:

Artigo 7º - O SINICON tem por finalidade: **zelar pelos interesses das empresas da Categoria Econômica INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO PESADA - INFRAESTRUTURA** em sua base de representação nos Estados; **zelar pelos interesses de suas ASSOCIADAS**, assistindo-as, assim como ao **Poder Público**, com diligência e sempre com a observância dos preceitos legais e normativos que regem a atuação sindical, com subordinação às leis, aos interesses nacionais e em defesa dos princípios constantes da livre iniciativa e dos ditames do presente Estatuto(ESTATUTO SINICON, 2016 grifos nossos).

No documento, é explicitado as funções da entidade, a exemplo de “representar, defender, coordenar e apoiar, no âmbito de sua representação sindical e institucional, os interesses das empresas da Indústria da Construção Pesada - infraestrutura”, atuando como um garantidor dos interesses dessas empresas, na defesa dos interesses das associadas em caso de “negociações e nos dissídios coletivos de trabalho” frente a ações movidas por organizações de trabalhadores. A atuação junto ao Estado pode se dar de várias formas, incluindo a cooperação para a promoção de políticas para o setor, “Colaborar com o Estado, como órgão

técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com a categoria que representa” (ESTATUTO SINICON, 2016).

Entre os objetivos, destacados no artigo 9º:

- I.Representar, defender e coordenar os interesses da Indústria da Construção Pesada-infraestrutura, contribuindo, direta ou indiretamente, para fomentar a expansão e a competitividade do setor e o desenvolvimento econômico e social do País;
- II.Representar administrativamente os interesses da Categoria Econômica e firmar convenções coletivas de trabalho;
- III.Representar o setor da Construção Pesada-Infraestrutura perante os governos Federal, Estadual, Municipal e Distrito Federal, Poderes Legislativo e Judiciário, bem como entidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras;
- IV.Representar o setor da Construção Pesada-Infraestrutura perante os governos Federal, Estadual, Municipal e Distrito Federal, Poderes Legislativo e Judiciário, bem como entidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras;
- V.Representar o setor da Construção Pesada-Infraestrutura no plano internacional, visando ao desenvolvimento e ao aumento da eficiência das operações e serviços, bem como a promoção de investimentos estrangeiros no País;
- VI.Defender a livre iniciativa e a livre concorrência, tendo em conta a valorização do trabalho, a justiça social e o meio ambiente; - Aperfeiçoar as relações com a sociedade, desenvolvendo e mantendo canais de comunicação com os poderes Executivo, LegislatiVo e Judiciário, Associações de Classe, Sindicatos, instituições da sociedade civil, entidades públicas ou privadas e demais entidades e organismos nacionais e internacionais;
- VII.Organizar e manter serviços úteis à Indústria da Construção Pesada- Infraestrutura e prestar-lhe assistência e apoio, em consonância com os seus interesses gerais e, se necessário, em articulação com outras entidades;
- VIII.Propor e defender mudanças legislativas e administrativas, mediante interação e cooperação com autoridades e instituições da sociedade civil, na elaboração e aperfeiçoamento do sistema normativo;
- IX.Articular e formar parcerias com outras entidades para a defesa dos interesses e aperfeiçoamento da Indústria da Construção Pesada- infraestrutura;
- X.Implementar medidas para estabelecimento e manutenção de relações comerciais éticas e eficientes: apoiar ações entre a administração pública Contratante e a9 empresas contratadas;
- XI.Divulgar os benefícios das obras de infraestrutura à sociedade e ao desenvolvimento econômico e social do País, incluindo o papel das construtoras;
- XII. Implementar medidas para estabelecimento e manutenção de relações comerciais éticas e eficientes: apoiar ações entre a administração pública Contratante e as empresas contratadas;
- XIII.Divulgar às ASSOCIADAS informações relevantes sobre assuntos objeto de sua atuação;
- XIV.Divulgar os benefícios das obras de infraestrutura à sociedade e ao desenvolvimento econômico e social do País, incluindo o papel das construtoras;
- XV.Prestar consultoria às ASSOCIADAS, no estrito interesse do aprimoramento das atividades e do funcionamento das ASSOCIADAS. (ESTATUTO SINICON, 2016).

De modo geral, o Sinicon se propõe a ser o representante legal das empresas associadas frente aos entes federativos do Estado, aos poderes da república. Em solo internacional o sindicato também prever atuação em comunicação, articulação e representação das firmas perante organismos e entidades. “Propor e defender mudanças legislativas e

administrativas, mediante interação e cooperação com autoridades e instituições da sociedade civil, na elaboração e aperfeiçoamento do sistema normativo”. Textualmente descrito, uma das missões do Sinicon é o “diálogo” junto à sociedade civil. Destaca no seu XI objetivo: “Divulgar os benefícios das obras de infraestrutura à sociedade e ao desenvolvimento econômico e social do País, incluindo o papel das construtoras” (ESTATUTO SINICON, 2016).

O Sinicon é um dos mais importantes, se não o mais importante espaço de organização das empreiteiras. Campos (2014) apresenta a trajetória dessas organizações junto ao Estado brasileiro, com atenção para a atuação dessas formas organizativas na ditadura empresarial-militar. No período recente, também é possível confirmar tais movimentações, a exemplo da atuação do sindicato para colocar fim na greve dos trabalhadores da construção na Refinaria Abreu e Lima e da Petroquímica no Complexo Industrial e Portuário de Suape, na Grande Recife, contando com adesão de quase 100% da categoria, um total de cerca de 51 mil trabalhadores.

Quando deflagrada a greve, em outubro de 2012, o Sinicon acionou a justiça com a justificativa de que a greve era ilegal, por não ter sido avisada com 48 horas de antecedência, o que foi prontamente negada pelos representantes sindicais dos trabalhadores. Sobre a principal reivindicação dos grevistas, o Sinicon também se colocou contra, já que a pauta era para equiparação salarial entre funções iguais, o que segundo o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplanagem no Estado de Pernambuco (Sintepav-PE), as diferenças chegavam a 49%. Em resposta, o Sinicon justificou que "Existe a lei de mercado, de oferta e procura e algumas empresas apresentam algumas diferenças. São várias empresas que atuam na construção, que precisam ser ouvidas, estudadas, para ver como é o nível salarial. Nenhuma está pagando abaixo do que foi acordado" ⁹⁸

Esse é apenas um dos exemplos de atuação do sindicato das empreiteiras em defesa dos interesses das associadas e contra reivindicações históricas de trabalhadores. Em outras áreas também é possível verificar a atuação do Sinicon em defesa das empreiteiras em negociações junto às instituições do aparelho estatal.

Um grande exemplo dessa atuação, foi a conformação da Mesa Nacional Tripartite Permanente. O chamado “Compromisso Nacional para o Aperfeiçoamento das Condições de

⁹⁸G1 PERNAMBUCO. **Funcionários de obras em Suape, PE, voltam a entrar em greve.** 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/10/funcionarios-de-obras-em-suape-pe-voltam-entrar-em-greve.html>. Acesso em: 12 jun. 2023.

Trabalho na Indústria da Construção”, surgiu como resposta às crescentes greves de trabalhadores da construção civil em obras do PAC, em 2011, chegando a mobilizar mais de 100 mil trabalhadores em greve, a exemplo da já mencionada e das obras no rio Madeira. A Mesa foi coordenada pela Secretaria - Geral da Presidência da República, em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego, por representações dos trabalhadores: CGTB, CTB, CUT, Força Sindical, NCST, UGT e CSP-Conlutas; entidades nacionais de trabalhadores da construção (CNTIC, Conticom, Contricom, Fenatracop) e a CNTI, com assessoria do DIEESE. Como representação dos empreiteiros, participaram o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada e Infraestrutura (Sinicon) e a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) (DIEESE, 2013).

Em 2015, no auge da Operação Lava-jato, o Sinicon apresentou um relatório em audiência das comissões do trabalho, de administração e serviço público, ressaltando os efeitos da Operação para o setor, com números de obras paradas e demissões. O sindicato atuou juntamente com entidades representantes dos trabalhadores da construção pesada na procura de sensibilizar os deputados sobre os desmontes e a evidente crise que se aproximava do setor. Ressalta aqui outra característica dessa entidade na busca para garantir os interesses das empreiteiras – a de atuar na articulação de demais entidades, até mesmo de representações conflitantes, caso dos sindicatos de trabalhadores. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2015).

Além da atuação coletiva das entidades empresariais do setor, também é verificado a atuação de políticos dedicados aos interesses da construção pesada, que além de representantes, podem ser entendidos como intelectuais orgânicos da burguesia das grandes obras. Um dos maiores representantes desse tipo, foi o Ex-senador Rodolpho Tourinho, falecido em 2015. Tourinho teve uma longa trajetória política e de atuação em entidades associativas empresariais, principalmente voltada para a infraestrutura. Tourinho foi secretário da Fazenda do Estado da Bahia (1991-1998), ministro de Minas e Energia (1999-2001) e senador pela Bahia (2003-2007). No setor privado, foi vice-presidente do Banco Econômico. Especificamente na área das grandes obras, foi diretor da Construtora OAS, além de presidente-executivo do Sinicon e membro do Conselho Superior Estratégico e do Conselho de Infraestrutura da Federação Das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Em 2014, Tourinho assumiu a presidência executiva da ABDIB, até sua morte no ano seguinte.⁹⁹

⁹⁹ G1 Bahia. Morre ex-ministro Rodolpho Tourinho, 2015. <https://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/05/morre-aos-73-anos-o-ex-ministro-baiano-rodolpho-tourinho.html> . Acesso em 06/06/2023.

Em artigo homenageando Tourinho¹⁰⁰, o especialista em jurídico para participação público e privado na infraestrutura, Mauricio Ribeiro Portugal,¹⁰¹ destacou algumas realizações de uma trajetória dedicada a infraestrutura brasileira, em suas palavras, Tourinho “foi o relator do Projeto de Lei de PPP, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e, depois, junto ao Plenário”, cita a importância de Tourinho na “na reestruturação das concessões federais de rodovia da 3ª Etapa, Fase III, da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, licitadas em 2013 e 2014.”, além da formulação de projetos de leis, “Rodolpho liderou tanto o trabalho técnico de desenvolvimento de parâmetros para financiamentos quanto a negociação disso com o Governo e com os Bancos Públicos (BNDES, Caixa e Banco do Brasil), que são os principais financiadores de infraestrutura do país.”

Por fim, além de muitas atribuições, o autor finaliza a homenagem destacando as qualidades técnicas e políticas do homenageado: “Pelo que fez e pelo que ainda queria viabilizar nos setores de infraestrutura, as posições de Rodolpho eram referência tanto para os principais empresários do país quanto para os ministros, políticos e agentes públicos relacionados ao setor de infraestrutura. [...] O sucesso da sua liderança, a sua capacidade de alinhar setor público e iniciativa privada, vinha da percepção de todos ao seu redor que estavam diante de um estadista.”

Essa, notadamente, poderia ser uma linha de investigação: os intelectuais orgânicos da construção pesada no período estabelecido aqui como recorte. Entretanto, ficará para os desdobramentos dessa pesquisa, ou por conta do aprofundamento de outros pesquisadores. Importante destacar que essa pesquisa encontra amparo em diversas bases teóricas, a citar, na base gramsciana, que tratou com riqueza de elementos sobre o Intelectual Orgânico e seu papel na sociedade capitalista.

O que se destaca neste subcapítulo, é a centralidade e importância das organizações dos empreiteiros para viabilizar e defender seus interesses, mais imediatos e também os de longo prazo. Essas entidades, a exemplo do Sinicon, podem ser entendidos como Aparelhos Privados de Hegemonia dos empreiteiros. É evidente que o estudo aqui sistematizado é atravessado de limitações, que poderia ser melhor explorado, mas abre espaço para continuarmos essa investigação no período recente.

¹⁰⁰ RIBEIRO, 2015. **Obituário de Rodolpho Tourinho Neto**, Acessar artigo: <https://portugalribeiro.com.br/obituário-de-rodolpho-tourinho-neto/>, Acesso em: 08/06/2023.

¹⁰¹ Professor da Pós-graduação da Faculdade de Direito da FGV, São Paulo e Autor do Livro “Regime Diferenciado de Contratação: Licitação de Infraestrutura Para Copa do Mundo e Olimpíadas”, Editora Atlas, São Paulo, 2012, 124pp, em coautoria com Mario Engler Pinto Jr. e Lucas Navarro Prado

3.3- A monopolização das grandes obras nos governos petistas

A centralidade em desenvolver a infraestrutura pesada sempre foi uma preocupação frequente dos governos com identificação desenvolvimentista, pois, entre outras razões, o discurso do retorno econômico a curto prazo de tais investimentos é um elemento importante para o ideário e o discurso desenvolvimentista. As grandes obras, em especial, se articulam e permitem com o avanço de outras cadeias industriais, a exemplo da expansão em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos – centrais para a produção, comercialização e exportação das mercadorias produzidas no Brasil. Outro exemplo, são os investimentos em energia, necessários à toda a cadeia industrial.

Essa foi uma das marcas dos governos liderados por Lula da Silva e Dilma Rousseff, especialmente a partir do segundo governo Lula e o primeiro governo de Dilma. Um grande marco do investimento e centralidade desses governos na área de infraestrutura, pode ser visto com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007. O PAC foi o principal instrumento de discurso eleitoral da sucessora de Lula, a ex-ministra e ex-presidenta Dilma Rousseff, conhecida como a “mãe do PAC”. O tom desenvolvimentista, exaltado principalmente no segundo governo Lula, pode ser entendido como uma estratégia para o enfrentamento dos efeitos da crise econômica mundial, pós 2008 (VÉRAS, 2014).

As grandes obras revelaram algumas questões complexas, algumas já examinadas ao longo desse trabalho. Uma pode ser vista nos *lobbys* das principais empresas em relação a políticos e partidos, a outra, é sobre a grande concentração de obras nas mãos das principais empreiteiras brasileiras, revelando uma verdadeira monopolização de recursos.

Seguindo os caminhos de análise de Armando Boito Jr, podemos verificar que os grandes investimentos em obras ressaltaram graves contradições na base de apoio dos governos Lula e Dilma, ou como o autor intitula, na frente neodesenvolvimentista. Essas contradições podem ser verificadas nos conflitos socioambientais presente nas principais obras do período, com destaque para as grandes hidrelétricas na região amazônica, palco de lutas e disputas, entre consórcios de construção das obras, empreiteiros e povos indígenas, ribeirinhos e populações locais, representadas por suas organizações sociais a exemplo do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Organizações Não Governamentais (ONG's).

Como vimos no segundo capítulo, a política econômica desenvolvida pelos governos

liderados pelo PT, apesar de muitas interpretações possíveis, foi calcada na estratégia desenvolvida pelo partido, que anteriormente ao governo, já havia realizado inflexões no chamado “socialismo petista”, chegando a síntese da necessidade de construir no Brasil um forte mercado interno de consumo de massas, geração de emprego e retomar o papel do Estado como indutor e coordenador da economia. Como já citado anteriormente,

O Estado deverá mobilizar os instrumentos disponíveis para ampliar seu papel de coordenador e indutor dos investimentos, orientando funções das empresas multinacionais, das privadas nacionais, das empresas estatais e do gasto público nas metas a serem alcançadas. Ao investimento estatal caberá a tarefa de ampliar a oferta de bens públicos, remover os obstáculos ao investimento privado e induzi-lo quando for necessário (PT, 1991).

Essa é uma ótima síntese do que seria a política empregada pelo PT em seus governos. O que o capítulo anterior procurou demonstrar foi a continuidade na estratégia traçada pelas correntes hegemônicas do partido e a aplicação dela no governo, não ocorrendo assim, uma capitulação do partido ou uma estratégia de governo dissociada daquela formulada no interior do PT, o projeto petista de governo.

Aqui retomaremos algumas noções apresentadas no segundo capítulo, principalmente aquelas apresentadas por Boito. As formulações do autor são de extrema importância para a compreensão da política implementada em benefício da infraestrutura pesada no Brasil. Com base em Poulantzas (1968), Boito (2018) nos adverte que o capital, além de dividido em frações, comporta o grande e o médio capital, a primeira, sempre teve suas garantias no Estado, com incentivos das políticas econômicas estatais em detrimento do segundo, que é composto por um enorme conjunto de médias e pequenas empresas, com pequeno poder econômico e político, e que, no período de governo do PT, não atuaram como uma força social distinta, com organização política e programa próprios (*ibidem*, 2018).

Já o grande capital, esteve dividido em duas frações principais (com subfrações), que segundo Poulantzas, trata-se da grande burguesia interna¹⁰² e da fração associada, integrada ou internacionalizada da burguesia brasileira. Os interesses dessa fração coincidem com os do grande capital financeiro e produtivo internacional. A disputa entre essas duas frações, segundo Boito, foi a principal disputa no interior do bloco no poder em todo o período dos governos petistas, assim como, pode explicar a luta que seguiu e pela Operação Lava-jato.

As grandes empreiteiras que atuam na construção pesada, são parte da grande

¹⁰² Essa tem por procura principal manter e melhorar a posição que ocupa no capitalismo dependente brasileiro, mantém uma relação de cooperação e conflito com o capital internacional.

burguesia interna. Além delas, compõem essa fração a construção naval, agronegócio, grande parte do setor de transformação e capital bancário nacional. Esses ramos empresariais se aliam nos pontos convergentes, especialmente a manutenção enquanto grandes grupos burgueses, com ganhos estatais e sempre na busca por limitar a atuação dos capitais estrangeiros em suas respectivas áreas prioritárias de negócios. Um destaque importante, a saber, é que muitas empresas desse ramo se entrelaçam em suas ramificações empresariais, a exemplo das empreiteiras, que além das grandes obras (sua especialidade), também diversificam seus negócios de acordo com a conjuntura econômica.

A Odebrecht por exemplo, diversificou sua atuação em diversos ramos, a citar, se consolidando como uma das maiores da petroquímica, com a criação da Braskem, em 2012, e aproveitando a “novidade” do governo Lula em investimento na área de bioenergia, lançou a empresa ETH Bioenergia, trocando o nome para Odebrecht Agroindustrial em 2013 e novamente realizando mudança de nome para União Nacional da Bioenergia (Udop), em 2017, após os escândalos envolvendo a “empresa mãe”. Mesmo não sendo sua especialidade, a empresa criada pela Odebrecht para o mercado de etanol chegou a ser a segunda maior do ramo no Brasil e ocupou a posição das 30 maiores empresas do agronegócio brasileiro.¹⁰³

As relações intra-burguesas são complexas e nada pacíficas. Se entre as frações da grande burguesia interna e associada às disputas são centrais para a sobrevivência dessas capitais, mesmo empresas ou setores pertencentes a uma mesma fração, as disputas também fazem parte das movimentações. Outra faceta dessa complexa relação, é que os diferentes sistemas de fracionamentos se inter cruzam: “capital industrial e capital bancário, capital nacional e capital estrangeiro, grande e médio capital”, em determinados momentos, grupos ou ramos específicos de uma fração podem se distanciar daquela ao qual é pertencente e se aproximar mais da outra, tudo isso é possível (BOITO, 2018, p. 229).

A questão essencial que nos interessa aqui, é compreender de qual modo a estratégia neodesenvolvimentista adotada pelos governos petistas afetaram de forma diferente as frações burguesas no Brasil, observando a burguesia das grandes obras. O neodesenvolvimentismo foi fundamental para os interesses da fração da burguesia interna brasileira, mesmo sem rompimento com o modelo capitalista neoliberal a fração da grande burguesia interna melhorou sua posição no bloco no poder, com destacadas políticas econômicas, que se revelaram tanto nas políticas de incentivos fiscais como as políticas investimento em setores importantes para esses grupos.

¹⁰³ Informações disponíveis no site da empresa: Acessar: <https://www.udop.com.br/quem-somos>. Acesso em: 19/06/2023.

A maioria dos autores consultados até aqui, destacam a centralidade de duas instituições principais para o programa neodesenvolvimentista: o BNDES e a Petrobrás. O primeiro, cumpriu importância fundamental em diversos aspectos, a citar a política de juros subsidiados as grandes empresas nacionais, a política das “campeãs nacionais”, empréstimos e participação acionária em empreendimentos, principalmente através do fundo BNDESPar e graças aos investimentos a partir do Tesouro Nacional (GHIBAUDI e LALTUF, 2017 e BOITO, 2018,).

O Banco passou a figurar como a principal fonte de recursos para os grandes grupos privados da burguesia interna, sendo chave para grandes programas de investimento, associados à descoberta e operação do pré-sal e à expansão do setor elétrico. O BNDES também investiu em financiamentos de entidades da administração pública, a exemplo dos governos estaduais e municipais (GHIBAUDI e LALTUF, 2017).

Essas políticas, acompanhadas de mudanças institucionais operadas no segundo governo Lula foram fundamentais para as empresas brasileiras, o que beneficiou a grande burguesia interna, a exemplo da alteração da política de regulação legal para a exploração de petróleo, instaurando o regime de partilha, o que criou condições para maior participação do Estado no setor, também impondo a participação da Petrobrás como operadora em todos os campos de exploração de petróleo, contrariando o chamado regime de concessão de FHC (BOITO, 2018).

Entre as principais políticas dos governos petistas possibilitadas pelo BNDES, sem dúvida o PAC ganha destaque, sendo o maior programa na área de infraestrutura. Lançado em 2007 pelo Governo Federal, em ato de posse Lula para o segundo mandato, foi anunciado como a principal iniciativa para a retomada do crescimento econômico e garantia de distribuição de renda. Era a incorporação do ideário desenvolvimentista em pleno século XXI, ressaltando o papel indutor do Estado. Em síntese, o Programa se pautou pelos seguintes propósitos:

i) investimento em infraestrutura; ii) estímulo ao crédito e ao financiamento; iii) melhora do ambiente de investimento; iv) desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; e v) medidas fiscais de longo prazo”, acrescentando que “seus fundamentos econômicos estão baseados na estabilidade monetária, responsabilidade fiscal e baixa vulnerabilidade externa (VÉRAS, 2014, p. 115).

O governo visou aumentar a produtividade das empresas, junto a isso, estimular a entrada de investimentos a partir do capital privado, com uma atenção ao mesmo tempo para a geração de emprego e atacar as desigualdades regionais (VERAS, 2014). Tudo isso, é claro,

deve ser entendido dentro dos discursos mobilizadores para avançar com o programa. Até 2010, foram investidos mais de R\$600 bilhões, vindos do Governo Federal, empresas estatais e do setor privado, com maior destaque para energia, habitação, transporte, saneamento e recursos hídricos.

Esses grupos, se apoiaram nos fundos públicos, que financiam os grandes projetos de infraestrutura brasileiro. Essa discussão poderia render uma fértil linha de investigação, pois, como indicou Francisco de Oliveira (1998), o fundo público, em suas diversas formas, passou a ser o pressuposto do financiamento da acumulação de capital do financiamento da reprodução da força de trabalho, atingindo globalmente toda a população por meio dos gastos sociais (OLIVEIRA, 1998).

Como exemplo das diversas formas de financiamento estatal para a acumulação de capital, Oliveira (1998) aponta que os financiamentos:

inclui desde os recursos para ciência e tecnologia, passa pelos diversos subsídios para a produção, sustentando a competitividade das exportações, vai através dos juros subsidiados para setores de ponta, toma em muitos países a forma de vastos e poderosos setores estatais produtivos, cristaliza-se numa ampla militarização (as indústrias e os gastos em armamentos), sustenta a agricultura (o financiamento dos excedentes agrícolas dos Estados Unidos e a chamada “Europa Verde” da CEE), e o mercado financeiro e de capitais através de bancos e/ou fundos estatais, pela utilização de ações de empresas estatais como blue chips, intervém na circulação monetária de excedentes pelo open market, mantém a valorização dos capitais pela via da dívida pública etc (OLIVEIRA, 1998, p. 20).

O padrão apresentado pelo autor é notadamente aplicável aos estados que adotaram o que ficou conhecido como Estado de Bem-Estar Social, vivido na Europa no final dos anos de 1970 e na década de 1980, em contraposição ao chamado Socialismo Real. Evidentemente que não é o caso brasileiro, mesmo que essas características estejam fortemente presentes em alguns momentos da história do país, especialmente na chamada Era Vargas, com o papel central do Estado como promotor do desenvolvimento nacional, dirigindo e planejando as principais ações econômicas através do fundo público, o que não encerrou com o fim do varguismo e com o advento de ditadura, mas aperfeiçoou-se, proporcionando maiores taxas de lucro para as empresas em detrimento a classe trabalhadora (CAMPOS, 2019 p. 54).

De acordo com as premissas assinaladas, os projetos infra estruturantes no Brasil, com destaque para o período estudado neste trabalho, só foram possíveis pela ação estatal como indutor, haja visto que esses empreendimentos, majoritariamente, são contratados pelo Estado, através do fundo público, a exemplo do PAC, do papel do BNDES e etc. As grandes empreiteiras foram um dos grupos que disputou a apropriação desses fundos voltados para

seus interesses particulares, aliado ao projeto neodesenvolvimentista dos governos do PT.

Uma característica marcante desses grupos empresariais na busca pela apropriação dos fundos públicos e que podemos notar na atuação das mega empreiteiras em sua trajetória é a formação de monopólios, que dominam o setor de grandes obras. Campos (2014) defende que no final da ditadura já era possível verificar o monopólio das principais obras entre as maiores empreiteiras, a saber: Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Norberto Odebrecht e Mendes Júnior, que dominavam as principais obras de infraestrutura (estradas, usinas hidrelétricas, ferrovias, portos, aeroportos e etc.).

Lenin (2012 [1917]), declarava que o processo de concentração da produção em grandes empresas constitui uma das particularidades do capitalismo. Junto a essa característica, outra ressaltada é a chamada “combinação”, referindo-se ao fato de essas empresas reunir em uma única propriedade diferentes ramos da indústria, especialmente do setor industrial que participa, o que podemos notar no exemplo destacado anteriormente sobre os diferentes negócios em que a Odebrecht atuou além da construção de grandes obras: petroquímica, construção naval, biocombustíveis e etc.

Lênin chama a atenção para uma característica fundamental para o surgimento dos monopólios, a centralidade do protecionismo estatal, especialmente no que se refere à proteção da economia nacional contra a concorrência estrangeira (LENIN, 2012 [1917]). No caso específico das empreiteiras, podemos observar tal caminho, tendo como marco o governo Juscelino Kubitschek, militares e petistas. Com JK, as grandes empresas de construção pesada ganharam o mercado nacional de grandes obras, antes dominado por empresas estrangeiras, consolidando essa posição e dando salto na internacionalização com os governos militares (CAMPOS, 2014).

Outra característica da monopolização de mercados por grandes grupos, é destacado por Lenin como sendo a prática de acordo entre si, a fim de eliminar a possibilidade de concorrência, atuando na combinação de preços, repartindo mercados, definindo condições de venda e etc. No caminho para a eliminação da concorrência e domínio dos mercados o autor destaca o uso diversas formas usadas por esses grupos, como a concentração da mão de obra qualificada e o domínio exclusivo das mais avançadas tecnologias do setor. as artimanhas também são utilizadas, a exemplo da circulação de boatos negativos sobre grupos concorrentes (LENIN, 2012 [1917]).

Na trajetória das empreiteiras é possível perceber todas essas práticas, desde a compra ou incorporação de empresas menores, divisão de obras entre as maiores, combinação de preços, concentração da mão de obra e tecnologia (a exemplo do “clube da barragem”), e a

sabotagem de outros grupos.

É necessário fazer um aviso. As ideias apresentadas aqui a partir de Lênin, estão dentro de uma das suas mais fecundas e importantes obras, “*Imperialismo, fase superior do capitalismo*”, de 1917. Não estamos de acordo com a identificação de que o Brasil viveu ou vive um estágio de potência imperialista, mas, identificamos o esforço de grupos econômicos privados e de governos com projetos desenvolvimentistas para alcançar posições melhores no capitalismo mundial. No caso das grandes empreiteiras, é possível notar o monopólio sobre as grandes obras no Brasil, contando com o protecionismo estatal, com diferenças em cada governo. Do outro lado, sem romper com capitais internacionais, que mesmo no caso das grandes obras serem executadas por grupos nacionais, parte da tecnologia vinha de empresas estrangeiras (turbinas para hidrelétricas, metrô e etc.).

Não temos por objetivo esgotar essa discussão, pois necessitaria de uma profunda reflexão teórica e quantitativa, porém, estamos de acordo com as interpretações que compreendem nosso lugar de subordinação internacional, o que não é o mesmo que indicar atraso capitalista, ausência de capitalismo ou algo do tipo. No Brasil, vivemos sob a égide de um capitalismo dependente, o que aprofunda ainda mais a exploração da classe trabalhadora brasileira, inclusive dos trabalhadores do setor da construção pesada (FERNANDES, 2005).

Ao examinarmos as principais obras de infraestrutura realizadas nos governos petistas, percebemos uma monopolização das principais empreiteiras brasileiras na execução desses projetos. Examinamos as principais obras do PAC, das obras para a copa do mundo (2014) olimpíadas e do Programa Minha Casa Minha Vida. Examinaremos com maior profundidade o monopólio sobre as principais obras do PAC. Vejamos a lista das dez maiores obras do PAC, valores, situação das obras e empreiteiras responsáveis:

Quadro 2.1 - principais obras do PAC

Obra e estado	Valor do projeto R\$	Situação	Construtora
Comperj	48 Bilhões	Paralisada	Odebrecht, OAS, Engevix, Queiroz Galvão, UTC, Mendes Júnior e Galvão Engenharia
Refinaria Premium I (MA)	41 bilhões	Paralisada/Não concluída	Queiroz Galvão
Refinaria Abreu e	35,7 bilhões	Em operação	Camargo Corrêa,

Lima (PE)			Queiroz Galvão, Odebrecht e OAS
UHE Belo Monte (PA)	28,9 bilhões	Em operação	Camargo Corrêa, Odebrecht e Andrade Gutierrez
UHE Jirau	19 bilhões	Em operação	Camargo Corrêa
Central Nuclear Angra III (RJ)	13 bilhões	Paralisada	Andrade Gutierrez, Odebrecht, Camargo Corrêa, UTC e Queiroz Galvão
UHE Santo Antônio (RO)	12 bilhões	Em operação	Andrade Gutierrez e Odebrecht
Conversão da refinaria Presidente Getúlio Vargas (PR)	8,7 bilhões	em operação	OAS, Odebrecht e UTC
Trecho sul da ferrovia Norte-Sul (Palmas-TO a estrela d'Oeste-SP)	460,3 milhões	Concluída	Queiroz Galvão e Camargo Corrêa

Fonte: El País, 2014;; O Empreiteiro, 2022; BNDES, 2018¹⁰⁴.

Ao observarmos a tabela, é possível identificar o monopólio das grandes empreiteiras. Seleccionamos apenas nove das maiores obras do Programa, com valor total de R\$206,73 bilhões. Das obras referidas, apenas sete construtoras concentraram todos os empreendimentos – com destaque necessário para o fato de que essas empresas também detêm participação em muitos desses negócios e outras empresas do ramo da construção também tiveram participação, porém, são empresas que atuam em outros negócios do setor, para além da construção pesada. O pequeno número de empresas construtoras de projetos com tamanha envergadura econômica chama a atenção para o monopólio empreendido por esses grupos no setor das grandes obras no Brasil.

Em audiência na Justiça Federal de Curitiba, em 2015, o ex-vice-presidente da

¹⁰⁴ Acesso das matérias: El País, 2014: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/24/politica/1416836274_165235.html Acesso em 10/07/2023 ; O Empreiteiro, 2022: <https://revistaoe.com.br/hidreletrica-de-jirau/> Acesso em: 10/07/2023; BNDES, 2018: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20100329_pac2 Acesso em: 10/07/2023.

Engevix Gerson Almada, detalhou como aconteceu a divisão dos grandes projetos pelas empreiteiras, referindo-se especificamente sobre obras da Petrobrás. As divisões ocorriam para organizar a participação das empreiteiras em cada licitação e quem deveria ganhar cada edital.¹⁰⁵ O executivo relata que a maioria das reuniões para definir o “fatiamento” das obras eram realizadas quase sempre na sede da UTC Engenharia, em São Paulo -SP. Nessas reuniões, eram apresentadas as obras e cada empresa poderia apontar até três empreendimentos de sua preferência. Em caso de mais de uma empresa requisitar preferência sobre a mesma construção, criava-se grupos menores para aprofundar as discussões e negociações entre as próprias firmas.

Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, dono da Setal Engenharia, em depoimento sobre o mesmo tema, declarou que o “clube” passou a combinar resultados desde meados dos anos de 1990, período em que FHC ocupava a Presidência da República¹⁰⁶, indicando a longevidade da atuação monopolistas. Essas informações também foram confirmadas por Márcio Faria, executivo da Odebrecht. O executivo afirmou à época que empresas se reuniam trimestralmente para definir, individualmente ou em consórcio, como seriam distribuídas as obras na Petrobras. Faria relatou que os encontros aconteciam geralmente a cada três meses, quase sempre na sede da UTC Engenharia, com objetivo de distribuir obras, de acordo com a especialidade, tamanho do contrato, se seria de forma individual ou consórcio.¹⁰⁷

Nas grandiosas obras para a Copa do mundo de 2014 e para as Olimpíadas de 2016, o padrão foi o mesmo que nos demais empreendimentos, a prática de cartel se repetiu, visivelmente organizadas nas obras que foram realizadas no Rio de Janeiro -RJ. Em levantamento da Agência Pública, em 2014, é ressaltado o “jogo” organizado por quatro grandes empresas do setor, que concentraram as dez maiores obras. As empresas foram Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, sendo a Odebrecht a grande campeã.¹⁰⁸

O valor das dez principais obras chega quase a R\$ 30 bilhões, as obras são: Linha 4 do

¹⁰⁵ G1, **Executivo relata à Justiça como eram as reuniões do 'clube' de empreiteiras, 2015:** Acesso: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/03/executivo-relata-justica-como-eram-reunioes-do-clube-de-empreiteiras.html> . Acesso em: 11/07/2023.

¹⁰⁶ G1, **Empreiteiras combinavam licitações desde o governo FHC, diz delator, 2015.** Acesso: <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/02/delator-diz-que-clube-passou-ter-efetividade-com-costa-e-duque.html> . Acesso em: 11/07/2023.

¹⁰⁷ G1, **Cartel na Petrobrás, 2015.** Acesso: <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/cartel-na-petrobras-era-regra-do-jogo-e-quem-nao-paga-estava-fora-diz-delator.ghtml> . Acesso em: 13/07/2023.

¹⁰⁸ Agência Pública, 2014. Acesso em: <https://apublica.org/2014/06/um-jogo-para-poucos/> . Acesso: 13/07/2023.

Metrô; a construção do Porto Maravilha; a reforma do Maracanã e entorno; os corredores expressos Transcarioca, Transolímpica e Transoeste; a Vila dos Atletas e o Parque Olímpico; o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT); e a Reabilitação Ambiental da Bacia de Jacarepaguá. Esse valor pode não corresponder ao valor real no final da obra, pois diversas mudanças foram realizadas após as contratações. A Odebrecht foi a grande beneficiada, estando presente em oito das dez obras citadas, em segundo a OAS e a Andrade Gutierrez, com participação em seis projetos. 7 dos 10 principais projetos foi ganha por consórcio com a presença de uma das quatro, em duas dessas licitações, não houve concorrência, tendo apenas um consórcio pleiteando os projetos (BELISÁRIO, 2014).

Como destacado anteriormente, essas firmas também fundaram ou investiram em outros negócios, nem sempre a participação das grandes se verifica pela entrada direta nas licitações, muitas vezes é através de empresas que funcionam como subsidiárias ou braços das mega empresas em ramos definidos, vejamos:

Participam também empresas controladas por elas como a CCR e a Invepar. Os acionistas da primeira são Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, aliadas ao Grupo Soares Penido (Serveng-Civisan), com 17% de ações cada um. No Rio de Janeiro, a CCR detém o monopólio das travessias na Baía de Guanabara, administrando ao mesmo tempo os serviços das barcas e da Ponte Rio-Niterói. (As duas concessões responderam por quase 5% da receita operacional bruta da empresa, em 2013). A Odebrecht, que também era sócia na CCR, vendeu sua participação para criar sua própria empresa no ramo de mobilidade urbana, a Odebrecht Transport, que hoje administra o serviço de trens na região metropolitana do Rio de Janeiro através da Supervia. Já a gestão do metrô carioca fica por conta da Invepar, cujos controladores são a OAS e os fundos de pensão da Caixa Econômica (FUNCEF), Petrobras (PETROS) e o Fundo de Investimento em Ações do Banco do Brasil (BELISÁRIO, 2014).

A prática de inserção de empresas pertencentes ao mesmo grupo para execução de projetos da mesma cadeia de empreendimentos, também podem ser observadas como uma característica da monopolização de todo um setor por parte de poucos grupos. No período recente, não é somente nas grandes obras do PAC ou da copa do mundo e olimpíadas que é possível verificar a prática de cartéis, de monopolização e alta centralização de obras em poucos grupos empresariais. Na construção das linhas da malha metroviária de São Paulo, denunciado por uma das empresas que fazia parte, a alemã Siemens, dava conta da prática de cartel, ou seja, da união de grandes grupos empresariais para dominar contratos de todo um setor.

O esquema acontecia ao menos desde 1998 e durou, segundo as denúncias, até 2008, sendo um dos maiores escândalos envolvendo o PSDB, pois os anos indicados era governado

por políticos do partido, passando pelos governos de Mário Covas, Geraldo Alckmin e José Serra. A concentração das licitações era feita por empresas estrangeiras, grandes grupos especializados na tecnologia. As empresas envolvidas eram as gigantes estrangeiras alemã Siemens, francesa Alstom, canadense Bombardier, espanhola CAF e japonesa Mitsui, teria atuado em pelo menos seis licitações desde 1998, a partir das licitações para a construção da primeira parte da Linha 5–Lilás e da extensão da Linha 2–Verde do metrô de São Paulo-SP.¹⁰⁹

No caso do metrô de São Paulo, a cartelização foi realizada por grandes empresas estrangeiras, em conluio com o PSDB no estado. A organização dessas empresas para monopolizar as obras excluía empresas brasileiras, também apontando para as relações e prioridades dos governos liderados pelo PSDB, preferindo, relações com grupos do grande capital estrangeiro em detrimento das companhias nacionais. A prática dos monopólios como evidência Lenin (LENIN, 2012 [1917]), deve ser entendida não como casos esporádicos e pontuais, sobretudo como uma característica ou padrão de domínio, acumulação e centralização capitalista, na era do imperialismo.

Poderíamos tecer comentários ou demonstrar momentos em que é possível verificar a existência dos monopólios na área de construção civil e na construção pesada, porém, a intenção é apontar que essa é uma das formas como as empreiteiras dominaram o mercado de obras públicas no Brasil, atuando em conjunto, centralizando as principais remessas de lucros, advindo, na maioria das vezes do fundo público.

As empreiteiras, se articularam de diversas formas para garantir a monopolização de recursos. Ao analisarmos os investimentos do BNDES em obras no exterior, o padrão permanece, as mesmas empreiteiras que concentraram as grandes obras no Brasil, foram de longe as mais beneficiadas com a política das campeãs nacionais:

Tabela 1.7- principais financiamentos do BNDES para empreiteiras em obras no exterior entre 1998 a 2015

Empresa	total do financiamento
Andrade Gutierrez	R\$ 2.875.354.488,00
Camargo Corrêa	R\$ 627.719.298,00
OAS	R\$ 216.256.636,00
Odebrecht	R\$ 9.778.411.902,00

¹⁰⁹ Abril/ Veja. **Entenda as denúncias de Cartel no metrô de São Paulo**, 2013. Acesso: <https://veja.abril.com.br/brasil/entenda-as-denuncias-de-cartel-no-metro-de-sao-paulo> . Acesso em: 12/07/2023.

Queiroz Galvão	R\$ 533.846,458,00
Total	R\$ 14.031.588.782,00

Fonte: Rodrigues, 2017.¹¹⁰

Do montante de mais de R\$14 bilhões, quase R\$10 bilhões foram somente em financiamentos para a Odebrecht, a grande empresa desse período. As obras concentram-se em países da América do Sul/Caribe e no continente africano, os países foram: Argentina, Angola, Costa Rica, Gana, Uruguai, Peru, Moçambique e Honduras, República Dominicana, Equador e Venezuela.¹¹¹

A alta concentração de obras nas mãos de poucos grupos empresariais é verificável também em outros setores da construção civil, a exemplo da construção imobiliária. Nos governos petistas temos exemplos de como esses grupos agiram, se nos aproximarmos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), veremos o padrão adotado pelas empreiteiras se repetir, indicando que não é exclusividade dessa fração burguesa. Sem grandes aprofundamentos, tentaremos apenas demonstrar como o Programa foi desenvolvido e apropriado por grandes construtoras imobiliárias a partir do mesmo padrão desenvolvido por empreiteiras de grandes obras da construção pesada.

Ao verificarmos a trajetória de algumas imobiliárias, é evidente a articulação de seus executivos e proprietários com membros do executivo e legislativo, a fim de influenciar na formatação do projeto, na disputa por licitações e até mesmo em eliminar possíveis concorrentes. A exemplo das complexas relações trabalhistas que as empreiteiras de construção pesada expressa com os trabalhadores da construção e atingidos por seus empreendimentos – as construtoras imobiliárias não fica atrás, a exemplo da MRV Engenharia, uma das maiores beneficiadas com o PMCMV, que ao longo dos anos soma sete processo e condenações por manter trabalhadores em condições análogas a escravidão em seus canteiros de obras (OLIVEIRA, 2021).

No presente capítulo, observamos como essas empresas se organizaram para garantir seus interesses junto ao Estado brasileiro durante os governos petistas, entre os anos de 2003 a 2014. Através de uma maior atenção ao parlamento federal, a partir de doações eleitorais, de forma lícita e ilícita essas empreiteiras conformaram fortes bancadas que atuaram em defesa

¹¹⁰ Rodrigues, 2017.

<<https://www.poder360.com.br/governo/bndes-financiou-r-14-bi-para-empreiteiras-realizarem-obras-no-exterior/>> Acesso em: 12/07/ 2023.

¹¹¹ Dados em anexo: anexo - obras financiadas pelo BNDES para as construtoras no exterior.

de seus interesses, assim como, servindo de força política para interferir também nas decisões do Executivo federal. Essas firmas também foram grandes doadoras para as principais candidaturas à Presidência da República, em um mesmo processo eleitoral.

Outra maneira de garantir seus interesses particulares e do setor de construção pesada, pode ser visto pela atuação das organizações de classe dos empreiteiros, que atuaram na formulação de leis, no diálogo com o Parlamento e Executivo, no diálogo com as organizações de classe dos trabalhadores no setor e na defesa das construtoras, seja em momento de greves, na divulgação de posições sobre a prioridade do setor de infraestrutura ou, como observado, na defesa das empreiteiras no Congresso Nacional e perante toda a sociedade, a exemplo das diversas ações promovidas por essas entidades durante a operação Lava Jato, discutindo propostas com parlamentares, formulando conteúdos midiáticos e vinculando em grandes meios de comunicação.

A atuação desses grupos junto à política brasileira, seja em processos eleitorais com os financiamentos de campanha, seja na organização de bancadas parlamentares ou cobranças ao Executivo, são partes fundantes do caminho percorrido por essas firmas na garantia e manutenção dos seus interesses próprios e de classe. As formas organizativas próprias desses setores, a exemplo de sindicatos patronais do setor e associações, também são maneiras políticas de interferir na política e decisões governamentais e do Estado brasileiro.

A partir disso, podemos analisar no capítulo, as disputas empreendidas por esses capitais na busca pela garantia da apropriação dos fundos públicos, das políticas públicas voltadas para a construção e inclusive, atuando como proponentes de projetos e programas que beneficiam o setor e em especial as empresas principais do ramo. Ao analisarmos os principais programas de obras no Brasil, a exemplo do PAC, das obras da Copa do Mundo no Brasil (2014), das Olimpíadas (2016), percebemos uma significativa concentração em poucas grandes empresas construtoras, em sua maioria, grandes empresas construtoras de origem nacional, desvelando, seja pela concentração, seja pelas formas utilizadas para garantir essa concentração, evidências de monopólio das grandes obras no país, a exemplo das sabotagens, dos acordos para dividir os grandes projetos entre as principais empreiteiras e até as combinações de valores nas licitações públicas.

Conclusão

As grandes empreiteiras brasileiras chegaram aos governos petistas gozando de uma história de grandes feitos, concentração de poder político e econômico. Em suas trajetórias, a relação intrínseca com o Estado brasileiro é uma das marcas principais desses grupos, que cresceram a partir do modelo de capitalismo industrial brasileiro e do período desenvolvimentista, marcadamente iniciado nos governos Vargas, com destaque para o Estado Novo (1937-1945) e em seu último governo, de 1951 a 1954. Esse pode ser descrito como o período de grandes reformas capitalista industrial no Brasil, com a construção e consolidação de instrumentos para o desenvolvimento do Brasil industrial, abrindo maior espaço para o mercado de obras públicas, sendo o período da criação das principais empreiteiras que figuram ou figuraram entre as maiores do Brasil. Essa trajetória foi marcada pelo período de nacionalização desses grupos, iniciados principalmente a partir de 1956, na gestão de JK na Presidência do Brasil, o que estamos de acordo com Pedro Campos (2014), quando destaca a centralidade desse governo para a consolidação dessas firmas, tendo início no Brasil o padrão de acumulação monopolista, que alcançou maior desenvolvimento em anos seguintes, especialmente com as políticas de protecionismo estatal a esses grupos, nos anos 60 e 70. A partir de 1964, com o golpe de Estado e a implantação da ditadura empresarial-militar, esses grupos alcançaram novo patamar em suas relações com o Estado, na monopolização do mercado de obras públicas no Brasil e na internacionalização dos seus negócios, em um período de gigantes obras de infraestrutura pesada, essencial para a consolidação dessas empresas como mega-capitalais.

Nos governos neoliberais essas firmas seguiram sendo grandes grupos capitalistas brasileiros, mesmo com a diminuição das grandes obras. Fato é que os destaques para os grandes negócios dessas empresas na década de 80 e 90 não estiveram em território nacional,

porém, foi um período de grandes investimentos para além das grandes obras, tendo participado ativamente dos programas de privatização dos governos neoliberais. Ao analisarmos as relações mantidas com o principal partido brasileiro representante do neoliberalismo nos anos 90, o PSDB, verificamos diversas relações ilícitas, envolvendo em cheio os principais governos estaduais do partido durante esses anos (especialmente SP) e a principal figura pública da agremiação, o ex-presidente FHC, que por vezes usou do seu prestígio pessoalmente para pedir ajudas e favores financeiros, já nos governos petistas.

Na sequência, objetivando uma maior compreensão de como o partido surgido das classes populares em luta no final da ditadura realizou governos importantes para as empreiteiras e toda a grande burguesia brasileira, com destaque para a burguesia interna, analisamos a história do Partido dos Trabalhadores, do seu surgimento aos governos petistas, passando por algumas interpretações sobre a caracterização desses governos. Nesta parte, podemos concluir quatro questões importantes para nosso entendimento. 1) Que o PT surgiu de muita luta e resistência, marcadamente da luta contra a ditadura, sendo constituído por quatro partes principais, a saber: as lutas operárias (com ênfase para o ABC paulista) que deram vida ao chamado “novo sindicalismo”, de militantes advindos das alas progressistas da Igreja católica, especialmente da Teologia da Libertação, dos diversos agrupamentos marxistas, com maior destaque para alas trotskistas que tiveram participação na luta armada nos anos 60 e 70 e da participação de diversos intelectuais de esquerda. 2) é a leitura sobre o desenvolvimento político do partido, que em seu percurso histórico passou por disputas intensas, diminuindo o tamanho e influência dos grupos considerados “mais a esquerda”, perdendo espaço nas decisões e rumos partidário, em contraposição ao grupo representado por Lula, com destaque para os militantes que vieram do movimento sindical e alas da Igreja católica. 3) sobre as inflexões da estratégia dominante do partido, o que serviu de orientação política, verificado especialmente nos documentos dos encontros e congressos do PT, demonstrado a mudança nos rumos, verificado a partir das noções e conceitos centrais, a exemplo da leitura sobre o socialismo, optando pela democratização da política, da economia, do mercado e das instituições, com marcos nos encontros do final dos anos 80 e início dos anos 90, resultado do nítido direcionamento para os processos eleitorais e a institucionalidade. 4) que essas inflexões, levaram o partido ainda no final dos anos 90 e abortamento no início do século XXI a uma releitura mais profunda sobre o papel da burguesia, especialmente a chamada burguesia produtiva, assinalando dentro das tarefas de um futuro governo, o investimento em infraestrutura, com o papel central do Estado, como indutor e de protecionismo:

O Estado deverá mobilizar os instrumentos disponíveis para ampliar seu papel de coordenador e indutor dos investimentos, orientando funções das empresas multinacionais, das privadas nacionais, das empresas estatais e do gasto público nas metas a serem alcançadas. Ao investimento estatal caberá a tarefa de ampliar a oferta de bens públicos, remover os obstáculos ao investimento privado e induzi-lo quando for necessário (PT, 1991).

Nesta parte, podemos perceber que as inflexões foram parte da trajetória do partido, regado de disputas, acúmulo de força e supressão de tendências ou perspectivas opositoras aos grupos majoritários. Podemos perceber que parte do que sucedeu nos governos petistas, já estava subscrito nas resoluções e programas da agremiação, a exemplo da famosa Carta aos Brasileiros, de 2001. Sobre as interpretações dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores, não era de nosso objetivo esgotar a discussão ou fechar parecer positivo a uma das análises e sim, apresentar diferentes perspectivas, mesmo que grande maioria, apesar das diferenças, dialoguem em muitas questões.

No tocante a atuação das firmas de construção pesada durante os governos petista, focamos em questões que julgamos importantes para compreender essa trajetória pós 2003, e o primeiro elemento de destaque é a atenção dada por essas empresas aos partidos, como consequência disso, a busca por garantir seus interesses no Estado brasileiro por meio da atuação no parlamento federal e executivo, estadual e, principalmente federal, uma vez que os grandes programas de infraestrutura pesada desse período resume-se em programas federais.

Campos (2018), chamou a atenção para esse fato, podendo ser interpretado como uma inflexão importante das empreiteiras na garantia dos seus interesses a primazia pelas relações com os partidos políticos no pós-redemocratização, uma vez que, durante o regime ditatorial a atuação partidária foi esvaziada, retornando com a redemocratização. Esse percurso nos pareceu importante, pois mesmo sabendo que essa atuação não se limitou a um único partido, com a Operação lava-jato, o que ficou nítido, especialmente através dos veículos midiáticos, foi a relação com o Partido dos Trabalhadores.

O que identificamos com a pesquisa, foi que, de fato, esses grupos empresariais não se guiaram por afinidades ideológicas ou preferências partidárias para decidir seus financiamentos eleitorais, seja os considerados lícitos ou ilícitos. Identificamos que as incidências desse ramo empresarial pós 2003 se deu preferencialmente com os principais partidos políticos, com destaque para as duas agremiações que polarizaram as eleições presidenciais desde 1944 (PT e PSDB), e o PMDB, partido que constituiu grandes bancadas no Congresso Federal.

Fato relevante é que após a vitória petista em 2003, as doações ao PT tiveram grande crescimento, verificado nas eleições seguintes. Uma via de análise para esse foco no partido, para além das grandes bancadas constituídas e ter a Presidência da República, pode ser entendida pelos investimentos em programas de infraestrutura, grandes eventos que contaram com grandes obras e pelo apoio à internacionalização desses grupos, principalmente através dos financiamentos do BNDES. Entre os principais programas da gestão petista que beneficiou esses grupos, podemos destacar o Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), Minha Casa, Minha Vida, Obras das Olimpíadas, Copa do Mundo e etc.

A organização em defesa dos interesses dos empreiteiros dentro do Congresso federal foi marcante nesse período, uma vez que ao analisarmos as principais bancadas do Congresso, a bancada das empreiteiras e construtoras se destaca, sendo a maior bancada do Parlamento, com 226 parlamentares integrantes, de quase todos os partidos, com primazia para os maiores em números de assento, sendo o PT o primeiro em número de integrantes com 41, seguido pelo PSDB com 26, PP, 25, PMDB com 23. Outra constatação importante foi a proporcionalidade entre o número de deputados eleitos por cada partido e o montante recebido em doação eleitoral por parte das empreiteiras. Notadamente, esses grupos empresariais se organizaram de várias formas para garantir seus interesses. Outra forma histórica usada por essas empresas junto ao Estado, foi as organizações de classe e setoriais, o que compreendemos com base nas formulações de Antonio Gramsci como Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs). Essas entidades, a exemplo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base (Abdib) e do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada -Infraestrutura (Sinicon), duas das mais importantes entidades representativas das firmas de construção pesada a nível nacional, atuaram fortemente na defesa dos interesses particulares e coletivos dessas empresas. As formas principais de atuação dessas organizações se deram através da formulação de leis, junto ao Congresso Nacional, na pressão pública em matérias importantes para o setor e na defesa dos grupos frente às exigências dos trabalhadores da construção.

Um exemplo dessa atuação, foi os esforços do SINICON para colocar fim na greve dos trabalhadores da construção pesada na Refinaria Abreu e Lima e da Petroquímica no Complexo Industrial e Portuário de Suape, na Grande Recife, contando com adesão de quase 100% da categoria, um total de cerca de 51 mil trabalhadores, em 2012. Outro exemplo dessa atuação, foi a conformação da Mesa Nacional Tripartite Permanente, o chamado “Compromisso Nacional para o Aperfeiçoamento das Condições de Trabalho na Indústria da Construção”, que surgiu como resposta às crescentes greves de trabalhadores da construção

civil em obras do PAC. O SINICON, representando o setor patronal da construção pesada frente os levantes grevistas nas obras do PAC que já somava mais de 100 mil trabalhadores, atuou para forçar o fim da greve sem garantia das reivindicações trabalhistas e garantir acordos com as centrais sindicais representante dos trabalhadores (CUT, CTB, CGTB, Força Sindical, NCST, UGT e CSP-Conlutas).

A proximidade das entidades patronais com as representantes dos trabalhadores em pautas pontuais também foi verificada, a exemplo disso, destacamos a atuação conjunta durante a Operação Lava-jato, quando essas entidades atuaram juntas em alguns momentos para produzir e apresentar dados sobre o número de obras paradas e do desemprego em massa no setor.

Ainda nessa discussão, verificamos a existência de políticos dedicados aos interesses desses setores, o que, ao pegarmos emprestado outra formulação de Gramsci, classificamos como intelectuais orgânicos, nesse caso, intelectuais orgânicos da burguesia das grandes obras. Nessa seara destacamos o exemplo do ex-senador Rodolpho Tourinho, falecido em 2015. Tourinho teve uma longa trajetória política e de atuação em entidades associativas empresariais, principalmente voltada para a infraestrutura. Tourinho foi secretário da Fazenda do estado da Bahia (1991-1998), ministro de Minas e Energia (1999-2001) e senador pela Bahia (2003-2007). No setor privado, foi vice-presidente do Banco Econômico. Especificamente na área das grandes obras, foi diretor da Construtora OAS, além de presidente-executivo do Sinicon e membro do Conselho Superior Estratégico e do Conselho de Infraestrutura da Federação Das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Em 2014, Tourinho assumiu a presidência executiva da ABDIB, até sua morte no ano seguinte. Rodolpho Tourinho foi o relator do Projeto de Lei de PPP, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e, depois, junto ao Plenário. Outra destacada atuação em benefício aos construtores, foi na reestruturação das concessões federais de rodovia da 3ª Etapa, Fase III, da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, licitadas em 2013 e 2014. O ex-senador gozou de grande prestígio junto aos últimos presidentes da República, sendo considerado um articulador entre os interesses privados da construção e os governos.

Essas diferentes formas organizativas tiveram como objetivo central viabilizar os interesses dessas burguesias juntamente ao Estado brasileiro, especialmente nas grandes obras, atuando na concentração e monopolização das mesmas e também na formulação de projetos para beneficiar o setor. A centralidade nas grandes obras foram marca dos governos identificados com o desenvolvimentismo, não foi diferente nos governos liderados pelo PT.

Todas essas formas de atuação dos empreiteiros se reverteram na monopolização das grandes obras.

No período em que o PT esteve à frente da Presidência da República, podemos observar como o neodesenvolvimentismo foi extremamente relevante e positivo para a burguesia interna brasileira e consequentemente para as empreiteiras, mesmo sem o rompimento com o bloco no poder anteriormente organizado, tendo a primazia do capital financeiro internacional. Porém, a grande burguesia interna melhorou sua posição no bloco no poder, ao menos é o que constatamos ao pesquisar a trajetória das empreiteiras, através de destacadas políticas econômicas, que se revelaram tanto nas políticas de incentivos fiscais como as políticas investimento em setores importantes para esses grupos.

Nesse período, constatamos a importância central de duas instituições para levar a cabo o neodesenvolvimentismo e consequentemente a burguesia das grandes obras. A primeira, trata-se do BNDES, a segunda, é a Petrobrás, um banco e uma empresa de petróleo estatais. O Banco passou a figurar como a principal fonte de recursos para os grandes grupos privados da burguesia interna, sendo chave para grandes programas de investimento, associados à descoberta e operação do Pré-Sal e a expansão do setor elétrico. Essas políticas, acompanhadas de mudanças institucionais operadas no segundo governo Lula foram fundamentais para as empresas brasileiras, o que beneficiou a grande burguesia interna, a exemplo da alteração da política de regulação legal para a exploração de petróleo, instaurando o regime de partilha, o que criou condições para maior participação do Estado no setor, também impondo a participação da Petrobrás como operadora em todos os campos de exploração de petróleo, contrariando o chamado regime de concessão de FHC.

Entre as principais políticas dos governos petistas possibilitadas pelo BNDES, o PAC ganhou destaque, sendo o maior programa na área de infraestrutura. Lançado em 2007 pelo Governo Federal, em ato de posse Lula para o segundo mandato, foi anunciado como a principal iniciativa para a retomada do crescimento econômico e garantia de distribuição de renda. Era a incorporação do ideário desenvolvimentista em pleno século XXI, ressaltando o papel indutor do Estado. Em síntese, o Programa se pautou pelos seguintes propósitos i) investimento em infraestrutura; ii) estímulo ao crédito e ao financiamento; iii) melhora do ambiente de investimento; iv) desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; e v) medidas fiscais de longo prazo”, acrescentando que “seus fundamentos econômicos estão baseados na estabilidade monetária, responsabilidade fiscal e baixa vulnerabilidade externa (VÉRAS, 2014, p. 115).

Essas políticas tiveram como objetivo fortalecer as empresas brasileiras, especialmente as tidas como grupos pertencentes ao capital produtivo nacional e, junto a isso, aumentar a oferta de empregos. Tudo isso, é claro, deve ser entendido dentro dos discursos mobilizadores para avançar com o programa. Até 2010 foram investidos mais de R\$600 bilhões, vindos do Governo Federal, empresas estatais e do setor privado, com maior destaque para energia, habitação, transporte, saneamento e recursos hídricos.

Ao verificarmos as maiores obras do PAC, foi possível identificar o monopólio das grandes empreiteiras. Selecionamos apenas nove das maiores obras do Programa, com valor total de R\$206,73 bilhões. Das obras referidas, apenas sete construtoras concentraram todos os empreendimentos – com destaque necessário para o fato de que essas empresas também detêm participação em muitos desses negócios e outras empresas do ramo da construção também tiveram participação, porém, são empresas que atuam em outros negócios do setor, para além da construção pesada. As sete empreiteiras foram: Odebrecht, Queiroz Galvão, OAS, Mendes Júnior, Andrade Gutierrez, Engevix e UTC. Importante destacar que, grande parte dos leilões foram vencidos por consórcios envolvendo mais de uma empreiteira.

Analisando as grandes obras para a copa do mundo de 2014 e as olimpíadas de 2016, verificamos a repetição do padrão monopolista de concentração das obras. Os maiores dez empreendimentos foram conquistados por quatro grandes empresas do setor, as empresas foram Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, sendo a Odebrecht a grande campeã, concentrando a maior parte dos recursos, especialmente nas obras realizadas no Rio de Janeiro. Para se ter uma noção, o valor das principais obras somam quase R\$ 30 bilhões, sendo a Linha 4 do Metrô; a construção do Porto Maravilha; a reforma do Maracanã e entorno; os corredores expressos Transcarioca, Transolímpica e Transoeste; a Vila dos Atletas e o Parque Olímpico; o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT); e a Reabilitação Ambiental da Bacia de Jacarepaguá. Esse valor pode não corresponder ao valor real no final da obra, pois diversas mudanças foram realizadas após as contratações. A Odebrecht foi a grande beneficiada, estando presente em oito das dez obras citadas, em segundo a OAS e a Andrade Gutierrez, com participação em seis projetos. 7 dos 10 principais projetos foi ganha por consórcio com a presença de uma das quatro, em duas dessas licitações, não houve concorrência, tendo apenas um consórcio pleiteando os projetos. Outro importante destaque para a forma como esses grupos concentram as obras, é a presença de empresas menores, subsidiárias dos grupos principais, essas também estiveram presentes nesses empreendimentos (BELISÁRIO, 2014).

Ainda ao observarmos as disputas empreendidas por esses mega-capitais pela disputa

dos orçamentos estatais, verificamos os financiamentos do BNDES para empresas brasileiras, com olhar para as grandes construtoras da construção pesada. O total repassado em financiamentos diretos para essas firmas, chegam a cifra de R\$14.031.588.782,00. Desse montante de R\$14 bilhões, quase R\$10 bilhões foram somente em financiamentos para a Odebrecht, a grande empresa desse período, sendo empreendimentos concentrados na América do Sul/Caribe e no continente africano, os países foram: Argentina, Angola, Costa Rica, Gana, Uruguai, Peru, Moçambique e Honduras, República Dominicana, Equador e Venezuela.

Verificando outro programa voltado para a construção civil, a construção imobiliária, concluímos que o padrão monopolista de concentração das obras também aconteceu no Programa Minha Casa Minha Vida, que além da alta concentração dos empreendimentos, contou com a participação dos empresários do setor na formulação do programa, se usando da alta influência desses empresários.

Importante ressaltar que reconhecemos as práticas monopolistas em empreendimentos que tiveram empreiteiras estrangeiras, a exemplo dos esquemas envolvendo a alemã Siemens, francesa Alstom, canadense Bombardier, espanhola CAF e japonesa Mitsui, a partir das licitações para a construção da primeira parte da Linha 5–Lilás e da extensão da Linha 2–Verde do metrô de São Paulo-SP. A partir de denúncias envolvendo as obras e os governos do PSDB de SP, realizadas por executivos da Siemens, acusando a prática de cartel nas obras, que aconteciam desde 1998 até 2008, passando pelos governos de Mário Covas, Geraldo Alckmin e José Serra, com profundas relações com políticos do partido. Esse esquema, beneficiava as grandes companhias estrangeiras, blindando os empreendimentos e afastando as empresas brasileiras, dando conta de uma preferência desses governos, em privilégio direto ao grande capital estrangeiro em detrimento do grande capital brasileiro.

Como mencionado, a monopolização de mercados é uma marca característica do capitalismo, podendo ser verificado na atuação das empreiteiras brasileiras de construção pesada durante os governos petistas. Concluímos que o padrão monopolista foi um dos caminhos principais para essas empresas lograrem espaço privilegiado entre os principais grupos econômicos da grande burguesia interna e consequentemente no bloco do poder do Estado brasileiro. As grandes obras, apesar de importantes para os governos petistas, foram palco de grandes contradições na base dos governos, ou como Armando Boito Jr (2018) nos indica, na frente neodesenvolvimentista, base de sustentação dos governos liderados pelo PT.

Podemos observar nesse período, três grandes contradições do neodesenvolvimentismo, intra base governista. Uma delas, marcadamente foi a questão

socioambiental, percebida em todos os grandes empreendimentos, com destaque fundamental para a construção das hidrelétricas na Amazônia, tendo o complexo Santo Antônio e Jirau e Belo Monte como centrais para entender esses conflitos, uma vez que essas enormes construções, trouxeram incalculáveis impactos a fauna e flora da região, muitas vezes atingindo áreas de preservação ambiental, sem contar com a remoção de comunidades indígenas, tradicionais e de ribeirinhos, com forte atuação de ONG's, MAB e entre outros, que participava, mesmo que de forma crítica das bases dos governos petistas, causando grandes conflitos e afastamentos. Outro conflito marcante dessas obras, especialmente no urbano, refere-se às grandes remoções operadas pelas obras da copa do mundo e olimpíadas, palco de grandes protestos e uso da força estatal para a retirada de comunidades periféricas. Nesses conflitos, ganharam destaque movimentos urbanos de luta por moradia, com ênfase para o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Os conflitos trabalhistas foram outro conflito marcante nesse período, a exemplo das grandes greves nos canteiros de obras do PAC, em 2011, chegando a um levante grevista de cerca de 100 mil trabalhadores paralisados, sendo 170 mil em todas a construção civil, para além das obras do programa, configurando-se na maior onda grevista desde as épocas greves do ABC, no final dos anos 70 e começo de 80.

Os conflitos citados levaram os governos, o próprio PT e as principais centrais sindicais a cumprirem posições complexas diante dos principais tensionamentos da frente de apoio dos governos petistas, muitas vezes cumprindo posições dúbias em conflitos entre trabalhadores e empresas, a exemplo dos movimentos grevistas e suas reivindicações em grandes obras executadas pelos governos do PT. Os conflitos revelaram a face dos governos tidos como progressistas, que mesmo com políticas e posições que beneficiam as massas trabalhadoras, em momentos como esse, atuam para garantir os interesses do capital e governo, que na maioria das vezes revelam-se indivisíveis.

E agora...

Ao final desta dissertação, a conjuntura política parece não ser a mesma do período analisado. Nesse ínterim, houve um golpe de Estado que depôs a Presidenta da República, Dilma Rousseff, prisão do ex-Presidente Lula, tendo como fundo, diversas disputas, perpassando pela Operação Lava Jato, atacando em cheio a burguesia das grandes obras, a Petrobras e o BNDES, carro-chefe do neodesenvolvimentismo, ocasionando paralisação de diversos empreendimentos e gerando desemprego em massa. Grandes empresas da construção pesada foram punidas, empreiteiros na prisão e depois, a eleição de um presidente de

extrema-direita, empregando um projeto de maior submissão do Brasil na geopolítica mundial, ataque as esquerdas e um movimento neofascista na sociedade.

Vivemos para acompanhar uma pandemia, com mais de 700 mil mortes somente no Brasil, acrescido pela falta de vacina e abandono do governo federal. Vivemos para acompanhar os reais propósitos da Lava Jato, revelando-se em uma grande farsa, com objetivos de quebrar o projeto neodesenvolvimentista, atendendo a interesses estrangeiros, que visavam o Petróleo brasileiro e a principal empresa estatal do país, a Petrobrás e desarticular a incidência das empresas brasileiras no mercado mundial, a exemplo dos mercados de agroexportação e de construção pesada. Nesse tempo, Lula saiu da prisão, se elegeu pela terceira vez presidente do Brasil, contando com uma frente ampla de apoio.

Hoje, com um novo governo do Partido dos Trabalhadores, as grandes obras no Brasil voltam à cena nacional, ainda que de forma tímida, embaladas pela reedição de programas petistas, a exemplo do PAC III e do novo Minha Casa Minha Vida. Após os escândalos, algumas empreiteiras entraram em recuperação judicial e mudaram de nome, a fim de melhorar suas imagens no mercado das obras, a exemplo da Novanor, empresa que concentra os investimentos e subsidiárias da Odebrecht. O futuro dos mercados de obras no Brasil ainda é incerto, assim como a reedição de um programa neodesenvolvimentista.

Em vias de finalização, uma conclusão e duas perguntas se fazem importantes nesse fechamento. Concluimos que, nesse período todo e com a crise no mercado de obras, a classe trabalhadora foi a maior penalizada, seja aqueles atingidos pelas grandes construções, seja os trabalhadores do setor.

Nos perguntamos se depois de toda essa trajetória, ainda é possível a reedição do neodesenvolvimentismo no Brasil, com a centralidade para as grandes obras e a primazia da grande burguesia interna?

Qual os desafios de se pensar um projeto popular para o Brasil, com o advento da dependência e do imperialismo tendo os interesses da classe trabalhadora à frente dos interesses das grandes burguesias?

Referências

ALVES, Marina Calisto. **A reconstrução da dinâmica socioproductiva em comunidades rurais atingidas por barragens:** uma análise do reassentamento Novo Alagamar. 2019. 157 f. TCC (Graduação) - Curso de Agronomia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019

ARCARY, Valério. **As cinco crises do PT.** Esquerda Online. São Paulo, p. 1-14. 24 fev. 2014.

BELISÁRIO, Adriano. **As quatro irmãs: negócios familiares, proximidade com governos, financiamento de campanhas e diversificação de atividades.** compõem a história das gigantes odebrecht, oas, camargo corrêa e andrade gutierrez. **Agencia Publica.** São Paulo, p. 1-38. 30 jun. 2014. Disponível em: apublica.org/2014/06/as-quatro-irmas/ Acesso em: 15 jun. 2023.

BENINCÁ, Dirceu. **Energia & Cidadania:** a luta dos atingidos por barragens. São Paulo: Cortez, 2011.

BENJAMIN, César. **Não esqueçam o que escrevi.** 2004. Contraponto editora. Disponível em: <https://www.contrapontoeditora.com.br/arquivos/artigos/200711011648340.Nao%20esquecam%20o%20que%20escrevi.pdf> . Acesso em: 13 abr. 2023

BERRINGER, Tatiana. **BLOCO NO PODER E AS ANÁLISES DE POLÍTICA EXTERNA.** Revista de Estudos Internacionais, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 5-21, 2015

BOITO Jr, Armando & BERRINGER, Tatiana. Brasil: **Classes Sociais, neodesenvolvimentismo e política externa.** Revista de Sociologia e Política, v.21, p. 31-38, 2013.

BOITO Jr, Armando. **“As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil”.** IN: CAETANO, Gerardo (org.) **Sujeitos Sociales y Nuevas Formas de Protesta em la História Reciente de América Latina.** Buenos Aires: Clacso, 2006.

BOITO Jr, Armando. “**As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil**”. IN: CAETANO, Gerardo (org.) *Sujeitos Sociales y Nuevas Formas de Protesta em la História Reciente de América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2006.

BOITO Jr, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo, Editora Xamã, 1999

BOITO Jr, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. São Paulo, Editora Xamã, 1999.

BOITO Jr., Armando. “**A nova burguesia nacional no poder**”. In: BOITO Jr., Armando e GALVÃO, Andréia (orgs.). *Política e Classes Sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda Editorial, 2012, p. 69-106.

BOITO JUNIOR, Armando. **Reforma e Crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do pt**. Campinas: Editora Unicamp, 2018. 311 p.

BRASIL. Pac. **Programa de Aceleração do Crescimento (Pac). 1º BALANÇO**: 2015. Brasília: Governo Federal, 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico**. Lua Nova. São Paulo, v. 93, p. 33-60, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. Versão de 2 de março de 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **EMPRESÁRIOS, O GOVERNO DO PT E O DESENVOLVIMENTISMO**. Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 21-30, 29 set. 2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Nacionalismo econômico e desenvolvimentismo**. Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp. Ie., Campinas, v. -, n. -, p. 1-22, 31 abr. 2018. Disponível em: www.bresserpereira.org.br. Acesso em: 01 ago. 2022.

CAMPOS, P. H. P. **Estranhas Catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil militar**. Niterói: Eduff, 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **DITADURA, INTERESSES EMPRESARIAIS, FUNDO PÚBLICO E “CORRUPÇÃO”**: o caso da atuação das empreiteiras na obra da hidrelétrica de Tucuruí. Projeto História, São Paulo, v. 1, n. 66, p. 81-114, 7 nov. 2019.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Empresários e Estado no Brasil na transição da ditadura para a democracia: o caso dos empreiteiros de obras públicas**. História Unisinos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 478-489, 1 out. 2018.

CERVI, Emerson U. **Transformaciones y mantenimientos de la democracia brasileña entre 2013 y 2015: de las nuevas movilizaciones de la calle a los viejos frenos parlamentarios**. In COCO, Juan R. & MATAS, Jesus A. A. (coord.) **El hilo de Ariadna**. Soria: editorial Ceasga, 2016

CIGNACHI, Henrique. **A METAMORFOSE DOS PARTIDOS COM ORIGEM NA CLASSE TRABALHADORA: O CASO DO PT NO BRASIL**. Dissertação de Mestrado. 2013.

CIGNACHI, Henrique. **A METAMORFOSE DOS PARTIDOS COM ORIGEM NA CLASSE TRABALHADORA: O CASO DO PT NO BRASIL**. Dissertação de Mestrado. 2013.

COLIGAÇÃO SERÁ LANÇADA HOJE: Eleições 1994. Folha de São Paulo, 13 maio 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/5/13/brasil/27.html>. Acesso em: 07 abr. 2023.

CORSO JC. **A religiosidade presente no processo de formação do MST do Paraná: as relações entre CPT e MST (déc. 80 e 90)**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005

DANTAS, Ricardo Marques de Almeida. **Odebrecht: a caminho para a longevidade saudável?** 2007. 539 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração, Coopead, Uerj, Rio de Janeiro, 2007. Cap. 5.

DEL-MASSO, Maria Candida Soares. **Metodologia do Trabalho Científico**: aspectos introdutórios. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 72 p.

DEMIER, Felipe. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado de Leon Trotsky e a intelectualidade brasileira**: breves comentários sobre uma relação pouco conhecida. Revista Outubro, São Paulo, n. 16, p. ...-..., 2007

DULCI, Luiz. Os intelectuais e a criação do PT. In: AGUIAR, Flávio. **Antonio Candido, pensamento e militância**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular/Perseu Abramo, 2018/[1999]. p. 171-180.

EARP, Fabio Sá; KORNIS, George. **O desenvolvimento econômico sob Getúlio Vargas**. In: Getúlio Vargas e seu tempo. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Mauad, [2004?]. p. 29-36.

ESTATUTO SINICON, 2016.

FERNANDES BM. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 2000;

FERNANDES BM. **Formação e territorialização do MST no Brasil: 1979 – 2005**. In: Anais do Encontro Nacional de Geografia Agrária. 18, 2006, Rio de Janeiro: UERJ, NEGEF, 2008

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica . 4. ed. São Paulo: Globo, 2005, p. 426.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. **O elo corporativo? grupos de interesse, financiamento de campanha e regulação eleitoral**. 2009. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Pós-Graduação da Faculdade em Ciências Políticas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Cap. 4.

FONTES, Virgínia (org.). **O capital, frações, tensões e composições**. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). **Dimensões do empresariado brasileiro**: história, organizações e ação política. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 259-278.

FONTES, Virgínia. **Capitalismo filantrópico?: múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais**. In: MARXISMO, Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Sobre Marx e (org.). **Marx e o marxismo**. 8. ed. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018. p. 4-212. Disponível em:

<https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/351> . Acesso em: 05 abr. 2023.

GARCIA, Cyro. **PARTIDO DOS TRABALHADORES**: da ruptura com a lógica da diferença à sustentação da ordem. 2008. 197 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Cap. 4

GARCIA, Marco Aurélio. NOTAS PARA UMA HISTÓRIA DA ESQUERDA. In: KAREPOVS, Dainis (org.). **NOTAS PARA UMA HISTÓRIA DOS TRABALHADORES**: contribuição à história da esquerda brasileira e outros escritos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. p. 1-647. TEXTOS SELECIONADOS DE MARCO AURÉLIO GARCIA.

GASPAR, Malu. **A ORGANIZAÇÃO**: a Odebrecht e o esquema de corrupção que chocou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 210.

GHIBAUDI, Javier Walter; LALTUF, Igor. **Uma aproximação à economia política do BNDES no período 2003-2014**: setores produtivos, grupos empresariais e o debate sobre sua ação. In: VAINER, Carlos; VIEIRA, Flávia Braga (org.). **BNDES**: grupos econômicos, setor público e sociedade civil. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. Cap. 7. p. 1-244.

GONÇALVES, Reinaldo. **Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado**. In: SOCIEDADE, Revista Serviço Social e (org.). Neo-Desenvolvimento & Política Social. São Paulo: Cortez Editora, 2012. p. 1-196.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: introdução ao estudo da filosofia e a filosofia de Benedetto Croce. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001a. v. 1.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HOLANDA, Centro Sérgio Buarque de. **Coligação Frente Brasil Popular pela Cidadania (Brasil, 1994)**: fundação perseu abramo. Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/coligacao-frente-brasil-popular-pela-cidadania-brasil-1994>. Acesso em: 06 abr. 2023

LAGE, RAQUEL RODRIGUES. **A Construção Pesada Brasileira**. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LENIN, V.I. **IMPERIALISMO, ESTÁGIO SUPERIOR DO CAPITALISMO**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LENIN, Vladimir I. **Que fazer? Problemas candentes do nosso Movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Ler mais em: <http://www.brasilengenharia.com/porta/divisoes-tecnicas/372-13032012-pelerson-soares-penido-1918-2012>

LESSA, C. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1982

LOHN, Reinaldo Lindolfo (org.). **REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE**: uma história do vivido. In: REIS, Tiago Siqueira *et al* (org.). **COLEÇÃO HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE**: volume i. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2019. Cap. 17. p. 6-248.

LOPES, Alexandre dos Santos. **A METAMORFOSE DA ATUAÇÃO POLÍTICA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES 1987 – 1991**. 2009. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Campus de Marília, Universidade Estadual Paulista Ffc, Marília-Sp, 2009. Cap. 4.

LOWY. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo, Ed. Cortez, 1991; MORISSAWA M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MACHADO, Weslei Miguel Lima. **A IMPORTÂNCIA DO PLANO DE METAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA PESADA NO BRASIL**. 2019. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Cap. 2.

MAGALHÃES, Ana Lúcia de Carvalho. **AS GRANDES EMPREITEIRAS E A TRANSFORMAÇÃO DA METRÓPOLE**: um olhar sobre a ação da camargo corrêa no território de são paulo. 2018. 86 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Cap. 3.

MANSUR, Isabel. **Corda Bamba**: o lulismo como metamorfose e realização da estratégia democrático-popular. Marília-Sp: Lutas Anticapital, 2021. 248 p.

MARX, K; ENGELS, F. Manifesto comunista. 1. ed. Revisada. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. 'Prefácio' à '**Contribuição à Crítica da Economia Política**', "in" MARX, K. e ENGELS, F. História. (org. Florestan Fernandes). São Paulo: Ática, 1984, p. 231-235.

MEDEIROS, Étore; FONSECA, Bruno. **As bancadas da Câmara**: maiores grupos de parlamentares da câmara são pautados por interesses corporativos, conservadores ou por ambos; mapeamos quem defende o quê. Maiores grupos de parlamentares da Câmara são pautados por interesses corporativos, conservadores ou por ambos; mapeamos quem defende o quê. 2016. Agência Pública/ Jornalismo Investigativo. Disponível em: <https://apublica.org/2016/02/truco-as-bancadas-da-camara/> . Acesso em: 12 jun. 2023.

MOURA, Alessandro. **MOVIMENTO OPERÁRIO DO ABC PAULISTA (1978-2010)**: contestação, intermediação e colaboracionismo. Revista Aurora, [S.L.], v. 3, n. 2, p. 36-58, 10 ago. 2010. Faculdade de Filosofia e Ciências.

Moreira, Marcelo Sevyabricker. **A esquerda dividida: os governos Lula e Dilma no pensamento político brasileiro**. Dados - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 66, n. 2, pág. 1-32, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.300>

Nobre, Marcos (2013b), '**REVOLTAS**' **DECRETAM O FIM DO CICLO DE REDEMOCRATIZAÇÃO**: Jornal da Unicamp. Campinas-Sp, 28 jun. 2013.

Nobre, Marcos. (2012), **Memorial**. Memorial apresentado ao Departamento de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do Título de Livre-Docente. Campinas

Nobre, Marcos. (2013a), **Choque de Democracia: Razões da Revolta**. São Paulo: Companhia das Letras.

Nobre, Marcos. (2013c), **Imobilismo em Movimento: Da Abertura Democrática ao Governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras.

NUNES, Leonardo André Felipe Carneiro; ROCHA, Humberto José da. **O CONTEXTO HISTÓRICO DO SURGIMENTO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB)**. In: VII JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 7., 2017, Erechim. **Anais [...]** . Erechim:Uffs,2017.p.1-3.Disponível em:https://www.uffrs.edu.br/institucional/pro-reitorias/pesquisa-e-pos-graduacao/pesquisa/jic-e-simpos-sul/edicoes_anteriores/vii-_jic . Acesso em: 26 mar. 2022

OLIVEIRA, F. **A Crítica da Razão Dualista. O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia Para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste**. Planejamento e conflitos de classe. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. **HEGEMONIA ÀS AVESSAS: decifra-me ou te devoro!**. In: OLIVEIRA, Francisco de *et al* (org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 1-385.

OLIVEIRA, Francisco de. **HEGEMONIA ÀS AVESSAS**. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele. **HEGEMONIA ÀS AVESSAS: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 1-385.

OLIVEIRA, Francisco de. **O AVESSO DO AVESSO**. In: OLIVEIRA, Francisco de *et al* (org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 1-385.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os Direitos do Antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

OLIVEIRA, Francisco. entrevista à Folha de São Paulo, em 22 de dezembro de 2003: Acesso: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2209200313.htm> . Acessado em: 24/05/2023

OLIVEIRA, Roberto Carlos Olimpio. **O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E AS DISPUTAS NO INTERIOR DO ESTADO** Juazeiro do Norte. **ANAIS 27 E 28 DE**

OUTUBRO DE 2021 Itinerários da Ação Pública e os Desafios da Governança Metropolitana III Simpósio de Gestão de Cidades. Juazeiro do Norte: Ufca, 2021. 90 p. Disponível em: <https://lacite.ufca.edu.br/anais/simposio/> . Acesso em: 10 ago. 2023.

PAULA, Luiz Fernando de; SANTOS, Fabiano; MOURA, Rafael. **O Projeto Desenvolvimentista dos Governos do PT::** uma avaliação integrada de economia e política. A Revista Brasileira de Ciências Sociais: ANPOCS, Guarulhos- Sp, p. 1-23, 20 out. 2019.

PELOSO, Ranulfo (org.). **TRABALHO DE BASE.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PERES, C. A., **Estudo do Grau de Modernização e Mecanização nas Obras de Construção Civil** – Estudo de caso – Cidade de Lorena 2015. 60 f. Trabalho de Graduação (Graduação em Engenharia Civil) - Faculdade de Engenharia do Campus de Guaratinguetá, Universidade Estadual Paulista, Guaratinguetá, 2015.

PERLATTO, Fernando. Decifrando o governo Lula: interpretações sobre o brasil contemporâneo. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa, v. 15, n. 1, p. 256-272, jun. 2015.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo.** Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1981.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. **Análise de Conjuntura: como e por que fazê-la.** Brasília: Diap, 2015. 74 p

RADICAIS QUESTIONAM AS ALIANÇAS DE LULA: Folha de São Paulo. São Paulo, 26 jan. 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/26/brasil/5.html>. Acesso em: 06 abr. 2023.

Resoluções sobre os encontros e congressos do PT estão disponíveis no site da Fundação Perseu Abramo, organizadas pelo Centro Sergio Buarque de Holanda. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/novembro-negro-resolucoes-de-encontros-e-congressos-do-pt/>

RIBEIRO, Nelson Pôrto. **CONTRIBUTO PARA UMA ‘HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO’ NO BRASIL.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – Anpuh, São Paulo, v. -, n. -, p. 1-14, 00 jul. 2011.

SABENÇA, Mariana Rocha. **As Grandes Construtoras e a Política Econômica nos Governos Lula e Dilma.** 2018. 101 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Ciência Política,

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Cap. 5.

SADER, E. **A construção da hegemonia pós-neoliberal.** In: SADER, E. (org). Dez anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013, p. 135-144.

SINGER, André. **A segunda alma do partido dos trabalhadores.** Novos Estudos - Cebrap, [S.L.], n. 88, p. 89-111, dez. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-33002010000300006>.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016).** São Paulo: Companhia das Letras, 2018

SINGER, André. **OS SENTIDOS DO LULISMO: reforma gradual e pacto conservador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 280

SOFIATI, Flávio Munhoz. O novo significado da. **Tempo Social**, [S.L.], v. 25, n. 1, p. 215-234, jun. 2013. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20702013000100011>.

TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa.** [1930] (2017), disponível no site da biblioteca digital do Senado: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/530450> Acesso em 08 de Abril de 2022

VÉRAS, Roberto. **Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos.** Revista Crítica de Ciências Sociais, [s. l], v. -, n. -, p. 1-27, 01 maio 2014

VITOR NUZZI. **Greve de 1978 enfrentou patrões e ditadura.** 2020. Elaboração de Vitor Nuzzi. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/greve-de-1978-enfrentou-patroes-e-ditadura-tem-de-se-repetir-diz-lula-c5ca>. Acesso em: 22 mar. 2023.

Werneck Vianna (2011) - Werneck Vianna, Luiz (2011), **A Modernização sem o Moderno: Análises de Conjuntura na Era Lula.** Brasília: Contraponto.

RESOLUÇÕES SOBRE OS ENCONTROS E CONGRESSOS DO PT ESTÃO DISPONÍVEIS NO SITE DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, ORGANIZADAS PELO CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA. Disponível em:

<https://fpabramo.org.br/csbh/novembro-negro-resolucoes-de-encontros-e-congressos-do-pt/>

- O MOMENTO ATUAL PT, 1989
- (PAG, 1989)
- (PT, 1986)
- (PT, 1987)
- (PT, 1991)
- (PT, 1993)
- (PT, 1995)
- (PT, 1998)
- (PT, 1999)
- (PT, 2001)

MATÉRIAS

- Agência Pública, 2014. Acesso em: <https://apublica.org/2014/06/um-jogo-para-poucos/> . Acesso: 13/07/2023.
- **AS DOAÇÕES DAS EMPREITEIRAS DA LAVA JATO, DE 2002 A 2014.** Brasília, 23 abr. 2015. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/as-doacoes-das-empreiteiras-da-lava-jato-de-2002-a-2014/> . Acesso em: 19 jun. 2023.)
- **Congresso em Foco/Uol** - Link: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/pt-psdb-e-pmdb-ficaram-com-70-das-doacoes-das-investigadas/>. **Exame.com** - Link: <https://exame.com/brasil/as-doacoes-de-bancos-e-construtoras-a-pt-psdb-pmdb-e-psb/>
- **Empreiteiras e bancos financiaram Covas.** Folha de São Paulo, 1995. Ver em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/10/15/brasil/32.html> . Acessado em: 16/06/2023

- G1, **Empreiteiras combinavam licitações desde o governo FHC, diz delator, 2015.**
- **Governo do estado de São Paulo:**
<https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/alckmin-passa-a-presidencia-do-ped-ao-secretario-andre-franco-montoro-filho/> . Acesso em 14/06/2023.
- **Grupo empresarial se envolveu em vários escândalos e manteve proximidade com o poder, 2017: Acessado em:**
https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/14/politica/1492192630_931956.html# .
Acesso: 18/06/2023.
- <https://gramsci.org/?page=visualizar&id=1112> (ORGANIZAR REFERÊNCIA)
- LAUDO No 1054/2018 – SETEC/SR/PF/PR (2018, p. 9).
- MARCELO Odebrecht fala sobre campanha de Aécio. Roteiro: Jota. 2017. (21 min.), son., P&B. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=uamBhzX8I_4 .
Acesso em: 28 jun. 2023.
- O que o caso Luciana Genro diz sobre as delações da Lava Jato?. Carta Capital, 2017.
Link em:
<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-o-caso-luciana-genro-diz-sobre-as-dela-coes-da-lava-jato/> . Acessado em: 01/07/2023.
- **Para quebrar o monopólio da Petrobras, FHC fingiu não saber de esquema (2015):**
<https://vermelho.org.br/2015/10/21/para-quebrar-monopolio-da-petrobras-fhc-fingiu-nao-saber-de-esquema/> Acessado em: 19/06/2023.
- Privatizações em São Paulo arrecadou mais de R\$ 77,5 bilhões. O Globo, 2006.
<https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2006/privatizacao-em-sao-paulo-arrecadou-775-bilhoes-desde-governo-covas-5002066> . Acesso em: 15/06/2023.
- Site do TSE: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002>
- Ver reportagem: **Delação da Odebrecht: Temer e Alckmin seriam beneficiários de caixa dois.** EL PAÍS, 2016. Link em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/09/politica/1481294723_838386.html . Acesso em: 18/06/2023.

- (CLUBE DE ENGENHARIA, 2018) ENGENHARIA, Clube de. **Nossa História**. 2018. Disponível em: <https://portalclubedeengenharia.org.br/nossa-historia/> . Acesso em: 01 jul. 2023.
- Aécio vira réu na lava-jato: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/aecio-neves-vira-reu-da-lava-jato-por-corrupcao-passiva-e-tentativa-de-obstruir-a-justica/> Acesso em: 15/06/2023.
- <https://veja.abril.com.br/brasil/entenda-as-denuncias-de-cartel-no-metro-de-sao-paulo> . Acesso em: 12/07/2023.
- O Empreiteiro, 2022: <https://revistaoe.com.br/hidreletrica-de-jirau/> Acesso em: 10/07/2023;
- BNDES,2018:https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20100329_pac2 Acesso em: 10/07/2023.
- Empreiteiros combinavam resultado: <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/02/delator-diz-que-clube-passou-ter-efetividade-com-costa-e-duque.html> . Acesso em: 11/07/2023.
- Andrade Gutierrez. No site da empresa: <https://www.andradegutierrez.com.br/quemsomos.aspx> . Acesso em 05 de setembro de 2022
- **Apontado como operador de Aécio, ex-presidente da Codemig escapa de indiciamento por ter mais de 70 anos,** ver: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/05/08/apontado-como-operador-de-aecio-ex-presidente-da-codemig-escapa-de-indiciamento-por-ter-mais-de-70-anos.ghtml> . Acessado em: 27/06/2023.
- Camargo Correa. Disponível em: https://construtoracamargocorrea.com.br/pt_BR/institucional/> . Acesso em: 02 de agosto de 2022.
- CENTRO SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA (Brasil). Fundação Perseu Abramo. **As greves de 1978 e 1979. Documentação e Memória**. São Paulo, 23 maio 2006..

Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/as-greves-de-1978-e-1979/> . Acesso em: 20 mar. 2023.

- Centro Sérgio Buarque de Holanda, disponível virtualmente em: <https://fpabramo.org.br/csbh/as-greves-de-1978-e-1979/>. Acesso em: 26/03/2023
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) (Brasil). **Histórico**. 2010. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/-historico>. Acesso em: 15 mar. 2023
- **Construtoras assumem bandeirantes**. Folha de São Paulo, 1998. Link: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff02059818.htm> . Acesso em: 18/06/2023;
- **Criticados por doação da Odebrecht Lula e Dirceu choraram**: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/01/1846074-nos-anos-1990-criticados-por-doacao-da-odebrecht-lula-e-dirceu-choraram.shtml>. Acesso em: 14/04/2023
- **Delator revela propina para Aécio por obra na Cidade Administrativa**: <https://noticias.r7.com/minas-gerais/delator-revela-propina-para-aecio-por-obra-na-cidade-administrativa-22052020> . Acesso em: 27/06/2023.
- **ERUNDINA DECIDE DEIXAR O PT E PODE ENTRAR NO PSB**: Folha de São Paulo. São Paulo, 04 set. 1997. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc040913.htm>. Acesso em: 07 abr. 2023.
- G1 Bahia. Morre ex-ministro Rodolpho Tourinho, 2015. <https://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/05/morre-aos-73-anos-o-ex-ministro-baiano-rodolpho-tourinho.html> . Acesso em 06/06/2023.
- G1 PERNAMBUCO. **Funcionários de obras em Suape, PE, voltam a entrar em greve**. 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/noticia/2012/10/funcionarios-de-obras-em-suape-pe-voltam-entrar-em-greve.html> . Acesso em: 12 jun. 2023.
- G1, Cartel na Petrobrás, 2015. Acesso: <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/cartel-na-petrobras-era-regra-do-jogo-e-quem-nao-pagava-estava-fora-diz-delator.ghtml> . Acesso em: 13/07/2023.

- **G1, Executivo relata à Justiça como eram as reuniões do 'clube' de empreiteiras, 2015:** Acesso: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/03/executivo-relata-justica-como-eram-reunioes-do-clube-de-empreiteiras.html> . Acesso em: 11/07/2023.
- GALA, Paulo. O Modelo de Desenvolvimento Nacional no Governo Vargas. 2022. Disponível em: www.paulogala.com.br. Acesso em: 26 ago. 2022.
- **Grupo empresarial se envolveu em vários escândalos e manteve proximidade com o poder, 2017:** Acessado em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/14/politica/1492192630_931956.html# . Acesso: 18/06/2023.
- História do PSDB: <https://www.psdb.org.br/conheca/historia>. Acesso em: 07 abr. 2023.
- **IMPASSE COM GENOINO NÃO ESTÁ ENCERRADO: Folha de São Paulo.** São Paulo, 16 maio 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/5/16/brasil/15.html>. Acesso em: 07 abr. 2023.
- Informações disponibilizadas no site da Fundação Perseu Abramo. Para acessar: <https://fpabramo.org.br/csbh/novembro-negro-resolucoes-de-encontros-e-congressos-do-pt/>. Acesso: 14/04/2023
- União Nacional da Bioenergia. Acessar: <<https://www.udop.com.br/quem-somos>> Acesso em: 19/06/2023.
- **JOSÉ DIRCEU VENCE EM ELEIÇÃO TUMULTUADA.** Folha de São Paulo, 21 ago. 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/21/brasil/13.html> . Acesso em: 13 abr. 2023
- **LULA ADMITE TROCAR CANDIDATURA DIRCEU POR COLIGAÇÃO COM O PSDB: Folha de São Paulo.** São Paulo, 21 fev. 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/2/21/brasil/10.html> . Acesso em: 06 abr. 2023.

- Santo Antonio energia. em:
<https://www.canalenergia.com.br/noticias/53221137/santo-antonio-energia-assina-acordo-com-construtoras> . Acesso em: 27/07/2023.
- Geraldo Alckmin e José Serra:
<https://exame.com/brasil/escolha-de-vice-deflagra-embate-no-psdb-em-sp/> ;
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2009200802.htm> ;
https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2011/05/08/interna_politica,226161/briga-interna-pelo-controle-local-do-psdb-empurra-serra-para-a-disputa-pela-prefeitura-de-sp.shtml ;
- MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (Brasil). **QUEM SOMOS**. Disponível em: <https://mab.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 26 mar. 2022.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (Brasil). **O MST: nossa história. NOSSA HISTÓRIA**. 2012. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/inicio/>. Acesso em: 15 mar. 2023
- NASSIF, Luís; FAERMANN, Patricia. **Como as empreiteiras financiam o PSDB de São Paulo**. 2015. Revista Fórum. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2015/6/30/> . Acesso em: 23 jun. 2023;
- **Pedro Novis: Braskem pagou R\$ 480 milhões em caixa 2 entre 2006 e 2014. Valor Econômico**, 2017. Acessar em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2017/04/14/pedro-novis-braskem-pagou-r-480-milhoes-em-caixa-2-entre-2006-e-2014.ghtml> . Acesso em: 01/07/2023.
- **Presidente nomeia genro para cargo de diretor-geral da ANP**. Folha de São Paulo, 1997. Link da matéria: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc311203.htm> . Acesso em: 14/06/2023.
- Resoluções sobre os encontros e congressos do PT estão disponíveis no site da Fundação Perseu Abramo, organizadas pelo Centro Sergio Buarque de Holanda. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbh/novembro-negro-resolucoes-de-encontros-e-congressos-do-pt/>

- RIBEIRO, 2015. **Obituario de Rodolpho Tourinho Neto**, Acessar artigo: <https://portugalribeiro.com.br/obituario-de-rodolpho-tourinho-neto/> , Acesso em: 08/06/2023.
- SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC (São Bernardo do Campo - Sp). **Movimento de 1977:** reposição salarial de 34,1%. Reposição salarial de 34,1%. 2022. Disponível em: <https://smabc.org.br/movimento-de-1977-reposicao-salarial-de-341/#:~:text=Em%201977%2C%20explode%20o%20esc%C3%A2ndalo,setembro%20para%20discutir%20a%20situa%C3%A7%C3%A3o..> Acesso em: 21 mar. 2023>
- Site do Partido dos Trabalhadores/sessão “nossa história”. Acessado dia 17/02/2023: <https://pt.org.br/nossa-historia/>
- Helio Bicudo Petista Histórico: <https://www.estadao.com.br/politica/helio-bicudo-petista-historico-e-autor-do-pedido-de-impeachment-de-dilma/> . Acesso em: 06 de Abril de 2023.
- **Via Dutra vira vitrine da privatização.** Folha de São Paulo, 1997. Link: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff060232.htm> . Acesso em: 18/06/2023.
- VITOR NUZZI. **A Greve de 1978 enfrentou patrões e ditadura.** 2020. Elaboração de Vitor Nuzzi. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/greve-de-1978-enfrentou-patroes-e-ditadura-tem-de-se-repetir-diz-lula-c5ca> . Acesso em: 22 mar. 2023.
- **‘Privatização’ de Covas privilegia parceiras.** Folha de São Paulo, 1995. Link: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/17/brasil/41.html> . Acesso em: 18/06/2023.